

Diário do Legislativo de 12/09/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ESSENCIALIDADES DO BALANÇO GERAL DO ESTADO

2 - ATAS

2.1 - Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2.2 - 31ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates "30 Anos de Luta pela Anistia Política no Brasil"

2.3 - 32ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates "30 Anos de Luta pela Anistia Política no Brasil"

2.4 - 33ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates "30 Anos de Luta pela Anistia Política no Brasil"

2.5 - 66ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2.6 - 67ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2.7 - Reunião de Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissão

4 - MANIFESTAÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ESSENCIALIDADES DO BALANÇO GERAL DO ESTADO

ESSENCIALIDADES DO BALANÇO GERAL DO ESTADO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2008 (*)

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no exercício de sua competência prevista no art. 62, inciso XX, da Constituição do Estado, e observando o disposto nos arts. 207 e 216 do Regimento Interno, apresenta as essencialidades da prestação de contas do Governador do Estado relativa ao exercício de 2008, encaminhadas por meio da Mensagem nº 350, de 31/03/2009, publicada no "Diário do Legislativo" em 4/4/2009.

Notas Técnicas

Demonstrações Contábeis e Regime Contábil

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade e em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos, critérios e disposições da Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), atendendo à Lei Orçamentária Anual, Lei nº 17.333 de 10 de janeiro de 2008, adotando-se o regime de caixa para apropriação da Receita e de competência para as Despesas, em conformidade com o artigo 35, da Lei Federal nº 4.320/64.

Empresas Dependentes

Para fins do Relatório Contábil as informações sobre as empresas estatais dependentes – Emater, Epamig e Rádio Inconfidência – foram consideradas somente no capítulo da Execução Orçamentária, não fazendo parte dos dados dispostos no Balanço Financeiro, Patrimonial e Demonstrativo das Variações Patrimoniais, deste relatório.

Balanço Orçamentário

Receita orçamentária

Verifica-se que a arrecadação das receitas correntes atingiu o percentual de 118% da previsão inicial e 115% da previsão atualizada, destacando-se positivamente o desempenho das receitas patrimoniais e de outras receitas correntes, entretanto, as receitas de agropecuária e industrial ficaram aquém do montante estimado.

Na rubrica das receitas de capital a arrecadação ficou abaixo dos 50% com exceção das receitas com amortização de empréstimos que arrecadaram 5,2% acima do previsto.

Balanço Orçamentário Fiscal						
Estado de Minas Gerais - 2008						
R\$ milhares						
Receitas Orçamentárias						
Categoria Econômica/Origem	Previsão Inicial (A)	Previsão Atualizada (B)	Valor Arrecadado (C)	Diferença (C - B)	AH % (C/A)	AH % (C/B)
Receitas Correntes	35.887.261	36.851.414	42.378.960	5.527.546	118,09	115,00
11 - Receita Tributária Líquida	20.810.422	20.810.493	23.796.532	2.986.039	114,35	114,35
Receita Tributária Bruta	23.656.530	23.656.601	27.040.370	3.383.769	114,30	114,30
Ded. da Receita Tributária (2)	(2.846.108)	(2.846.108)	(3.243.838)	(397.730)	113,97	113,97
12 - Receita de Contribuições	2.776.601	2.777.003	2.755.893	(21.110)	99,25	99,24
13 - Receita Patrimonial Líquida	746.495	1.552.144	1.816.220	264.076	243,30	117,01
14 - Receita Agropecuária	6.559	6.559	5.524	(1.035)	84,22	84,22
15 - Receita Industrial	122.041	122.041	91.425	(30.616)	74,91	74,91
16 - Receita de Serviços	377.545	382.312	474.011	91.699	125,55	123,99
17 - Transferências Corr. Líquidas	6.973.994	7.014.510	8.053.630	1.039.120	115,48	114,81

Receita de Transf. Correntes	7.382.010	7.422.526	8.530.938	1.108.412	115,56	114,93
Ded. da Transf. Correntes (2)	(408.016)	(408.016)	(477.308)	(69.292)	116,98	116,98
19 - Outras Rec. Corr. Líquidas	760.825	873.573	1.544.346	670.773	202,98	176,78
Outras Receitas Correntes	819.479	932.227	1.664.578	732.351	203,13	178,56
Ded. Outras Rec. Correntes (2)	(58.654)	(58.654)	(120.232)	(61.578)	204,99	204,99
Receitas de Capital	3.015.923	3.090.619	1.385.751	(1.704.868)	45,95	44,84
21 - Operações de Crédito	1.178.621	1.178.621	556.258	(622.363)	47,20	47,20
22 - Alienação de Bens	630.609	633.118	39.925	(593.193)	6,33	6,31
23 - Amortização de Empréstimos	456.807	456.807	480.430	23.623	105,17	105,17
24 - Transferências de Capital	636.546	707.581	282.216	(425.365)	44,34	39,88
25 - Outras Receitas de Capital	113.340	114.493	26.923	(87.570)	23,75	23,51
Subtotal	35.590.406	36.629.255	39.923.334	3.294.079	112,17	108,99
Déficit	-	-	-	-	-	-
Total	35.590.406	36.629.255	39.923.334	3.294.079	112,17	108,99
Despesas Orçamentárias						
Categoria Econômica/Grupo de Despesa	Crédito Inicial (A)	Crédito Autorizado (B)	Despesa Realizada (C)	Diferença (C - B)	AH % (C/A)	AH % (C/B)
Despesas Correntes	29.981.533	34.837.634	33.601.586	(1.236.048)	112,07	96,45
1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.746.903	17.255.619	16.674.559	(581.060)	113,07	96,63

2 - Juros e Encargos da Dívida	2.462.434	2.548.765	2.544.019	(4.747)	103,31	99,81
3 - Outras Despesas Correntes	12.772.195	15.033.250	14.383.008	(650.241)	112,61	95,67
Despesas de Capital	5.319.716	8.289.982	5.697.776	(2.592.205)	107,11	68,73
4 - Investimentos	3.670.427	5.552.308	3.725.666	(1.826.642)	101,50	67,10
5 - Inversões Financeiras	1.223.853	2.091.629	1.442.566	(649.063)	117,87	68,97
6 - Amortização da Dívida	425.435	646.045	529.545	(116.500)	124,47	81,97
Reserva de Contingência	289.157	657	-	(657)	-	-
Subtotal	35.590.406	43.128.273	39.299.363	(3.828.910)	110,42	91,12
Superávit	-	-	623.971	-	-	-
Total	35.590.406	43.128.273	39.923.334	(3.204.939)	112,17	92,57
Fonte: SIAFI - MG						
Notas: 1) AH - Análise Horizontal (Despesa Realizada/Crédito Inicial e Despesa Realizada/Crédito Autorizado);						
2) Para formação do FUNDEB.						

A receita orçamentária fiscal arrecadada em 2008 atingiu o montante de R\$39,923 bilhões, correspondendo à variação positiva nominal de 22,3%, R\$7,290 bilhões, se comparada a igual período do exercício anterior.

Comparativo da Arrecadação Orçamentária da Receita Fiscal					
Estado de Minas Gerais - 2007/2008					
R\$ milhares					
Categoria Econômica/Origem	2007	AV % (1)	2008	AV % (1)	AH % (2)
Receitas Correntes	34.664.825	106,23	42.378.960	106,15	22,25
11 - Receita Tributária	22.662.309	69,45	27.040.370	67,73	19,32
ICMS	18.972.268	58,14	22.541.992	56,46	18,82
IPVA	1.588.074	4,87	1.838.621	4,61	15,78
IRRF	1.041.496	3,19	1.388.427	3,48	33,31

ITCD	125.997	0,39	170.413	0,43	35,25
Taxas	934.475	2,86	1.100.917	2,76	17,81
12 - Receita de Contribuições	2.588.072	7,93	2.755.893	6,90	6,48
13 - Receita Patrimonial	1.597.479	4,90	1.816.220	4,55	13,69
14 - Receita Agropecuária	4.717	0,01	5.524	0,01	17,11
15 - Receita Industrial	107.870	0,33	91.425	0,23	(15,25)
16 - Receita de Serviços	361.946	1,11	474.011	1,19	30,96
17 - Transferências Correntes	6.619.524	20,28	8.530.938	21,37	28,88
Da União	3.865.560	11,85	4.772.428	11,95	23,46
Multigovernamentais	2.596.670	7,96	3.545.131	8,88	36,53
Demais Transferências	157.264	0,48	213.379	0,53	35,68
19 - Outras Receitas Correntes	722.908	2,22	1.664.578	4,17	130,26
Receitas de Capital	807.736	2,48	1.385.751	3,47	71,56
21 - Operações de Crédito	196.302	0,60	556.258	1,39	183,37
22 - Alienação de Bens	33.445	0,10	39.925	0,10	19,38
23 - Amortização de Empréstimos	377.703	1,16	480.430	1,20	27,20
24 - Transferências de Capital	169.589	0,52	282.216	0,71	66,41
25 - Outras Receitas de Capital	30.696	0,09	26.923	0,07	(12,29)
Deduções da Receita Corrente	(2.839.310)	(8,70)	(3.841.377)	(9,62)	35,29
Total da Receita Fiscal	32.633,250	100,00	39.923.334	100,00	22,34
Fonte: SIAFI - MG					
Notas: 1) AV - Análise Vertical;					
2) AH - Análise Horizontal (2008/2007).					

As receitas de capital no montante de R\$1,386 bilhão representaram 3,5% da arrecadação da receita orçamentária fiscal e apresentaram um crescimento de 71,6% em relação ao exercício anterior.

Estado de Minas Gerais - 2007/2008				
R\$ milhares				
Origem	2007	2008	AV % (1)	AH % (2)
Operações de Crédito	196.302	556.258	40,14	183,37
Alienação de Bens	33.445	39.925	2,88	19,38
Amortização de Empréstimos	377.703	480.430	34,67	27,20
Transferências de Capital	169.589	282.216	20,37	66,41
Outras Receitas de Capital	30.696	26.923	1,94	(12,29)
Total	807.736	1.385.751	100,00	71,56
Fonte: SIAFI - MG				
Notas: 1) AV - Análise Vertical;				
2) AH - Análise Horizontal (2008/2007).				

Despesa orçamentária

A despesa orçamentária fiscal realizada pelo Estado de Minas Gerais, no exercício de 2008, totalizou R\$39,299 bilhões, com incremento nominal de 21,1% se comparado ao exercício anterior.

A categoria da despesa corrente apresentou redução, passando de 87,3% em 2007 para 85,3% em 2008. Verifica-se que os grupos de Outras Despesas Correntes e o de Pessoal e Encargos Sociais apresentaram crescimentos nominais significativos da ordem de R\$2,460 bilhões e R\$2,406 bilhões, respectivamente, correspondendo a 70,1% da variação nominal da despesa orçamentária fiscal.

As despesas realizadas com pagamento de Juros e Encargos da Dívida Pública totalizaram, no exercício de 2008, o montante de R\$2,5 bilhões, superior em 19,1% em valores nominais ao despendido no exercício anterior. Esse acréscimo deveu-se ao aumento obtido na receita líquida real.

Comparativo da Execução Orçamentária da Despesa					
Estado de Minas Gerais - 2007/2008					
R\$ milhares					
Categoria Econômica/Grupo de Despesa	2007	AV % (1)	2008	AV % (1)	AH % (2)
Despesas Correntes	28.327.247	87,31	33.601.586	85,50	18,62
1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.268.355	43,98	16.674.559	42,43	16,86
2 - Juros e Encargos da Dívida	2.136.270	6,58	2.544.019	6,47	19,09

3 - Outras Despesas Correntes	11.922.622	36,75	14.383.008	36,60	20,64
Despesas de Capital	4.115.901	12,69	5.697.776	14,50	38,43
4 - Investimentos	2.820.705	8,69	3.725.666	9,48	32,08
5 - Inversões Financeiras	829.360	2,56	1.442.566	3,67	73,94
6 - Amortização da Dívida	465.837	1,44	529.545	1,35	13,68
Total	32.443.148	100,00	39.299.363	100,00	21,13
Fonte: SIAFI - MG					
Notas: 1) AV - Análise Vertical;					
2) AH - Análise Horizontal (2008/2007).					

No contexto das despesas orçamentárias de capital, as mesmas tiveram participação em 14,5% do total executado em 2008, sendo aproximadamente 10% com despesas relativas ao grupo de investimentos.

Do valor apurado no grupo de investimentos, 95,5% foram referentes aos seguintes elementos de despesas: Auxílios, Obras e Instalações e Equipamentos e Material Permanente, com R\$1,102 bilhão, R\$1,950 bilhão e R\$582 milhões, respectivamente.

Quanto às Amortizações da Dívida, sua realização representou apenas 1,3% do total da despesa orçamentária fiscal, ou seja, R\$530 milhões, com variação nominal de 13,7% provocada pelo maior ônus que a dívida em moeda estrangeira passou a representar devido à desvalorização do real.

Comparativo da Execução Orçamentária da Despesa de Capital					
Estado de Minas Gerais - 2007/2008					
R\$ milhares					
Categoria Econômica/Grupo de Despesa	2007	AV % (1)	2008	AV % (1)	AH % (2)
Despesas de Capital	4.115.901	12,69	5.697.776	14,50	38,43
4 - Investimentos	2.820.705	8,69	3.725.666	9,48	32,08
5 - Inversões Financeiras	829.360	2,56	1.442.566	3,67	73,94
6 - Amortização da Dívida	465.837	1,44	529.545	1,35	13,68
Total	32.443.148	100,00	39.299.363	100,00	21,13
Fonte: SIAFI - MG					
Notas: 1) AV - Análise Vertical;					
2) AH - Análise Horizontal (2008/2007).					

Balanço Financeiro

Demonstrativo da Síntese do Balanço Financeiro					
Estado de Minas Gerais - 2008					
R\$ milhares					
Receita			Despesa		
Descrição	Valores	AV % (1)	Descrição	Valores	AV % (1)
Orçamentária	39.852.475	34,64	Orçamentária	39.062.105	33,95
Extra-orçamentária	70.999.983	61,71	Extra-orçamentária	70.820.900	61,55
			Pendente	102.276	0,09
			Contas de gestão financeira anual	163.935	0,14
Saldo do exercício anterior	4.203.360	3,65	Saldo para o exercício seguinte	4.906.602	4,26
Total	115.055.818	100,00	Total	115.055.818	100,00
Fonte: SIAFI - MG					
Notas: 1) AV - Análise Vertical.					

Balanço Patrimonial

Demonstrativo da Síntese do Balanço Patrimonial Consolidado					
Estado de Minas Gerais - 2008					
R\$ milhares					
Ativo	2008	AV % (1)	Passivo	2008	AV % (1)
Ativo Circulante	7.183.301	9,23	Passivo Circulante	6.432.394	8,26
Ativo Realizável a Longo Prazo	33.166.768	42,60	Passivo Exigível a Longo Prazo	57.294.614	73,59
Ativo Permanente	8.021.951	10,30			
Soma do Ativo Real	48.372.020	62,13	Soma do Passivo Real	63.727.008	81,86
			Passivo a Descoberto	(15.354.988)	(19,72)

Ativo Compensado	29.480.525	37,87	Passivo Compensado	29.480.525	37,87
Total	77.852.545	100,00	Total	77.852.545	100,00
Fonte: SIAFI - MG					
Notas: 1) AV - Análise Vertical.					

Indicadores Fiscais

Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida – RCL, nesse exercício, apresentou variação próxima de 23% se comparado ao exercício anterior, justificado pela inclusão em seu cômputo das receitas extraordinárias referentes à exploração dos serviços para pagamento da folha de salários dos servidores e do programa de parcelamento especial de crédito tributário instituído pelo Decreto nº. 44.695/2007.

Comparativo da Receita Corrente Líquida - RCL			
Estado de Minas Gerais - 2007/2008			
LRF, art. 53, inciso I - Anexo III		R\$ milhares	
Descrição	2007	2008 (1)	AH (2) Variação %
Receita Corrente	34.664.777	42.378.960	22,25
Deduções	10.861.099	13.136.470	20,95
Receita Corrente Líquida	23.803.678	29.242.489	22,85
Fonte: SIAFI - MG			
Notas: 1) No total das Receitas encontram-se incluídas as receitas extraordinárias referentes à exploração dos serviços para pagamento da folha de salários dos servidores e do programa de parcelamento especial de crédito tributário instituído pelo Decreto nº 44.695/2007;			
2) AH - Análise Horizontal (2008/2007).			

Despesa de Pessoal

Poder Executivo

Verificou-se uma retração de 1,32%, se comparado ao exercício anterior, atingindo percentuais de 46,37% e 45,76%, respectivamente, do gasto de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida – RCL.

Comparativo da Despesa de Pessoal - Poder Executivo			
Estado de Minas Gerais - 2007/2008			
R\$ milhares			
Despesa com Pessoal - Poder Executivo	Despesas Executadas		AH %
	2007	2008	

			(1)
Despesa Bruta com Pessoal (I)	12.688.632	14.765.497	11,86
Pessoal Ativo	7.285.295	8.710.781	11,75
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.085.807	5.677.145	11,59
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	317.531	377.572	18,81
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	1.649.967	1.383.485	(16,34)
Total da Despesa com Pessoal para fins de Apuração do Limite TDP (IV) = (I - II)	11.038.665	13.382.012	15,98
Receita Corrente Líquida - RCL (III) (2)	23.803.678	29.242.489	22,85
% do Total da Despesa com Pessoal para fins de Apuração do Limite - TDP sobre a RCL	46,37	45,76	(1,32)
Fonte: SIAFI - MG			
Notas: 1) AH - Análise Horizontal (2008/2007);			
2) No total das Receitas encontram-se incluídas as receitas extraordinárias referentes à exploração dos serviços para pagamento da folha de salários dos servidores e do programa de parcelamento especial de crédito tributário instituído pelo Decreto nº 44.695/2007.			

Despesa de Pessoal Consolidado – Todos os Poderes e Ministério Público

A Despesa de Pessoal Consolidada do Estado de Minas Gerais, englobando todos os poderes, permite constatar em seus valores globais que o gasto com pessoal enquadrar-se nos limites estabelecidos na LRF, uma vez que a evolução da Receita Corrente Líquida suportou a variação dos valores referentes a esta despesa.

Comparativo da Despesa de Pessoal - Todos os Poderes e Ministério Público			
Estado de Minas Gerais - 2007/2008			
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	R\$ milhares		
Despesa com Pessoal - Consolidado dos Poderes e Ministério Público	Despesas Executadas		AH %
	2007	2008	(1)
Despesa Bruta com Pessoal (I)	15.740.079	18.264.742	16,04
Pessoal Ativo	9.426.434	11.251.979	13,28
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.935.702	6.634.978	11,75
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	377.943	377.786	(0,12)

(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	2.414.348	2.381.474	(1,50)
Repasses Previdenciários	-	-	-
Total da Despesa com Pessoal para fins de Apuração do Limite TDP (IV) = (I - II)	13.282.768	15.883.268	15,23
Receita Corrente Líquida - RCL (III) (2)	23.803.678	29.242.489	22,85
% do Total da Despesa com Pessoal para Fins de Apuração do Limite - TDP sobre a RCL	55,80	54,32	(2,66)
Fonte: SIAFI - MG			
Notas: 1) AH - Análise Horizontal (2008/2007);			
2) No total das Receitas encontram-se incluídas as receitas extraordinárias referentes à exploração dos serviços para pagamento da folha de salários dos servidores e do programa de parcelamento especial de crédito tributário instituído pelo Decreto nº 44.695/2007.			

Dívida Consolidada Líquida

O percentual registrado nesse exercício apresentou pequena oscilação positiva no transcorrer do período, com o índice apurado variando de 160,58% no 1º quadrimestre a 176,32% no 3º quadrimestre/2008, cumprindo desta forma os compromissos relativos ao serviço da dívida e enquadrando-se de forma muito confortável ao limite de 218,35% da Receita Corrente Líquida - RCL estabelecido para o período.

Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida - DCL				
Estado de Minas Gerais - 2008				
LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II	R\$ milhares			
Especificação	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2008		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada -DC (I)	52.148.810	53.602.588	56.556.814	60.120.963
Deduções (II)	7.456.062	10.749.110	10.008.559	8.560.323
Dívida Consolidada Líquida (DCL) (III) = (I - II)	44.692.747	42.853.479	46.548.254	51.560.659
Regime Previdenciário				
Dívida Consolidada Previdenciária (IV)	1.436.838	1.448.060	1.416.031	1.718.242
Deduções (V)	2.036.372	2.563.316	1.443.932	1.466.678

Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (VI) = (IV - V)	(599.534)	(1.115.256)	(27.901)	(251.564)
Fonte: SIAFI - MG, informações da ALMG e Empresas Estatais Dependentes.				
Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida - Exercício Financeiro 2008				
Quadrimestres	1º	2º	3º	
% da DCL sobre a RCL	160,58%	165,86%	176,32%	
% Limite de Endividamento	218,35%			

Resultado Nominal

Neste exercício verificou-se variação de 108,18% nesse resultado em relação ao exercício anterior.

Comparativo do Resultado Nominal			
Estado de Minas Gerais - 2007/2008			
LRF, art. 53, inciso III - Anexo VI	R\$ milhares		
Especificação	Saldo		
	Em 31/12/2007	Em 31/12/2008	AH % (1)
Dívida Consolidada (I)	52.148.838	60.120.983	15,29
Deduções (II)	7.456.135	8.560.323	14,81
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I - II)	44.692.702	51.560.659	15,37
Passivos Reconhecidos (V)	663.208	1.408.354	112,35
Dívida Fiscal Líquida (III + IV - V)	44.029.494	50.152.305	13,91
Resultado Nominal	2.941.137	6.122.811	108,18

Discriminação da Meta Fiscal	2007	2008
Meta de Resultado Fixada na LDO	3.311.000	2.991.647
Regime Previdenciário		

Especificação	Em 31/12/2006	Em 30/12/2007
Dívida Consolidada (VI)	1.436.838	1.718.242
Deduções (VII)	2.036.372	1.466.678
Dívida Fiscal Líquida (VIII - XI)	(599.534)	251.565
Fonte: SIAFI - MG e Informações das Empresas Estatais Dependentes		
Nota: 1) AH - Análise Horizontal (2008/2007).		

Resultado Primário

O comparativo entre o exercício de 2008 e o anterior apontou crescimento de 28,70%, apresentando resultado superior em 40,71% da meta fixada na LDO estabelecida para 2008.

Comparativo do Resultado Primário			
Estado de Minas Gerais - 2007/2008			
LRP, art. 53, inciso III - Anexo VII	R\$ milhares		
Receitas Primárias	2007	2008	Variação %
Receita Primária Total	31.542.786	38.135.970	20,90
Despesa Primária Total	29.234.006	35.164.665	20,29
Resultado Primário	2.308.780	2.971.305	28,70
Meta de Resultado Fixada na LDO	1.687.000	2.373.780	40,71
Fonte: SIAFI - MG			
Nota: 1) AH - Análise Horizontal (2008/2007).			

Indicadores Constitucionais

Demonstrativo dos Índices Constitucionais				
Estado de Minas Gerais - 2008				
R\$ milhares				
Demonstrativo	Receita (Base de Cálculo)	Aplicação do Recurso (Despesa)	Valor Mínimo a Aplicar	% Aplicação
Aplicação de Recursos na	22.656.646	2.971.536	12,00	13,12

Saúde - (12,00 %)				
Aplicação de Recursos na FAPEMIG	20.923.113	209.231	209.231	1,00
Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25,00 %)	22.656.646	6.539.566	5.664.162	28,86
- Aplicação mínima legal no pagamento dos profissionais do magistério da Educação Básica (60 % das transferências recebidas do FUNDEB)	3.580.303	2.790.138	2.148.182	77,93
- Demais despesas com manutenção e desenvolvimento da Educação Básica	-	3.749.428	-	-
Fonte: SIAFI - MG				

PLENO(**)

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 25 DE JUNHO DE 2009

RELATORA: Conselheira Adriene Andrade

REVISOR: Conselheiro em exercício Licurgo Mourão

AUDITOR: Hamilton Coelho

PROCESSO Nº 782.747 - Balanço Geral do Estado de Minas Gerais, exercício de 2008.

O Tribunal emitiu parecer favorável à aprovação das contas do exercício de 2008, nos termos dos votos da Exma. Sra. Conselheira-Relatora e do Exmo. Sr. Conselheiro-Revisor, com recomendações e determinações.

Plenário Governador Milton Campos, 25 de junho de 2009

Wanderley Ávila

Conselheiro Presidente

(*) extraídas do Relatório Contábil, peça integrante do Balanço Geral do Estado relativo ao exercício de 2008.

(**) extraído do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado.

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA EM 10/9/2009

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

José Henrique - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Carlos Pimenta - Djalma Diniz - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Leonardo Moreira - Maria Tereza Lara - Padre João - Paulo Guedes - Sávio Souza Cruz - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h8min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 11, às 14 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 31ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 27/8/2009

Presidência dos Deputados André Quintão e Vanderlei Miranda

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - 1º Paineil: Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Secretário Agostinho Patrús Filho - Palavras do Sr. Paulo Abrão Pires Júnior - Palavras do Sr. Márcio Lacerda - Palavras da Sra. Luzia Ferreira - Palavras do Deputado Durval Ângelo - Palavras da Sra. Emely Vieira Salazar - 2º Paineil: Composição da Mesa - Palavras da Sra. Gilse Cosenza - Palavras da Sra. Magda de Almeida Neves - Palavras da Sra. Valéria Costa Couto - Palavras do Sr. Betinho Duarte - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

André Quintão - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado André Quintão) - Às 19h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Wander Borges, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates "30 Anos de Luta pela Anistia Política no Brasil", com o objetivo de discutir e refletir sobre o significado do movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita na segunda metade da década de 1970 e seu saldo político, cujos efeitos se estenderam ao longo dos últimos 30 anos.

1º Paineil

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputado Agostinho Patrús Filho, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Paulo Abrão Pires Júnior, Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, representando o Ministro da Justiça, Tarso Genro; Márcio Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; a Exma. Sra. Vereadora Luzia Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; o Exmo. Sr. Deputado Durval Ângelo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa; a Exma. Sra. Emely Vieira Salazar, Presidente do Conselho Estadual de Defesa de Direitos Humanos; e os Exmos Srs. Rodrigo Filgueira de Oliveira, Promotor de Justiça, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado, José Alceu Torres; João Batista de Oliveira, Subsecretário de Direitos Humanos da Sedese; e Deputado Vanderlei Miranda, membro da Comissão de Direitos Humanos e Vice-Presidente da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado desta Casa.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Jorge Nahas, Secretário Municipal de Políticas Sociais; Daniel Nepomuceno, Coordenador Municipal de Direitos Humanos; da Exma. Sra. Márcia Martini, Presidente da Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura de Minas Gerais; dos Exmos. Srs. Douglas Krenak, Coordenador do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais; do ex-Deputado Marcos Tito; e das Exmas. Sras. Ana Cordélia de Pinho, da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania; Michelli Guimarães, representando o ex-Ministro dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, Presidente da Fundação Perseu Abramo; e Heloisa Starling, Vice-Reitora da UFMG e Curadora do Memorial da Anistia.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

É com muita alegria que, neste importante ciclo de debates, tenho a responsabilidade de fazer a leitura do pronunciamento do Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa, que, em virtude de representação oficial, não está aqui presente, mas fez questão de deixar a todos os presentes a mensagem de abertura que passo a ler. (- Lê:)

"O que somos hoje é fruto das experiências que vivemos. Isso vale para a vida de cada um de nós, bem como para a história de uma nação. Hoje a sociedade vem a esta Casa para comemorar os 30 anos de luta pela anistia política no Brasil. A Lei nº 6.683, promulgada em 1979, fruto de intensa mobilização da sociedade, buscou a reparação de algumas injustiças cometidas durante os anos de chumbo. Mais do que isso, ela representa um marco na retomada democrática em nosso país. Nos anos que se seguiram à sua promulgação, tiveram início os trabalhos de mobilização popular e luta pela abertura política do Brasil. Em 1983, começou a ser articulado o movimento Diretas Já, que, em 1984, ganhou maior força e levou a sociedade às ruas na luta pelo direito ao voto direto para Presidente da República. A expectativa era a de que uma emenda constitucional assegurasse as eleições diretas já nesse ano. Isso não ocorreu. Entretanto, dois civis concorreram à Presidência do Brasil, sendo eleito o mineiro Tancredo Neves, cuja relevância no processo de redemocratização do País é inquestionável. Lamentavelmente, ele

faleceu antes de assumir o cargo.

As vitórias já alcançadas e a consciência de que a redemocratização era um fato consolidado deram ânimo à sociedade para continuar suas lutas e reivindicações. Os movimentos sociais se expandiram, e, em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, que, já em seu preâmbulo, traz a afirmação de que a Assembleia Nacional Constituinte se reuniu para instituir um Estado Democrático. No ano seguinte, em 1989, foi a vez de Minas Gerais promulgar sua Constituição Estadual. Fomos o primeiro Estado a fazê-lo. O pioneirismo mineiro não se restringiu a isso. A própria construção do referido texto legal contou com a participação popular, fato incomum naquela época. Desde então, nossa Assembleia Legislativa tem-se aberto cada vez mais ao processo de interlocução com a sociedade.

Fiz essa breve reflexão sobre importantes fatos históricos ocorridos em nosso país e em nosso Estado nas últimas décadas para que possamos perceber que temos vivenciado um período contínuo de rompimento de barreiras. Muitas já foram rompidas, outras ainda o serão. O retorno dos exilados políticos ao Brasil – muitos deles com atuação notória em movimentos populares nos últimos 30 anos e na política nacional –, a liberdade das pessoas para irem e virem, a libertação de presos políticos: todas essas conquistas obtidas nos dão a certeza de que um capítulo triste de nossa história foi encerrado. Vivemos uma democracia recente, e a própria democracia é um processo que requer tempo e adequações de posturas. Cada um de nós precisa aprender a vivenciá-la. O que se pode dizer é que chegamos a um ponto no qual já houve o resgate da participação popular sem medo. O direito de manifestar nossas opiniões ou de lutar por nossos interesses está assegurado e pode, e deve ser exercido em sua plenitude. Nesse ponto, o Legislativo mineiro exerce o papel de importante mediador das discussões ao ouvir a sociedade e traduzir seus anseios em normas legais. Procuramos, cada vez mais, consagrar o Poder Legislativo como o poder do cidadão, garantindo a pluralidade de ideias como forma de consolidação do princípio da cidadania.

Queremos hoje mostrar que, assim como a própria democracia, a anistia é uma instituição ainda em construção. Seu conceito não se esgota na desconsideração dos crimes políticos praticados durante um período de exceção. Encontram-se em nossos tribunais muitas discussões acerca de sua amplitude, reivindicam-se direitos a maiores informações e acesso a arquivos ainda ocultos. Lembremo-nos de que, em outros tempos, nem sequer havia o direito de lutar por tudo isso. A atual discussão é válida e certamente trará novos avanços.

Este ciclo de debates tem por finalidade levar a discutir e refletir sobre o significado do movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita e seu saldo político, cujos efeitos se estenderam ao longo dos últimos trinta anos. Estamos certos de que as discussões serão produtivas; afinal, debater sobre fatos que marcaram nossa história tem uma enorme importância e nos ajudam a propor soluções melhores para o futuro da sociedade. Presidente da Assembleia, Deputado Alberto Pinto Coelho". Essa foi a mensagem que o Presidente fez questão de tornar pública aos presentes.

Antes de concluir, queria parabenizar todos os organizadores deste ciclo de debates e cumprimentar, em especial, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Durval Ângelo, bem como as entidades apoiadoras e todos os movimentos presentes. Sabemos o quanto é importante, principalmente para os jovens, conhecer bastante a nossa história e saber que as conquistas que temos hoje e que, com certeza, precisam ainda ser expandidas custaram a vida e o sofrimento de muitos e muitas. Sabemos também que a própria anistia ainda comporta debates importantes, porque nem a nossa própria história ainda foi totalmente revelada. E uma história verdadeira, principalmente uma história de carne e osso, precisa ser amplamente conhecida, discutida e compreendida por todos os brasileiros e brasileiras, para que, de fato, consigamos, em plenitude, firmar a anistia ampla, geral e irrestrita. Este ciclo de debates promovido pela Assembleia Legislativa é importante, não simplesmente para comemorar uma data - até porque o termo "comemoração" nesse caso é bastante ambíguo -, mas principalmente para podermos avançar em todos os sentidos na verdadeira democracia social, econômica, humana e política em nosso país. Foi nessa geração que iniciei minha militância política, aprendendo muito com minha querida companheira D. Helena Greco e com tantos outros aqui presentes, integrantes dessa luta histórica. É muito importante que esta data seja um marco para a nossa e as futuras gerações.

Agradeço, em nome do Presidente da Assembleia, Deputado Alberto Pinto Coelho, a presença de todos vocês nesta noite e, com certeza, amanhã, durante todo o dia, desejando-lhes um trabalho muito importante e intenso para que, de fato, essa data signifique mais um passo na consolidação da democracia em nosso Estado e país. Muito obrigado. Boa-noite a todos.

Palavras do Secretário Agostinho Patrús Filho

Muito boa-noite a todas e a todos. Exmos. Srs. Deputado Estadual André Quintão, aqui representando o Presidente Alberto Pinto Coelho, um batalhador pelas questões da liberdade em Minas Gerais, e o Deputado André Quintão, também muito reconhecido pelo seu trabalho na área da criança e do adolescente no Estado; Paulo Abrão Pires Júnior, Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, aqui representando o Ministro Tarso Genro; Márcio Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte, também ex-preso político; Vereadora Luzia Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Deputado Durval Ângelo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Assembleia Legislativa, uma referência na área dos direitos humanos, na luta pelos direitos humanos em Minas Gerais; Deputado Estadual Wander Borges, que também nos honra com sua presença - e, ao citar o Deputado Wander Borges, não posso deixar de também citar aqui o Deputado João Leite, ex-Secretário de Estado de Desenvolvimento Social, o primeiro, no início deste governo, a realizar o pagamento das indenizações e também com um trabalho importante à frente da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado -; Rodrigo Filgueira de Oliveira, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário, aqui representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Dr. Alceu José Torres Marques; Emely Vieira Salazar, Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, também ex-presa política, uma batalhadora em Minas Gerais pelas causas da liberdade; João Batista de Oliveira, Subsecretário de Direitos Humanos da Sedese, ex-Deputado Estadual, um amigo e companheiro incansável nas lutas pelos direitos humanos em Minas Gerais; Gilse Cosenza, Presidente da Comissão dos Anistiados em Minas Gerais; Rodrigo de Castro, filho do nosso saudoso Deputado e ex-Prefeito Célio de Castro; nosso ex-Deputado Marcos Tito, que também nos honra com sua presença, minhas senhoras e meus senhores, boa-noite.

É com grande satisfação que, em nome do governo de Minas, venho trazer algumas palavras neste ciclo de debates, que tem também a parceria e a participação do governo do Estado, marcando esses 30 anos da anistia política no Brasil. Este evento visa resgatar a memória da luta pela anistia e refletir os consequentes avanços para a democracia.

Muito mais que lembrar os 30 anos da promulgação de uma lei em si, celebram-se, agora, os 30 anos do início de uma nova fase da democracia brasileira, oriunda da luta social. Luta esta marcada, em 1979, pela greve de fome de presos políticos no País, que durou 32 dias e findou após o resultado da votação da Lei nº 6.683. A busca pela liberdade, no entanto, antecede essa época.

Desde os idos do século XVIII, por meio do Alferes Xavier e a Inconfidência Mineira, passando, em 1943, pelo "Manifesto dos Mineiros", de Milton Campos, Pedro Aleixo, Edgar da Matta Machado, Pedro Nava, Afonso Arinos, entre outros, vários filhos das Gerais imprimiram na história do Brasil as digitais da liberdade. Da mesma forma, por ocasião da resistência ao regime de exceção perpetrado pela ditadura militar. O Estado que traz a liberdade em sua bandeira e na alma do seu povo emprestou militantes exponenciais à causa da democracia brasileira. Vários outros, além de entregarem sua juventude e seus sonhos, entregaram também as suas vidas para reaverem as liberdades suprimidas pelo regime ditatorial. Mesmo antes do advento do regime militar de 1964 a 1985 - ainda em outubro de 1963 -, vidas foram ceifadas em razão da insurgência contra condições indignas de trabalho, no episódio que ficou conhecido como "o massacre de Ipatinga".

Nas décadas sombrias que se seguiram, mais mineiros pagaram com a vida pela ousadia de não se submeterem ao jugo da opressão. José Carlos da Matta Machado, Osvaldo Orlando da Costa, Alberto Aleixo, Maria Auxiliadora Barcelos, Zuleika Angel Jones e tantos outros são

artífices da liberdade de que hoje usufruímos.

Senhoras e senhores, cada geração tem seu compromisso com a história, e todas as gerações têm o dever de pavimentar a estrada da geração que lhes sucede, com legados de uma construção civilizatória que busque a equidade e a justiça. Isso só pode ser feito se mantivermos vivo o sentimento de oposição ao arbítrio, se reafirmarmos, diuturnamente e de forma inequívoca, a resistência aos movimentos de retrocesso e se não tivermos medo de conhecer a nossa história.

Este ciclo de debates vem contribuir para a reconciliação do Brasil com o seu passado recente; jogar luz no período lúgubre vivenciado por nós em mais de duas décadas; e relembrar a história brasileira daqueles que foram protagonistas desse momento, sofrendo as agruras de um regime político ditatorial. Ao mesmo tempo, é um tributo aos movimentos estudantis, aos sindicatos de trabalhadores, aos políticos, aos artistas, aos intelectuais, aos religiosos, às cidadãs e aos cidadãos - brasileiros comuns - que se engajaram no desafio de recuperar as garantias democráticas do nosso país.

Tornou-se comum ouvir que as pessoas perderam todas as batalhas contra a ditadura militar. No entanto, o rumo tomado pelo processo político brasileiro, desde a anistia política até os tempos atuais, demonstra, na verdade, exatamente o contrário. Por um desses interessantes paradoxos da vida, essas pessoas podem se orgulhar de pertencer à geração daqueles que, a longo prazo, venceram a guerra pela reconstrução da democracia no Brasil. São iniciativas como esta que levam à sociedade brasileira o reconhecimento formal da importância da resistência às violações das garantias constitucionais como forma de superar um passado que ninguém quer de volta. Este ciclo de debates, iniciado nesta noite, certamente possibilitará o fortalecimento da nossa democracia. Vários Estados da Federação, inclusive Minas Gerais, participam desse esforço com a criação de legislações estaduais de reparação simbólica das atrocidades cometidas por seus agentes durante os anos de chumbo. As indenizações, longe de apagar o sofrimento de quem passou pela repressão à época, mostram a sensibilidade desses governantes que marcam posição firme no intuito de se colocarem frontalmente contra qualquer violação dos direitos humanos. Minas Gerais, em um esforço deste governo, nesta época de dificuldade orçamentária, anuncia que já tem disponível o valor de R\$1.400.000,00 para pagamento de indenizações para 48 vítimas de tortura, aprovadas por nossa Comissão. O pagamento começa a ser feito amanhã para as primeiras 42 vítimas. As outras seis estão com documentação ainda pendente, mas certamente a regularizarão, e o governo do Estado honrará esse compromisso.

A Comissão Especial de Indenização às Vítimas de Tortura, que funciona no âmbito do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, está analisando um número residual de requerimentos. Minas está em dia com os pagamentos e estará assim até que se encerrem os trabalhos dessa Comissão. Dessa forma, podemos dizer que Minas está fechando esse ciclo, reparando essa dívida histórica.

É importante ressaltar também que foi concedido a Minas Gerais o privilégio de abrigar, em sua Capital, o Memorial da Anistia Política do Brasil. Ao sediar o projeto que vai organizar, preservar e divulgar a memória e o acervo histórico dos períodos de repressão política, o nosso Estado consolida a sua trajetória de participação efetiva no fortalecimento das liberdades democráticas em nosso país. O Governador Aécio Neves tem dado especial atenção a essas questões, tanto que, em Minas, está em pleno andamento a criação do Memorial de Direitos Humanos, também em parceria com a UFMG. Esse espaço, semelhante ao Memorial da Anistia, abrigará o acervo dos processos julgados pela Comissão Especial de Indenização às Vítimas de Tortura de Minas Gerais.

Além disso, também disponibilizará documentos relativos às lutas emancipatórias de grupos sociais vulneráveis. Todas essas iniciativas demonstram que a tradição de Minas Gerais na defesa veemente da democracia e da liberdade está presente não só na retórica, mas também na prática. Dessa forma, podemos dizer que este é um Estado, que, historicamente, carrega consigo o compromisso com os ideais libertários. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Paulo Abrão Pires Júnior

Boa-noite a todas e a todos. Cumprimento as autoridades presentes. Peço licença para não nomear cada uma. Como este é um evento comemorativo da anistia política no Brasil, em vez do protocolo regular, ou seja, a citação nominal das autoridades, os nossos cumprimentos, em primeiro lugar, devem ser dirigidos às perseguidas e aos perseguidos políticos brasileiros. Se não fossem eles, não estaríamos usufruindo das liberdades que temos hoje. Escolho a figura do Betinho Duarte, que cumprimento, para representar todos eles. A razão de ser de tudo isso se deve à luta e à resistência dessas pessoas, em quem devemos espelhar-nos permanentemente e inspirar-nos para dar seguimento às lutas atuais, que nada mais são que a continuação daquilo que foi conquistado bravamente com sangue, dor, sofrimento, mas com muito espírito de solidariedade, baseado fortemente em princípios socialistas, porque se lutava por um país melhor. Essa luta deve continuar.

Estamos participando de várias atividades realizadas em todo o Brasil em comemoração aos "30 anos de luta pela anistia no Brasil". Uma característica comum de todas essas atividades é que não estão comemorando os 30 anos da lei. Não se trata efetivamente de comemorar 30 anos da lei que não foi aprovada pelos movimentos sociais, pelo movimento democrático brasileiro, mas de comemorar os 30 anos de luta do povo brasileiro em favor dessa anistia. Sabemos que aquela legislação é evada de vícios e foi interpretada equivocadamente ao longo do tempo, a fim de se estabelecer um cenário de impunidade para os torturadores. Não podemos desconsiderar um fato relevante, ou seja, que essa lei foi o pontapé inicial de um processo de redemocratização no País: permitiu a volta dos exilados; permitiu a volta dos banidos; permitiu a soltura de parte dos presos políticos - não imediatamente; e permitiu a reintegração de alguns servidores a seus postos de trabalho, com dificuldades criadas ao longo do tempo. Desde então, a sociedade vem implementando ações de aprofundamento dessas conquistas democráticas.

A Constituição de 1988 firmou, no seu art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o direito à reparação. Essa primeira medida não foi dada ao povo brasileiro por nenhum governo: o povo conquistou na Constituinte o direito à reparação aos perseguidos políticos. O governo Fernando Henrique instituiu a Lei nº 9.140, ou seja, o reconhecimento pelo Estado legal brasileiro da sua responsabilidade no desaparecimento e morte de pessoas, instituindo a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Também foi o governo Fernando Henrique que criou a Comissão de Anistia, pela Lei nº 10.559, na reparação aos demais perseguidos políticos. O governo Lula, por sua vez, tem tomado várias iniciativas para aprofundar esse processo. A Casa Civil recentemente criou o Projeto Memórias Reveladas, que será a base fundante dessa questão relativa aos arquivos da ditadura, que não estão totalmente abertos. O governo também encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei de acesso às informações. Entre tantos dispositivos desse projeto de lei, está prevista a impossibilidade de sigilo para documentações que envolvam violações de direitos humanos. A Secretaria Especial de Direitos Humanos, por sua Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, avançou na continuidade do reconhecimento da responsabilidade na morte e no desaparecimento de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Ela publicou aquele que foi o ato mais relevante em termos de verdade dos últimos tempos, o livro "Direito à Verdade e à Memória", e tem feito as exposições relativas ao direito à verdade e à memória. Aproveito a oportunidade para cumprimentar a Vera Rotta, responsável por esse grande projeto da Secretaria de Direitos Humanos. Além disso, a Secretaria de Direitos Humanos teve várias outras conquistas, como a criação, junto à rede de altas autoridades do Mercosul, de um grupo de trabalho específico sobre verdade e memória.

A Comissão de Anistia, por sua vez, no Ministério da Justiça, também vem agregando, da sua parte, diante das suas possibilidades, elementos novos para isso que chamamos de cenário de justiça de transição. Essa não é uma comissão de governo, mas sim da sociedade civil que implementa uma política de Estado. Por ser composta por membros da sociedade civil, nós, por nossa vez, realizamos, no ano passado, uma audiência pública, dentro do Ministério da Justiça, na qual, pela primeira vez, um órgão oficial do Estado brasileiro promoveu um debate em

defesa da responsabilização dos agentes torturadores. Essa audiência pública deu visibilidade à luta dos movimentos sociais. A ação da Procuradoria da República nessa tarefa desembocou nesta ação com que a OAB ingressou no Supremo, visando à leitura adequada da Lei nº 6.683. Além disso, foram implementadas as Caravanas da Anistia, com processo de reparação, aceleração do processo de indenização aos perseguidos políticos, além de outras medidas de caráter educativo e de memória. É a este ponto que gostaria de chegar. Refiro-me ao projeto de constituição do Memorial de Anistia Política no Brasil, numa honrosa parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais. Aproveito para cumprimentar a Profa. Heloísa Starling, nossa parceira privilegiada na implementação desse projeto. Não fosse a UFMG, o Memorial da Anistia não teria vindo para Belo Horizonte. São Paulo e Rio de Janeiro também o disputavam, mas o projeto que a UFMG apresentou foi o melhor de todos. Então o Memorial será sediado aqui, com toda a documentação do Ministério e da Comissão de Anistia. Toda essa documentação também constará no Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional. A Prefeitura de Belo Horizonte e o governo Estado de Minas Gerais deram uma ajuda crucial não só na resolução de ordem burocrática mas também no apoio político do Prefeito e do Governador. Se assim não fosse, essa iniciativa não teria vindo a Minas.

Encerro, agradecendo o convite da Presidência da Assembleia Legislativa para estar aqui, neste honroso evento. Quero dizer que a Comissão de Anistia não arredará pé relativamente aos seus princípios e às suas posições. A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, essa comissão da sociedade civil, mesmo diante do acelerado processo de reparação, da existência da Comissão de Mortos e Desaparecidos e da Comissão de Anistia, acredita que o Brasil precisa efetivamente constituir uma comissão de verdade, para que sejam apurados todos os fatos relativos à história desse período que não desejamos que volte mais. A Comissão de Anistia também defende, com veemência, a abertura de todos os arquivos da ditadura militar, em especial, e é isso que interessa neste momento, os da Cisa, do Cenimar e do Ciex, que eram os órgãos de repressão das Forças Armadas, ligadas à Aeronáutica, à Marinha e ao Exército. Dizem que esses arquivos foram destruídos, mas não é plausível que, numa sociedade democrática, esse tipo de justificativa seja apresentada sem maior apuração e responsabilidade, se eventualmente foram destruídos. A Comissão de Anistia também defende que o Estado brasileiro deve fazer um pronunciamento público à sociedade para pedir desculpas pela ocorrência da ditadura militar. Enquanto o último perseguido político não for reparado, não poderemos dizer que vivemos numa democracia consolidada. Também temos a posição de que a atual investida das Forças Armadas na localização dos corpos dos mortos e desaparecidos do Araguaia deve ser conduzida pela Secretaria de Direitos Humanos e pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, que têm efetivamente a responsabilidade e a competência legal para levar adiante esse processo.

Portanto, tortura não é crime político, é crime de lesa-humanidade. Não há sequer uma única linha na Lei nº 6.683 que permite a interpretação conveniente que foi dada ao longo do tempo: a apuração civil e criminal desses crimes não possa ser efetivada pelo direito. Na ação da OAB no Supremo Tribunal Federal, o que está em jogo é se o Poder Judiciário brasileiro vai ou não reconhecer o importante papel do direito no processo civilizatório e no aprofundamento da nossa democracia. Não é possível imaginar, numa sociedade democrática, a categoria de tortura política, de estupro político, de violência política. Isso é uma regressão, e tenho certeza de que a luta do povo brasileiro já valeu a pena pelo passado e valerá a pena por mais essa conquista, se nos mobilizarmos. Querendo ou não, o Supremo Tribunal Federal terá que se manifestar e, se não sentir a pressão das ruas, poderá dar a solução mais fácil, que é a leitura viciada do direito ao longo do tempo.

Essa é a nossa mensagem. Muito obrigado.

O locutor - Informamos aos telespectadores da TV Assembleia que é possível a participação neste debate, bastando, para isso, utilizarem o "e-mail" debate.30anosanistia@almg.gov.br ou pelo telefone 0800-7092564.

Palavras do Sr. Márcio Lacerda

Boa-noite, senhoras e senhores. Faço um cumprimento geral a todas as autoridades presentes à Mesa e na plateia. Agradeço muito a presença do Paulo Abrão, guerreiro dessa causa. É uma satisfação muito grande estar com vocês na abertura deste ciclo de debates. Há pouco, ouvindo o Hino Nacional, emocionei-me de uma forma que nunca tinha me emocionado, pelo menos desde criança ou muito jovem, pelo significado que representam neste momento. Lembro como esses símbolos nacionais - o próprio hino, a bandeira -, naquele período de autoritarismo, foram apropriados pelos donos do poder, pelos donos da verdade. Chegamos ao ponto até de os cidadãos terem uma certa dificuldade em se conciliar com esses símbolos. Eles eram os símbolos do "ame-o ou deixe-o".

Emociono-me também por ver aqui várias pessoas que sofreram muito nesse período, algumas com as quais convivi naquela época. Como disse o Paulo, a anistia, de fato, não foi completa; foi uma etapa de uma luta. Na minha vida pessoal, depois da anistia, sofri perseguições, dificuldades em conseguir emprego, porque trabalhava em uma área que era considerada de segurança nacional, ainda na década de 80. Isso revela o quanto esse período autoritário causou mal ao País. Não vou prolongar-me, mas quero dizer que sempre me lembro daqueles que morreram, daqueles que desapareceram. Comentei agora com o Deputado Durval Ângelo o carinho enorme que tenho pela lembrança do José Carlos da Matta Machado, com quem convivi muito. A lembrança dele e de tantos outros nos traz sentimentos de perda e tristeza, principalmente por causa das famílias, que não puderam enterrar seus mortos. Acho que essa é a grande chaga desse período que permanece aberta na nossa história. Eles não puderam enterrar, não puderam saber da circunstância de sua morte nem sobre aonde foram atirados. Antes que vítimas e opressores morram, é preciso que aconteça um processo de verdade, para que haja um mínimo de possibilidade de reconciliação. Essa é uma tensão que continua no ar. Todos sabemos, as pessoas que estudaram dinâmicas familiares através das gerações sabem que as pessoas que escondem verdades, que não vêm a público contar sua participação estão transmitindo um peso aos seus descendentes, às suas famílias. Ao longo das gerações serão reproduzidas situações difíceis causadas por essa culpa inconsciente. Diria que, no mínimo, precisávamos de um processo de verdade, de reconciliação, conforme ocorreu e ainda ocorre até hoje, se não me engano, na África do Sul. Precisamos trabalhar, no mínimo, por isso.

Quero dizer, com sentimento de alegria e de justiça, que toda essa luta certamente não foi em vão. Todo o processo que fizemos em Belo Horizonte, por meio da Prefeitura, do governo do Estado, nas suas sucessivas gerações de dirigentes, a fim de se buscar liberdade, justiça e direitos humanos, devemos a essa geração que lutou. Aproveito este momento para honrar a memória de todos. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Luzia Ferreira

Boa-noite a todas e a todos. Quero dizer que é um prazer estar aqui. Cumprimento a Mesa nas pessoas da Sra. Emely Vieira Salazar e do Deputado Vanderlei Miranda, que aqui está representando a Assembleia e o seu Presidente. Quero cumprimentar também todos que estão no auditório na pessoa do Betinho Duarte, ex-Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que também foi Presidente do Comitê pela Anistia.

Sou de uma geração que também foi para as ruas levantar essa bandeira, a qual, portanto, é um pouco protagonista dessa história. Lembrei ontem, num outro evento, que, nesses 30 anos, essa foi a primeira vitória mais ampla dos opositores à ditadura. Essa bandeira unificou a anistia ampla, geral e irrestrita e também todos aqueles que lutavam contra a ditadura. Sabemos que havia diversas correntes da esquerda com diversas interpretações, inclusive na forma de lutar, mas a anistia unificou e ganhou as ruas. Iniciou-se com os familiares dos presos políticos e dos desaparecidos. Registro a importância das mulheres nessa luta. A luta pela anistia ampla, geral e irrestrita financiou-se por iniciativas de familiares de presos, na maioria mulheres, a qual ganhou adesão em todas as camadas. Vinha do movimento estudantil, que estava mais organizado e que, desde 1974, constantemente se organizava e desafiava a legislação proibitiva de manifestação política, de fazer passeatas e greves. Nós já tínhamos começado esse processo. Essa luta começou a encampar-se por intermédio de outros movimentos, fruto da importância que adquiriu e da sensibilidade que o movimento feminino pela anistia, em especial, conseguiu nos contagiar. Vejo a Bizoca e lembro-me de uma pessoa também importante, que se transformou num símbolo depois da luta pelos direitos humanos, que foi a D. Helena Greco, símbolo de todos nós nessa luta. Faço referência à sua tenacidade, que aprendemos a admirar na luta, no enfrentamento do

autoritarismo, na coragem que tinha de desafiar os poderosos. Tudo isso vimos naquela senhora com cara de avó, frágil, mas que tinha coragem de desafiar.

Rediscutir e lembrar essa luta é também criar pontes com o futuro. Como disse o representante do Ministro da Justiça, o que nos deixa muito esperançosos é que os brasileiros tenham acesso aos arquivos. É injustificável que, depois de 30 anos, ainda haja segredo sobre algo tão dramático que não pode ser anistiado, que são os crimes de tortura. Talvez por isso a tortura ainda hoje seja tão comum no Brasil como método para interrogar presos nas nossas prisões e cadeias. O Deputado Durval é Presidente de uma Comissão que cotidianamente recebe denúncias de torturas. Trata-se de um crime que lesa a humanidade. Portanto, a tortura não pode ser perdoada nunca. Não temos acesso aos arquivos. Que segredo é esse? Que segurança de Estado pode justificar que, depois de tanto tempo, ainda não se tenha esse relato e um conhecimento oficial da história? Esses 30 anos estão servindo para reagrupar forças, para criar condições a fim de continuarmos lutando, encontrarmos os desaparecidos políticos, conhecermos a verdade sobre as circunstâncias das mortes dos chamados desaparecidos políticos, conhecermos os segredos dos porões da Ditadura. Isso é o mínimo que a história nos deve. Um País considerado democrático, de fato, não pode permitir que esse período continue como uma página obscura.

Trago aqui esse reconhecimento a todos os que lutaram bravamente pela anistia política, que desencadeou outras conquistas. Foi importante para unir os opositores da Ditadura, criando uma bandeira com amplo apoio da sociedade para, depois, lutar pelas eleições diretas e pela transição. Pagamos o preço de uma transição negociada, pois não houve ruptura. A passagem da Ditadura para a democracia foi negociada, incorporando-se parte do regime. Era uma unidade do novo com parte do velho. Talvez por isso hoje seja tão difícil conhecermos essa história. Todavia, temos uma democracia sólida, estando no poder pessoas que vieram desse processo de luta. Muitos até sofreram nos porões da Ditadura, o que torna talvez mais urgente e necessário que essa história seja passada a limpo. Muito obrigada.

Palavras do Deputado Durval Ângelo

Cumprimento o Deputado Vanderlei Miranda, da Comissão de Direitos Humanos, na pessoa do companheiro Paulo Abrão, Presidente da Comissão Nacional. Saúdo todos os integrantes da Mesa. Boa-noite a todos e a todas. Serei breve porque teremos uma mesa de debates para aprofundamento posterior.

Gostaria de lembrar-lhes que este ciclo de debates é parte de uma discussão muito maior, que, durante todo o mês de agosto, envolveu milhares e milhares de pessoas em universidades, em bairros, em várias instituições, em sindicatos, em cineclubes, em atividades promovidas por muitas entidades, como a Coordenadoria dos Direitos Humanos da Prefeitura de Belo Horizonte, como o Instituto Helena Greco, como o Sindicato dos Jornalistas, como o Sinpro, como os movimentos de pastorais, os movimentos sociais e populares. Este ciclo não é a culminância do processo, tanto que, amanhã à noite, teremos lançamento de livro no Sindicato dos Jornalistas; no sábado, ocorrerá o grande ato no viaduto, lembrando todo o período da Ditadura Militar.

Todo esse processo foi realizado a muitas mãos. Alguns nomes de entidades parceiras constam no material de divulgação; outros, não. Trata-se de um processo coletivo, que envolveu muita gente. Também os 40 anos no Brasil do Golpe Militar, há alguns anos, teve movimento amplo. A Comissão de Direitos Humanos e a Subsecretaria Estadual de Direitos Humanos organizaram esse movimento em muitas escolas e universidades.

Gostaria de falar algo que tenho dito em todos os lugares a que fui neste mês de agosto. Disse o mesmo hoje, por duas vezes, em duas atividades em que se discutia a anistia. Minha grande preocupação é com o hoje, minha grande preocupação é com aquilo que estamos vivendo atualmente na luta pelos direitos humanos. Kierkegaard já nos dizia que a vida só pode ser compreendida olhando-se para trás, mas que só pode ser vivida olhando-se para a frente. Hoje vivemos num país em que "direitos humanos" não são, de forma alguma, palavras efetivadas em políticas públicas. Atualmente, pensarmos a questão dos direitos humanos é pensarmos desde o modo de organização da nossa economia até o nosso processo de produção de bens de consumo; é pensarmos no planeta como um todo, é pensarmos numa luta permanente, sem nos esquecermos dos velhos problemas.

Só nesta semana, três denúncias de tortura por parte da Polícia Militar de Minas Gerais chegaram à Comissão de Direitos Humanos. Esta Assembleia foi palco de polêmica entre Deputados, porque o corajoso Juiz de Medina, Dr. Neanderson, decretou a prisão de sete policiais envolvidos, em Itaobim, na Comarca de Medina, em bárbara tortura contra dois adolescentes infratores que cometeram crime.

Todo o processo legal foi seguido, e o Juiz foi criticado. Hoje à tarde, às 15h30min, neste mesmo espaço em que estamos, como manifestação contrária à realização deste debate, outro Deputado solicitou a suspensão da reunião para fazer um ato de apoio ao Exército Brasileiro. Ou seja, estamos vendo que essas coisas estão vivas. Pergunto-me se esse resquício do período da Ditadura Militar e se, como a Márcia nos diz, essa falta de necessidade do encontro, da memória e da verdade não são causas de tudo isso que acontece. É por isso que queremos justiça.

Minas Gerais tem várias medalhas em homenagem a muitas pessoas, aprovadas neste Plenário: Medalha da Paz, em homenagem a Chico Xavier; Medalha Santos Dumont, que agracia pessoas que contribuíram para o desenvolvimento do Estado; Medalha de Mérito Legislativo; Medalha da Inconfidência; Medalha JK. Penso, então, se todos nós não deveríamos levantar a voz, após as atividades de todo este mês, e, dentro dessa busca de reconciliação e de compreensão de que não há democracia sem direitos humanos, de que a democracia pressupõe oportunidades iguais e gozo de direitos por todos, lançarmos nesta Assembleia um movimento pela criação da Medalha de Direitos Humanos D. Helena Greco. Obrigado.

Palavras da Sra. Emely Vieira Salazar

Boa-noite, autoridades presentes na mesa. Na verdade, gostaria de mencionar cada companheiro e companheira presente neste auditório. É uma grande emoção e algo muito saudável rever minhas antigas companheiras do Movimento Feminino pela Anistia. Esta é uma semana gloriosa e intensa, de muitas atividades e eventos culturais, artísticos e políticos, e é muito emocionante o que estamos vendo e sentindo, os avanços que obtivemos e o que está sendo apontado. Então, tudo valeu a pena.

Quero aproveitar o fato de que o Secretário comunicou o pagamento de 48 indenizações, para falar do intenso, minucioso e profundo trabalho que a Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura - Ceivt -, cuja Presidente, Dra. Márcia Martini, está presente, está realizando. Dos 700 requerimentos de indenização que entraram no Conselho, mais ou menos 600 já foram avaliados, aprovados ou não; em relação aos aprovados, já foi encaminhado pedido de pagamento e, como anunciado aqui, será efetuado o pagamento nesta semana. Em nome do Conselho, quero pedir ao Deputado André Quintão, representante do Presidente desta Casa; ao Deputado Vanderlei Miranda, aqui presente; ao Secretário e também Deputado Agostinho Patrús; e aos demais Deputados que encaminhem as questões legais para reabertura do prazo para pedido de indenização, porque, dos cerca de 5 mil presos políticos em Minas Gerais, apenas 700 deram entrada ao requerimento de indenização.

Sabemos que muitos não tiveram notícia dessa possibilidade porque os meios de comunicação nem sempre chegam a todos os rincões de Minas Gerais. Alguns ainda têm medo de se apresentar a uma instituição oficial do governo. Estão marcados. Há os que têm de lembrar aquele período, fazer depoimentos. Muitos compareceram e não deram conta de fazer seus depoimentos, de lembrar, de relatar torturas. Solicitamos, então, que o prazo seja reaberto para que as pessoas, com o trabalho de divulgação, com os avanços existentes, possam ser

encorajadas e apoiadas a requerer esse mínimo a que têm direito, pois faz parte da dignidade delas. Deixo meu cumprimento. Insistimos e continuamos querendo a verdade, queremos a liberdade, que são pressupostos da democracia. Não queremos democracia com adjetivos. Boa-noite.

2º Painel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Gilse Cosenza, Coordenadora da Comissão de Anistiados de Minas Gerais; Magda de Almeida Neves, Fundadora do Movimento Feminino pela Anistia em Minas Gerais; e Valéria Costa Couto, irmã de Walquíria Afonso Costa, guerrilheira desaparecida no Araguaia; e o Exmo. Sr. Betinho Duarte, ex-Presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia em Minas Gerais.

O Sr. Presidente (Deputado Vanderlei Miranda) - Quero saudar a todos e a todas que compareceram a este importante evento, que fala de um tempo bastante sinistro da nossa história, mas que, graças a Deus, nos últimos tempos, diante das ações empreendidas, tem mudado a cara do nosso país. Foi um momento da história tão sofrido para muitos dos que aqui estão e para muitos ausentes, principalmente os representados nessas fotos e nas outras mais que estão no saguão da Assembleia. Mas imagino que, quando podemos realizar um evento como este, temos a prova de que alguns heróis foram enterrados, mas o sonho e a luta nunca foram enterrados. Sinto-me honrado em presidir parte da reunião e coordenar esta Mesa de debates em que teremos três debatedores, cada um deles com 15 minutos para sua exposição. Espero que todos que estão conosco possam permanecer até o final.

A Presidência avisa que a entrega do certificado está condicionada à devolução da ficha de inscrição, devidamente preenchida até as 11 horas de sexta-feira, no Salão de Chá localizado à esquerda deste Plenário. A entrega do referido certificado se dará no dia 28, a partir das 17h30min, no mesmo local do credenciamento.

Palavras da Sra. Gilse Cosenza

Boa-noite, estou aqui apenas para ajudar a coordenar, e gostaria de dizer a vocês que é muito importante abriremos este debate com pessoas de extrema significação na luta pela anistia no Estado de Minas Gerais. São pessoas que têm todo um significado e que, de formas diferentes, deram sua contribuição.

Começaremos por Minas e, amanhã, ampliaremos o debate a novos níveis. Fica aqui a minha saudação a vocês.

Palavras da Sra. Magda de Almeida Neves

Gostaria de cumprimentar o Deputado Vanderlei Miranda, coordenador dos trabalhos, as autoridades, os meus colegas da Mesa, o Betinho Duarte, a Valéria Couto, a Gilse Cosenza. Começo a minha fala neste ciclo de debates "30 anos de luta pela anistia política no Brasil" lembrando Carlos Drummond de Andrade: "A anistia nos becos, nos quartéis, / nas mesas burocráticas, nos fornos, / na luz, na solidão: / só anistia. / Esta é a voz dos mortos sob o mármore, / a voz dos vivos no batente. Ouço / mil bocas em silêncio murmurando: / anistia. / Vem, pois, ó liberdade, com o teu fogo / e tua voz rebelde nos cabelos, / vem trazer os irmãos para o sol puro / e incendiar de amor os brasileiros".

Esse lugar que agora ocupo simbolicamente pertence a um grupo de mulheres que enfrentaram com força e coragem o silêncio e o medo imposto pela ditadura militar. Sem muito alarde, mas com persistência, construíram aos poucos uma tessitura de esperança naqueles tempos sombrios. Como 1975 foi declarado pela ONU o Ano Internacional da Mulher na luta pelos seus direitos, Terezinha Zerbini aproveitou o momento para fundar, em São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia. Em Belo Horizonte, desde 1976, um grupo de mulheres começou a se organizar para formar o núcleo do Movimento Feminino pela Anistia: Eleonora Menicucci, Zélia Rogedo, Ângela Pezzuti, Emely Salazar, Maria Luiza Meyer, Inês Teixeira, Efigênia de Oliveira, D. Ondina Nahas começaram a realizar visitas às casas de familiares de presos políticos, exilados, desaparecidos, convidando as mulheres a participarem do movimento. As primeiras reuniões foram realizadas na casa da D. Yedda Matta Machado e, posteriormente, Terezinha Zerbini foi convidada a vir a Belo Horizonte. Na casa de D. Yedda foi lançada a semente desse movimento. Aos poucos, esse pequeno grupo de mulheres foi-se consolidando e, durante todo o ano de 1976 e início de 1977, reuniões foram realizadas na sacristia da Igreja Carlos Prates, sempre à noite, contando com o apoio dos padres. Nessas reuniões, foi-se sedimentando a proposta de fortalecer e ampliar o mais possível o Movimento Feminino pela Anistia. Aos poucos, na tessitura da trama social, foram-se instituindo diversas ações, como distribuição de panfletos nas portas das igrejas, visitas aos presos políticos de Linhares, arrecadação de fundos para auxiliar os presos políticos com a venda de artigos de couro, denúncia das péssimas condições a que estavam submetidos, assistência às famílias. Muitas outras mulheres foram, aos poucos, se envolvendo com o movimento, constituindo-se uma verdadeira rede de solidariedade e coragem.

Em julho de 1977, D. Helena Greco foi escolhida Presidente e Ângela Pezzuti Vice-Presidente, ocorrendo a ampliação do conselho existente desde 1976. Desde esse momento, D. Helena Greco assumiu o movimento pela anistia e, posteriormente, dedicou sua vida à luta pelos direitos humanos. Em 2005, foi uma das 52 mulheres brasileiras que integraram a lista do projeto 1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz.

Muitas intimidações e repressões tentaram impedir as ações do Movimento Feminino pela Anistia - MFPA. Bombas foram jogadas na casa de D. Helena Greco e na Igreja do Carlos Prates, que nos abrigou durante um tempo. Na época da realização da reunião pró-anistia no Colégio Santo Antônio, que conseguiu aglutinar vários setores da sociedade e contou com a presença de D. Terezinha Zerbini, foi denunciada a existência de uma bomba nas dependências do colégio. Era, na realidade, uma notícia falsa para intimidar o movimento, mas logo conseguimos que o DCE-UFMG nos cedesse sua sede na Rua Gonçalves Dias e fomos em passeata pelas ruas na luta pela anistia.

Nessa época foi decisivo o apoio de um grupo de advogados que atuavam efetivamente junto ao MFPA, e gostaria de homenagear todos as pessoas de Afonso Cruz e Geraldo Magela, que já não se encontram mais entre nós. Neste contexto foi criada a Secretaria dos Exilados em Belo Horizonte, na qual Ângela Pezzuti desempenhou papel fundamental: levantamento de todos os exilados mineiros com o detalhamento da situação política e jurídica de cada um, troca de correspondência entre a Secretaria e os exilados e a informação dos documentos necessários para volta ao Brasil. Foi elaborada uma cartilha com todas essas informações e enviada ao exterior.

Marco significativo de toda essa trajetória foi a iniciativa da Associação Brasileira de Imprensa e do jornal "O Pasquim" de promover um concurso de cartazes com a finalidade de representar um forte apelo pela causa da anistia. Neide Pessoa, se inspirando nos versos da canção "Não permita Deus que eu morra sem que eu volte para lá", foi vencedora com o cartaz que se tornou símbolo da anistia. O MFPA acumulou forças, e a crescente participação de vários setores da sociedade na luta pela anistia, ampla, geral e irrestrita contribuiu para a formação dos Comitês Brasileiros pela Anistia - CBAs -, em 1978.

Por que lembrar esses fatos neste evento dos 30 anos? Muitas são as razões. Tomo emprestadas as palavras de Heloísa Amélia Greco, participante ativa do MFPA, na sua tese de doutorado, intitulada "Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia", que salienta "o direito à memória como dimensão da cidadania", e também as palavras de Jacques Le Goff: "a memória onde cresce a presente história, que por sua

vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação, e não para a servidão dos homens". Dois elementos aparecem como de vital importância: cidadania e memória coletiva.

Neste momento de reflexão sobre o significado do movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita, minha narrativa busca as reminiscências de um passado carregado de ações instituintes e construído pela experiência individual e coletiva de cada uma dessas mulheres que ousaram interpelar seu tempo em busca de novos horizontes. E relembro um texto de Michelle Perrot: "As mulheres não são passivas nem submissas. Elas estão presentes aqui e ali (...) Elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência à hierarquia e à disciplina, que derrotam a racionalidade do poder (...) elas traçam um caminho que é preciso reencontrar (...) uma história outra (...) uma outra história".

A Lei de Anistia, aprovada no Congresso Nacional e sancionada por João Batista de Figueiredo em 28/8/79, foi resultado da ampla mobilização de vários setores da sociedade, liderados pelo MFPA e pelos CBAs espalhados por todo o Brasil. Várias instituições também se mobilizaram, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que, no seu congresso de 1977, aprovou uma moção pela anistia geral. A aprovação daquela lei permitiu a volta dos exilados e a soltura dos presos políticos. Foi uma vitória importante e contribuiu de maneira significativa para o início de forte mobilização na sociedade brasileira pelas eleições diretas e pela redemocratização do País.

Entretanto, a lei aprovada e sancionada por Figueiredo provocou diversos protestos. Se, por um lado, a anistia permitiu que perseguidos políticos e exilados voltassem ao País e que presos políticos fossem colocados em liberdade, a lei promulgada não garantiu a anistia que os movimentos e as diversas instituições propunham. O adjetivo "conexo" - existente no § 1º, que diz: "É concedida anistia a todos quantos (...) cometeram crimes políticos ou conexos com estes" - deu cobertura a todos aqueles que, em nome do Estado brasileiro, cometeram torturas e assassinatos. O "conexo" possibilitou que o Estado brasileiro não reconhecesse os crimes cometidos na ditadura militar em nome da defesa da segurança nacional do Estado ditatorial. Embora, nos últimos anos, as inúmeras iniciativas da Secretaria Especial de Direitos Humanos tenham objetivado esclarecer muitos dos crimes praticados e reparar as arbitrariedades sofridas por muitos brasileiros no período da ditadura militar, muito ainda precisa ser feito. Além de não punir os torturadores, o Brasil também não cumpriu outras exigências da chamada Justiça de Transição. Criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Justiça de Transição prevê que os governos de países que passaram por um regime de exceção devem assumir quatro responsabilidades: acesso a informações e dados públicos para preservação da memória do período; reparação do prejuízo sofrido por cidadãos que tiveram seus direitos lesados pelo Estado; julgamento e punição dos responsáveis por crimes contra a humanidade imprescritíveis e não passíveis de anistia; e promoção de mudanças nas instituições de segurança pública. Dos quatro aspectos, o Brasil só enfrentou a questão da reparação. Permanecem ainda sob sigilo os arquivos do período militar, e não foram apurados os crimes contra os direitos humanos.

Rememorar a luta pelos direitos e pelas liberdades democráticas faz parte de um legado que toda uma geração deixou inscrito na história brasileira e que não pode jamais ser olvidado. Como diz Adauto Novaes: "Esquecer o passado é negar toda efetiva experiência de vida; negar o futuro é abolir a possibilidade do novo a cada instante. Mais ainda, as ideias de justiça, liberdade, alteridade tornam-se abstrações vazias no espaço e no tempo, a partir do momento em que qualquer ação já se sabe eternamente feita e, absolutamente, irreparável" (in: "Tempo e História", Companhia das Letras, pág. 9, 1992). Buscar enfrentar essas ações é um compromisso para o fortalecimento da democracia no Brasil, como já o fizeram outros países latino-americanos que passaram por ditaduras militares, como Chile, Argentina e Uruguai.

Para finalizar, nas pessoas de D. Helena Greco e Ângela Pezzuti, Presidente e Vice-Presidente do MFPA, homenageio todas as mulheres - as que não pude citar nestas palavras e muitas anônimas - que contribuíram decisivamente naqueles anos, quando o medo dominava o cenário político brasileiro, e que, com coragem e determinação, ousaram infringir as amarras do poder dominante inscrevendo a luta pela anistia nos seus corações e mentes, como traduzido nos versos do poeta: "E todos os meus nervos estão a rogar / E todos os meus órgãos estão a clamar / E uma aflição medonha me faz implorar / O que não tem vergonha nem nunca terá / O que não tem governo nem nunca terá / O que não tem juízo (...) / O que será que será (...) / Que todos os avisos não vão evitar / Porque todos os risos vão desafiar / Porque todos os sinos irão repicar / Porque todos os hinos irão consagrar (...) / E todos os destinos irão se encontrar". Anistia ampla, geral e irrestrita. Obrigada.

Palavras da Sra. Valéria Costa Couto

Boa noite a todos. Em nome de todos os familiares de desaparecidos políticos, agradeço ao Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa, e a todas as outras entidades que propiciaram este momento tão importante de reflexão.

"Ainda há muito o que fazer para que nossa juventude jamais se esqueça desses tempos duros e injustos", palavras de D. Paulo Evaristo Arns. Era 1964. A ditadura militar fora instalada no Brasil para impedir mudanças no sistema econômico, político e social que viessem afetar o poder dos monopólios internacionais e nacionais associados. E, entre tantas sequelas, essa ditadura deixou um saldo de centenas de mortos e desaparecidos, milhares de pessoas presas, torturadas, banidas, cassadas e exiladas.

No início dos anos 70, grupos de familiares se juntaram para reivindicar a localização dos seus entes queridos desaparecidos ou obrigados a viver na clandestinidade. Em meados da década de 70, o insustentável milagre econômico entra em derrocada, a ditadura se enfraquece, e a luta dos familiares evolui para a reivindicação de anistia, criando-se o Movimento Feminino pela Anistia, que foi o primeiro movimento nacional e unificado contra a ditadura militar e se constituiu na mais importante frente política progressista da nossa história.

Paralelamente a essa luta pela anistia, a sociedade brasileira, desejando a volta à democracia e ao Estado de Direito, lutou pelo fim da Lei de Segurança Nacional e pela Assembleia Geral Constituinte, que veio 10 anos depois. A anistia deveria ser ampla, para todos os atos; geral, para todas as pessoas; e irrestrita, sem exceção. Porém, assim ela foi para os membros da repressão, antes mesmo de qualquer julgamento. Porém, para os opositores do regime, ela foi parcial e restrita, pois muitos presos políticos permaneceram na prisão até um ano após a Lei da Anistia (Lei Federal nº 6.683, de 28/8/79).

E muitos de nossos jovens não puderam cantar: "Estou de volta pro meu aconchego". Isso porque já haviam sido assassinados pela ditadura, que preferiu manter esses crimes debaixo do tapete. É contra esse esquecimento que nós lutamos, não só para manter viva a luta e a memória dos que tombaram, mas também para saber que essa impunidade inspira, nos dias atuais, as torturas, os assassinatos e desaparecimentos cometidos contra os pobres e marginalizados deste país. A pacificação nacional se dá quando agentes do Estado não são acobertados pela impunidade. Todos os anistiados foram processados. Alguns foram condenados e cumpriram grande parte de suas penas. E por que dois pesos e duas medidas? Os presos políticos condenados pelos chamados crimes de sangue não foram soltos com a anistia. Mas as torturas e assassinatos e desaparecimentos de corpos ocasionados pelo governo militar permanecem impunes.

Temos de desmistificar a tortura: ela não foi apenas uma reação a uma ação política. Ela foi cometida por agentes do Estado, que detinham o monopólio da força e excederam os limites inclusive pela ordem imposta pela própria ditadura. Se falam em anistia para torturadores, assume-se que aconteceu a tortura. Não está escrito em lei alguma que um agente policial ou militar poderia usar da violência em interrogatórios. Matar uma pessoa já presa não é crime político, mas crime contra a vida. Portanto não se inclui nos chamados "crimes conexos", de que fala a Lei da Anistia. Ignora-se a existência de torturadores processados e castigados na Justiça devido aos flagelos físicos a que submetem os prisioneiros. Se não há acusação nem punição, não há anistia. Por aí vemos que a impunidade é uma questão política, e não legal. A Lei nº 9.455, de 1997, no seu art. 1º, inciso II, § 6º, define o crime de tortura como inafiançável e insuscetível de graça ou anistia. Tortura é um crime de lesa-humanidade, que atenta contra a dignidade de todo o ser humano. "E, se possível fosse, escreveríamos o 11º Mandamento da Lei de Deus: 'Não torturarás!'." Tratar da questão da tortura não é revanchismo político. Em nenhuma legislação tortura é considerada crime político, mas crime contra a vida. A Anistia Internacional considerou, em seu relatório sobre violações de direitos humanos, que o Brasil é um

dos poucos países da América Latina que ainda não fechou as feridas abertas pelos abusos do passado. "Ao negligenciar as pessoas que sofreram torturas e outros abusos, o Estado brasileiro não apenas desrespeitou os direitos humanos dessas vítimas, como permitiu que esses abusos ficassem raízes", diz o relatório, divulgado no início de junho de 2009, que analisa a situação dos direitos humanos em todo o mundo. Diante do relatório da Anistia Internacional, o Ministro da Defesa Nelson Jobim classificou como "revanchismo" a ideia de punir militares que tenham cometido atos de tortura durante o período de ditadura militar. Enquanto isso, os militares torturadores passeiam por aí com a total certeza da impunidade e confessam, com detalhes, para toda a imprensa nacional os métodos de torturas que empregavam.

O jornal "Correio do Brasil", no dia 11/6/2009, divulga a fala do Ministro Jobim: "Não podemos comparar o Brasil com a Argentina ou com o Uruguai. Houve um acordo político em 1979. Houve um projeto de lei que foi aprovado pelo Congresso Nacional. A questão hoje não é discutir se é a favor ou contra torturadores. A questão hoje é saber se podemos ou devemos rever esse acordo político". Várias tentativas da sociedade já foram feitas para acabar com esse "acordo do silêncio". A sentença da Juíza Solange Salgado em 2003 é "abrir os arquivos da ditadura". No entanto, o governo brasileiro recorreu várias vezes de 2003 a 2007, e a sentença não foi cumprida, chegando até ao fato de o Sr. Presidente Lula assinar, em 2005, a Lei nº 11.111, estabelecendo que documentos cujo sigilo seja considerado "imprescindível à segurança da sociedade e do Estado" podem ficar "indefinitivamente vedados" à consulta. A Ordem dos Advogados do Brasil, em outubro de 2008, com a ideia de derrubar o perdão aos militares que cometeram atos de tortura, apresentou uma ação no STF. A ação questiona a prescrição e a responsabilização de crimes de tortura praticados durante o regime militar. Ela contesta a validade do art. 1º da Lei da Anistia, que considera como conexos e igualmente perdoados os crimes "de qualquer natureza" relacionados aos crimes políticos ou praticados por motivação política, no período de 1961 a 1979.

No dia 26/3/2009, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos submete à Corte Interamericana de Direitos Humanos a demanda no caso nº 11.552 de Julia Gomes Lund e outros - Guerrilha do Araguaia - contra a República Federativa do Brasil, em virtude de sua responsabilidade pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas na chamada Guerrilha do Araguaia, de 1972 a 1975. Vejam, pois, meus amigos, que a Guerrilha do Araguaia é ainda uma ferida aberta no coração de todos aqueles que desejam contar a verdadeira história da ditadura neste país, com princípio, meio e fim, para que não se repita jamais. Em 1995, por meio da Lei nº 9.140, a União reconhece as mortes das 70 pessoas da Guerrilha do Araguaia e entrega às famílias atestados de óbitos com dizeres como esses que minha família recebeu: "Walquíria Afonso Costa foi encontrada morta, em local ignorado, sendo a causa da morte ignorada". E já são passados 30 anos em que nós, familiares, desejamos sepultar dignamente os nossos entes queridos. O respeito aos mortos é tão antigo quanto a própria humanidade. Após o comunicado da Corte Interamericana de Direitos Humanos ao governo brasileiro, o Ministério da Defesa, por meio da Portaria nº 567, de 29/4/2009, cria o grupo de trabalho da Operação Tocantins, para buscas aos corpos do Araguaia, com a presença do Exército, mas sem a presença do Ministério Público, sem a presença da Secretaria de Direitos Humanos, o que causou indignação e repúdio aos familiares, que entregaram, nas mãos do Presidente da República, no último mês de julho, uma carta de protesto. É bom lembrar que nossos meninos e meninas não foram para o Araguaia por questões individuais nem familiares. Aliás, eram todos muito felizes em suas questões pessoais, inteligentes, estudantes universitários, médicos, enfermeiras, professoras, tocadores de viola, que amavam a vida e queriam, para esse povo oprimido e explorado, uma vida mais feliz também. Por isso, decidiram abdicar do conforto de suas casas para viver junto à população humilde do Araguaia, conscientizando-a de seus direitos à terra, da repressão que dominava o País e da necessidade de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, a questão do Araguaia é uma questão de todo o povo brasileiro. E não se trata apenas de encontrar corpos, é preciso contar a história e punir os culpados. É angustiante saber que, dos presos políticos, torturados, mortos, desaparecidos e seus familiares, não se pode anistiar a dor, as perturbações psicológicas, o padecimento físico e moral. Sofrimento emocional, dessa natureza, é inaniável. Obrigada.

Palavras do Sr. Betinho Duarte

Boa-noite a todos. Antes de passar o documentário "Arquivos Imperfeitos", gostaria de agradecer e elogiar essa iniciativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na pessoa do Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho. Faço um elogio também à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, na pessoa do Deputado Durval Ângelo e da sua assessoria. Cumprimento os assessores desta Casa, principalmente da Gerência-Geral de Projetos institucionais, na pessoa do Juscelino Oliveira. Da mesma forma, cumprimento as entidades parceiras, na pessoa da Bizoca, do Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania.

A Magda e a Valéria já falaram muito bem sobre a questão. O nosso tema é "Ontem e hoje". Ambos já foram muito bem abordados. Mas, antes de falar sobre os bandidos, sobre os criminosos, sobre os assassinos, esturpadores, traficantes, ditadores de plantão, abordarei quatro pontos inegociáveis pelos quais continuamos lutando, que são a punição dos torturadores, o desmantelamento do aparato repressivo, a elucidação dos casos dos mortos e desaparecidos e a abertura dos arquivos.

O Durval fez uma menção anterior, na abertura, de que deveríamos comemorar todos os anos a anistia até conquistarmos a verdadeira anistia.

Há várias pessoas jovens aqui, que não conheceram a Dra. Helena Greco. Estamos fazendo a sugestão de criar uma comenda, na Assembleia Legislativa, para que todo ano possamos comemorar a anistia até a sua conquista plena.

Assim, Deputado Vanderlei Miranda, cederei parte do meu tempo para a exibição do vídeo "Arquivos Imperfeitos", a fim de que as pessoas conheçam a vida da D. Helena Greco.

Sra. Heloísa Starling, Deputado Durval Ângelo, neste caderninho aqui está toda a história do Comitê Brasileiro pela Anistia, porque eu anotava todas as informações. Noutro dia, Deputado Vanderlei Miranda, perguntaram-me se eu não tinha receio de a polícia pegar esse caderninho. Eu não tinha, porque, na verdade, o movimento de anistia não era clandestino, não era uma organização de esquerda. Nossas reuniões eram abertas, delas participava todo o mundo, muitas vezes em praça pública, e, obviamente, havia até informantes da polícia. Decidíamos e, para perplexidade deles, mesmo apanhando, fazíamos todas as manifestações. Eu não tinha receio algum de anotar detalhes das reuniões, até mesmo as datas. Por exemplo, está aqui: "Pauta. Avaliação do congresso. Reunião da executiva nacional em Belo Horizonte". Estou dizendo isso porque, na verdade, estamos vivendo um momento muito importante, que é a construção do Memorial da Anistia Política em Belo Horizonte. Ele mudará a vida da nossa cidade. Até então, Deputado Vanderlei Miranda, as pessoas vêm a Belo Horizonte para conhecer a Pampulha, o Mercado Central, mas agora as pessoas não só de Minas mas do Brasil e até do mundo virão a Belo Horizonte para conhecer o Memorial da Anistia Política. Ele será uma referência nacional e até internacional em relação a toda essa história. Lá não haverá versões. Vejo muitas pessoas, Bizoca, falando das nossas versões. Não temos versões, temos a verdade. No Memorial, estará a verdade de toda a luta. Interpretem da maneira que quiserem, mas a verdade está conosco e sempre estará.

Neste caso específico - já mostrei à Sra. Heloísa -, entreguei esta miniatura ao Ministro Tarso Genro. É a primeira e única escultura feita pelo Oscar Niemeyer. Ele doou - não é isso, Suzana? - aos movimentos da anistia. Até hoje não conseguimos construir esse monumento em homenagem aos mortos e desaparecidos. Fiz uma sugestão ao Ministro: que ele construísse essa escultura do Oscar Niemeyer antes que ele morra - geralmente homenageamos depois que a pessoa morre -, no Memorial da Anistia Política. Fiz essa sugestão ao Ministro Tarso Genro e espero que ela seja implementada.

Quero fazer apenas duas passagens rápidas sobre o ontem, para falar sobre o presente, pois a luta continua. Houve dois casos de que me recordo, assim como você, Ângela Pezzuti. Um deles foi a luta árdua que travamos para a libertação de Flávia Schilling. Ela foi presa em Montevidéu, em 1972, tinha 19 anos, foi baleada, torturada violentamente e condenada a 15 anos de prisão. E, pasmem, para libertá-la, o governo do Uruguai cobrou uma pensão pela sua estadia nos cárceres da ditadura uruguaia. Naquela época, foram 300 mil - não sei se em cruzeiros ou reais. Foram US\$30.000,00. Fizemos uma campanha nacional para arrecadar fundos para pagar a "pensão" da Flávia Schilling.

Tenho um documento que mostra que fomos para a Praça Sete, e nunca sofremos tanto porque, para cada participante, jogaram mais de 10 bombas. Eu estava lá, assim como a Bizoca, a D. Helena e várias outras pessoas. Parecia que o Dops queria desovar as bombas para comprar mais e colocar em seu arsenal. Essa campanha tem os valores certos, porque nossas campanhas eram transparentes e éticas. Recolhemos esse dinheiro. Naquela época eram 16 mil de não sei que dinheiro, e nós o enviamos. A prestação de contas desse dinheiro está aqui, vinda de uma campanha feita em 1979. Isso mostra que o nosso movimento era ético, solidário e fraterno.

Antes de aparecer a questão da D. Helena Greco, vimos uma fotografia. Durval, naquela época já discutíamos a questão dos direitos humanos. Aquele caso mostrado ali foi exemplar. Era uma criança de 14 anos - embora hoje, com 14 anos, a pessoa já trabalhe e seja pai -, que foi presa há 30 anos. Seu apelido era Cosminho. Ele foi levado para a Delegacia de Furtos e Roubos, colocado numa cela com outras pessoas adultas, torturado violentamente, assassinado, o seu pescoço foi separado do corpo. Tentaram sepultar essa criança secretamente. Fomos atrás, depois que o corpo saiu do IML. Toda a equipe do Dops estava lá, com metralhadoras.

No cemitério eles nos cercaram com metralhadoras e, quando sepultavam essa criança como indigente, pegamos o caixão, pois achávamos que havia pedra ali dentro. Na foto estão pessoas históricas, como o Bizetão; o João Batista dos Mares Guia; o Machadinho, que era médico - estou ao lado do Machadinho -; a Cecília, que cobria pela Bandeirantes; e a mãe do menino, que está do lado esquerdo. Quando abrimos o caixão, a mãe do menino desmaiou, pois vimos claramente que a cabeça da criança estava separada do resto do corpo. Começamos a tratar a questão da anistia junto com a dos direitos humanos.

Sugiro, Vanderlei e Durval, que resgatem essa história acontecida há 31 anos, porque não deu em nada, como tudo neste país dá em nada.

Voltando à questão da punição dos torturadores, do desmantelamento do aparato repressivo, quero dizer aos senhores que não abrimos mão disso. Já foi falado claramente que tortura é crime de lesa-humanidade. Tenho aqui a relação dos torturadores mineiros: Aécio, Cláudio Guimarães, Davy Hazan, Marcelo Paixão, que, graças a Deus já foi embora, está no inferno, e tantos outros, até mesmo o que me prendeu, em 14/5/68.

Deputado Durval Ângelo, quero perguntar se esses senhores fizeram isso por loucura, por acaso. Por que fizeram isso? Era uma ordem de Estado. O AI-5 foi o golpe no golpe. Quem defendeu, votou e assinou o AI-5? Tenho a lista comigo. Até mesmo o Sr. Jarbas Passarinho, que era Ministro do Trabalho e hoje escreve nos jornais, incluindo os de Minas, se arvora em democrata. Será que o Sr. Jarbas Passarinho não tem as mãos sujas de sangue, como o Davy Hazan, como o Fleury? O Delfim Neto votou e assinou o AI-5. Será que esse ex-Ministro não tem as mãos sujas de sangue? Essa questão precisa ser resolvida, até porque eles estão por aí.

Pasmem os senhores: neste ano houve a missa de 30 anos da morte do Fleury. Essa missa foi celebrada em São Paulo e dela participaram mais de 100 policiais. Pasmem mais ainda: o Cb. Anselmo estava presente a essa missa. Sabem quem é o Cb. Anselmo? Não é verdade aquela versão policial, Suzana, daquele grupo morto na Chácara. O Cb. Anselmo entregou todo o grupo. Eles foram presos anteriormente, torturados e assassinados na tortura, até mesmo a esposa do Cb. Anselmo, a Soledad, que estava grávida. Quando encontraram a Soledad, encontraram também o feto, o filho do Cb. Anselmo, no fundo desse tambor. O que merece o Cb. Anselmo? Ele entrou com pedido de anistia política.

Falei ao Paulo Abrão, quando vínhamos do aeroporto, que espero que o Estado brasileiro faça justiça. Recentemente fui ao Rio de Janeiro, onde muitas pessoas falaram que, se o Estado brasileiro não fizer justiça, muita gente a fará. Espero que seja feita justiça, porque esse cara é um bandido, um assassino.

A questão do desmantelamento do aparato repressivo continua pertinente. Fizeram a missa do Fleury, com a presença do Cb. Anselmo. Eles continuam por trás torturando presos comuns. Ficaram riquíssimos porque roubaram. Entravam nas casas e levavam tudo. Ficaram riquíssimos, vide o caso do Cap. Aílton Guimarães, traficante, bicheiro e Presidente de escola de samba do Rio de Janeiro, que está riquíssimo, milionário. Cabe punição a esses bandidos que estão por aí.

Para terminar, há a questão dos mortos e desaparecidos. Desde que a terra foi criada, desde que Deus criou o mundo, Deputado Vanderlei Miranda, os familiares têm o direito de enterrar seus entes queridos. Onde estão os nossos entes queridos?

Onde está Idalísio? Onde ele está? Ainda ontem me informaram que, dos 163 casos de desaparecidos, até agora só foram resgatados 4 corpos; há 159 corpos desaparecidos. E as famílias? A pior morte não é aquela quando se enterra o ente querido; a pior morte é o desaparecimento, porque não se sabe onde a pessoa está, se está bem, se está mal, se está morta. Isso é uma tortura para o resto da vida. Acompanhei uma senhora em Belo Horizonte que ia a todos os lugares à procura de seu filho. Há pessoas que até hoje mantêm o quarto do filho, achando que ele vai voltar. Isso é uma tortura. Esses corpos têm de ser resgatados, e as famílias têm o direito de enterrá-los.

Para terminar, os arquivos têm de ser abertos; do contrário, vai ficar versão contra versão, quando a verdade, que está conosco, está nesses arquivos. Tenho absoluta certeza de que seremos vencedores, até porque já o fomos. O movimento da anistia foi fundamental para derrotar a ditadura. Depois que voltaram os exilados, os cassados e as nossas lideranças, o Brasil mudou. As greves acabaram de enterrar a ditadura, mas o movimento da anistia foi decisivo e fundamental para acabar com ela. Ditadura nunca mais. Até porque quem esquece o passado está condenado a repeti-lo. Boa noite. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de vídeo.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta os agradecimentos a todos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as especiais de amanhã, dia 28, às 9 e às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 32ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/8/2009

Presidência do Deputado Durval Ângelo

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Apresentação artística - Palavras do Sr. Presidente - Designação de Coordenador - Palavras da Sra. Coordenadora - Palavras da Sra. Ângela Mendes de Almeida - Palavras do Sr. Virgílio de Mattos - Palavras da Sra. Suzana Keniger Lisboa - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem a Deputada e os Deputados:

Cecília Ferramenta - Durval Ângelo - Sebastião Helvécio.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Cecília Ferramenta, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Ciclo de Debates "30 Anos de Luta pela Anistia Política no Brasil", com o objetivo de discutir e refletir sobre o significado do movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita na segunda metade da década de 70 e seu saldo político, cujos efeitos se estenderam ao longo dos últimos 30 anos. Nesta manhã, teremos a apresentação do Painel "A questão dos mortos e desaparecidos ontem e hoje - a permanência da tortura enquanto instituição".

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Heloísa Greco, a Bizoca, Coordenadora do Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania e Coordenadora dos trabalhos; Suzana Keniger Lisboa, Coordenadora da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; e Ângela Mendes de Almeida, membro do Observatório das Violências Policiais em São Paulo e da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; e o Exmo. Sr. Virgílio de Mattos, membro do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade e do Fórum Mineiro de Saúde Mental.

O companheiro e Prof. José Luís Quadros de Magalhães, que sempre tem estado conosco e acompanhado os trabalhos e a luta pelos direitos humanos, não pôde comparecer a este evento, na parte da manhã - ligou-nos pedindo desculpas -, por problemas de saúde.

Apresentação Artística

O Sr. Presidente - Neste momento, assistiremos a uma apresentação teatral do Grupo Levante - Teatro do Oprimido, a quem agradecemos pela presença e parceria neste evento.

- Procede-se à apresentação artística.

Palavras do Sr. Presidente

Apesar de constar na programação que eu faria as considerações iniciais, eu não iria fazê-las. Mas participo de uma Mesa que discutirá a permanência da tortura, que é um dos casos que mais chega à Comissão de Direitos Humanos. A tortura é um instrumento violento, cruel, de negação da natureza e, entre os animais, só é feita pelo ser humano. Nenhum animal tortura o outro. Recentemente, li o livro "Diário de Fernando", de Frei Betto - conheço-o há 30 anos, e até sua sobrinha é concursada, trabalha conosco na Comunicação Social -, e sei de toda candura e ternura do Fernando. É, quando ele relata tudo que sofreu - a tortura que outros sofriam, a tortura que presos comuns sofriam, porque, em determinado momento, ele e outros ficaram no presídio com presos comuns -, quando era colocado no pau de arara e sofria tortura, diz que era como se a sua alma fosse separada do corpo.

Para nós que atuamos na área, acho que, diante da tortura, aquele antigo aforismo do filósofo Nietzsche tem que estar sempre presente em nós. Ele diz que aquele que luta com monstros deve acautelar-se para não ser um. E mais, diz que, no primeiro contato que teve com os Alpes, admirando toda aquela beleza e imensidão, ele concluiu o aforismo dizendo: "Quando você olha demais dentro de um abismo, esse abismo olha dentro de você".

Eu e o Betinho Duarte, nosso Presidente brasileiro do Movimento pela Anistia em Minas Gerais, estávamos lembrando outro dia que só brigamos uma vez. Foi quando fazíamos as atividades dos 40 anos do golpe militar, e o Betinho, numa atitude para chocar a sociedade, que acho correta, num ato público que fizemos à frente do Deoesp, levou um pau de arara para, numa encenação, pendurar nele um ator. Nós tivemos uma discussão e, num português claro, quase partimos para a porrada. Eu disse a ele que não admitia uma coisa dessas nem por encenação. Depois nós fizemos as pazes. Somos duros, ficamos uns dias sem conversar, mas depois fizemos as pazes. Entrei na frente, e o menino estava com mercúrio como se tivesse sido torturado. Eu disse que não admitia isso nem no teatro, nem em encenação.

Designação de Coordenador

O Sr. Presidente - A Presidência designa a Sra. Heloísa Greco para atuar como coordenadora dos trabalhos.

Palavras da Sra. Coordenadora

Bom-dia às companheiras e aos companheiros. Meu papel é o de coordenação desta Mesa, logo não vou alongar-me. Ainda bem que é de coordenação e não de moderação, porque do jeito que as coisas estão não se trata de moderar nada, mas de radicalizar. Está na hora da radicalização.

Ao estar aqui, temos a sensação de reconforto, de segurança. Estamos há muito tempo nessa frente, na luta pelos direitos humanos num país que é campeão mundial de desigualdade social e que tem no prontuário mais de 350 anos de escravidão e 21 anos de ditadura militar. Nenhuma sociedade escapa ilesa desse processo. Estamos numa Mesa composta por companheiros de luta de ontem, de hoje e de sempre. No Plenário, temos a mesma presença. Estou vendo o Betinho Duarte, a Ângela ao meu lado, a Tereza, o Adair, o Sérgio Ferreira, que veio do Rio, e outros. O Durval citou Nietzsche, eu citarei uma inscrição do Maio de 68, em Paris, que é a seguinte: "Nós, os vencidos, somos invencíveis. Isto é, estamos todos aqui de novo".

Lerei a nota que informa o nosso ciclo de debates, que é o fechamento de uma jornada iniciada no dia 4 de agosto. Dela participaram várias entidades, sindicatos, movimentos, associações de bairro. Vamos fechá-la de fato numa grande manifestação pública que acontecerá no sábado, dia 29, debaixo do viaduto de Santa Tereza. Haverá um tributo aos mortos e desaparecidos políticos no Brasil e na América Latina. Durante todo o dia, acontecerão várias atividades, como música, teatro, cinema e poesia. Na ocasião, lançaremos o dossiê de mortos e desaparecidos no Brasil entre 1964 e 1985. Lerei a nota que informou nosso ciclo em que consta a posição das entidades. A nota começa com um trecho de uma poesia do Carlos Drummond de Andrade. (- Lê:)

"Se a anistia é um processo de esquecimento, que será da história? E que será dos esquecidos, se eles mereciam ser lembrados, vivos ou mortos que estejam, porque a injustiça os marcou?". ("Anistia: Como vens, como te imaginava", 1979).

Há 30 anos, foi promulgada no Brasil a lei de anistia política, Lei nº 6.683, de 28/8/79. Trata-se de significativa conquista da nossa sociedade. Essa vitória, no entanto, foi parcial: a anistia não veio ampla, geral e irrestrita como exigia o conjunto dos movimentos de resistência à ditadura militar articulados pelos comitês brasileiros de anistia e pelo Movimento Feminino pela Anistia. Para esses movimentos, a anistia só seria digna desse nome se realizasse os seus princípios programáticos: erradicação da tortura e das leis de exceção; esclarecimento das circunstâncias em que ocorreram os assassinatos dos opositores à ditadura; localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos; responsabilização jurídica do Estado e dos agentes de repressão por praticarem crimes de lesa-humanidade, portanto inafiançáveis, imprescritíveis e inanieliáveis; e desmantelamento do aparelho repressivo. A interpretação que prosperou a partir da Lei nº 6.683/79 é, ao contrário, que a anistia é parcial e condicional para os opositores ao regime e total e prévia para os torturadores, assassinos e agentes da repressão, antes mesmo de qualquer julgamento, apesar da evidente aberração ética, histórica e jurídica aí contida.

É esse o sentido da malchamada reciprocidade, balão de ensaio fabricado pela ditadura militar, que acaba por se tornar senso comum. Estão garantidas, assim, a permanência da cultura do sigilo e mesmo do sigilo eterno, que impede a abertura dos arquivos da repressão, e a perpetuação da cultura da impunidade e da estratégia do esquecimento.

O que está na base disso tudo é a garantia da inimizabilidade daqueles que perpetraram torturas, assassinatos e desaparecimentos durante a ditadura militar, o que leva à manutenção da tortura como uma das instituições mais sólidas em vigor no País. Podemos falar de uma reciclagem perversa da doutrina de segurança nacional. Hoje, os principais alvos da tortura, do extermínio e do aparelho repressivo, que continua montado, são os 2/3 da população que vivem no limiar da linha de miséria e os movimentos sociais. A luta pela anistia cabe aí também, pois todo preso ainda é preso político. Pelo fim dos manicômios e das prisões!

Nesses 30 anos, houve avanços importantes no que diz respeito à reparação daqueles que fizeram oposição à ditadura militar. Por outro lado, os princípios programáticos do movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita, apontados acima, continuam valendo. Nenhum deles foi realizado ainda. A discussão proposta por este ciclo de debates procurará resgatar a atualidade e o radicalismo dessa luta a partir da discussão contemporânea da necessidade de construção de uma justiça de transição no Brasil, que efetive o direito à história, à verdade e à memória como dimensão básica de cidadania.

Assinam esta nota: Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, Diretório Acadêmico Prof. Aluísio Pimenta - FAE/UEMG/Campus Belo Horizonte, Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial, Movimento de Libertação dos Sem-Terra, Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Rede contra a Violência, Brigadas Populares, Tribunal Popular: o Estado no Banco dos Réus e o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ."

Estamos discutindo esse tema ao longo deste mês, porque queremos avançar para constituir uma comissão de verdade e de justiça no Brasil, para, de uma vez por todas, erradicar a tortura, que continua sendo uma das instituições mais sólidas neste país, junto ao latifúndio, à igreja e à Rede Globo de Televisão.

Sem mais delongas, passo a palavra para os convidados. Hoje, queremos garantir o debate, pois ontem isso não foi possível devido ao atraso no início dos trabalhos. Hoje, haverá um espaço importante destinado ao debate. Inverteremos a ordem prevista no programa. Primeiro, passarei a palavra para Ângela Mendes de Almeida; em seguida, Virgílio de Mattos e, após, Suzana Lisboa.

Palavras da Sra. Ângela Mendes de Almeida

Bom-dia a todas e a todos. Em primeiro lugar, agradeço o convite para participar deste ciclo de debates promovido pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais e, particularmente, agradeço à Bizoca, que me convidou para falar, associando a questão da anistia à da tortura hoje e também a questão dos mortos e desaparecidos ontem e hoje.

Falo como membro da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, pois sou ex-companheira do jornalista Luiz Eduardo Merlino, assassinado no DOI-Codi de São Paulo, em 1971. Temos aqui a manifestação que realizamos em frente ao DOI-Codi há mais ou menos um ano. Ano passado, eu e a irmã do Luiz Eduardo Merlino encaminhamos um processo apenas na área cível, uma ação declaratória, para responsabilizar o Cel. Ustra pela morte, sob tortura, do Luiz Eduardo Merlino.

Um retrato da situação brasileira é que um recurso do advogado do Ustra foi julgado no Tribunal de Justiça de São Paulo, que, por dois votos contra um, extinguiu o processo na 1ª instância, sob o argumento de razões técnicas. Disseram que o processo não era cabível porque não teríamos interesse, porque não estávamos pedindo reparação. Ou seja, tudo vale para impedir que a verdade seja conhecida. Agora aguardamos julgamento de recurso no Superior Tribunal de Justiça.

Falo ainda como coordenadora do "site" Observatório das Violências Policiais de São Paulo - essa é outra fotografia dessa manifestação -, ligado à PUC, uma homenagem ao Luiz Eduardo Merlino - há uma série de textos sobre ele -, além de ser uma tentativa de documentação, do ponto de vista da vítima, das violências que sofrem unicamente as populações pobres das favelas e periferias. Falo também como militante do Tribunal Popular. Posteriormente, mostrei uma série de cenas da manifestação que fizemos durante o Tribunal Popular, numa tarde da primeira semana de dezembro, pelos mortos da Ditadura e pelos mortos de hoje.

Estamos comemorando a anistia, mas o que, exatamente, vamos comemorar? O mínimo que se pode dizer é que essa anistia é incompleta. A logo escolhida é extremamente importante, porque faltam dois "is" - "is" que indicam inexistência -, uma espécie de alusão a tudo o que falta. Em matéria de justiça de transição, foi repetidamente dito aqui que estamos extremamente atrasados. Não vou-me deter nisso porque gostaria de falar sobre as questões de hoje. Para citar dois casos, é nos Estados Unidos que vão descobrir documentos que demonstram o que todos poderíamos ter adivinhado: que o Médico estava envolvido no golpe contra o Allende. É preciso que Isabel Allende, sua filha, peça ao nosso Presidente para abrir os arquivos a fim de esclarecer isso.

E estamos vendo, mais ainda, o escândalo que é a encenação dessa busca de ossadas, que para mim é um espetáculo pirotécnico. O próprio Ministro Nelson Jobim disse claramente que estão fazendo isso apenas - o "apenas" é meu - para cumprir uma decisão judicial e que provavelmente não encontrarão nada. Portanto, acho que tanto Fernando Henrique quanto Lula continuam, durante todos esses anos pós-

anistia, sendo anualmente e a todo tempo, enquanto representantes da nação brasileira, por serem Presidentes, humilhados e desautorizados pelo Exército. Poderia citar uma porção de outros fatos, mas fica claro, a cada momento, que quem manda nas Forças Armadas não é o Presidente da República. Eles têm seu mundo à parte. Até hoje não houve um Presidente que realmente demonstrasse, na prática, que é o Chefe das Forças Armadas. Começo, então, por aí. Quem é eleito faz isso.

Para debater os ganhos e prejuízos desse nosso caminho de 30 anos, devemos nos perguntar, como fez o Tribunal Popular, se o que temos é efetivamente um Estado Democrático de Direito. A nossa resposta é não. É claro que não vivemos a mesma situação que vivíamos na Ditadura, mas temos um Estado autoritário que viola cotidianamente os direitos humanos com abordagens truculentas, torturas e execuções sumárias e extrajudiciais que permanecem impunes. Fique bem entendido que essas violações não acontecem em todo lugar, pois existe um local determinado para isso, que são os territórios da pobreza, ou seja, as favelas e os bairros periféricos pobres. A minha tese é que a impunidade de ontem alimenta diretamente a impunidade de hoje.

Gostaria de citar uma pesquisadora americana, Kathryn Sikkink, que trabalha justamente com esses processos de justiça de transição não só em países da América Latina. Ela elaborou um modelo matemático de contagem de violações baseado em instrumentos legislativos da ONU e da Anistia Internacional e chegou à conclusão de que, em todos os países onde houve uma justiça de transição e os torturadores foram levados às barras dos tribunais, a violência dos agentes de Estado diminuiu. Todavia, isso não acontece com o Brasil. Pelos dados dela, o Brasil hoje tem um índice 4,1, que é maior, aliás, do que o índice de violência dos agentes do Estado não só no Brasil da Ditadura, mas também na Argentina da Ditadura.

Quem trabalha com direitos humanos, quem lê jornais tem contato com vítimas da violência e ouve, como o Deputado Durval Ângelo, as queixas de torturas. Temos contato com parentes de vítimas, por exemplo, dos assassinatos, dos crimes de maio, onde houve mais de 400 mortos. Há aí um panfleto explicando as várias mentiras que os jornais contam sobre os crimes de maio. São 400 e tantas mortes que querem atribuir ao PCC, mas é uma mentira. A maior parte - aliás, não sabemos quantas - é de responsabilidade dos agentes do Estado. Então, quem trabalha com isso sabe que não precisaríamos desse modelo matemático.

Quanto à tortura, acredito que vivemos hoje um clima de cinismo e banalização por parte da opinião pública progressista. Todos sabem que a tortura existe em presídios e delegacias. Talvez não saibam que ela é praticada durante as próprias abordagens policiais. Quando a polícia invade essas comunidades, às vezes, a vítima é torturada dentro de casa ou no local de trabalho. Todos sabem disso. Há pessoas progressistas que dizem que se trata de uma questão cultural. O que seria uma questão cultural? A aprendizagem de 400 anos de escravidão? Só pode ser isso. Como se luta contra isso? Deveria ser com a aplicação da lei.

Estas aqui são as várias cenas. Queria mostrar o retrato dessa companheira.

O fato de não termos até hoje a Comissão de Verdade e Justiça é que leva a essa banalização da tortura. Se tivéssemos essa noção de que se trata de lesa-humanidade, ela estaria mais inserida na consciência da sociedade brasileira.

Quero prestar uma homenagem à companheira mineira Inês Etienne Romeu, uma das maiores vítimas da tortura. Tenho certeza de que, se existisse a Comissão de Verdade e Justiça, em que ela contasse tudo o que viu e sofreu pessoalmente, a sua história teria sido outra. A Comissão de Verdade e Justiça pode gerar consequências judiciais, mas, mesmo que isso não aconteça em relação aos crimes de 40 anos atrás, promoverá o opróbrio. Trata-se de educar a sociedade. Isso faria com que a maior parte das pessoas, todos, minimamente progressistas, enxergassem que a tortura é cotidiana contra os pobres e permanece impune, porque, se é verdade que algumas denúncias de tortura chegam hoje a alguns organismos, a maior parte não chega, já que as pessoas ainda presas têm medo de que aconteça algo de ruim com a sua família ou de que sejam ameaçadas de morte. A tortura vem à tona num caso de morte.

Aqui, vemos uma foto de Carlos Rodrigues Júnior, o Juninho, de 15 anos. No observatório, trabalhamos com a ideia de que esses mortos não podem virar poeira da história. Esse menino foi torturado em sua casa, no quarto ao lado da sala em que estavam a mãe e a irmã, e morreu sob tortura. Estive várias vezes com esses parentes, pessoas humildes, que sentem um misto de medo e de culpa, porque não são poucos os que dizem que ele era um bandido, que tinha roubado uma motocicleta. Essas frases relativas ao morto é uma forma de justificar a tortura e a morte.

Outra demonstração de que há banalização da tortura no Brasil está na nossa própria lei contra a tortura, de 1997, que é contrária à legislação internacional. A legislação internacional, a convenção de 1984 contra a tortura especifica claramente que a tortura é obra do agente do Estado. Acontece que na legislação brasileira qualquer violência feita por qualquer agente, seja do Estado, seja particular, é tortura. Há poucas condenações de tortura, mas a maior parte das condenações por tortura são de babás que maltrataram crianças, empregadas que bateram em velhinhos e pessoas que cometeram crime de sequestro. Mesmo que não tenham tocado em nenhum fio de cabelo do sequestrado, são enquadrados no crime de tortura porque a legislação é feita para castigar e penalizar, ainda mais aqueles que estão presos. E, em geral, é gente pobre, são crimes de pobres. Às vezes, nem são crimes.

Há raras condenações, aliás, nem devem existir. Há processos que, depois, são resolvidos com a absolvição. Esse processo, por exemplo, não andou. Em geral, a tortura não fica comprovada; praticamente não há condenados que sejam agentes do Estado. A lei em si é um retrato da deformação da nossa sociedade, que tolera a tortura e muito. O que é mais escandaloso são as execuções sumárias, em que a impunidade e a banalização da violência se manifestam mais notoriamente. Falarei sobre São Paulo, porque trabalho com esse material, mas tenho a certeza de que isso ocorre em todos os Estados da Federação. Apresentarei uma série de dados, mas queria dizer além dos números. Esses são os dados da Secretaria de Segurança. Tenho os números que contamos, do Observatório das Violências Policiais, por meio de notícias da imprensa. Para ir além dos números, é preciso fazer algumas constatações. Os números pouco importam, porque não são fruto de uma contagem padronizada. Essa estatística não é confiável, por uma série de razões que gostaria de expor. Esses são os últimos números do Observatório. O Ministério da Justiça e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos não assumem o grau de letalidade da polícia brasileira, não criam um sistema padronizado de contagem. Quando vocês veem nos livros as estatísticas de ONGs, todas se baseiam nas estatísticas do Ministério da Saúde, que tem estatísticas padronizadas para a causa da morte. O Ministério expõe a causa da morte, mas não o agente que matou. Isso faz grande confusão, levando, por questão ideológica, essas ONGs a classificá-las como homicídios, sem citar o agente, de modo que pareça que as comunidades pobres são violentas. Por isso, quando Philip Alston apresentou à ONU o seu relatório, a representante do Brasil ficou extremamente ofendida e parece que surpreendida com as coisas calamitosas que relatou. Em São Paulo e em todo o País, quando um agente do Estado assassina, mata, isso aparece no Boletim de Ocorrência como resistência seguida de morte ou auto de resistência. O que ocorre juridicamente? Não existe a figura de resistência seguida de morte. Quando se coloca essa figura, será feita a investigação acerca da vida do morto. Será descoberto que teve passagem pela Febem, que fez isso e aquilo, justificando-se a sua morte. O homicídio que deveria ser registrado, mesmo que fosse efetivamente em legítima defesa pelo agente, não o é. Como a imprensa traduz, a investigação é feita de maneira a corroborar a expressão "bandido bom é bandido morto".

Vou continuar mostrando algumas fotografias de manifestações de mortes.

Nunca foi analisado se houve efetivamente legítima defesa. Também, em São Paulo, é comum os policiais matarem fora de serviço, em sua vida particular. Estão com sua arma e, numa briga, num suposto assalto, claramente mentiroso, matam. Vemos casos, por exemplo, de três meninos ou moças, armados, que sucumbem a um policial, que, primeiramente diz: "Rendam-se". Depois, ele mata e nada acontece. São histórias fantasmagóricas, que a imprensa não investiga e dá a versão da polícia.

A terceira forma, em São Paulo, são as chacinas. As chacinas são feitas por homens encapuzados, mas todas as pessoas do bairro sabem que eles são policiais. Primeiramente, os policiais vão aos bairros e avisam. Depois, vão, encapuzados, e matam. Logo em seguida, a polícia vem e desarranja a cena do crime para ninguém investigar nada. Mas houve casos em São Paulo em que as chacinas transbordaram e foram parar nas mãos da polícia como investigação, como foi o caso do assassinato do Cel. José Hermínio Rodrigues no começo de 2008. A polícia teve de investigar e acabou apurando a existência de um grupo de extermínio conhecido como Matadores do 18, do 18º Batalhão da Polícia Militar. E há outro caso mais recente, dos Highlanders, que ficaram famosos, porque matavam e cortavam a cabeça de seus mortos. Mataram um deficiente mental e isso veio à tona. Em matéria de ideologia, saem matando nesses territórios de pobreza, matam criança pequena, como nesse caso do Rio ou de São Paulo, matam dona de casa, matam vítima de assalto, como num caso em que o Observatório está sendo processado. Nesses casos, vão usar as seguintes palavras: "Foi um equívoco, uma fatalidade e uma bala perdida". A bala perdida virou uma instituição.

Rapidamente, como a sociedade brasileira contribui para isso? Há a opinião pública obscurantista, mas a televisão estigmatiza os pobres como sendo bandidos e suspeitos. A opinião pública progressista não faz um bonito papel. Aí me refiro aos partidos de esquerda, aos intelectuais, até aos ex-presos e perseguidos políticos. Eles não enxergam o que está acontecendo. Isso é uma coisa lateral e faz parte da página policial. E, como não enxergam, quando há um caso que emociona o público, como vários crimes ao mesmo tempo ou o Maio de 2006 em São Paulo, acabam reproduzindo os clichês da opinião pública obscurantista. Acabam justificando, dizendo que são bandidos, que a polícia teria de reagir. Já ouvi essas coisas. Uma frase extremamente importante, que denota a questão ideológica, é: "Mataram um inocente". Uma pessoa que diz que mataram um inocente está dizendo, ao mesmo tempo, que, se ele for culpado, seria bom matá-lo. Mas, culpado de qualquer coisa tem de ser julgado e condenado. Não há no Brasil pena de morte. Há todo um mecanismo ideológico, que atende até à esquerda, que não percebe que esses pobres desorganizados - raramente estão organizados - constituem o alvo preferido do estado neoliberal. Eles sobram nesse sistema. A esquerda deveria perceber a importância disso, porque atacar os excluídos não é um fenômeno brasileiro, é mundial. Eles devem perceber que esses mecanismos de impunidade têm tudo a ver com a impunidade em relação a ontem.

É preciso tomar consciência de que a ditadura é um crime de lesa-humanidade e de que nenhum agente tem o poder de atirar contra qualquer pessoa, inocente, suspeito, criminoso declarado, porque não existe pena de morte no Brasil. A impunidade de ontem alimenta diretamente a impunidade de hoje.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

A Sra. Coordenadora - Depois desse fantástico e sinistro painel do estado de exceção permanente que se abate sobre os territórios da pobreza, vou passar a palavra ao Virgílio Mattos, que certamente continuará na mesma toada.

Palavras do Sr. Virgílio de Mattos

Bom-dia a todos, contemplando aí todos os gêneros e orientações sexuais; não sou politicamente correto, porque não é dessa maneira que respeitamos as diferenças de gênero.

Eu me emocionei com a emocionada abertura do Deputado Durval. Quem conhece a prática do Deputado Durval Ângelo sabe bem que seu gabinete é um dos que mais trabalham nesta Assembleia Legislativa. Não conheço os demais, mas é um gabinete que, como diz o preso, marcha junto com ele, denuncia as ilegalidades, ao contrário do governo do Estado, notadamente este governo do Estado, que finge que não é com ele. Se essa emoção nos tomasse de verdade, companheiro Durval, ela nos travaria a voz, porque esses que estão aí não foram anistiados. Vários outros não foram anistiados. Os corpos insepultos dos companheiros da Guerrilha do Araguaia não foram anistiados; suas famílias não foram anistiadas. Foram emocionantes as falas do Betinho, das companheiras e das famílias que se manifestaram ontem, que disseram que um dos mais sagrados e antigos direitos da raça humana é enterrar os restos mortais de seus entes queridos. E essa dor não pode ser anistiada.

Logo depois do golpe do golpe, depois de 13/12/68, havia uma dicotomia que até hoje permanece atual: se só o povo armado derruba a ditadura ou se só o povo organizado derruba a ditadura. Na manifestação de ontem na Praça da Liberdade contra essa parceria, essa patifaria público-privada de transformar o preso não mais em mercadoria, mas em matéria-prima, vimos bem a polícia do neto do avô. Em 1982, lembro-me bem - Bizoca também deve lembrar-se - de que a polícia do Tancredo era igualzinha à do Figueiredo e batia nas professoras. Havia, então, proletariado, e ela batia nos trabalhadores e batia com força nos estudantes. Ontem, afastadas as provocações do choque, se houvéssemos respondido a algumas delas, provavelmente o desfecho da passeata, sempre pacífica, teria sido outro.

É uma questão permanente. Tivemos mais de 50 mortes, queimados, dentro do sistema prisional em Minas. Como anda, Deputado Durval, a apuração e a responsabilização? Tenho certeza de que V. Exa. e seu gabinete acompanham esse processo. Mas o que dizer dos demais Deputados? Alguns até justificam dizendo que preso bom é preso morto, de preferência sob as condições mais cruéis. E os números - não se iludam, não sejam ilusionistas iludidos, como determinados poderosos de plantão - não resistem a um mínimo cruzamento, simples, linear. Algumas entidades até analisam tais números para reforçar a baixa da criminalidade, coisa a que não assisto, o que vejo é um aumento impiedoso da tortura em Minas Gerais, em todo o Brasil e no mundo inteiro. É a tortura que proíbe o imigrante, é a tortura contra a mulher, é a tortura contra o negro. É a tortura, em poucas palavras, contra o pobre e miserável. Mas eu não posso deixar de lamentar, profundamente, a ausência do Prof. José Luis Quadros de Magalhães, que poderia falar sobre esse assunto para a maioria de vocês, jovens que não viveram esses tempos sombrios dos quais tiveram a sorte de escapar. É por causa desses mortos sob tortura que não foram anistiados que estamos aqui hoje podendo falar isso.

Então, gostaria de iniciar com uma citação do Nicanor Parra: "De aparecer apareció, pero en una lista de desaparecidos." Cito ainda Walter Benjamin: "Escrever a história dos vencidos exige a aquisição de uma memória que não consta nos livros da história oficial (...), fazer emergir as esperanças não realizadas (no) passado e inscrever em nosso presente seu apelo por um futuro diferente (...). O esforço (...) é não deixar essa memória escapar, mas zelar pela sua conservação, contribuir na reapropriação desse fragmento de história esquecido pela historiografia dominante".

A mais trágica das dores. Um dos temas mais difíceis de se tratar, ainda hoje no Brasil, é a questão dos mortos sob as mais impiedosas torturas e os desaparecimentos dos presos políticos durante o período da ditadura militar que, para mim, tem início em 1º/4/64 e só termina em 5/10/88, com a promulgação da Constituição Cidadã.

Com vida foram levados, com vida os queremos de volta, entoam todos os amigos e familiares de presos políticos e dos presos desaparecidos no Cone Sul. Mas vejamos os antecedentes históricos desse 1º de abril mais triste de nossa história, porque era verdade a mentira: era o golpe.

Mas as origens do golpe podem ser encontradas mesmo 10 anos antes, quando Getúlio Vargas sai da vida para entrar na história, dando um tiro no próprio coração e adiando o movimento de avanço dos golpistas udenistas, ufanistas, que pululam por aí ainda hoje como indigestos cogumelos, para dizer elegantemente. Antigas pragas cruéis essas de gafanhotos e bacheirês. Mas vamos adiante porque o tempo é como o cobertor do pobre, muito curto, e há muito o que relatar. É preciso dizer, calar é patifaria, é cumplicidade, é covardia.

No auge da Guerra Fria, com o exemplo vivo de Cuba e os 12 apóstolos de um catecismo moderníssimo, ainda hoje atual, embora sua origem

esteja mesmo na capacidade de luta e vitória dos mais fracos contra os mais organizados desde os primórdios dos tempos, a juventude do mundo inteiro e da América do Sul, em particular, luta contra o avanço da reação e da repressão ao movimento internacional pela conquista e ampliação de direitos.

Se o medo persa era grego - e era! -, se o medo branco era negro - e era! -, o medo- pânico conservador passa a ser de algo distante e dialeticamente tão presente: o medo do comunista ateu, incendiador de igrejas e comedor de crianças. O Brasil não poderia nunca sucumbir a essa plêiade de bárbaros insensíveis que nem sequer iam à missa aos domingos, queriam sexo antes do sagrado matrimônio, uma reforma agrária digna do nome - que seguimos esperando até hoje! - e botar "pra fora a canalha, o Brasil a quem trabalha". Fui buscar uma antiga palavra de ordem. E haveria pão, trabalho e paz para plantarmos. Convenhamos, dito de uma forma bastante elegante: já não se fazem mais ingênuos como antigamente.

Segundo ponto: coisa do demônio. Mas o demônio não é uma invenção dos crentes? A tortura, nos primórdios, foi pensada para fazer sofrer e exorcizar o demônio, talvez não nessa ordem. Ou para se certificar da obra do demônio no corpo do autor. Impossível resistir. Iniciado o processo com a tortura, só a morte salvaria o corpo do "processado". A morte vinha em partes, e o corpo respondia aos poucos e aos pedaços. Até que o fogo lento purificasse, e via do espetáculo também purgasse aos demais, o satanás encarnado no inimigo, no desafeto, no estranho, mesmo que vizinho, mesmo que próximo. O inimigo comum vai se transformando em outros, em outro. No diferente, no distante, no ausente. Mas não temos o tempo necessário para explicar o percurso dessa certeza: o demônio é um invenção dos crentes, só muda de nome ou de lado. O processo é o instrumental utilizado para a prova da culpa, em sentido leigo, do agente. Até que o fogo consiga extirpar não só a carne e os restos, mas, sobretudo a capacidade de memória e de lembrança, de preferência para sempre.

Houve dois iluminados, de dois tempos sombrios e distintos. Um era Cesare de Bonesana, o bom Marquês de Beccaria, iluminado iluminista, que se perguntava qual seria o fim político das penas, para responder, em seguida - cito "Dos Delitos e das Penas", pág. 70 -: "O terror dos outros homens. Mas que juízo deveremos fazer das carnificinas secretas e privadas que um uso tirânico reserva tanto ao culpado quanto ao inocente?". O outro é Hélio Pelegrino, um grande pensador da psicanálise e da sociedade e, ao mesmo tempo, um fervoroso católico, que cria na transubstanciação da hóstia, na ressurreição da carne e que o homem pudesse vir a ser amigo do homem. Em seu "A Tortura Política, a Burrice do Demônio" narra bem o estraçalhar dos corpos e sobretudo das mentes, não só do torturado em si, mas especialmente daqueles que, não tendo sido torturados diretamente, aguardam a vez, sem direito a voz e sem direitos, apenas ao cruel processamento doloroso do silêncio, que é a prática da tortura que fica impune.

A idiota propaganda enganosa do direito penal, que diz que este opera produzindo prevenções positiva, negativa, especial e geral também é baseada no terror, ou seja, no terror do nosso sistema prisional infecto, nauseabundo e sufocante, que produzirá efeito de dissuasão em nossos jovens pobres e miseráveis. Obviamente, as falácias da teoria das prevenções nutrem-se de um velho ranço processual: a extorsão das confissões, cujas retratações em juízo, sob a alegação de ter sido o agente torturado na fase do inquérito policial, é desconstituída pelos julgadores, com as simplistas assertivas da inexistência de provas, ou de que todos dizem que foram torturados, ou de que alegar e nada provar é o mesmo que nada alegar, e outras. Obviamente, essas fórmulas jurídicas reproduzidas acriticamente não são aplicadas quando a palavra isolada do agente da repressão é aprovada, ou apresentada como prova cabal, ou "quantum satis" da participação punível do jovem pobre e miserável, sempre do jovem pobre e miserável.

Voltemos à tortura política propriamente dita. Voltemos no tempo. Estamos em 1964, precisamente no dia 1º de abril. Alguns quartéis são tomados a tapa pelos golpistas, e outros, no grito, após rocambolescos desencontros, onde perigou por si mesma e quase se autodestruíu a chamada revolução redentora, em letras minúsculas, que começará a construir a sua vingança. Um dos traços desse golpe militar é a sua mesquinharia. Enfim, acontece a mais sórdida das vinganças: a prisão e a tortura impiedosa e longa dos inimigos políticos, sem qualquer tipo de limite nem a própria morte. Há tortura maior do que a negação do corpo para os ritos fúnebres, consagrados em todas as nações e crenças? Com o golpe dentro do golpe, que foi a edição do Ato Institucional nº 5, uma barbaridade sem precedentes na ordem jurídica do País, tornaram-se sem efeito todas as garantias legais. A ditadura mandava às favas os escrúpulos, como dizia o Cel. Jarbas Passarinho, e passou a prender, a torturar e a matar, até que, enfim, nós a derrotamos. Isso, sim, há de ser comemorado. A ditadura militar foi derrotada, mas a do capital ainda não, e tocamos os militares de volta aos quartéis, de onde nunca deveriam ter saído, com o rabo entre as pernas.

Foram tempos muito sombrios. O medo reduzia as possibilidades, e as apostas eram sempre altas demais. Apostava-se a própria vida, e, em uma vacilação qualquer, a vida dos outros, como chegar atrasado em um encontro, por exemplo. Nunca se viu, com ares de legalidade, tanto despautério e cinismo. Suspensas as garantias do 'habeas corpus', varrida a amplitude da defesa e do devido processo legal, os presos eram sequestrados nas ruas, dentro das salas de aula e nas fábricas. E o processo, ou arremedo de processo, era comum a todos: torturas medievais, agora com os requintados ensinamentos da Guerra da Argélia e do Vietnã, e o clássico 'assina aqui'. Depois, com pompa e circunstância, passavam pelo ridículo e patético processo das auditorias militares, em que os combatentes eram ridicularizados por não serem capazes de apresentar testemunhas de que iam à missa aos domingos.

O corpo volta à cena da extração da verdade nos moldes do século XVIII, ou melhor, extração de informações que proporcionassem mais corpos para serem processados na extração de novas informações que proporcionassem mais corpos, "ad infinitum", "ad nauseam", "in nomine Dei".

"Ah, a luta de classes,/redonda e achatada nos polos/(onde enterrei os meus melhores anos/onde enterramos os amigos e os planos)". A luta contra a subversão, que já foi a luta contra o demônio, contra o herege, contra o estranho, transformou-se na luta contra os pobres e miseráveis, que são impiedosamente torturados, literalmente, em qualquer contato com o sistema penal. Enquanto aqui discutimos, isso está sendo propagado, às centenas, aos milhares, em todas as delegacias de polícia do País, em todas as unidades prisionais do País. Se o subproletariado, consumidor falho, só tem no cárcere a contenção de seu desagradável "handicap", de pouco ou nenhum poder de compra, a proteção do patrimônio das classes dominantes, via estado penal e poder repressivo público e privado, será a atividade que mais crescerá, mesmo durante os períodos cíclicos de crise do capitalismo. Vai gerar fabulosos lucros e criará um multidão de atingidos e, o horror, uma variada e aziaga multidão de atingíveis no retorno garantido ao cárcere. Uma indústria do controle total nasce a partir do autoritarismo e tem um laboratório teste no cone sul e floresce. A experiência da tortura sistemática, impiedosa, brutal, acumulada na guerra contra os pobres ou contra os jovens pobres, o que não é o mesmo, embora produza efeito igual, vai seguir uma sofisticação proporcional à importância social daquele que é torturado. Não é mais necessário que a tortura seja secreta, discreta, clandestina. A certeza de que haverá tortura é algo sempre presente no imaginário do preso. É vendida pela mídia, é tolerada pela Justiça, é incentivada pela sociedade.

Pós-prisão e processo, ocorre a tortura contra os familiares que insistem em não abandonar o preso. Nas visitas, nas informações e depois na progressão de regime e soltura do amigo ou familiar, o trato com o sistema judicial prisional é sempre tenso, cheio de desconfianças, desrespeitos e dor, quer na sonegação de informações, quer na tortura da revista vexatória ou na transformação imediata de pertencente às classes perigosas, uma vez que alguém do núcleo familiar tem ou teve contato com o sistema penal. Como se ser parente de alguém preso fosse, por si só, crime. É a campanha do Conselho Regional do Serviço Social: ser familiar não é crime.

Desde 2001, são documentados exaustivamente os casos de tortura como prática sistemática e generalizada - para citarmos a expressão de Nigel Rodley, relator da ONU para a análise da tortura no Brasil, em agosto de 2001 -, não só das polícias de Estado, mas também de grupos de segurança privada nos pontos do comércio, lojas de conveniência, supermercados, etc. De nenhuma punição legal se tem notícia. Desconheço, Deputado Durval Ângelo, algum agente policial cumprindo pena privativa de liberdade por tortura no Estado de Minas Gerais. Desconheço. Desde 1997, desconheço algum agente nessas condições. Tomara que essa minha ignorância seja contemplada, tomara que existam centenas de agentes que foram alcançados, processados, julgados, condenados e estão cumprindo pena e suas famílias são

escrachadas, são esculachadas nas revistas vexatórias. Não tenho notícia sequer de um, Deputado Durval Ângelo.

O Sr. Presidente - As três primeiras confirmações de condenações pela Lei de Tortura no Superior Tribunal de Justiça são de Minas. Hoje, cerca de 10 Agentes Penitenciários estão cumprindo pena por tortura. Os últimos estão ligados a mortes de Araguari. O Delegado Marco Túlio Fadel foi a maior condenação por tortura, foi condenado a 17 anos e 10 meses, mas o Superior Tribunal de Justiça reduziu a pena para 15 anos e 4 meses. Sete policiais foram presos na última quinta-feira, em Medina, entre eles um oficial, um Tenente. O Juiz está sendo tremendamente execrado. No nosso "site" está o discurso de solidariedade ao Juiz, que fiz na última terça-feira, pois está sofrendo ameaças. Mas os sete policiais estão presos. No hipercentro, dos 15 policiais condenados, 4 estão presos. Na associação por tráfico, havia também a questão da tortura. São poucos exemplos em relação a um conjunto muito maior de casos que chegam à Comissão de Direitos Humanos. Ontem eu disse que, somente nesta semana, houve três casos de tortura, incluindo esse de tortura de uma criança de 14 e de outra de 16 anos. Como disse um preso com uma pena de 200 anos de condenação, durante a visita feita pela Comissão de Direitos Humanos àquela masmorra, ainda nos bons tempos da Furtos e Roubos: "Nós cometemos crime mesmo, devíamos estar aqui dentro. Mas fulano e sicrano, que estão aí fora, fizeram muito pior que eu. Inclusive, a droga que vendi era dele, mas ele não está aqui dentro conosco. Acho que deveriam inverter-se os papéis". Muitas vezes, essa é a situação que vivemos. Os casos são muitos. Hoje temos o Colegiado das Corregedorias, do qual a Comissão de Direitos Humanos faz parte, assim como o Dr. Rodrigo Filgueira, do Ministério Público. Estamos conseguindo algumas ações por intermédio do Colegiado, de que participamos. Mas, no conjunto, o número deve ser maior.

O Sr. Virgílio de Mattos - Obrigado, Deputado. Essa postura de pequena punição legal, atualizemos o texto, não é algo excepcional, episódico ou a ser debitado na conta de alguns excessos. É política pública no trato com preso ou com suspeito.

Observe-se a boa análise de Tânia Kolker: (- Lê:) "No Brasil, a tortura coexiste com a ordem constitucional. Abrigada pelos altos muros, pela aprovação implícita da sociedade, pela leniência ou pela convivência das autoridades, pelo silêncio atemorizado de vítimas e testemunhas e, portanto, pela certeza de impunidade, essa prática, realizada justamente por aqueles que deveriam ser os responsáveis pela aplicação da lei, na verdade é muito comum no sistema penitenciário brasileiro. Mais que um método investigativo ou de punição que excepcionalmente escapa ao controle da lei, a tortura continua a ser uma máquina bastante ativa e funcional. Desde o dia em que entram na delegacia até o último dia de cumprimento da pena, os presos convivem com variadas formas de tortura, geralmente desencadeadas por motivos banais, muitas vezes aplicadas coletivamente e não raramente presenciadas por várias testemunhas. O pacto de silêncio entre aqueles que presenciam as torturas diuturnas sem estarem diretamente a elas ligados, quer na qualidade de torturados, quer na condição de torturadores, não esconde apenas um espírito de corporação, mas é condição de sobrevivência entre grupos. Quase sempre invisível ou de difícil visualização para o mundo de fora do cárcere, a tortura é justificada por certa camada da população envenenada pela mídia sensacionalista de "mondo cane", aplaudida pelas vítimas de crimes contra o patrimônio e aqueles que não têm qualquer consciência de classe. E não só aqueles, mas os simples consumidores que podem vir a ser alvo da atabalhoada distribuição de renda forçada que os nossos jovens têm praticado. Os torturadores em geral são processados por abuso de autoridade, maus-tratos, lesões corporais, quase sempre uma espécie de eufemismo penal quando se trata de "um dos nossos que se excedeu um pouco", quase nunca pelo crime de tortura que se aperfeiçoa, de acordo com a Lei nº 9.455/97, com a produção de qualquer sofrimento físico ou mental na vítima. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, sendo punidos aqueles que, podendo evitá-lo, são omissos; é inscrito na Constituição da República, art. 5º, inciso XXXIII. Evidentemente, não é uma questão que se resolva apenas com leis. Não bastam leis melhores nem a sua aplicação. É fundamental desconstruirmos, dentro e fora da academia, a canhestra noção de se poder cogitar de tortura para evitar um mal maior ou mesmo a ação em dogmática saída de legítima defesa da vítima, que diabo seja isso.

Que dizer do grau moderado de pressão psicológica ou física: nudez forçada com uso de capuz; isolamento e incomunicabilidade, aí incluídos advogados e familiares; privação sensorial; exposição a ruídos excessivos; exposição prolongada a temperaturas extremas; posições dolorosas; ameaças - inclusive de tortura a familiares -; humilhações - aí incluídas também as de ordem sexual, etc. -, que é como a tortura é eufemisticamente tratada pelo Estado de Israel, que a utiliza em profusão criminosa contra a população palestina? Que dizer da tortura defendida como necessidade, mundo afora, pelos poderosos que lucram com ela? Se se muda o foco da discussão: não pelo fim da tortura, mas para em que casos poderemos admitir a tortura de uns poucos para o bem-estar da maioria, as relações sociais estariam regulamentadas pela sordidez do salve-se quem puder? Afinal, nenhuma garantia haveria sobre a possibilidade de vir a ser alcançado. A única dúvida possível é sobre o quando.

A definição da Convenção da ONU Contra a Tortura, da qual o Brasil é signatário - portanto, tem entre nós força de lei -, é bastante simples para que possa haver qualquer margem a dúvidas: "Qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido, ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público, ou outra pessoa no exercício de suas funções públicas, ou por sua instigação, ou com seu consentimento ou aquiescência". A definição é de uma clareza solar.

Assim, se você está tranquilamente dizendo que esse problema, o da inacreditável permanência da tortura - agora com a justificativa acadêmica da prevenção contra o terrorismo -, não é problema seu, muito cuidado, pois a aquiescência omissiva é também alcançada pelo direito penal, obviamente se você é alvo, e é, no mínimo arriscado, passar a ser alvo da gigantesca máquina de fazer sofrer que parece funcionar por inércia; quando nada pela sua inércia em não fazer absolutamente nada a respeito. Enfim, Bizoca, vamos fazer valer a máxima picada em algum muro do passado: "Nós, os vencidos, somos invencíveis". "Pelo fim dos manicômios e das prisões!". "Anistia". "Todo preso - ainda - é preso político!". Muito obrigado.

A Sra. Coordenadora - Com a palavra, Suzana Keniger Lisboa, companheira da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Palavras da Sra. Suzana Keniger Lisboa

Obrigada, Bizoca. Bom-dia a todos e a todas. Cumprimento especialmente meus companheiros de Mesa e, na pessoa da companheira Tereza Ângela, guerrilheira e comandante de uma das organizações que lutou contra a ditadura militar, cumprimento o Plenário.

Quereria também, de forma muito especial para mim, que estivessem aqui duas mineiras que têm o tamanho do mundo, que é a Inês Etienne Romeu e a Helena Greco. Com certeza, só as suas presenças diriam muito mais do que podemos dizer nesta Mesa.

Acho que, depois da brilhante explanação dos meus colegas, sobrou para mim tentar refletir um pouco em como se deu essa construção de impunidade e de tortura em cima dos nossos mortos e desaparecidos. No dia 22/8/79, no dia da votação da anistia, a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos fez, em Brasília, das galerias do Congresso Nacional, a denúncia do encontro dos corpos de dois desaparecidos políticos, Luís Eurico Teixeira Lisboa, meu marido, e de Dênis Casimiro. Para nós, isso era uma coisa fundamental porque o projeto de anistia do Presidente Figueiredo dava aos familiares um atestado de morte presumida, paradeiro ignorado. Era isso que eles diziam dos nossos desaparecidos. Eles diziam que eles estavam vivos por aí. Enquanto eu jogava lá de cima das galerias a nossa nota que dizia "Eis aqui o paradeiro de dois desaparecidos", lá de baixo, o Jarbas Passarinho e o Cantídio Sampaio, gritavam: "Vá procurar marido". Essa era a imagem que eles queriam passar das mulheres que buscavam seus maridos, seus filhos, seus irmãos.

Trinta anos se passaram, e eu praticamente me dediquei a essa história. De lá para cá, além desses dois corpos, encontramos apenas uma

outra desaparecida, a Maria Lúcia Petit, que resgatamos no Araguaia. Dos cerca de 160 desaparecidos, conseguimos provar onde estariam enterrados alguns outros, mas não conseguimos resgatar os corpos. É impressionante o que vemos até hoje. Fiquei impressionada como o tiro à queima-roupa na mão daquela criança. Aquilo foi um legítimo tiro de defesa. É o mesmo tiro que matou o Carlos Marighella. As versões oficiais que, na época, foram usadas para justificar as mortes dos nossos familiares são as mesmas versões oficiais que se usam hoje. O José Maria Ferreira de Araújo, o Marinheiro, que é desaparecido político, tinha na sua documentação, quando a localizamos no Instituto Médico Legal, que ele morreu de mal súbito. É o mesmo mal súbito que, na primeira versão da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, de onde venho e onde sou assessora da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, a Brigada Militar matou, na semana passada, um militante do movimento sem terra. Enquanto o Deputado Dionísio Marcon, com quem trabalho, que é uma liderança do movimento sem terra, me dizia ao telefone que ele tinha levado um tiro nas costas, eu ouvia, pelo rádio, o Comando da Brigada Militar dizendo que ele tinha morrido de mal súbito. Se não tivéssemos um Deputado para denunciar, se não tivéssemos o mínimo de estrutura que conquistamos nessa democracia, ele teria a mesma versão oficial que teve o José Maria Ferreira de Araújo. Ele poderia ser um dos desaparecidos.

Essa construção que se fez nesses anos todos é que levou à impunidade dos crimes. O que os governos fizeram desde então? No dia em que fizemos a denúncia do encontro do corpo do Luís Eurico, eu fui muito atacada, até pelos meus companheiros de luta. Alguns poucos diziam que eu estava provocando a Ditadura, que estava tendo uma atitude de revanche. A partir daí fiquei amiga de alma da Helena Greco. Ela não me conhecia e estava em Brasília. Procurou-me para ficar do meu lado. Estávamos fazendo uma denúncia em plena Ditadura Militar. Em 1979, os militares estavam ali. As pessoas diziam que era revanche, assim como hoje diz o Ministro da Defesa que é revanche querermos punir os que cortaram cabeças, os que, em nome do Estado brasileiro, deceparam cabeças, cortaram a língua do Eduardo Leite e deram mais de 30 tiros no corpo de 1,30m da Gastone Beltrão. Passarmos por cima dessa história é esquecermos que o Estado brasileiro tomou essas atitudes.

As pessoas não conhecem a nossa história. Fico emocionada ao ver a quantidade de jovens presentes. Vocês terão que descobrir a realidade e levar essa luta adiante, porque nem o Presidente da República conhece essa história e faz de conta que conhece. Caso contrário, não teria coragem de publicamente dizer que, no Brasil, morreram poucos. Não teria coragem, durante todos esses anos, de apresentar os recursos que apresentou à ação que ajuizamos para os familiares dos guerrilheiros do Araguaia. Desde aquele momento, ele se colocou ao lado dos militares. Isso permitiu que, pouco tempo depois, a Escola de Formação de Oficiais, no interior de São Paulo, tivesse o Médici como patrono. Quem é o Médici? O que ele fez na história deste país para ser homenageado por oficiais, por alunos que estão se formando no governo deste Presidente da República e sob o comando deste Ministro da Defesa? São coisas em que, se não trouxermos certos fatos à tona, se não passarmos o dia relatando-os, ninguém vai acreditar. Tenho certeza de que, se o Ministro dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, fosse Presidente da República, isso não aconteceria. Ele conhece essa história e tem compromisso político com ela, mas não consegue levar adiante seu propósito porque está dentro do governo. Acredito na manifestação pública dele de punição aos torturadores; acredito na manifestação pública do Ministro Tarso Genro, mas, infelizmente, o que a Advocacia-Geral da União fez, por ordem e com a conivência do Presidente da República, há pouco tempo, foi defender o Carlos Alberto Brilhante Ustra contra quem a nossa companheira Angela ajuizou um processo, contra quem a família Teles ajuizou um processo. Ele comandou as torturas no DOI-Codi de São Paulo. O que o governo fez? Defendeu-o. Anos depois do golpe militar, o governo brasileiro se dispôs a defender Carlos Alberto Brilhante Ustra, que é o símbolo dos torturadores brasileiros. Foi o único contra quem ajuizamos processo graças à Angela e à família Teles.

Quem são os advogados que se dispuseram a encaminhar processos contra esses torturadores? Eles estão aí até hoje atemorizando as pessoas. Estão dentro do Exército formando novos oficiais. Quem tem a oportunidade de acompanhar esses fatos ou pelo menos de ficar em cima dessa história deve ver o "site" que mantém na internet. Eles criaram um grupo chamado Terrorismo Nunca Mais para se contrapor ao Brasil Nunca Mais. Lá fazem apologia à tortura, como fez outro dia no Rio Grande do Sul um grupo que presta serviço militar. Eles desfilavam pela cidade de Santa Maria. Ao correr, sempre gritavam palavras de ordem. Eles gritavam: "Tortura é uma coisa muito fácil de fazer: pega o inimigo e maltrata até morrer". Eles cantavam isso pela rua. Arrepiava-me até a alma ao me lembrar disso, porque foi gravado e mostrado por um canal de tevê, e ninguém foi punido. Nenhum Comandante Militar caiu por causa disso; nenhum Ministro do Exército se manifestou. Pelo contrário, nos últimos anos, o Ministro do Exército, quando se manifesta, é favoravelmente; ele comemora o 31 de Março. O homem que comanda a operação de busca aos nossos familiares, no Araguaia, deu uma declaração de que a data de 31 de março era fundamental, pois foi o dia em que o Brasil ficou livre da saga dos comunistas. É esse o homem nomeado pelo governo brasileiro para, na região do Araguaia, buscar os desaparecidos. O impressionante é que o governo brasileiro, com o chamado Grupo Tocantins, está cumprindo uma decisão judicial em decorrência de uma ação proposta pelos familiares de mortos e desaparecidos políticos. Mas os familiares de mortos e desaparecidos políticos foram excluídos desse processo. Quem está lá são aqueles que foram denunciados. O Exército está lá, e os familiares estão fora. Estão lá as pessoas convidadas pelo governo, que, em todos esses anos, apoiam, divulgam e são a favor das versões oficiais dos militares. Essas pessoas foram convidadas pelo governo e nós ficamos de fora. Como acreditar que quem matou aquele menino daquela forma será punido, se não foram punidos até hoje os que cometeram crimes em nome do Estado? O que foi feito dos arquivos que contavam essa história? O governo Fernando Henrique e o governo atual não tiveram a preocupação de preservar, mostrar e abrir esses arquivos. Pelo contrário, o que está aberto é muito pouco. É tão pouco, que não podemos nem ao menos pesquisar. Estive no arquivo de Belo Horizonte, há algum tempo, e fiquei muito triste. Por mais que ele exista, que seja importante sua existência, que seja uma bela iniciativa, não pude pesquisar, pois não trouxe um documento que provasse que eu era mulher do Luiz Eurico, e não pude pesquisar as coisas relativas a ele. Meu nome é Suzana Keniger Lisboa, mas, como há formas diferentes de escrever "Keniger", também não pude provar quem era eu e não pude ver o arquivo. Se não se pode buscar a história de um país, tentar reescrevê-la e entendê-la, se não temos acesso ao mínimo de informações, é impossível construir um futuro, pois há um passado de impunidade presente também nos dias de hoje. As mesmas pessoas que torturaram e mataram estão por aí. Em São Paulo, ainda estão trabalhando em órgãos oficiais. Um Delegado que ainda trabalha no interior de São Paulo foi um dos torturadores e está lá, porque não foi afastado de seu cargo. Não há como pensar um futuro, passando por cima dessa história.

O Brasil criou a Lei nº 9.140, em 1995, editada pelo governo Fernando Henrique. Foi uma conquista nossa o Brasil reconhecer que havia desaparecidos políticos. Há uma lista de 135 pessoas nominadas nessa lei; o Brasil reconheceu que elas haviam sido mortas. Essa lei criou uma comissão para examinar outros casos. Inicialmente, pensamos em não participar dessa comissão. Acabamos participando dela. Fiz parte dessa comissão por 10 anos. Em relação aos desaparecidos, não acrescentou nada. A mesma crítica que fazíamos à lei, naquela época, fazemos hoje. Houve um acréscimo importante em relação aos mortos oficiais, porque os familiares tiveram de provar a essa comissão que as versões oficiais de suicídios, atropelamentos e tiroteios eram mentirosas. As mesmas versões são utilizadas ainda hoje, e continuam matando os pobres e os marginalizados deste país. Nós tivemos de provar.

Lembro-me de que, na primeira fase de funcionamento dessa comissão, que terminou no final do governo Fernando Henrique, tínhamos provado que a Ditadura Militar havia mentido 132 vezes em suas versões oficiais. Provamos isso pegando a foto do Gelson Reicher, que levou um tiro à queima roupa no olho. Pegamos a foto da Gastone, que tinha um pulso quebrado. Pegamos diversos documentos que conseguimos resgatar nos arquivos do Instituto Médico Legal, nos arquivos policiais, nos poucos arquivos abertos. Também colhemos alguns testemunhos e conseguimos provar que as versões oficiais eram mentirosas.

Alguém foi punido por causa disso? Não. Quem mentiu durante a vida inteira sobre esse assunto não foi punido. Temos um Senador chamado Romeu Tuma, que fundamentalmente participou desse processo de ocultação dos corpos dos mortos e desaparecidos políticos. Temos documentos que comprovam que ele participou desse processo. O que foi feito com ele? Nada. É um Senador da República, que não tem a mínima possibilidade de vir a ser julgado por qualquer um desses crimes.

Achei interessante ler o manifesto do II Congresso Nacional da Anistia, realizado entre 15 e 18/11/1979, na Bahia, que fala do caráter parcial e discriminatório do projeto de anistia e da necessidade do prosseguimento e da ampliação da luta. Termina dizendo o seguinte: "Todos esses crimes tinham de ser julgados; julgados pela opinião pública nacional e internacional; julgados pela consciência democrática do País; julgados pelo povo brasileiro. As prisões, as torturas, os desaparecimentos e os assassinatos não ficarão impunes. A conquista da anistia ampla, geral e irrestrita não permitirá que uma única gota de sangue tenha sido derramada em vão".

O mesmo que dizíamos em 1979 dizemos hoje, 30 anos depois. As mesmas acusações que sofremos naquela época sofremos hoje: de que estamos tentando desvirtuar a lei, de que estamos tentando destruir um acordo que teria sido firmado, para tentar punir os torturadores. Não participamos de acordo algum. Nenhum de nós, aqui presentes ou naquela época, fez acordo. Se houve um acordo naquela época foi o de tentar encobrir os crimes que eles cometeram, e esses crimes foram tão bárbaros que não tiveram a coragem de incluí-los naquele processo. Por que os colocaram como crimes conexos? Pena que o Dr. Hélio Bicudo não esteja presente, porque gosto muito do modo como consegue explicar, sob o ponto de vista jurídico, por que os crimes de torturadores não podem ser incluídos como crimes conexos. Em primeiro lugar, para uma pessoa ser anistiada, tem de ter cometido um crime, tem de ter sido punida por esse crime e tem de requerer sua anistia, como até hoje requerem reparações na Comissão da Anistia do Ministério da Justiça aqueles que foram presos. Dezenas de milhares de pessoas requerem anistia.

Tenho aversão a essa história de como o Brasil foi construindo a questão da reparação. Se a metade ou 10% das mais de 50 mil pessoas que estão atrás de seus direitos individuais estivessem batalhando conosco hoje, por nosso direito coletivo como sociedade brasileira, como participantes daquele período, com o intuito de resgatar e conhecer a nossa história, tenho certeza de que teríamos conseguido avançar muito mais. Temos de fazer essa reflexão. Como participante dessa história, não consigo entender por que ficamos tão sozinhos nessa luta. Apenas os familiares de mortos e desaparecidos, algumas poucas entidades que lutam por essa questão e alguns pouquíssimos presos políticos daquele período ainda se envolvem com essa questão. Houve toda uma tentativa de mascarar os crimes cometidos e dizer que qualquer denúncia poderia significar a ruptura da democracia que se começava a conquistar, por isso éramos chamados de revanchistas. Esse é o mesmo discurso que se faz hoje, 30 anos depois. Às vezes não consigo entender isso. Não consigo explicar como gente de esquerda, que foi contra a ditadura militar, que não aceitou os crimes da ditadura militar, consegue achar que hoje, 30 anos depois, queremos ter uma atitude de revanche. Revanche é permitir que sejamos ainda torturados pela dúvida sobre o que aconteceu com os nossos familiares; revanche é permitir que um menino de 8 anos seja assassinado da mesma forma como morreram os nossos familiares. Isso para mim é revanche. É preciso que o governo tome uma posição efetiva sobre isso, mas, infelizmente, isso depende do Presidente da República. Tenho a impressão de que perdemos a chance de resgatar essa história. Esses oito anos de governo Lula foram a grande chance que teríamos de passar a limpo e nos aprofundarmos nessa história e formar uma comissão da verdade e justiça, e não uma comissão da verdade e reconciliação, como está sendo chamada por aí, pois não aceitamos reconciliação.

A África do Sul teve um processo muito diferente do nosso, não é, Betinho? Digo o que diz o Sr. Tarso Genro, Ministro da Justiça: reconciliação só depois que todos os torturadores tiverem sido julgados e punidos. Não criaremos uma comissão da verdade e reconciliação. Se a criarmos, estaremos trazendo à participação esses torturadores de então. Isso seria a reconciliação. A impressão que tenho é de que estamos perdendo a grande chance de evoluirmos nessa história. Por que a América Latina consegue? Por que cada dia que abrimos o jornal há mais um torturador sendo preso e julgado na Argentina? Por que os processos têm andamento no Chile? Por que no Uruguai, quando há a Marcha do Silêncio, que é o dia de homenagem aos mortos e desaparecidos, juntam-se centenas e milhares de pessoas? Quem tiver oportunidade de ir... Aliás, irei à próxima manifestação, porque vejo fotos e não posso conformar-me que aquilo seja verdade. São centenas e milhares de pessoas que passam pelas ruas de Montevideu exigindo justiça. Onde se encontram os brasileiros que também não estão aqui pedindo justiça? Essa é uma pergunta que temos de fazer 30 anos depois, para calar a boca de pessoas que dizem que estamos aqui atrás de revanche.

Posso falar mais um pouco? Deixe-me lembrar do que mais queria dizer. O principal que poderíamos fazer nessa história é tentar entender, além disso, por que a verdade e a justiça têm um caminho tão tortuoso, por que buscar a verdade desse período ofende tanto e por que traz tanta aflição mostrar como essas pessoas morreram. Essa é a maior reflexão que poderíamos tentar fazer neste momento.

Ontem falaram sobre o livro "Verdade e Memória". O seu lançamento, que foi feito pelo governo federal - aliás, a coisa mais importante que ele já fez nesse período com o intuito de, pelo menos, assumir uma versão oficial de que pessoas foram assassinadas sob tortura -, causou um furor tremendo na época. Os militares tentaram impedir que o Presidente da República fosse ao lançamento do livro. É verdade que foi o marco. Todavia, depois dali não aconteceu absolutamente mais nada. Houve, recentemente, a identificação de mais um corpo dos desaparecidos do Araguaia, do Bergson. Já se estava em busca dessa história desde 1990. De 1995 a 1996 estive na expedição ao Araguaia na época em que trouxeram aquele corpo que tinha sido enterrado no cemitério do Araguaia, do qual, desde então, buscavam identificação. Tentamos por meio de diversos exames de DNA. Aliás, foi feito o exame de DNA na Argentina, chamado X-2. Diversos exames foram feitos. Foi a própria tecnologia e o avanço da ciência que permitiram essa identificação. Agora esse corpo foi retirado com a indicação dos familiares de mortos desaparecidos. Estivemos no Araguaia e soubemos que naquele lugar estava enterrado um guerrilheiro. Qual foi o militar que, até hoje, veio contar publicamente onde enterrou e como matou?

Ninguém veio a público contar. Quais as pessoas que foram ouvidas pelo Ministro da Defesa - se é que foram ouvidas - para constituir informações, de forma que ele pudesse preparar essa caravana para buscar os desaparecidos? Não conhecemos e também não sabemos se um dia saberemos. Seria muito importante ouvir neste debate o que as pessoas, especialmente os mais jovens, conseguem entender, incorporar e questionar sobre essa história, porque talvez tenhamos de corrigir o rumo que traçamos desde então. Hoje, temos a mesma posição que tínhamos em 1979. Nesses 30 anos, nenhuma das nossas reivindicações foi atendida. Na época, pedimos que nos informassem sobre a localização de nossos familiares, a busca e o reconhecimento dos corpos, as circunstâncias das mortes e a punição dos responsáveis. Hoje, trinta anos depois, é isso que continuamos querendo. Nenhuma de nossas reivindicações foi atendida. Talvez, se conseguirmos criar a Comissão da Verdade e Justiça, o que duvido que ocorra neste governo, possamos, daqui a 30 anos, ter uma resposta para tudo isso.

O Sr. Presidente - Obrigado, companheira. A transcrição completa de todas essas belíssimas intervenções que ouvimos aqui, tão fortes, tão marcadas pela experiência de vida, mas também pela boa e necessária reflexão acadêmica, será publicada, na íntegra, no diário oficial.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante daremos início à fase dos debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores por escrito ou oralmente, mediante inscrições prévias, para agilizar os debates. Solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos e dispensem as formalidades das saudações pessoais. Cada participante disporá de 3 minutos para sua intervenção, garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

A Sra. Coordenadora - Depois dessas belíssimas intervenções que completam esse quadro do estado de ascensão permanente contra os territórios da pobreza e o resgate da impunidade, que acabou consolidando a tortura como instituição neste país, passaremos para as intervenções do Plenário. Mais uma vez, quero destacar a importância deste Plenário. Há aqui turmas inteiras do grande Colégio Estadual Central, em que estudei e lecionei.

É importante a presença desses jovens. Saúdo os companheiros de antigamente - a Rosa, o Costinha, o Willian Santos -, e a Deputada Cecília Ferramenta, pela passagem meteórica pela Mesa, que está conosco também. Passaremos a palavra aos inscritos. Há 12 inscrições. Aproveitaremos ao máximo o debate. Há algumas intervenções orais, que consideramos mais importantes.

O Sr. Presidente - Ainda estão sendo recolhidas as perguntas dos telespectadores.

A Sra. Coordenadora - O primeiro inscrito é o Betinho Duarte, Presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia.

O Sr. Betinho Duarte - Bom-dia a todos. Gostaria de apresentar-lhes o Irani, um sobrevivente da luta contra a ditadura militar. Caro Durval, cara Bizoca, Virgílio, queridas Suzana e Ângela, caros jovens, queria falar como professor, mas não temos como fazer isso em um debate como este. Ontem desabafei, porque somos sobreviventes da luta contra a ditadura militar. Hoje continuarei. A Suzana falou sobre a questão da revanche. Suzana, revanche seria fazermos o que fizeram conosco: dependurar no pau de arara, assassinar, estuprar. Você está entendendo? Revanche seria isso. A grande maioria não sabe o que o ex-marinheiro Cb. Anselmo, um dos revoltosos de 1964 que virou o maior traidor da esquerda brasileira, fez com sua esposa, que estava grávida do seu filho. Ele a entregou, bem como a vários companheiros. Montaram uma farsa, dizendo que foram mortos em tiroteio. É mentira. A esposa foi morta na tortura. Lerei trecho do livro "Soledad no Recife", para que vocês não achem que estou apresentando versões. Digo a verdade. No livro consta que ela foi encontrada em um barril, completamente torturada, destruída. O filho que esperava do Cb. Anselmo, traidor da esquerda brasileira, estava no fundo do barril. Suzana, revanche seria isso. Não queremos revanche. Queria trazer para o debate a questão: Quem são os responsáveis pela tortura? O Virgílio falou a respeito dos métodos utilizados pelos torturadores. É importante falar sobre isso. Fizemos uma simulação em frente ao Dops. Havia uma lei que fechava o Dops, mas nenhum governo a implementou. Fizemos um cadeado de isopor... (- É interrompido.)

O Sr. Presidente - Para selar o Memorial dos Direitos Humanos de Minas Gerais.

O Sr. Betinho Duarte - A Bizoca se lembra da manifestação que fizemos. Levamos um cadeado do tamanho de um bonde. Aliás, apanhamos naquele dia. Confesso a vocês com toda sinceridade, Bizoca que admiro muito o pessoal do Teatro do Oprimido, mas entendi pouco. Temos de ser mais claros, mais explícitos. Naquela época, os nossos companheiros eram dependurados no pau de arara. Pimentinha era um magnético que produzia eletricidade de baixa voltagem e alta temperatura. Afogamento. Um amigo meu, Virgílio, teve sua cabeça enfiada numa privada. Deram descarga com tudo o que estava ali. Isso era o afogamento. A cadeira do dragão era pesada, tinha assento de zinco e terminal para receber choques elétricos. Empurravam as pernas do preso para trás, ferindo-as continua e progressivamente. Colocavam presos em ambientes de baixíssima temperatura. Insetos, animais, cobras e jacarés eram colocados nas solitárias junto aos presos. Enfiaram ratos e objetos nas vaginas de muitas mulheres, além de produtos químicos; elas eram estupradas. Houve muitos vexames sexuais.

Durval, apontamos os torturadores dos presos políticos, aqueles que estão lá em baixo. Ontem falei em Davy Hazan. O Tarci Menezes prendeu-me em 14/3/1978. Quero trazer a esta Mesa, Durval, os responsáveis pela tortura. Se hoje o Estado brasileiro está nos pedindo perdão e desculpa é porque a ditadura militar torturou, matou, assassinou e desapareceu com os nossos companheiros. Eles são os responsáveis.

Ontem trouxe aqui um diálogo do ditador. Muita gente do nosso meio chama Figueiredo de Presidente, chama o Geisel de Presidente. Que Presidente porcaria nenhuma! São ditadores! Deram o golpe em 1964. São assassinos.

Quando fui buscar o Presidente da Comissão, em Confins, fiquei pasmo, porque lá há uma fotografia de Tancredo e do ditador Figueiredo. Isso é um abuso, uma afronta. É uma afronta ter um retrato do Figueiredo em Confins. As fotografias desses ditadores deveriam ser banidas. Lá há uma fotografia enorme do Figueiredo inaugurando o aeroporto.

Voltando a essa questão de quem são os responsáveis, tirei uma página do livro do Hélio Gaspari, que narra o diálogo que o Geisel teve com o Ten. Cel. Germano Pedroso. Vou ler literalmente o que está escrito aqui. "Pegaram alguns? Perguntou Geisel. Pegamos, pegamos. Foram pegos quatro argentinos e três chilenos, respondeu Pedroso. E não os liquidaram? Há muito tempo. Há elementos que não adianta serem deixados vivos aprontando. Infelizmente, é o tipo da guerra suja, em que, se não se lutar com as mesmas armas, perde-se. Eles não têm o mínimo escrúpulo. O Geisel respondeu: é, o que tem de fazer, nessa hora, é agir com muita inteligência, para não ficar vestígios nessa coisa". O AI-5, como o Virgílio falou, foi o golpe no golpe. Ai se sacramentou a tortura. Quero saber quem estava lá e digo a vocês quem foi a favor, votou e assinou o AI-5, Durval. Não podemos nos esquecer dessas pessoas, porque elas estão aí hoje, algumas sendo até homenageadas. O Ministro do Trabalho daquela época, Jarbas Passarinho, aparece em páginas na imprensa, inclusive mineira, posando como democrata. Sobre o Sr. Delfim Netto, que era Ministro naquela época, dizem que hoje é assessor do Lula. Quem são os responsáveis, então? Será que são só aqueles que estão lá? Hoje nas cadeias se tortura, e será que são só aqueles que estão lá os responsáveis?

Terminando, quero mais uma vez deixar uma reflexão para vocês. Eles estão aí, vivos, e nós temos que nos lembrar disso. Ontem lembrei-me de que, em maio, fizeram uma missa de 30 anos para um dos maiores torturadores do País, que cometeu inúmeras atrocidades em São Paulo, o Fleury, e havia vários policiais, Virgílio. Até não entendo, Durval, como um padre celebra uma missa para um cara que está no inferno, porque é lá que ele está. Será que o padre acha que, com a missa, vai tirar esse torturador, esse bandido do inferno?

O Sr. Presidente - Esse deve ser o famoso pecado contra o Espírito Santo, que está no Evangelho; não tem perdão.

O Sr. Betinho Duarte - Será que esse padre pensa assim, senão teremos de ir para outro lugar. Se cada missa tirar um torturador do inferno, Suzana, teremos de pedir exílio novamente.

Para terminar, quero dizer que, nessa missa, estava presente o Cb. Anselmo. Aliás, conversei com o autor desse livro, que se chama "Soledad no Recife", o Urariano Mota, e o Cb. Anselmo o está intimidando, Durval. Quer dizer, em 2009 ainda estamos sendo intimidados, perseguidos. Não me interessa, Suzana, quem está ausente, mas os presentes. Temos de respeitar os que estão aqui. E a luta continua. Tenho certeza, Suzana, de que um dia seremos vitoriosos. Fomos parcialmente vitoriosos, mas um dia seremos completamente. E os corpos daqueles 163 desaparecidos, dos quais até agora descobrimos 4, suas famílias vão poder enterrar. Vamos conseguir a anistia ampla, geral e irrestrita. Muito obrigado.

A Sra. Coordenadora - Com a palavra, o companheiro Douglas Krenak, do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais, para pergunta oral.

O Sr. Douglas Krenak - Erehé! Saudações indígenas a todos os presentes. Cumprimento a Mesa e as autoridades. Meu nome é Douglas Krenak, mas na minha aldeia eu me chamo Thã. Estou muito feliz de participar deste grande evento na Assembleia e agradeço à Casa pelo convite feito a mim e também ao Conselho dos Povos Indígenas do Estado de Minas Gerais.

Eu queria falar alguma coisa antes de lançar a minha pergunta à Mesa. Os povos indígenas, assim como todos os não indígenas que sofreram com a ditadura, também passaram por muita atrocidade, violência, por muito do que foi falado aqui hoje e por muitas coisas mais. Sou neto de um guerreiro que morreu no exílio, num antigo horto florestal do Município de Carmésia, que era um lugar de treinamento de militares. Também sou filho de Waldemar Krenak, que passou por esses exílios e também pelos maus-tratos da ditadura militar. Hoje é atual administrador da Funai de Governador Valadares.

Eu queria perguntar à Mesa e às autoridades presentes qual a forma que nós, povos indígenas, também podemos participar ativamente dessa luta pela anistia política no Brasil, uma vez que a ditadura militar não fazia distinção de raça, cor ou gênero daqueles que lutavam pelos seus direitos. Meu povo sofreu durante esse período e, na minha aldeia, foi construído um reformatório indígena para aqueles povos que eram julgados infratores e lutavam contra o esquema militar.

O meu povo tinha uma terra no Vale do Rio Doce, que, na época da ditadura militar, foi titulada e trocada, sendo o meu povo exilado para vários lugares do Brasil. Aliás, o meu avô e vários líderes foram para o Município de Maxacalis, Bahia, São Paulo, região do Rio Araguaia, Mato Grosso, enfim para vários lugares do Brasil, e até hoje ainda existem parentes líderes morando no exílio, pois não conseguiram retornar para suas terras de origem. Ainda há um sofrimento muito grande. Primeiro, eles não conseguem retornar para o seu local de origem e, segundo, há ainda um medo muito grande de sofrer novamente repressões militares. Até hoje passamos por abusos e chacotas no nosso Município, feitas por descendentes daqueles opressores militares.

Quero fazer uma pergunta para a Mesa: de que forma nós, do movimento indígena, podemos participar dessa luta pela anistia, uma vez que também sofreremos com a ditadura? Meu avô morreu no exílio. Ouvi aqui conversas e falas sobre a tradição de enterrar entes queridos. Nós também temos isso, e hoje sofreremos na nossa comunidade. A minha família é liderança de religião, e hoje não temos sequer o direito de trabalhar os nossos rituais religiosos, uma vez que meu avô foi enterrado fora da sua terra de origem, fora do local onde desejou, há muitos anos, ter lutado e vivido. Ele morreu no exílio, angustiado pela sua volta à terra de origem, a fim de comer o peixe chamado cascudo e seu fubá suado, comida tradicional feita no Vale do Rio Doce.

Fico até um pouco emocionado, porque passamos, na nossa comunidade, por coisas absurdas que eram ocultas em toda a sociedade. Houve casos de estupro e tortura. Eles deceparam a mão e as pernas dos indígenas e faziam várias outras coisas. Meu pai serviu de treinamento para cães dos militares, que eram soltos atrás das crianças. Enfim, se eu for dizer aqui tudo o que aconteceu, daria para escrever um livro de atrocidades. Entreguei um documento ao Deputado André Quintão, mas posso também disponibilizá-lo para os representantes da Mesa, caso queiram saber mais detalhes sobre a ditadura militar ocorrida na minha aldeia e também com os povos indígenas do Estado de Minas Gerais. Creio que os governos do Estado de Minas Gerais e do Brasil têm uma dívida muito grande com os povos indígenas, porque sofreremos a ditadura militar e os fatos foram ocultos, absurdos e com reflexos até hoje, a saber os nossos territórios que nos foram retirados para serem doados para grandes latifundiários da época, a destruição e pichação dos nossos locais sagrados e o fato de termos ainda parentes morando no exílio. Recentemente, com muito sacrifício, meu pai conseguiu buscar um grande pajé da nossa aldeia que estava exilado, no Mato Grosso. Isso não foi fácil, porque ele ainda tinha muitas lembranças das atrocidades que sofreu na minha terra. Hoje se encontra conosco, e realizamos um trabalho muito forte com ele para voltar a nos ensinar todas as tradições do nosso povo. Ele ainda tem medo de todo o processo que sofreu, durante o período da ditadura. Enfim, gostaria de pedir informações à Mesa sobre como poderemos participar dessa luta pela anistia política no Brasil, uma vez que a ditadura também foi praticada contra os povos indígenas, principalmente contra o meu povo Krenak. Obrigado.

A Sra. Coordenadora - O Gladson Reis, do Grêmio Estadual Central, dirigiu uma pergunta à Mesa. Seria importante que a apresentasse oralmente, mas ele não está presente. A pergunta é a seguinte: "Por que têm tanto medo de abrir os arquivos da ditadura?".

A Marina Freitas, da Escola Estadual Governador Milton Campos, apresentou a seguinte pergunta: "Em todos os tempos da ditadura, as mulheres foram fortemente atacadas. Peço às mulheres da Mesa que falem um pouco sobre a resistência feminina em tempos em que sua sexualidade era usada contra si própria".

A Daniela Oliveira, da Escola Estadual Governador Milton Campos, apresentou a seguinte pergunta: "Apesar de já terem passado 30 anos da aprovação da Lei de Anistia, as mulheres do País são torturadas em seus domicílios. Por que são tão brandas as punições vigentes?". Ela se refere à Lei Maria da Penha.

Como sou coordenadora, enquanto vocês pensam nas respostas a essas questões, responderei ao questionamento do Douglas Krenak, pois o seu depoimento foi muito contundente. Somos um pouco responsáveis por essa invisibilidade das questões, principalmente das ligadas à trajetória dos povos originários do Brasil, que estão em fase final de extermínio. Nós, do Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania, podemos nos articular para recuperar essa história. Estamos à disposição, pois temos de pensar em uma maneira de propor um ciclo de debates, para tratar quase exclusivamente dessa questão, que é importante e está na mais sombria invisibilidade. Eu não deveria interferir nisso, pois os meus companheiros da Mesa deveriam discutir a questão, mas é importante levantarmos esse problema.

O Sr. Virgílio de Mattos - Gostaria somente de falar sobre uma passagem histórica. Betinho, não sei se você se lembra que, quando falávamos do João do Calção, que era o ditador Figueiredo, um sujeito apoplético interferiu, na escadaria da Igreja São José, e você me disse: "Calma, calma, deixa ele falar. Deixa ele falar o que ele quiser". Não sei se você se lembra disso. A função da memória é esquecer, mas a minha não funciona. O companheiro perguntou sobre o medo de se abrir os arquivos. O medo é o óbvio. Um ex-Ministro me disse que esses arquivos não existem mais e que estão nas mãos dos torturadores. Eu acredito em saci, em Papai Noel, mas dizer que esses arquivos não existem, eu estou fora. É óbvio que esses arquivos existem, e eles têm medo de que, ao tomarmos ciência ou consciência disso, possamos partir para cima mesmo, pois a tortura, tecnicamente, é um crime de lesa-majestade, imprescritível, inafiançável e insuscetível de graça ou anistia. Vocês podem conferir isso em sua Constituição, para não dizerem que isso está escrito somente na minha.

O que me apavora mais é ouvir dizer que essas punições são brandas e que as leis deveriam resolver os problemas. Perdoem-me o adjetivo, mas essa patética Lei Maria da Penha não funciona dessa maneira, pois as mulheres continuam sendo espancadas e violentadas, e não serão as leis penais que garantirão os seus direitos. Temos de mudar essa estrutura de pensamento, de machismo e de consumo. Temos de mudar a cabeça, o coração e a mente das pessoas. A lei penal, sinto muito, não mudará nada. Agora, não dá para ouvir dizer que as punições são brandas, pois elas são pesadas. O simples fato de a pessoa passar pelo moedor, ou seja, o processo penal não irá recompor a violência sofrida, significa que pagará um preço alto demais. O importante é a mudança da personalidade. Não é apenas as pessoas que vamos mudar esse outro flagelo, que é a violência física contra a mulher.

A Sra. Ângela Mendes de Almeida - Farei uma observação genérica, porque foi feita uma pergunta sobre a questão dos arquivos, o companheiro mencionou o problema indígena e fizeram duas perguntas sobre a questão feminina.

A minha avaliação do governo Lula está bem abaixo de zero, não porque não tenha feito algumas coisas positivas, mas as negativas ganham. Algo muito importante que está acontecendo é essa concordata com o Vaticano, que irá introduzir, de forma mais forte, o ensino religioso, que tem ligação com uma questão muito importante e que considero fundamental para o movimento das mulheres, ou seja, a luta pela legalização do aborto. Essa é a primeira observação. De um lado existe essa luta contra as violências sofridas pela mulher. Creio que toda violência doméstica contra a mulher - que não chamaria de tortura - deve ser objeto de solidariedade dos movimentos das mulheres. Por outro lado, a questão do aborto é uma luta civilizatória, que vai para a frente. Se as mulheres forem donas do próprio corpo, conseguirão, de maneira melhor, evitar a violência doméstica. Nessa questão das penas e da aplicação da Justiça, os crimes praticados pelos pobres, quaisquer que sejam, são objeto de penas bastante duras. Um elemento de cultura e a presença de advogados fazem com que um Daniel Dantas - estou citando apenas um exemplo, poderia citar outros - tenha privilégios, enquanto uma quantidade inmensurável de pobres estão presos sem julgamento, e seus familiares, como disse o Dr. Virgílio, são castigados e perseguidos com humilhações inenarráveis.

A Sra. Suzana Keniger Lisboa - Temos muita responsabilidade, como sociedade, pela não visibilidade da questão indígena. É sempre muito importante vocês estarem presentes para nos cutucar, a fim de nos lembrarmos de que temos deixado de falar sobre esse assunto. Quanto aos arquivos, o principal medo se deve ao fato de o Estado brasileiro haver cometido esses crimes. Quem mandou matar, quem mandou torturar, quem mandou arrancar cabeças, quem mandou desaparecer com os corpos foi quem estava na direção deste país. O Estado brasileiro é responsável, os agentes que torturaram são responsáveis, mas a responsabilidade maior é do Estado brasileiro. O medo é da punição, da execução e de que os crimes sejam conhecidos na sua totalidade. Aquele foi um período de afirmação. A resistência das mulheres foi fundamental. Tenho muito orgulho de ter participado da luta armada. Fui guerrilheira, fiquei quase 10 anos na clandestinidade. Foi um período difícil, mas foi um período de conquista. Existem situações que perduram. Essa foi uma época em que as mulheres começaram a se inserir de

forma diferenciada no cotidiano brasileiro. Acho que a resistência feminina foi fundamental. Maria Amélia de Almeida Teles, na Coleção Primeiros Passos, tem um livro muito interessante sobre isso: "As Mulheres na Resistência". Não queremos que as punições sejam maiores, queremos mudar a cultura. Não é que um tapinha não dói. Um tapinha dói muito.

O Sr. Presidente - Acho que todas as questões já foram respondidas.

Em relação ao tema apresentado pelo Bruno Krenak, a Comissão de Direitos Humanos trabalha com questões específicas de um processo de luta de direitos humanos, questões que têm um enfoque relacionado às comunidades tradicionais. Acompanhamos a luta dos quilombolas e a questão indígena. Houve duas audiências recentemente, aqui e em São João das Missões. Existem pontos específicos na luta das onze nações indígenas existentes em Minas Gerais. Mas existe uma luta geral, que é a luta dos pobres, dos excluídos e dos explorados da sociedade. Ao falarmos desse massacre promovido pelo Estado, os indígenas e os negros, por excelência, foram vítimas desse mesmo processo. Portanto, é uma luta mais geral, na qual estamos juntos nos mesmos princípios. Os companheiros das lideranças indígenas têm sido nossos parceiros em outras mobilizações e em outros movimentos que tratam de outras questões. Martin Luther King dizia que a injustiça, em qualquer lugar, ameaça a justiça em todos os lugares. É essa dimensão de indignação que temos que ter.

Recebemos, por "e-mail", pergunta de Francisco César Pereira Carvalho, de Sete Lagoas: "Deputado Durval Ângelo, com as leis existentes em nosso país, há condições de Ernesto Geisel, Figueiredo, entre outros, serem punidos por tortura?"

É bom dizer que o nosso ordenamento jurídico, a nossa Constituição, não é diferente dos textos constitucionais anteriores, dos tratados internacionais, das convenções que o Brasil assina e que são aprovados pelo Congresso, pois são partes integrantes dessa Constituição. Portanto, não são leis infraconstitucionais, são textos da própria Constituição. Daí falarmos que o crime de tortura é imprescritível, que não é sujeito à anistia porque já tínhamos tratados assinados. O Brasil já era signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, com a aprovação do Congresso. Isso não foi revogado quando os militares estavam no poder. Portanto, temos instrumentos legais. Alguns países têm uma legislação um pouco diferenciada da nossa - não sou advogado e não saberia explicar -, como a Espanha e a Itália, e, nessas questões de direitos fundamentais, a legislação nacional não tem fronteiras. Por exemplo, temos o processo do Garzón em relação ao Pinochet. É interessante o fato de já termos condenados no Brasil do período da ditadura militar. Um Juiz italiano, Capaldo, já proferiu sentença condenando o ex-Presidente Figueiredo, que já morreu, e seu irmão Euclides Figueiredo, e soltou uma ordem internacional de prisão. Assim, cerca de 14 militares - alguns deles já morreram -, em tese, se forem para o exterior, podem ser presos. Ontem tivemos um debate muito participativo e forte com o Prof. Caçado, do Tribunal Penal Internacional, na escola Dom Hélder Câmara, de manhã. Ele defende que precisamos ter uma cidadania internacionalista. Em algumas questões - e ele colocava os direitos humanos como uma delas -, é necessário ir além da nacionalidade. Ele dizia de sua atuação no caso do Fujimori, caso em que foi Juiz, ou seja, a sentença é dele, e foi até ameaçado de morte. Segundo ele, aquela foi uma das ditaduras mais atroz da América Latina, com a capa de legalidade, isto é, com a justificativa de haver um movimento de resistência, o Sendero Luminoso, como se o que esse movimento fizesse fosse justificativa para os militares fazerem algo pior. Diz que foi a ditadura que mais matou e torturou. Também ressaltou, a partir de sua experiência em algumas questões de etnias, em alguns massacres em que atuou, que os direitos humanos têm que ser vistos com o olhar da cidadania internacionalista, que nos faz ser gente, raça humana, gênero humano. Se não tivermos isso na cabeça como algo fundamental, não conseguiremos, nos limites territoriais de nosso país, construir uma sociedade melhor.

A Sra. Coordenadora - Estou preocupada com o tempo, pois vai chegando a hora do almoço, e as pessoas começam a ficar com fome e a sair. As perguntas estão muito ricas, e queremos aproveitar o máximo possível. Há quatro intervenções orais. Chamarei os quatro companheiros e, depois, vou mesclar com as perguntas que vieram por escrito, mais ou menos em bloco. Peço objetividade tanto da plenária quanto da Mesa para podermos avançar mais. Com a palavra o Douglas, da União Estadual dos Estudantes.

O Sr. Douglas - Bom dia, Mesa e plenário. Sou Douglas, do Partido Comunista Revolucionário, Diretor de Cultura da União Estadual dos Estudantes. Primeiramente, quero dizer que me sinto emocionado de ver aqui tantos companheiros e camaradas do meu Partido que tombaram na ditadura, portanto me desculpem se cometer alguma falha. Há pouco tempo, ocorreu em Brasília um congresso da União Nacional dos Estudantes, em que se discutiu sobre os 30 anos de anistia política no Brasil. O Ministro Paulo Vannuchi esteve lá e fez uma explanação muito bacana sobre o assunto. Também falaram muitos companheiros e até presos políticos e torturados da ditadura. A meu ver, está faltando para nós a identificação desses torturadores que assassinaram barbaramente nossos companheiros de luta. Eles tombaram, mas sua memória ainda está viva dentro de nós. O Ministro tem uma responsabilidade grande nisso, mas também nós, da sociedade organizada, como a UEE e a UNE, temos o mesmo papel, e estamos arregaçando as mangas para tentar fazer algo. A juventude não sabe dessa história, e temos que procurar levá-la a todos os lugares, por meio de jornais, livros, debates nas universidades e escolas, teatros e diversas outras formas. A UEE e a UNE devem responsabilizar-se por fazer os debates nas universidades e escolas, e também podemos procurar as entidades para resgatar essa história e impedir que a luta morra. Para ser breve, acho importante a reprodução disso tudo e quero dizer aos companheiros que a luta não morreu e viva o socialismo.

A Sra. Rosa - "Quem me dirá onde está aquele moço fulano de tal, filho, marido, irmão, namorado, que não voltou mais? Insiste o anúncio nas folhas dos nossos jornais: achados, perdidos, morridos, saudades demais". Dedico essa canção do Gonzaguinha a todas as grandes mulheres que estão nesta mesa e que lutaram bravamente com os homens deste país para que ele fosse melhor. E ele ainda pode ser melhor, mas um país que acoberta Sarney, que acoberta Collor, que acoberta tanta bandidagem fica desesperançado. É importante que a juventude venha. É uma vergonha não ter Deputado aqui. Todos deveriam estar aqui, porque, se não conhecem a história do nosso país, poderiam vir conhecer agora. Sempre é tempo de aprender, como disse Guimarães Rosa. E é por isso que esse evento dos 30 anos da anistia chama alguma esperança para que as pessoas acreditem num mundo melhor. Mas com quem? Com as pessoas que estão na mesa, com esses jovens que vieram aprender, com os militantes antigos e com todos aqueles que não descreditaram ainda no ser humano. Acredito nisso; é por isso que estou aqui; e é por isso que essa luta de Helena Greco e de tantas outras e tantos outros tem que continuar. Temos que saber onde estão esses desaparecidos e fazer justiça, punindo os torturadores deste país, tanto os da ditadura como os de agora. Muito obrigada.

A Sra. Coordenadora - Com a palavra, a companheira Maria Luzia, da Federação Quilombola do Estado de Minas Gerais.

A Sra. Maria Luzia Sidônio - Milito na área dos direitos humanos da Federação Mineira de Quilombolas e, assim como aquele indígena falou, há uma diferença entre indígenas e quilombolas. Fomos também torturados, perseguidos desde Zumbi. Eu era do MR-8 quando jovem e tenho um primo desaparecido, morto no Araguaia. Perdi o meu cargo público federal, fui mandada para Brasília e, na hora do discurso do Betinho, me emocionei. Aqui não está a figura de um que foi preso comigo. Ficamos escondidos na casa do Senador Jeferson de Castro, na Quadra 206, em Brasília: eu, Vladimir Herzog, que não está aqui, e também José da Matta Machado. Os dois foram presos no DOI-Codi. O Vladimir era jornalista. Passou na Distrital da L-2 um carro preto. Foi denunciado que ele estava escondido na casa do Senador Jeferson de Castro, estávamos lá. Quando pegaram o Vladimir, o Senador me disse para correr e vestir um uniforme de copeira. Por isso não fui presa. Ele foi preso dentro de um carro do DOI-Codi, em Brasília, e levado para o Rio de Janeiro, onde foi assassinado. Disseram que foi suicídio, mas não foi. Para quem viveu nessa época é triste ver aquele que ele disse ser hoje homenageado, porque ele torturava as pessoas com a "lurdinha". O Betinho sabe: "lurdinha" era a metralhadora dele. Ele chegava perto do estudantes, perto de todo mundo com a "lurdinha" para matar. Estou emocionada com esse tema. A ditadura permanece ainda hoje de formas diferentes. Fui testemunha e sou uma sobrevivente da ditadura. Muito obrigada.

A Sra. Coordenadora - Com a palavra, o companheiro Leonardo, da União Nacional dos Estudantes - UNE.

O Sr. Leonardo Pérciles - Bom-dia a todos. Como foi dito, meu nome é Leonardo, sou estudante da UFGM e Diretor de Universidades Públicas

da UNE, além de militante do Partido Comunista Revolucionário.

Este debate é muito importante, principalmente neste espaço. Serei breve. Fiz uma reflexão e achei interessante a exposição de uma das companheiras que me antecedeu. A ausência dos Deputados aqui não significa simplesmente omissão: a maioria dos que estão aqui hoje são financiados, a sua campanha foi financiada pelos mesmos que financiaram a ditadura. Assim, efetivamente, não os interessa vir aqui discutir, até porque estamos debatendo a história do nosso povo, que é uma das coisas mais sérias que precisamos fazer.

Devemos entender também que, infelizmente, essa instituição não vai resolver o problema. Temos que levar esse debate para cada canto, para cada favela, escola, universidade e fábrica. Quem está lá fora precisa saber efetivamente o que aconteceu na ditadura militar. Vale lembrar que esses financiadores, hoje, estão sorrindo na televisão. Vejam o Sílvio Santos. Quem financiou o SBT? Quem financiou a Globo? Onde está a família Marinho? E as grandes empresas? E eles são contra a abertura dos arquivos da ditadura. Eles são contra mais porque, quando se abrirem, todos saberão quem os financiou. Ai, como vão poder sorrir, bonitinhos, na televisão? Não haverá jeito.

Para finalizar, destaco o papel da juventude ontem e hoje. Tenho a honra de falar pela UNE. A ditadura militar teve ódio de várias entidades, entre elas a UNE, que foi a primeira a ter a sede incendiada, tão logo foi decretado o golpe. Incendiaram a UNE na Praia do Flamengo, 132. Perseguiram, torturaram e assassinaram a maioria das suas lideranças. Oitenta jovens, os melhores estudantes que tivemos em nosso país, foram trucidados pela ditadura militar. Dedico minha fala ao companheiro José Carlos da Matta Machado, já citado. Tenho a honra de estudar na mesma universidade que ele estudou. É uma honra para mim dar continuidade à luta dele. Se não me falha a memória, 436 companheiros foram assassinados no Brasil, sem falar nos que tiveram problemas indiretos e também lutaram para que tivéssemos um espaço maior, lutaram pelo socialismo. A democracia pela qual lutaram ainda não foi alcançada. Segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos, 7 mil jovens são assassinados por ano neste país, mas acredito que esse número seja maior. A juventude continua sendo torturada nos bairros pobres. Se perguntar a qualquer jovem, em uma favela ou vila, o que acha da Polícia Militar, dirá que são os torturadores de hoje. Por isso, temos de lutar por uma democracia maior e pela vitória do nosso povo, que só virá com o socialismo. Muito obrigado.

A Sra. Coordenadora - Continuando, pergunta de Eduardo Moraleida encaminhada à Mesa. Ele não está presente. Essa pergunta se refere à censura: "Mesmo após 30 anos da Lei de Anistia, alguns Estados brasileiros, notoriamente Minas Gerais, insistem em censurar a imprensa. Será que algum dia teremos de fato uma mídia livre no Brasil?"

Pergunta de Renata Mendes, que também não está presente, mas apresenta um depoimento contundente: "Outro dia, estava chegando em casa e, de repente, policiais corriam em minha direção com armas apontadas. Acho isso um desrespeito à nossa sociedade e um risco a pessoas inocentes, como eu. Essa ação poderia ser considerada crime?"

Pergunta de Camila Fernandes: "O estudante Edson Luís e sua família não tiveram direito à anistia, mas sua morte deu início a uma série de passeatas e atos políticos em favor deles. Quais os benefícios desses atos políticos?"

Pergunta do Olinto Neto: "E os prisioneiros pobres, sem diploma, que vivem em condições precárias, como em campos de concentração? Não são torturados ainda hoje e de forma quase legal?"

Passo essas perguntas para a Mesa, porque as outras três, que tenho aqui, são mais específicas: uma para o Virgílio, perguntando sobre o Programa Pólos, da Faculdade de Direito da UFMG. Depois ele poderia conversar com o Francisco, em particular, e responder isso; pergunta do Alonso, dirigida ao Durval Ângelo, sobre o parlamentarismo - depois, eles poderiam conversar sobre isso -; e pergunta do companheiro Hélio, militante dos movimentos negros, específica sobre a saúde. Depois, poderemos encaminhá-las e resolver.

O Sr. Francisco de Assis Alves - Meu nome é Francisco, sou militante dos movimentos sociais, sindicatos, CUT, etc. Hoje, senti uma grande oportunidade quando alguém falou sobre favela. De nossa favela, chamada Morro do Querosene, somos apenas cinco pessoas que pleiteiam o direito à anistia, porque muitas pessoas se esquecem de que aqui, onde está o quartel, na Av. Raja Gabaglia, o Departamento de Polícia Federal, desde o começo da Av. Raja Gabaglia até o Hospital Madre Tereza, existia uma favela. Um trabalho da universidade conta um pouco da nossa história. Éramos aproximadamente 300 famílias. Estamos atrás desse livro há 15 anos. Eu e essas quatro pessoas, conseguimos encontrá-lo, porque esse livro narra o que houve entre o Ministério da Guerra, a Prefeitura de Belo Horizonte e o Exército, quando foram expulsar o povo que ali residia, começando aqui, pertinho, na Raja Gabaglia.

Achamos um absurdo alguém saber que existe um documento com a lista dos moradores antigos, criada, na época, por um departamento chamado Chisbel, e não a divulgar. A Prefeitura e a Chisbel derrubaram casas e prenderam pessoas. Fui uma das pessoas presas. Fui preso no Exército, no DOPS e no 11º Distrito Policial, que era em frente à Assembleia. É o mesmo que continua a ocorrer, hoje, nas favelas. Fui preso, apanhamos, fomos considerados comunistas. Lá, em nosso meio, havia uma organização política que organizava o povo, era o Partido Comunista. Sinto muito o Partido Comunista ter esquecido uma história dessas, porque essa luta começou em 1952 e terminou em 1985, após o término da ditadura.

Nossa história não é falsa, como muitos querem dizer, falando que ali não houve motivação política. Houve a participação da Prefeitura, do Ministério da Guerra, participação de Deputados, pessoas foram presas, mortas e sequestradas, mulheres foram estupradas nesse terreno do Exército onde hoje é o quartel. Fomos cercados com arame farpado, como em um campo de concentração. Isso está escrito no livro da universidade, que o senhor pode consultar no Arquivo Público, na Rua Itambé. Naquela época, não se podia falar...

O Sr. Presidente - Vocês estiveram na Comissão de Direitos Humanos e encaminhamos para a questão da Comissão Nacional da Anistia. O que precisamos é aquela velha história. Há muitas injustiças na Comissão da Anistia que não se consegue comprovar sem o registro da prisão e todas essas questões. Conforme lhe dissemos na Comissão, precisamos de toda a documentação que você tiver. Na época, não havia o livro. Se for anexado ao processo, ajudar muito. O William Santos, que estava aqui e estará à tarde, tem prestado assistência jurídica em alguns casos, gratuitamente, junto à Comissão de Direitos Humanos. À tarde, seria bom colocar você em contato com o William, que poderia ajudar a montar essa documentação no processo. O Paulo Abraão, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, informou que estaria faltando documentação que comprove esse tipo de violência por parte do Exército.

O Sr. Francisco de Assis Alves - Quero deixar bem claro que estão lá os documentos narrando os fatos. Eu fui preso junto...

O Sr. Presidente - Sim, a narração está. Encaminhamos as notas taquigráficas da reunião. Ele pediu a documentação mais institucional.

O Sr. Francisco de Assis Alves - No meu caso, por exemplo, está lá. Preso e julgado. O outro rapaz que foi preso e julgado comigo está lá. O documento é feito pela Justiça Militar de Juiz de Fora. Não havia o período em que ficamos presos aqui no quartel. Hoje, está tudo lá.

O Sr. Presidente - Então, está correto.

O Sr. Francisco de Assis Alves - Como somos favelados, sempre somos os últimos a entrar na história, quando entramos. Então, quero deixar

aqui um protesto veemente em favor desse pessoal. É muito fácil. Está lá a relação do pessoal que morava. O trabalho não é feito por nós, é pela Universidade. Narra o cercado do quartel, narra certas coisas. O pessoal está espalhado por Belo Horizonte, mas como somos favelados as pessoas dificilmente têm coragem de entrar com o pedido. Somos cinco. Infelizmente, apenas um foi anistiado, mas não pode relatar o que se passava lá. Só depois que ele...

O Sr. Presidente - Obrigado, Francisco.

O Sr. Francisco de Assis Alves - Chama-se Dr. Vicente Gonçalves.

O Sr. Presidente - Obrigado. O Vicente foi um dos primeiros.

O Sr. Francisco de Assis Alves - Ele não pode narrar sua história, o que aconteceu lá dentro, mas é muito simples. Ainda há um pedacinho da favela lá. São os que foram mais organizados, os que estavam na Raja Gabaglia, dentro do quartel. É só fazer uma pequena pesquisa para encontrar. A maioria já morreu, mas alguns jovens ainda se lembram um pouco dessa nossa história. E não é história, é um fato da ditadura. Até hoje somos perseguidos. Não temos emprego, não temos trabalho. Temos profissão, sim.

O Sr. Presidente - Obrigado. Na realidade, houve mais intervenções. Nossos agradecimentos a todos os companheiros da Mesa. Se algum de vocês se sentir provocado, pode responder a alguma questão. Gostaríamos que as pessoas fizessem suas considerações finais. Com a palavra, o companheiro Virgílio.

O Sr. Virgílio de Mattos - Queria só dar uma indicação. A companheira do Colégio Estadual já foi embora, mas sua pergunta é sobre a relação das identificações dos torturadores. Como dizia um ausente, o guerrilheiro José Roberto Gonçalves de Rezende, grande amigo nosso, "As nossas listas podem ser faltantes, mas não são inexatas". Então, quando nada, sugeriria a consulta ao "Brasil - Tortura Nunca Mais", porque é a condensação, uma obra que demorou vários anos. Na verdade, é composta por 12 volumes. Se for o caso de se aprofundar nessa questão...

O Sr. Presidente - O único volume completo do "Brasil - Tortura Nunca Mais" de Minas Gerais está no Instituto Helena Grecco.

O Sr. Virgílio de Mattos - Leiam também a tese da Bizoca. Enfim, há a questão da Anistia Já, pois todo preso ainda é preso político, para que a anistia seja ampla, verdadeiramente geral e irrestrita.

Para arrematar, quero citar novamente o que Zé Roberto, primeiro Ouvidor de Polícia deste Estado, disse no discurso de posse: "Revanche é para perdedor. Somos vencedores". Ninguém aqui está à cata de revanche nem procura fazê-la. Como disse o Betinho, se fôssemos fazê-la, teríamos de propor o talião para esses caras, a fim de que seja feito contra eles o que fizeram. Ninguém aqui está querendo isso. Nunca ouvi nenhum combatente nem resistente ou guerrilheiro dizer que queria vingar-se. Não é vingança. Esse nível sórdido em que essas pessoas operam talvez faça transportar para o outro aquilo que são e foram capazes de fazer. Insisto em dizer que somos vencedores. Agora penso que essa vitória poderá ser ainda mais completa. Hoje demos um passo bastante grande.

A Sra. Suzana Keniger Lisboa - Queria principalmente agradecer ao Deputado Durval Ângelo, à Assembleia Legislativa, especialmente ao Deputado que sempre pôs o seu mandato a serviço da luta pelos direitos humanos e do resgate dessa história. É sempre uma honra estar com vocês e a Bizoca. Podemos terminar dizendo que a luta continua. Só pararemos no dia em que todos os mortos e desaparecidos tiverem os seus destinos esclarecidos e todos os torturadores forem punidos. Essa é a nossa lei.

O Sr. Presidente - Obrigado. É uma alegria tê-la sempre conosco aqui. Com a palavra, a companheira Ângela.

A Sra. Ângela Mendes de Almeida - Queria terminar fazendo três apelos a todos os presentes na platéia e no auditório: o primeiro é para que defendam, em todos os locais onde estejam participando como alunos, professores, militantes e outros, a criação de comissões de verdade e justiça. Como bem lembrou a Suzana, não se trata de verdade e conciliação, mas, sim, verdade e justiça. Tenho a convicção - aliás, não sei se pude demonstrá-la - de que a impunidade de ontem é o maior fator da impunidade de hoje. O segundo, que também está na mesma direção, é para que vocês defendam a abertura total dos arquivos e divulguem que é vergonhoso o Brasil não abrir os seus arquivos, aliás, os arquivos da Guerra do Paraguai. O terceiro é para que não acreditem nas histórias de bandidos, assaltos, confrontos, ou seja, em tudo isso que sai no jornais, e desconfiem sempre, pois, assim como no tempo da ditadura, hoje a polícia também mente e inventa. Não há confronto. Na maior parte das vezes são execuções sumárias extrajudiciais, ou seja, fora da lei. Num Estado Democrático de Direito, a lei tem de ser cumprida.

O Sr. Presidente - Isso aí, companheira! É o que sempre falamos na Comissão. As violações dos direitos humanos que vemos por aí de forma cotidiana são o resquício e o lixo de toda essa ideologia institucionalizada na ditadura militar. Esse não acerto com a história deixa raízes. Não podemos nos esquecer de que todos os arquivos da escravidão no Brasil foram queimados por ordem de Rui Barbosa, todas as atrocidades cometidas contra os negros. Que história é essa em que vamos jogando todo o lixo para debaixo do tapete? Nunca aprendemos com esses erros para realmente construir uma história nova. Com a palavra, a companheira Bizoca.

A Sra. Coordenadora - Só quero agradecer às companheiras e aos companheiros. Não tenho mais nada a acrescentar. Penso que esse painel feito aqui foi quase definitivo.

Também quero fazer um agradecimento e um apelo. O agradecimento é para o Ivan Seixas, membro do Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo, que nos emprestou esses "banners" dos nossos companheiros mortos e desaparecidos, para que pudéssemos construir o clima dessa discussão aqui. O apelo é para que todos continuem conosco, porque a nossa jornada do mês de agosto ainda não terminou.

Hoje, na parte tarde, às 14 horas, teremos um painel sobre a comissão de verdade e justiça: "Justiça de transição e direito à verdade, à história e à memória: a punição dos crimes de tortura", com Andrey Borges de Mendonça, professor e mestrando pela Universidade de Pablo De Olavide, Sevilha; Edson Luís de Almeida Teles, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e do Instituto de Estudo sobre a Violência de Estado, de São Paulo. Ele também lançará o livro "Desarquivando a Ditadura", hoje, às 20 horas, no Sindicato dos Jornalistas. É um projeto editorial muito importante, são dois volumes que resgatam toda essa discussão que estamos fazendo aqui.

Peço, ainda, para que fechemos essa jornada de luta com a manifestação pública amanhã, no espaço sob o viaduto de Santa Tereza, quando faremos o lançamento do "Dossiê Mortos e Desaparecidos Políticos do Brasil de 1964-1985", de Criméia Almeida, que estará presente, ex-guerrilheira do Araguaia, uma das únicas sobreviventes e coordenadora desse projeto. Também teremos música, teatro, cinema e poesia. Todos estão convidados para comparecerem no viaduto de Santa Tereza, a partir da 13 horas. A luta continua. Agradecemos a todos os presentes. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Justificamos a ausência do companheiro Hélio Bicudo, que já esteve conosco aqui várias vezes. A última vez foi na reunião em que lembramos os 40 anos da ditadura. Ele nos autorizou colocar o seu nome no programa, mas nos avisou que estava adoentado, de

cama, sem poder se locomover, mas que tentaria fazer de tudo para comparecer a esta reunião. Infelizmente, ontem, por ordens médicas, foi impedido de vir.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 33ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/8/2009

Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Exibição de vídeo - Designação de Coordenador - Palavras da Sra. Coordenadora - Palavras do Sr. Andrey Borges de Mendonça - Palavras do Sr. Edson Luís de Almeida Teles - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Weliton Prado - Carlin Moura - Carlos Gomes - Cecília Ferramenta - Durval Ângelo - João Leite - Padre João - Vanderlei Miranda.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Carlin Moura, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates "30 Anos de Luta pela Anistia Política no Brasil". Nesta tarde, teremos a apresentação do painel "Justiça de Transição e Direito à Verdade, à História e à Memória: a Punição dos Crimes de Tortura".

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Maressa Miranda, Diretora do Escritório de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - e Coordenadora dos trabalhos; e os Exmos. Srs. Andrey Borges de Mendonça, Procurador da República; e Edson Luís de Almeida Teles, membro da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e do Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, do Ministro Edson Santos, Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir. Seja muito bem-vindo, Ministro. O Ministro participará de uma reunião no auditório da Assembleia, ao lado de uma reunião da Comissão de Participação Popular. Ele está acompanhado dos Deputados Carlos Gomes, Carlin Moura e Weliton Prado. Muito obrigado pela presença.

Informamos aos telespectadores da TV Assembleia que é possível participar deste debate, pelo "e-mail" debate.30anosanistia@almg.gov.br ou pelo número 08007092564.

Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - Neste momento, convidamos o Sr. Betinho Duarte, ex-Presidente do Comitê Mineiro da Justiça, para, da tribuna, fazer a apresentação do vídeo "Greve de Fome dos Presos Políticos de 1979".

O Sr. Betinho Duarte - Boa-tarde a todos; boa-tarde, João Leite e membros da Mesa. Serei breve, porque teremos uma palestra muito importante nesta tarde.

Deputado João Leite, na semana passada, estive no Rio de Janeiro a convite do Ministério da Justiça, para participar das comemorações feitas também aqui, em Belo Horizonte. Encontramos vários ex-companheiros nessa belíssima comemoração nacional. Fiquei em falta com a Bizoca, a quem peço desculpas, porque havia um debate em Belo Horizonte. Tive a oportunidade de falar com o Ministro.

Há muitos anos, Oscar Niemeyer, talvez o maior arquiteto do mundo - ele não é escultor, é arquiteto -, doou para os movimentos da anistia um projeto de escultura em homenagem aos mortos desaparecidos do Brasil, mas até hoje não conseguimos executar o projeto.

Fui ao Rio de Janeiro, levei uma espécie de maquete, entreguei-a ao Ministro e sugeri a ele que fizesse a escultura. Oscar Niemeyer deu a ela o nome de "Arco da Maldade"; é uma escultura impactante.

Na oportunidade, estive conversando com várias pessoas e com esses presos políticos. O vídeo que quero apresentar aqui trata da greve de fome de 32 dias. Esta camisa que ganhei é dessa greve de fome, da qual participou Paulo Jabour, que virou cineasta, fez esse vídeo, cedeu-me e disse que eu poderia divulgá-lo abertamente. Cedi esse vídeo que trata da greve de fome à Assembleia Legislativa para a maior divulgação

possível. Muito obrigado.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Designação de Coordenador

O Sr. Presidente - A Presidência designa a Sra. **Maressa Miranda** para atuar como coordenadora dos trabalhos.

Palavras da Sra. Coordenadora

Muito obrigada, Deputado. Boa-tarde a todos e a todas. É uma honra estar aqui hoje, neste dia, lembrando 30 anos da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Aliás, é uma honra dupla, primeiro por estar nesta Casa com tantos parceiros importantes, que têm uma história de luta e de vida, com muita coisa para contar; e por poder aprender com eles - afinal de contas, eles estão na luta há mais tempo do que eu existo, e isso é muito gratificante para nós.

Justiça de transição; direito à verdade, à história e à memória; punição dos crimes de tortura. Por que essa luta pelo direito à verdade, à história e à memória? Isso já foi falado em outras Mesas, com outros palestrantes; apenas farei uma introdução e passarei a palavra aos nossos convidados.

Direito à verdade porque ela é um desvelamento. Não se pode simplesmente negar o que aconteceu e encobrir. Precisamos desvelar: compreender o que aconteceu para mudar, crescer, rever os erros e tentar acertar cada vez mais. Então é necessária a verdade.

Direito à memória porque ela é algo intrínseco ao ser humano. Não podemos simplesmente apagá-la do nosso ser social - não apenas do ser biológico. Somente se constrói o homem em uma sociedade com aqueles indivíduos que a compõem, quando temos a memória e o vivenciamento: o lembrar, o reviver e o mudar.

E o direito à história. A história não pode ser simplesmente um conto de fatos passados de forma objetiva, mas deve ser uma fonte de aprendizado com o objetivo de construirmos algo que pretendemos que seja uma democracia visivelmente marcada pela oposição ao regime de exceção que vivemos antes. Então, se realmente queremos essa nova democracia, essa nova vivência, precisamos da ruptura com o passado. Não uma ruptura de esquecimento, de encobrimento, como se nada tivesse acontecido, por uma paz que seria mais um apaziguamento, mas uma ruptura, sim, consciente do que aconteceu antes e do que queremos que seja hoje, porque é diferente.

No painel da manhã, tivemos o depoimento muito interessante da Suzana Lisboa, que falou sobre a tortura. Como ainda vivemos uma instituição que era para ser do passado, mas que ainda é muito presente? Exatamente porque essa tentativa de encobrimento não nos deixa revelar o que aconteceu para modificar. Creio que esse deve ser o caminho a ser tomado por nós que estamos aqui hoje e pelas demais pessoas que estão nos acompanhando pela TV Assembleia em todo o Estado de Minas Gerais. Devemos continuar na luta. É isso que deve ser passado aos estudantes, aos jovens que estão vindo: que isso não foi a ditadura, o regime de exceção, a tortura e a Lei de Anistia - que não é exatamente a que se pretendia -, que não é algo do passado que deve ser esquecido, mas, muito pelo contrário, é preciso ser desvelada e vivenciada daqui para a frente. Passo a palavra, então, ao nosso primeiro expositor, Sr. Andrey Borges de Mendonça, que falará sobre o direito à verdade, à história e à memória.

Palavras do Sr. Andrey Borges de Mendonça

Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado João Leite, Dra. Maressa Miranda, Dr. Edson Luís de Almeida Teles, pessoas presentes e que nos acompanham pela televisão.

É uma honra estar aqui por vários motivos. Primeiro, porque sou descendente de mineiros e, aqui, sinto-me em casa. Tenho até o sotaque, que não me deixa negar a origem; tenho o pé, em Minas Gerais. Mas, mais do que isso, é uma honra estar aqui no dia em que a Lei da Anistia completa 30 anos, comemorando e rememorando não a lei em si, porque penso que ela não merece comemorações e rememorações, mas sim seu processo de luta, esse processo que ainda não se encerrou. Há pouco tempo estive no Museu da Resistência, onde era o antigo Dops, em São Paulo, e lá colocaram: "Movimento da Anistia - 1978-?", perguntando: "Até quando vai esse movimento, até quando vamos ter de continuar lutando?" Por isso, é uma honra estar aqui.

Confesso que muitas vezes me pergunto por que estudar a memória. Sou muito novo e não tinha nascido ainda quando a Lei da Anistia foi aprovada. Estava em vias de nascer, mas não havia nascido. E quando comecei a estudar o tema, eu mesmo perguntava-me às vezes: Por que estudar a memória?

Por que estudar o nosso passado? Para que estudar isso? Quando digo que estou estudando esse tema, as pessoas perguntam-me para que estudar o passado, se há tantas coisas mais importantes, como a pobreza e a tortura. Dizem que passado é coisa de museu. Eles me olham de cima a baixo e fazem comentários. Certamente essas ideias passam pela cabeça de muitas pessoas. Fiquei feliz hoje, pela manhã, ao perceber que não só eu mas também muitos outros estudantes estavam aqui, por perceberem a necessidade, a importância de estudar esse tema, que é muito mais atual do que se diz. Muitos tentam convencer-nos de que esse assunto é coisa do passado, que está morto. A tentativa é invisibilizar a importância do passado.

Como pensar assim, se somos o resultado de nosso passado? O nosso futuro é o resultado do que fazemos hoje em relação ao nosso presente e também ao nosso passado. Isso é algo tão simples, mas às vezes nos esquecemos de que o hoje é o resultado do ontem e que o amanhã será o resultado de hoje. O Padre Vieira, um dos maiores oradores da história, sempre dizia que o passado e o futuro são dois espelhos, um mirando o outro. Essa é uma boa representação de como a memória é sempre um tema presente. A memória sempre se conjuga no presente. Não é um tema que perdeu a importância.

Por que estudar o passado? Há este dilema: estudar e esquecer. Não tenho a pretensão de aprofundar-me nesse tema, pois temos aqui um dos maiores especialistas no assunto, o Sr. Edson Teles, que escreveu um excelente livro, que ainda estou lendo, conforme confessei a ele. Esse livro fantástico, sua tese de doutorado, trata de políticas da memória, num estudo perfeito do Brasil e da África do Sul.

Esquecer ou relembrar? Mostrarei a importância disso. Não tenho dúvidas de que, no presente, temos ainda muitos reflexos daquele passado. Ainda há muitos enclaves autoritários em nossa sociedade. Um deles é o baixíssimo respeito aos direitos humanos. Pela manhã, falaram muito sobre a tortura, em como essa ainda é algo natural em nossa sociedade. Pior ainda, infelizmente a tortura não está presente somente nos meios policiais.

Mostrarei aos senhores os resultados de uma pesquisa feita pela sociedade "World Values Survey", uma ONG internacional que pesquisa valores importantes para a sociedade de todo o mundo. Quanto ao Brasil, a pesquisa de 2006 perquiriu sobre o respeito que o governo deve ter para com os direitos humanos. O primeiro índice significa muito respeito aos direitos humanos; o segundo, algum respeito; o terceiro, não muito respeito; o quarto, nada de respeito. Em outras palavras, podemos ler a mesma tabela da seguinte forma: 5,7% dos entrevistados entendiam que deve haver muito respeito aos direitos humanos por parte do governo; algum respeito, 41%; não muito respeito, 40%; nada de respeito, 12%. Ou seja, mais de 53% dos entrevistados afirmaram que não deve haver respeito aos direitos humanos ou deve haver pouco.

Ninguém virá aqui defender a tortura de bandido, dizendo que bandido não é gente boa, que não é gente como a gente.

Ele não vai dizer isso, mas por trás dessa tabela, desse estudo, se está dizendo que as pessoas aceitam como normalidade a tortura, as violações de direitos, especialmente de pessoas presas que cometem crimes. Não estou defendendo os criminosos, mas jamais deve haver tortura.

No Brasil e no mundo, é pacífico que em hipótese alguma se pode admitir a tortura, mas não vemos isso refletido na população do Brasil. Por quê? Não tenho dúvida, e obviamente não é só por este fator, mas é pela impunidade dos crimes praticados durante a ditadura. Isso já foi dito mais de uma vez, e eu concordo plenamente que a impunidade pelos crimes praticados na época tem reflexo nessa pesquisa.

Além dessa pesquisa, há uma outra da "Folha" - vejam como o nosso passado é deixado de lado. Infelizmente, há uma luta dos movimentos de familiares para a defesa dos direitos humanos, a fim de lembrar, de não deixar que esqueçamos os crimes praticados. Mas 82% da população não sabe o que é o AI-5, a lei mais atroz de toda a nossa história republicana. Esse ato que permitiu o endurecimento da ditadura não é lembrado por 82% das pessoas.

O pior é que, dos que se lembram do AI-5, mais de 50% dizem que o governo Costa e Silva agiu bem, ou as pessoas não se interessam e dizem: "para mim, é indiferente o AI-5". Isso mostra que, infelizmente, as pessoas se esquecem de que o nosso presente é consequência desse passado. Desculpem-me por estar mostrando esses dados, porque não sou bom de números, mas tudo isso servirá para podermos refletir sobre o fato de que, na verdade, não estamos aqui falando de algo que é sem importância. Não! Isso tem importância sim. Alguém poderá me perguntar: "Andrey, o que nós podemos fazer para enfrentar esse passado, olhá-lo de frente e tentar trazer consequências para o nosso futuro, a fim de construir um futuro melhor?". O que podemos fazer? Os doutrinadores costumam chamar isso de medidas de justiça transicional. Para a transição de uma ditadura, desse regime de violação aos direitos humanos, para a democracia, não basta o mero decurso do tempo. Nós vimos; tem 30 anos - ou melhor, menos, porque a ditadura acabou em 1985 - a Lei da Anistia, e ainda existem consequências da ditadura.

Os atos secretos no Senado Federal não são novidade. No meio da ditadura, existiam atos secretos. Portanto isso não é de hoje. Existe baixo respeito aos direitos humanos e baixa participação das pessoas no processo político; as pessoas não têm muito interesse pelo meio político. Temos de repensar essa situação. Essas medidas buscam justamente superar esse passado. Que medidas são essas? São basicamente quatro medidas, que já foram apresentadas. A busca da verdade é essencial, com a abertura do arquivo da ditadura. Vivemos uma cultura que nem é do sigilo, mas do segredo, com a insistência em que não sejam abertos os arquivos da ditadura. E se valem de instrumentos jurídicos, de conceitos jurídicos indeterminados, como segurança nacional, que até me lembra a doutrina de segurança nacional, a segurança do Estado, para que os arquivos se mantenham cada vez mais tempo em sigilo. O sigilo é mantido, e procrastina-se, cada vez mais, essa abertura. Parece com o horizonte: quanto mais você se aproxima dele, mais ele se torna distante. É isso o que acontece com a abertura dos arquivos no Brasil: são mais 30 anos que podem ser prorrogados por mais 30, 30, 30.

Além dessas medidas de abertura de arquivo, já foi dito que precisamos de uma comissão da verdade, que tenha independência e poderes independentes e requisitórios para investigar os fatos que ocorreram na época da ditadura.

Ao olharmos para o nosso passado, vemos uma lacuna, um buraco que não pode ser admitido. Temos de superar essa lacuna, e a melhor forma para isso é a criação de uma comissão da verdade, composta por um grupo de pessoas com autonomia - não podem ser membros do Executivo. Deverão ser grupos com autonomia e com mandato para investigar fatos, ou melhor, as barbáries cometidas durante a ditadura.

Além dessas comissões da verdade - aliás, o exemplo mais clássico desse tipo de comissão é o da África do Sul -, outra medida de justiça transicional é a necessidade de justiça, e não de revanche, para punir aqueles que praticaram crimes contra a humanidade.

Vou falar sobre uma recente posição do Supremo, mas farei isso adiante, por ser um objeto mais específico. Além da busca pela verdade, a justiça penal, a responsabilização penal faz-se necessária para a reparação das vítimas. Aqui também se inclui não só a reparação pecuniária, a reparação em dinheiro, que é legítima, embora tenham ocorrido algumas distorções, pelo que sabemos. As pessoas vivas tiveram indenizações maiores que as que foram assassinadas, numa distorção do sistema, mas isso não tira a legitimidade da indenização que receberam, com valores justos pela perda. É apenas uma compensação pela dor sofrida. Esse foi o único ponto em que o Brasil evoluiu, isto é, o único ponto em que atuou: a parte da reparação econômica. Muitos dizem que essa foi uma tentativa de calar a boca, silenciar essas pessoas.

Além dessa medida de reparação econômica, outra que é tão importante quanto é a reparação simbólica. Causa-me espécie, andando pela rua, ver que é comum - acreditem se quiser -, nas Capitais, muitas ruas com nomes de torturadores. Numa pesquisa simples, no Google, já identifiquei umas três, quatro ruas com nome de pessoas que constam na lista do Brasil Nunca Mais como torturadores. Isso significa homenagear uma pessoa que torturou e matou, o que é inaceitável em outros países. Na Espanha, por exemplo, houve uma lei, a Lei de Memória Histórica, de 2007, em que todos os objetos relacionados a Franco foram retirados, tais como estátuas, nomes de ruas etc. O Brasil ainda precisa evoluir nesse aspecto.

Por fim, a reforma institucional. As instituições que participaram da ditadura, especialmente as instituições repressivas, não passaram por um filtro no que diz respeito aos médicos que participaram da ditadura e que forneceram atestados médicos falsos, dizendo que a pessoa havia-se suicidado. Aliás, esses médicos ainda hoje trabalham para o governo de São Paulo. Isso está na ação que o Ministério Público propôs no caso do Sr. Manoel Fiel Filho, em que o perito que declarou que ele se suicidara ainda está na ativa.

Quantos outros exemplos existem de torturadores que estão reformados, escrevendo livros, contando a sua versão distorcida da realidade? Aliás, não só reformados, mas também há os que estão na ativa. Essa é uma medida imprescindível. Foi dito, pela manhã, que não é o Presidente da República que manda nas Forças Armadas. Percebe-se que, depois de dois governos perseguidos pela repressão, não se conseguiu ainda abrir os arquivos da ditadura. A assertiva parece-me fazer muito sentido. É uma necessidade premente reformar, juntamente com o Ministério da Defesa - pelo menos um civil acima dos militares já é um passo, mas não é o suficiente; é necessário retirar esse câncer que ainda permanece; é necessário extirpá-los, retirá-los do exercício das suas funções. Essa, para mim, é uma das medidas mais importantes, que, infelizmente, ainda não foi tomada.

Esse é só um panorama. É óbvio que são apenas alguns indicativos que devem ser aplicados ao Brasil, não é uma receita. Não podemos pegar o caso da África do Sul, da Argentina e tentar aplicar no Brasil. Mas isso é um indicativo. Já foi dito pela manhã - foi citada até a mesma autora em que me embasei - que os países que apuraram, que enfrentaram esse passado autoritário, obtiveram uma melhora no que se refere ao respeito aos direitos humanos. A Argentina, o Chile, o Uruguai - em parte - enfrentaram. O Brasil é o único que se nega continuamente a apurar seu passado, tanto que agora foi denunciado à Corte Interamericana de Direitos Humanos o caso do Araguaia. Vejam, não é vingança,

como disse o Ministro da Defesa, não é revanchismo; isso significa melhorar. Com isso, melhoraremos a nossa sociedade e as nossas instituições, para que tenhamos confiança nelas, porque isso é um elemento da democracia. Somente nos sentiremos representados nas instituições se tivermos confiança nelas. Aí a necessidade de "accountability", ou de retirar do serviço público essas pessoas que praticaram crimes.

Acho que todos os pontos da justiça transicional são relevantes, mas a minha fala focará a questão penal, criminal. Podemos punir esses torturadores, esses assassinos, essas pessoas que mataram e desapareceram com os corpos? Podemos. Parece-me que sim - já adianto a minha posição. Embora eu seja membro do Ministério Público Federal, não falo em nome da instituição, porque esse não é o posicionamento de todos. Há muitos colegas que não concordam, mas essa é minha posição e também a de parcela respeitável do Ministério Público que defende essa responsabilidade penal. Porém, para chegarmos à conclusão de que podemos punir, precisamos superar três obstáculos: primeiro, a Lei de Anistia; segundo, a prescrição; e terceiro, a tipificação. Há outros, mas esses são os maiores argumentos para a não punição dos torturadores. O primeiro, a Lei de Anistia, diz que os crimes estão anistiados; o segundo diz que houve prescrição; e o terceiro diz que isso seria violação do princípio da legalidade. Tentarei explicar, em termos mais claros, cada um deles.

Primeiramente, a Lei de Anistia, como falamos hoje, completa 30 anos. Porém ela não representou os anseios da sociedade. Foi por isso que eu disse que essa lei, em si, não deveria ser comemorada. Deve ser comemorado e exaltado, sim, o processo legítimo da sociedade - vimos uma manifestação, a greve de fome -, o processo de luta. Explico: primeiro, porque a Lei de Anistia foi produto de um Congresso Nacional mutilado. O Congresso Nacional que existia à época era composto de 1/3 de Senadores biônicos, por conta do Pacote de Abril. O que é o Pacote de Abril?

Quando Figueiredo, um pouco antes, percebeu que havia chances de um Presidente civil ser escolhido, baixou, em 1977, o Pacote de Abril: de 1º a 15 de abril fechou o Congresso e estabeleceu várias medidas, entre elas a determinação de que 1/3 dos Senadores seriam eleitos pelo próprio governo. Ou seja, além de não ser representativo, era um Congresso sem autonomia, porque seria fechado se fizesse qualquer coisinha contrária aos interesses do governo. Essa primeira pecha de ilegitimidade de quem emitiu a Lei de Anistia não pode ser esquecida. Justamente por isso, não obstante ter havido diversas emendas à Lei de Anistia para que ela fosse realmente ampla, geral e irrestrita - ao final ela não foi ampla, geral e irrestrita, ao menos para quem deveria ser. Veja que se diz na Lei de Anistia: "É concedida anistia a todos quanto, no período compreendido entre 2/9/61 e 15/8/79, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais" etc.

A primeira discussão deve ser sobre o que são crimes políticos ou conexos com estes. O primeiro ponto a observar é que a anistia só se aplicou aos crimes políticos e conexos. É meio divergente na doutrina e na jurisprudência o que seja o crime político, mas o critério que prepondera, mesmo na jurisprudência do STF, nosso maior Tribunal, é o de que crime político é aquele que atinge as estruturas do Estado e tenha motivação política. Então, há o elemento objetivo - tem de atingir um bem jurídico, algum valor do Estado - e, ainda, a motivação política. Assim, a resistência ao governo, esta, sim, era crime político.

Por mais que se discuta se esse de fato é o conceito de crime político, uma coisa é certa: ninguém considera que tortura, homicídio praticado pelo governo e desaparecimento forçado sejam crimes políticos. Mas, além disso, da referência aos crimes políticos, há um parágrafo na lei - e foi aqui que eles tentaram se autoanistiar - em que se diz: "Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política". A interpretação que temos dessa lei, que julgo a correta, é que ela é propositadamente ambígua. Partindo do princípio de que "consideram-se conexos os crimes de qualquer natureza", pode-se entender que a tortura é crime conexo. É o mesmo que dizer que, apesar de ter barbatana ou rabo, vamos chamar de galinha e não há problema nisso. É mais ou menos isso o que esse parágrafo tenta fazer - vamos chamar de conexo a crime político algo que não tem nada de conexo. Vejam que a palavra "conexão" vem de "conectare", de coisas que estão ligadas. Conexão é isso. Assim, crime conexo tem de ser aquele que esteja conectado com o crime político. Se alguém assalta um banco para fazer a resistência, isso está ligado à própria resistência ao governo. Mas dizer que alguém que matou, torturou, pôs no pau de arara, agiu conexo ao resistente é um absurdo despropositado. O cara está me batendo e torturando e ainda está praticando um crime ligado ao meu? Na verdade, é como se eu o estivesse estimulando a me bater. É essa a ideia que querem transmitir: só fizemos isso porque eles resistiram. Querem fazer com que acreditemos nisso. Mas essa interpretação não é possível.

Tanto que há uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF -, que a OAB propôs contra essa interpretação, que acabou prevalecendo. É uma interpretação equivocada no tocante a que a Lei de Anistia se aplicaria a todos. É bilateral, é recíproco, vamos pôr um pano lá e esquecer. Essa, por incrível que pareça, foi a interpretação que acabou vingando e, infelizmente, é o que se ouve nas ruas. Mas não é isso. Lá, só deve ser considerado conexo aquele que está ligado ao crime político, e não aquele praticado contra quem está praticando crime político. O agente do Estado não pratica crime político quando tortura, quando promove o desaparecimento político. Então, se ele não pratica crime político, ele não está praticando crime conexo ao político. Essa interpretação da reciprocidade da Lei de Anistia tem a ideia de ser afastada.

Além de terem feito uma interpretação ampla e ambígua para se beneficiarem, na verdade, para quem estava resistindo ao governo, não foi ampla. O § 2º diz: "Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal". Os militares criaram a interpretação de que estavam anistiados, porque supostamente teriam praticado crime conexo. Os que resistiram ao sistema ou já estavam mortos ou tinham sido condenados na sua grande maioria. Então, a lei não foi ampla para a população, especialmente para aqueles que resistiram, mas foi muito restrita. Eles restringem: a pessoa que praticou um assalto para levantar dinheiro para o movimento de resistência e que já tinha sido condenada não foi anistiada. Posteriormente, viria a ser, mas essa lei não foi ampla como se quis. Foi ampla apenas para o lado dos militares, mas não para o lado da sociedade. Não foi ampla nem no sentido geral nem no restrito.

A primeira questão é essa da anistia, que se supera. Essa, parece-me, deve ser superada. Mesmo que se aceite que a lei incluiu os militares na anistia - eu não aceito e creio que vocês também não aceitam -, essa tese não superaria o seguinte argumento: ele só seria anistiado se tivesse praticado um crime relacionado a crime político ou por motivação política. Só se o militar tivesse sido processado e, no processo, demonstrasse que atuou por algum motivo político, é que seria anistiado, e não abstratamente poderia ser atingido. Além disso, pelo direito internacional, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, à qual o Brasil se submete, tem jurisprudência pacífica de que não é possível a autoanistia. Ou seja, se torturei, se matei, não posso me autoanistiar, pelo básico princípio de que não posso julgar a mim mesmo. Eu mato e me absolvo? Isso é algo despropositado. Não se admite a autoanistia. Esse caso foi julgado em relação à Argentina e ao Chile, e a Suprema Corte desses países disse isso; a autoanistia não é válida no âmbito do direito internacional. Vocês podem dizer que, naquela época, o Brasil não tinha assinado os acordos internacionais, mas os efeitos da ditadura persistem até hoje, então a Corte Interamericana pode aplicar sua jurisprudência a esse caso. Então, a Lei de Anistia não me parece um problema.

O segundo grande obstáculo é a prescrição da possibilidade de o Estado aplicar a pena. O Estado tem um prazo para aplicar uma pena ou para executá-la - no caso, para aplicar a pena. Em regra, o prazo máximo de prescrição no Brasil é de 20 anos. Isso vale para os crimes do Código Penal. Porém, desde 1915, em relação ao massacre dos armênios na Turquia, começa-se a falar nos tais crimes contra a humanidade.

Crimes contra a humanidade são aqueles crimes tão bárbaros que a sociedade internacional entendeu não ser possível deixar o assunto apenas no âmbito doméstico. Não podemos deixar que um país massacre uma população e saia ileso, porque isso traz consequências para todo o mundo. Um exemplo clássico são os crimes do nazismo.

Então, no âmbito internacional, passou-se a usar a expressão "crimes contra a humanidade". No Brasil, essa expressão já vem desde 1915 e é aceita expressamente quando surge na assembleia da ONU e se incorporam os princípios do Tribunal de Nuremberg, que julgou os nazistas. Ao

incorporar esses princípios, a assembleia da ONU está incorporando os crimes contra a humanidade. Esse conceito vem desde então. Mesmo que o Brasil não tenha aceito um tratado dizendo expressamente o que considera crimes contra a humanidade, esse é um costume internacional.

Só para chamar a atenção, um exemplo extremo é se o Hitler, que praticou um crime contra a humanidade, entrasse por esta porta. O crime estaria prescrito? Esses crimes são tão bárbaros que devem ser punidos a qualquer tempo e em qualquer lugar. Esse conceito se aplica ao Brasil. Embora ele se tenha negado a incorporar esse tratado, isso já é um costume internacional. Se o Brasil se submete a uma ordem jurídica internacional, ele incorpora os costumes que estão assentados na ordem jurídica internacional e não pode dizer que só aceita dela o que lhe interessa. Ele não pode ter essa visão utilitarista. Se ele realmente exige o respeito aos direitos humanos aqui e acolá, também tem que submeter a essa ordem internacional o que está exigindo como respeito.

Esse conceito de crime contra a humanidade não é necessariamente ligado à guerra, mas à perseguição sistemática a parte da população civil com a prática de atos bárbaros. Esse conceito foi incorporado ao Tribunal Penal Internacional - TPI -, que foi estabelecido em 1998, entrou em vigor em 2002 e pune os crimes contra a humanidade que forem cometidos e não forem punidos em âmbito interno.

Isso quer dizer que esses torturadores podem ser punidos no TPI? Há uma cláusula restritiva. O próprio TPI diz que só podemos punir os atos praticados depois de 2002. Por isso é que, em princípio, não. Até podemos fazer outra interpretação, mas, em princípio, o TPI não se aplicaria a esses crimes praticados no Brasil na década de 60.

Por que estou falando no TPI? Porque o TPI formalizou o conceito de crime contra a humanidade. Na verdade, ele apenas o reconheceu. O conceito de crime contra a humanidade como perseguição a parcela da população foi reconhecido no TPI. E podemos utilizar essa conceituação no Brasil para dizer que os crimes praticados durante a ditadura foram crimes contra a humanidade.

Isso importa? Importa muito, porque os crimes contra a humanidade são imprescritíveis, não são passíveis de graça e perdão. Os crimes contra a humanidade praticados durante a ditadura não podem estar prescritos, porque são imprescritíveis. Isso significa que, enquanto essas pessoas estiverem vivas, é necessário puni-las. Não há prazo prescricional.

Em relação aos desaparecidos políticos, que são aquelas pessoas cujos corpos até hoje não foram encontrados, no Brasil há uma previsão legal, que consta no art. 111, "c", que diz que, quanto à prescrição, quando se tratar de crime permanente ou continuado, enquanto não cessar a conduta não inicia o prazo prescricional. Quero dizer com isso que, enquanto os corpos daqueles desaparecidos, principalmente os do Araguaia, não aparecerem, aquele prazo de 20 anos ainda não terá iniciada sua contagem. É o que consta na lei. Tanto isso é verdade que, agora, o Supremo extraditou para a Argentina um Major uruguaio, porque o crime foi praticado na Argentina ou no Uruguai - não me lembro bem - nos anos setenta e poucos. E o Brasil extraditou o réu dizendo que o crime não estava prescrito segundo o seu ordenamento jurídico. Caso estivesse prescrito, o Brasil não poderia entregá-lo. Mas o Supremo disse que não estava prescrito porque até hoje o corpo da pessoa que ele matou não apareceu. Isso significa que o Supremo entende que, no caso dos desaparecidos do Araguaia, enquanto não aparecerem os corpos, não há prescrição.

Não puniremos esses torturadores pelo crime de tortura pelo simples motivo de que, à época, não havia previsão legal da tortura como crime, o que só veio a ocorrer em 1997. Mas tínhamos a lesão corporal, seja simples, seja grave. Vejam: a lesão corporal grave condena o réu de dois a oito anos de reclusão. Essa norma já se encontrava em vigor em 1965. Além disso, temos o crime de abuso de autoridade, que também deve ser punido. Isso, em relação à tortura. Em relação aos desaparecidos políticos, temos o crime de sequestro e de homicídio, nos termos de norma que também era vigente. Não acreditem quando disserem que querem aplicar uma lei retroativamente em prejuízo ao réu, o que não é verdade. Queremos aplicar a lei vigente à época, porque é o que pode ser feito em direito penal, pois a lei posterior não retroage, a não ser em benefício do réu. Nesse caso, não queremos aplicar retroativamente uma lei contra o réu. Vamos aplicar a lei vigente à época.

Desculpem-me se essa parte foi muito árida, mas concluo mostrando a vocês que há instrumentos jurídicos para punir quem cometeu esses crimes. Tenho a certeza de que conseguiremos fazê-lo mais cedo ou mais tarde. Devemos lembrar que a palavra "verdade", para os gregos, significava, literalmente, "o não esquecido", ou seja, enquanto insistirem para que nos esqueçamos dos fatos, estaremos vivendo numa situação de mentira e falsidade. Por isso, pessoal, continuo sonhando e desejando flores. Muito obrigado a todos.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

Palavras do Sr. Edson Luís de Almeida Teles

Primeiramente gostaria de agradecer o convite, especialmente à Bizoca, por ter propiciado a minha vinda aqui hoje; ao Instituto Helena Greco; e à Assembleia Legislativa, na pessoa do Deputado João Leite. Estendo o meu abraço a todos vocês, mineiros. Como o Andrey, também sou descendente de mineiros. Toda a minha família, por parte de pai e de mãe, é de Minas Gerais. É sempre muito prazeroso voltar aqui e rever os parentes e amigos.

Tentarei brevemente apresentar um ponto sobre o qual o Andrey, de certa forma, já falou, mas não foi o tema da sua exposição, e que é muito importante para nós, familiares. Estou aqui falando em nome da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos do Brasil durante o período da ditadura militar. A nossa luta, tal qual a luta da anistia, tem mais de 30 anos. Desde que aprenderam a prender, torturar, matar, sequestrar e desaparecer com pessoas, os seus parentes e familiares começaram pouco a pouco a organizar-se e a iniciar essa luta.

Gostaria de trazer dois elementos da transição política brasileira da ditadura para a democracia que mostram claramente para nós a importância da luta dos familiares para a construção democrática brasileira. Há hoje no Brasil, no nosso Estado de Direito, uma forte herança autoritária, e boa parte dela é fruto da ditadura militar. O Andrey já falou sobre alguns aspectos dessa herança, especificamente no que concerne à Lei de Anistia, mas há uma outra série de heranças que permanecem e que permitem dizer que não é a ditadura que ainda sobrevive na democracia. Por isso, devemos estar bem alertas, pois é um traço de autoritarismo que a democracia já assimilou como de si mesma e que continua na ação política do presente. Não quero dizer que o que temos hoje de autoritário se deve apenas à ditadura, porque desde o século XIX tínhamos os pelourinhos, onde os negros eram torturados publicamente. De forma que há uma herança autoritária brasileira que decorre da maneira como fomos colonizados, como criamos nossa República e tornamo-nos independentes. O que a ditadura militar brasileira fez foi transformar essa prática autoritária num modo de operação do Estado brasileiro. Esses atos de violência e autoritarismo transformaram-se em norma.

A transição brasileira tem um aspecto que a difere de todas as outras transições possíveis: a longevidade. O ex-Presidente Gen. Ernesto Geisel, que entrou na Presidência em 1974, lançou pela primeira vez a ideia de transição e abertura em 1974, quando criou o tema "Abertura lenta, gradual e segura". Se formos contar de 1974 a 1985, quando tivemos o resultado do Colégio Eleitoral, e a transferência do governo de um militar para um civil, veremos que se totalizam 11 anos. Se incluirmos um elemento fundamental da democracia, a eleição direta para os governantes, temos de estender esse período até 1989, de forma que já temos 15 anos de transição.

Vocês podem estudar as transições das ditaduras para as democracias para perceber que a brasileira é incrivelmente a mais longa. Isso não

ocorreu à toa, de forma gratuita. Parece que o maior objetivo dessa longa transição foi manter no nosso Estado Democrático de Direito uma série de relações de poder, ações e práticas autoritárias.

Logo depois do início dessa transição gradual, em 1978, vimos os primeiros grandes passos da ditadura. Em 1977 houve o Pacote de Abril, quando o governo militar fechou o Congresso Nacional, afetando um pouco da legitimidade que tentava ter, e impôs uma série de medidas visando ao retorno da democracia. Essas medidas seriam complementadas em 1978. Entre outras medidas, podemos citar o fim ao AI-5, que completou 10 anos em 1978, a volta do "habeas corpus", esse direito que o cidadão precisa ter de mostrar o seu corpo em público. É curioso, perverso e cínico que, nesse momento, quando os familiares se organizavam para denunciar os desaparecimentos políticos, o governo militar trouxesse de volta o direito jurídico do "habeas corpus". Além disso, podemos citar a inclusão do Senador biônico, ou seja, quando a anistia foi votada, em 1979, e o Colégio Eleitoral mais tarde, havia certo número de Senadores que nunca passaram pelo voto popular. Houve ainda a extensão do mandato presidencial, que até então era de quatro anos, mas o Figueiredo ficou seis anos na Presidência visando à garantia do poder de militares na transição; e a eleição indireta para Governador; enfim, houve uma série de medidas que foram planejadas para os atos da transição.

O primeiro ato que marcaria essa democracia decididamente foi a aprovação da Lei da Anistia, de 1979. Acho até curioso que tenhamos problemas para falar em comemoração dos 30 anos. De fato, há uma comemoração. Falar em 30 anos da Lei da Anistia é falar de uma longa luta que a sociedade brasileira empreendeu para conquistar essa anistia tímida, que, por fim, foi aprovada. Considero a anistia tímida porque tem limites claros. Não abordarei muito esse aspecto porque já foi explicado pelo Andrey. Registro que ela trouxe de volta os ex-presos, os exilados e banidos, mas libertou alguns presos - não tenho os números, mas acho que eram 50 presos. Porém, a grande maioria dos presos políticos da época não foram beneficiados. Eles foram soltos depois da aprovação da lei, ficando em liberdade condicional, com base nas reformulações de 1978, que diminuíram as penas relativas aos crimes ligados à Lei de Segurança Nacional.

Hoje, distante historicamente, a grande mídia alega, especialmente os que não querem retomar o debate sobre a interpretação da Lei da Anistia, que ela foi um grande acordo nacional de reconciliação. Isso não é verdade. Ela foi uma medida tímida, conquistada com luta pela sociedade brasileira. Os acordos políticos da época a interpretaram como válida para os dois lados. As relações políticas da época permitiram que poucas pessoas tomassem a frente, fossem a público pedir a punição dos torturadores.

Uma delas, Inês Ettiene, no começo dos anos 80, denunciou claramente torturadores, informando até mesmo o local onde eram realizadas torturas, a Casa da Morte, de Petrópolis, e não houve um advogado, um Procurador, um Juiz, uma autoridade que se dispusesse a iniciar um processo judicial contra as pessoas denunciadas ou a apurar a denúncia. Ela me falou por testemunho próprio. Só o valor da fala dela já valia um processo criminal. São poucos os processos no Brasil, sendo que nenhum deles é penal. Tivemos por volta de 10 ou 12 ações civis, ou seja, ações que pedem a declaração da responsabilidade do Estado por esses crimes, mas a sociedade brasileira não se dispôs a punir os criminosos.

Em relação ao argumento da dimensão política da Lei da Anistia, isso já foi explicado pelo Andrey. Só ressaltaria que não dá para considerar como um criminoso político um funcionário pago com o dinheiro do Estado, obedecendo ordens superiores, dentro de uma hierarquia militar, como crime de motivação política.

Enfim, o Andrey já entrou nesses detalhes técnicos da questão jurídica, mas gostaria de citar aqui a pesquisa da Katheryn Sikkins, uma socióloga norte-americana que fez uma pesquisa em 20 países da América Latina tentando fazer uma relação entre os crimes de suas ditaduras e a violência em democracia. Ela pôde apurar que os países que iniciaram processos contra os torturadores da ditadura têm índices de violência urbana criminal nas democracias consideravelmente menores do que os países que não fizeram isso, como, por exemplo, o Brasil. Ou seja, uma das principais heranças que a ditadura deixa para a nossa democracia, que a democracia brasileira incorporou - veja bem, a ditadura acabou; então, não se trata de algo da ditadura que está presente, mas de algo da ditadura que a democracia incorporou -, é uma cultura de impunidade. Temos os torturadores de 30, 40 anos atrás que não foram processados, que não foram punidos. Mas hoje em dia, nas delegacias, nos presídios, nas Febens, a tortura continua. O Estado brasileiro tortura crianças e adolescentes detidos em unidades para menores. Ainda hoje ocorre isso. A Anistia Internacional e outras entidades e ONGs têm denunciado isso em seus relatórios todos os anos. Além de ser a pior herança, poderíamos dizer que talvez seja essa a maior dívida da democracia brasileira com sua sociedade: a impunidade em relação a esses crimes.

Quereria trazer aqui um outro elemento muito grave dessa herança. Coloquei aqui a Lei da Anistia como um dos marcos de fundação da nossa democracia, mas é claro que tivemos outro muito forte, que foi a negação das eleições diretas em 1984 e a escolha da democracia brasileira de iniciar-se por via do Colégio Eleitoral, sem a legitimidade do voto popular. Mas gostaria de falar da Constituição de 1988. Sabemos, e isso é evidente, que é uma das Constituições mais avançadas em termos de direitos sociais, direitos econômicos, respeito aos direitos fundamentais, aos direitos humanos, mesmo em relação a essa questão das crianças e dos adolescentes que mencionei. Temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, uma legislação muito avançada para o tema, mas há alguns aspectos que se mantêm na Constituição de 1988 que em quase nada, para não dizer em nada, diferem da Constituição outorgada em 1967 pela ditadura brasileira. Falo aqui especificamente dos artigos que tratam das Forças Armadas e do sistema de segurança pública no Brasil. Nesses aspectos, em quase nada a Constituição brasileira mudou em 1988.

Não é por acaso. A Comissão, na época da Constituinte, chamada de Comissão de Garantias das Instituições, que tratou desse tema, foi presidida pelo Coronel da reserva Jarbas Passarinho. Foi ele quem coordenou a escrita dos artigos sobre os temas "Forças Armadas" e "Segurança Pública". Para quem não sabe, Jarbas Passarinho foi Ministro dos Presidentes Generais Costa e Silva, Médici e Figueiredo. Muito mais do que isso, foi um dos signatários do Ato Institucional nº 5, de 1968, motivo que o leva até hoje a dar entrevista vangloriando-se.

Nas mãos, na coordenação desses senhores estiveram essas questões. Gostaria de ler aqui para vocês o art. 142 da atual Constituição brasileira, que diz: "As Forças Armadas (...) destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem." Vejam que é a única Constituição de uma democracia no mundo que diz que são as Forças Armadas que garantem a lei e a ordem do país. Em qualquer democracia do mundo, o garantidor da lei é o poder político, os três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. O Brasil foi o único que colocou isso em sua Constituição. Nem mesmo a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e o Chile, que tiveram ditaduras de extrema violência, incluíram esse tipo de acordo em suas leis. Como pode uma instituição baseada na força garantir esses poderes legitimados pelo voto popular e por outros mecanismos de democracia? Imaginemos uma situação em que as Forças Armadas considerem o Legislativo um poder que está colocando em perigo a lei e a ordem, quer dizer, a imagem de Brasília. Nesses termos, não é muito difícil aderir a uma ideia dessas. Assim, as Forças Armadas, garantidoras da lei e da ordem pela nossa Constituição, fecham o Congresso Nacional. Ou seja, perigosamente, a nossa transição política incluiu o golpe de Estado legalizado, desde que liberado pelas Forças Armadas. Isso me leva a retomar um aspecto da justiça de transição, já exposta pelo Andrey, de que ela deve ter bem clara a promoção do direito à verdade, a punição dos responsáveis pelos crimes e, muito importante, a reforma das instituições. Quer dizer, o Brasil, mal e mal, observou um dos aspectos do direito à verdade, que foi a reparação econômica de parte das vítimas, mesmo assim baseada num aspecto legal, segundo o qual o cálculo dessa indenização deve ser feito com base nos danos trabalhistas dessa vítima. Nesse caso, um Juiz cassado durante a ditadura, que tenha ficado preso um dia ou dez dias, provavelmente vai receber muito mais, em valor final de indenização, que um operário que tenha sido torturado, que tenha perdido uma parte do seu corpo e sofre psicologicamente essa tortura. Ainda no nosso sistema de indenização, foi mantida uma diferença de classe violenta, brutal, marcante para nossa sociedade.

Trouxe aqui dois aspectos dessa herança da ditadura que a democracia mantém: a impunidade e os elementos de garantia de ações autoritárias na democracia. Nós, familiares, temos lutado e transitado muito nesse primeiro elemento da justiça de transição: o direito à verdade.

Esse direito à memória do qual falamos não é a obrigação de lembrar tudo e tudo para sempre. Uma pessoa que sofreu a violência de perder um parente na ditadura, ou que foi ele mesmo violentado e torturado na ditadura, tem, sim, muito desejo de esquecer aquilo que ele sofre todo dia. O nosso desejo é que não estivéssemos aqui hoje falando desses crimes. Eu preferia estar hoje, sexta-feira, preparando-me para ir tomar cerveja com meus amigos, por exemplo. Fazemos esse exercício de lembrança não porque queremos, mas porque somos obrigados a fazê-lo. A democracia que traz essa herança autoritária nos impede de esquecer isso.

Por isso queria lembrar aqui que memória é uma combinação entre lembrar e esquecer. Não é só lembrar e também não é só esquecer. Não se trata de apelarmos para um desses dois lados. Quando pedimos o direito à memória, queremos o direito de elaborar esse passado para que não tenhamos, todo dia 28 de agosto, falar desses crimes horróridos; mas que possamos, num dia 28 de agosto futuro, falar de uma lembrança muito mais interessante e prazerosa para o País. Darei aqui um exemplo pessoal. Meu tio, André Grabóis, desaparecido na Guerrilha do Araguaia, ganhou o nome de uma rua, numa placa no Rio de Janeiro. Vejam que curioso: para se chegar a essa rua, é preciso passar pela Rua Trinta e Um de Março. Ou seja, uma rua em homenagem ao Golpe de Estado de 1964. Há no Brasil um grande problema em relação a esse direito à memória. Para se ter um melhor entendimento disso, eu dividiria essa memória: por um lado objetiva, e, por outro, subjetiva. A memória objetiva é isso que o Estado brasileiro fez até hoje. Ele dá nome de ruas, cria museus, publica livros, estabelece leis de reparação, mas ele não dá voz às vítimas, aos familiares, ele não dá voz à sociedade brasileira para tratar desse assunto. Ele, até hoje, não criou um espaço público onde as pessoas possam expressar esse outro lado da memória, que é a memória subjetiva. Essa memória que é cada um de nós que pode trazer, essa experiência de vida.

Nos processos da Comissão de Anistia, você, vítima, entra com o frio pedido escrito, pelas palavras escritas, transformadas numa tinta impressa num papel branco de todos aqueles anos de sofrimento que você teve. Não há um momento em que você é chamado lá para que diga o que foi a ditadura, o que você viveu na ditadura, como você viveu aquilo tudo, o que você traz de experiência para a democracia. Em nenhum momento é feito isso.

Se você tiver dinheiro para comprar passagens e ir até a sessão em que será votado o seu processo, depois que eles já te trataram como um objeto, como uma coisa - porque é como um pingue-pongue, dizem que você merece, não merece, merece tanto, merece menos, ou mais; e você fica ali assistindo a tudo aquilo, e parece até que nem é de você que eles falam -, no final, eles falam: "O Estado brasileiro desculpa-se pelo que fez. Você quer falar alguma coisa?". Mas é muito difícil alguém que foi torturado falar sobre o que passou.

Aproveitando o momento, queria apresentar um exemplo do que seria essa memória subjetiva e dizer como é importante esses espaços públicos, como este que estamos vivendo agora. A memória é um grande tema e este evento trouxe à minha memória várias lembranças, especialmente quando assistimos ao vídeo, no início da reunião, e ao me encontrar com o Deputado João Leite, presidindo a Mesa.

Enfim, ele trouxe uma memória muito interessante: no ano de 1977, meu pai, após quatro anos de prisão, pois subversivamente havia se colocado em oposição à ditadura, foi solto em liberdade condicional. Nós - não quero criar aqui uma polêmica -, como bons mineiros, somos todos atleticanos em casa, e uma das primeiras coisas que fizemos foi assistir à final do Campeonato Brasileiro juntos, vendo o João Leite catar alguns pênaltis. Ver meu pai saindo da cadeia foi um momento muito feliz para mim. Fui buscá-lo no portão do presídio onde ele estava, em São Paulo, e depois nos reunimos em casa para assistir ao jogo do Atlético. E agora, aqui, reencontro o João Leite. Isso é o que chamo de memória subjetiva, ou seja, criar no País espaços onde as pessoas possam encontrar-se, possam falar sobre aquilo que foi vivido e com isso possam construir os aspectos subjetivos e objetivos da nossa vida em democracia.

Vejam o que os nossos familiares fizeram: entregaram suas vidas para transformar o País e o mundo. Muitas vezes vejo algumas pessoas comentando que queremos muito, porque pedimos justiça. E justiça, para nós, familiares, é: qual é a verdade sobre as circunstâncias em que mataram e desapareceram com nossos familiares, onde estão os corpos dos desaparecidos. Afinal temos direito a enterrá-los e queremos saber quem foram os criminosos e que sejam punidos, como qualquer um de vocês iria querer que o assassino do seu filho, do seu pai ou do seu tio fosse punido. É isso que queremos: justiça. Diferentemente dos nossos familiares, que queriam transformar o mundo, só queremos justiça. Digo "só" mesmo sabendo que para algumas pessoas isso é muito. O que define se é só ou se é muito é qual país queremos para os nossos filhos, para os nossos amigos daqui para a frente. O que posso afirmar com certeza - isso não vem apenas do coração, ou seja, não é uma palavra de revanchismo - é algo que digo depois de muito pensar: não há perdão, esquecimento e reconciliação se não houver justiça. Obrigado.

A Sra. Coordenadora - Muito obrigada, Edson Luís, pela exposição brilhante também. Gostaria de convidar a todos para fazerem uma visita à galeria de exposições da Assembleia, depois do ciclo de debates, a fim de verem a exposição dos 30 anos, com algumas fotos e charges do Lor, por exemplo, que fez a imagem genial que estamos utilizando. Ele cedeu os direitos autorais para a Assembleia fazer a divulgação do evento. Há também outras charges falando sobre a tortura no passado, no presente e sobre a herança que tivemos da ditadura. É realmente muito interessante; por isso vale a pena.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante daremos início à fase dos debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores, por escrito ou oralmente, mediante inscrições prévias, para agilizar os debates. Solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensadas as formalidades das saudações pessoais. Cada participante disporá de 3 minutos para sua intervenção, garantido o mesmo tempo para as respostas.

Informamos que a ata deste ciclo de debates, contendo a transcrição completa das exposições e debates, será publicada no diário oficial do Estado Minas Gerais, "Diário do Legislativo", na edição do dia 12/9/2009. Aos interessados em gravar em vídeo as reuniões do ciclo de debates, esclarecemos que não será possível fornecer cópias das gravações, razão por que haverá reprise do evento pela TV Assembleia. Atenção às datas e horários das reprises: dia 5/9, sábado, às 9 horas, a abertura, realizada no dia 27/8; dia 6/9, domingo, às 9 horas, a parte da manhã do dia 28/8; dia 7/9, segunda-feira, às 9 horas, a parte da tarde do dia 28/8.

Informamos ainda que a entrega do certificado será feita às 17h30min, no mesmo local do credenciamento.

Debates

A Sra. Coordenadora - Primeiro vou ler o "e-mail" do Eduardo Moraleida, que chegou aqui no início do evento: "Boa tarde; o tema é bastante pertinente, uma vez que, em Minas Gerais, atualmente se tortura por outros meios, além do já tradicional pau de arara. Tortura-se impondo o medo aos movimentos sociais organizados e às diversas categorias do funcionalismo público que enfrentam a Tropa de Choque nas ruas, como ocorreu semana passada; tortura-se quando não se cumpre a Lei Federal nº 11.738, de 2008, que estabeleceu o piso do professor; tortura-se quando o Estado não cumpre os 12% destinados à saúde; tortura-se quando a mídia é censurada ou é conivente - AI5 mineiro? -; enfim, tortura-se. Mas vamos à pergunta: Na Argentina, vários militares foram condenados por seus crimes durante a chamada Guerra Suja. O que tem sido feito no Brasil para que a anistia de fato venha a tornar-se ampla, geral e irrestrita, além, é óbvio, do atual evento na Assembleia?".

As perguntas serão respondidas em bloco. Inicialmente, com a palavra, o Sr. Betinho Duarte, para formulação de pergunta.

O Sr. Betinho Duarte - Boa tarde a todos. Sra. Maressa, gostaria de pedir um pouco de tolerância em relação a minha fala, quanto a um tempo maior. O Carlinhos, como qualquer político, sabe que 3 minutos só dão para informar nosso nome e alguma coisa mais. Faço esse pedido até porque eu tinha médico hoje, às 15h30min. Fiz um ultrassom na semana passada, em virtude de um caso um pouco grave, e levaria o resultado a esse médico. Nem tive tempo para desmarcar a consulta. Por isso, solicito um pouco de tolerância.

Quero elogiar o Andrey e o Edson. Até agora, pelo menos, desabafamos. Somos sobreviventes da luta contra a ditadura militar. Estamos desabafando desde o dia 4/8, com as comemorações e as manifestações. Hoje, aqui e agora, com os mais sofridos, como o Edson, tivemos uma aula, o que é importante. Como a pesquisa bem demonstrou, a grande maioria do povo brasileiro não sabe que houve ditadura neste país nem o que é anistia. Em nossos debates havia pessoas com menos de 30 ou 40 anos, sendo que a ditadura já tem 45 anos. Quem tem menos de 50 anos dificilmente sabe dessa história. Elogio os Srs. Andrey e Edson por suas explicações brilhantes. Estão de parabéns.

Quero referir-me à greve de fome do Movimento Feminino pela Anistia em Minas Gerais, representado pela Sra. Helena Greco. Eu, como Presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia, apoiei firmemente essa greve de fome. Fomos, juntamente com a Bizoca e outras pessoas, ao Rio de Janeiro apoiar companheiros que fizeram greve de fome, saudosos alguns. O José Roberto Resende Alves, que era de Belo Horizonte, já faleceu, assim como o Jimi e outros. Faço esse registro.

Hoje é o Dia da Anistia, e queria prestar uma homenagem a todas as mulheres brasileiras. Suzana, vocês podem dizer que estou fazendo um machismo ao contrário. Não é isso, quero prestar homenagem às mulheres brasileiras, que começaram o movimento pela anistia. Foram elas que levantaram essa bandeira. Acredito que, se não fossem elas, talvez ainda estivéssemos vivendo em tempos de ditadura. As mulheres são diferentes de nós, homens. Quando acerto - e, de vez em quando, o faço -, costumo dizer que tive intuição feminina. Foram as mulheres que saíram atrás de seus parentes. As mães saíram à procura de seus filhos; as esposas, de seus maridos.

Não foi o caso do meu pai, mas ouvi vários homens dizerem o seguinte: "Ele entrou, que se vire". As mães diziam: "Eu vou atrás de meu filho". Quando estive preso no Dops, falaram para eu não comer a comida dali, porque estava envenenada. Todo dia minha mãe levava marmitta para mim.

O meu pai acompanhava minha mãe, mas ia calado. Minha mãe ia todos os dias. Em Linhares, os presos políticos eram visitados todos os sábados por suas mães: D. Ondina; D. Dina, mãe do Fernando Pimentel; Ângela Pezutti e vários outras. Aquele momento era esperadíssimo, até pela mãe do Fernando, que faleceu recentemente, a D. Dina. Deputado João Leite, ela fazia coisas deliciosas, e todo o mundo lá atrás das grades ficava esperando a D. Dina, com suas guloseimas. Os presos políticos ficavam felizes da vida. Então, as mulheres brasileiras é que levantaram e honraram essa bandeira.

Este dia, dia 28, esta salva de palmas, este reconhecimento e este merecimento é para as mulheres. Não conheço nenhuma mãe que tem coragem de desamparar ou abandonar seus filhos. Bizoca, ontem queria ter feito uma pergunta à irmã da Valquíria; parece-me que a mãe dela já morreu. A Valquíria foi assassinada no Araguaia, e tenho certeza absoluta de que sua mãe, até a data em que faleceu, ainda esperava que a filha voltasse. As mães esperam os seus filhos voltarem. Isso me deixa muito emocionado. Então, as nossas homenagens às mulheres brasileiras.

Deputado João Leite, quero abordar outro ponto que pensei ter superado, mas infelizmente não consegui. Assim, talvez eu tenha de fazer análise ou qualquer outra coisa. Quando eu fazia alguma reunião, lamentava com os presentes a ausência de outras pessoas. Suzana, achei que havia superado essa situação, que, para mim, era um desrespeito com as pessoas que estavam presentes. Quero fazer um lamento agora, já que estou revelando que não superei isso. Estou lendo aqui o caderno da **Assembleia Legislativa** e lamento que parte da Bancada do PT tenha marcado uma reunião com o Ministro da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial exatamente neste horário. Temos aqui a informação de que a Comissão de Participação Popular discute o Plano de Igualdade Racial com o Ministro que esteve aqui, no Plenário, e já foi nominado por V. Exa. Esse requerimento foi feito pela Deputada Maria Tereza Lara e pelos Deputados André Quintão, Almir Paraca e Carlos Gomes. Deputado João Leite, como se sabe, o ano tem 365 dias. Então, pergunto: Será que não havia outro dia para convidarem o Ministro para vir aqui? Hoje é dia 28!

Deputado João Leite, fico também perplexo porque a **Assembleia Legislativa possui** 77 Deputados, mas compareceram aqui, até agora, apenas o Deputado André Quintão, que abriu o ciclo de debates, o Deputado Durval Ângelo, é claro, já que seu gabinete se envolveu completamente neste evento, V. Exa. e o Deputado Carlin Moura. A Deputada Cecília passou por aqui. E os outros Deputados? Aliás, fiquei sabendo que ontem um Deputado protestou contra a realização deste evento nesta Casa. Lamento isso porque a presença deles seria importante neste maravilhoso debate.

O Sr. Presidente - Betinho Duarte, se me permite. A Comissão de Participação Popular, da qual eu e o Deputado Carlin Moura somos membros, está realizando agora esse encontro com o Ministro. Hoje, pela manhã, a referida Comissão foi à Fafich, realizar uma reunião extraordinária. Na próxima segunda-feira, haverá outra reunião extraordinária. Há grande demanda para a Comissão de Participação Popular, e deve ser assim mesmo.

Quando o Presidente de uma comissão tem de apreciar e votar requerimentos, procura votá-los nos dias em que não houver Plenário ou outras comissões, já que participamos de mais de uma comissão na Assembleia Legislativa. Hoje mesmo há comissões que estão viajando para fazer audiência pública.

Tenho certeza de que o Presidente da Comissão de Participação Popular, o Deputado André Quintão, gostaria de estar aqui, assim como outros Deputados que também estão envolvidos com os trabalhos da Assembleia. Eu e o Deputado Carlin Moura estamos aqui e o Deputado André Quintão está lá, presidindo a sua reunião, mas tenho certeza de que não há, por parte dos Deputados, essa questão da prioridade. O que existe é uma agenda da Assembleia, que nos obriga a isso. Eu só gostaria de dar essas informações.

O Deputado Carlin Moura - Sem querer polemizar, existe uma importante frente parlamentar de promoção da igualdade racial, que tem uma ampla participação da sociedade civil. Aliás, essa frente está muito mobilizada, até em função da recente Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Além disso, coincidiu o fato de hoje, em Belo Horizonte, pela manhã, haver uma agenda do Ministro da Promoção da Igualdade Racial. O Ministro foi convidado a pedido dessa frente, numa infeliz coincidência, porque esse também é um tema de fundamental importância.

O segmento afro-brasileiro talvez seja a principal vítima dessas zonas de não direito, herança maldita desse sistema que vem de longos anos. Penso que essa é uma informação importante.

O Sr. Betinho Duarte - Tudo bem. Como eu falei, o que sinto faz parte da dificuldade que tenho de superar, por isso levantei essa questão, mas acredito que ainda terei algum tempo de vida e, provavelmente, irei superá-la.

Estamos falando do direito à memória, e recebi a informação do Edson, nosso convidado especial, de que o assassino, o bandido Curió, está depondo hoje em Brasília e, pasmem, em segredo de justiça. Queremos saber a verdade, mas o Curió, que assassinou no Araguaia dezenas de

pessoas, até cortando suas mãos e cabeça, está depondo em segredo de justiça.

O Ministro Nelson Jobim está dizendo que a questão da anistia foi um grande acordo, mas só se foi um acordo com ele, porque só ele fez acordo com os torturadores. Nós, que estamos aqui presentes, nunca fizemos acordo nenhum com nenhum torturador, bandido ou assassino. E agora, Deputado João Leite, ele está depondo em segredo de justiça. Que segredo de justiça é esse? Queremos a verdade, mas, provavelmente, são versões que irão vazarem. Procuramos a verdade, e é só a verdade que interessa.

O terceiro ponto que me preocupa muito diz respeito ao recurso feito ao STF sobre a questão da punição aos torturadores, que está nas mãos do Ministro Gilmar Mendes. Todo o mundo conhece o Ministro Gilmar Mendes; e o que podemos esperar desse Ministro Gilmar Mendes? Eu, pelo menos, não espero nada, ou melhor, espero muita coisa: as palhaçadas e as trapaças que ele vem fazendo ao longo dos anos. Devemos ficar vigilantes, porque essa questão está sendo julgada pelo Ministro.

Vamos à pergunta, porque eu já me estendi. Obrigado, Deputado João Leite, pela paciência.

O Sr. Presidente - Paciente é a coordenadora. Gostaria de ressaltar a presença da Deputada Cecília Ferramenta.

O Sr. Betinho Duarte - Correto. Ela acaba de chegar, mas já esteve aqui conosco. A minha pergunta é sobre a questão da punição aos torturadores. Tenho aqui a relação dos torturadores mineiros, que gostaria de ler para os senhores: Aécio Flávio Silveira Coutinho, Ariovaldo da Hora, Cláudio Guimarães, Davy Hazan, Dolabela, Valdir Teixeira Goes, Marcelo Paixão de Araújo, que, graças a Deus, Deputado João Leite, já morreu, deve estar lá no inferno, provavelmente revezando-se com o demônio: ora um tortura, ora o outro. A pessoa que me prendeu é Thacir Menezes Sia. Por outro lado, tenho aqui a relação daqueles que estavam na reunião e não só aprovaram como também assinaram o AI-5, que foi o golpe no golpe. O AI-5 foi a ordem para exterminar os opositores da ditadura militar. Na verdade, eles já vinham exterminando, mas ele sacramentou a decisão - tenho até documentos que já li e não lerei novamente - de exterminar os opositores, ou seja, assassinar todos. Estavam presentes 10 Oficiais-Generais nessa reunião do AI-5: Augusto Hamam Rademaker, Ministro da Marinha; Aurélio de Lira Tavares, Ministro do Exército. Estou ficando com a boca seca. Se o cerimonial puder me trazer um copo de água - porque não consigo falar quando fico emocionado, Deputado João Leite. Obrigado.

Continuando: Márcio de Souza Mello, Ministro da Aeronáutica; Afonso Albuquerque Lima, Ministro do Interior; Emílio Garrastazu Médici, que já estava fazendo escola, porque era Chefe do SNI; Alte. Adalberto de Barros Nunes, Chefe do Estado-Maior da Armada; Gen. Adalberto Pereira dos Santos, Chefe do Estado-Maior do Exército; Gen. Orlando Geisel, que é o irmão - o Ernesto foi o ditador, mas o Orlando deve ter auxiliado o irmão; Ten.-Brig. Carlos Alberto Huet Sampaio, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica; e Gen. Jayme Portella, Chefe da Casa Militar. Eram três oficiais da reserva: Mário David Andreazza, construtor da Ponte Rio-Niterói - depois, até podemos falar sobre como foi construída essa ponte: falam que hoje existe corrupção, Deputado João Leite, mas, naquela época, a corrupção era muitas vezes maior; havia, entretanto, censura à imprensa, e ninguém denunciava -; Jarbas Passarinho, naquela época Ministro do Trabalho e da Previdência Social. Trouxe um recorte de jornal para mostrar: ele escreve em todos os jornais do Brasil. No maior jornal de Minas Gerais, ele escreve na página "Opinião", como se fosse um grande democrata. Porém, ele votou e assinou o AI-5. Continuando: José Costa Cavalcanti, Ministro das Minas e Energia; Pedro Aleixo, que estava lá, mas parece-me que ele, na verdade, não votou, não é isso? Que eu saiba, ele foi até contra, parece-me que ele se absteve. Não sei, mas, no final...

O Sr. Edson Luís de Almeida Teles - Ele assinou.

O Sr. Betinho Duarte - Ele assinou. No final havia um voto dele, Deputado João Leite, porque, entre ser contra e assinar, o que vale é a assinatura, não é isso? Continuando: José Magalhães, que, à época, era Ministro das Relações Exteriores; Antônio Delfim Neto, que hoje, dizem, está assessorando a equipe econômica do Lula - ele estava lá, votou e assinou -; Leonel Miranda, Ministro da Saúde; Tarso Dutra, Ministro da Educação; Hélio Beltrão, Ministro do Planejamento; Carlos de Simas, Ministro das Comunicações; Rondon Pacheco, Chefe da Casa Civil; e Luís Antônio Gama e Silva, Ministro da Justiça.

Falei dos bagrinhos, dos bandidos, dos assassinos, dos torturadores de Minas Gerais. Pergunto à Mesa: esses que assinaram o AI-5, caso a punição venha, serão punidos? É essa a pergunta que quero fazer à Mesa.

Esses, como o bandido Fleury e o Cb. Anselmo, cujo caso relatei hoje cedo, sujaram as mãos, João Leite; têm as mãos sujas de sangue. Como se vê na pág. 109 do livro que está à venda ali fora, o Cb. Anselmo era casado com a paraguaia Soledad. Na verdade, ele entregou e torturou a própria esposa, que estava grávida dele, e ela foi encontrada, toda deformada, dentro de um barril, ao lado do feto. Quer dizer, ele assassinou a esposa e o filho, já que o feto estava no fundo do barril. Então, a minha pergunta é se, além dos bagrinhos, dos casinhos, esses que sujaram suas mãos serão punidos.

A Sra. Coordenadora - Obrigada, Betinho, pela participação. Antes de ler as outras perguntas e facultar a palavra aos demais participantes, poderíamos responder às duas perguntas que foram feitas - a primeira, enviada por "e-mail", sobre o que tem sido feito no Brasil para a real anistia, ampla e irrestrita; a segunda, posta pelo Betinho, sobre a responsabilização dessas pessoas que continuam na ativa.

O Sr. Andrey Borges de Mendonça - Em relação ao que já foi feito, sempre que converso com a Eugênia Fávero e o Marlon, colegas em São Paulo, eles me dizem que ainda há muito a se fazer. Realmente, ao menos no âmbito do Ministério Público Federal, ainda vislumbro muitas medidas a serem tomadas. Mas algumas ações já foram propostas.

No âmbito penal, essas tentativas, infelizmente, ainda não foram adiante por alguns motivos, entre eles o entendimento dos próprios colegas de que a punição não seria mais possível. Infelizmente, no caso do Vladimir Herzog, ele foi representado para que um colega Procurador da República de São Paulo denunciasse, mas ele entendeu que não seria mais possível e pediu o arquivamento do feito. Fato é que há a independência funcional. Mas ainda há muita coisa a ser feita no âmbito penal, especialmente em relação ao Araguaia, até quanto à prescrição - acho que a decisão do Supremo vai facilitar essas medidas.

Quanto às ações que o Ministério Público Federal apresentou, foi proposta uma primeira ação contra as pessoas que comandavam o DOI-Codi em 1970 - o Cel. Brillante Ustra e o Aldir Maciel -, tentando responsabilizá-los civilmente pelos crimes, para que perdessem os cargos e fossem condenados a pagar indenização. Depois, o Ministério Público começou a propor ações individuais sobre as mortes, também no âmbito civil. Propôs uma ação contra as pessoas que mataram Manoel Fiel Filho, mas infelizmente a Juíza, em uma decisão de meia página, extinguiu o processo, também por questões formais. Estou referindo-me à esfera do Ministério Público; no âmbito das famílias, acho mais adequado que o Edson se manifeste. Mas muito ainda precisa ser feito. Em Uruguiana, há um inquérito policial, no âmbito da Polícia Federal, para apurar-se uma das condutas da Operação Condor. Esse inquérito está em tramitação na Polícia Federal do Rio Grande do Sul, mas ainda não há ação penal nem, infelizmente, condenação dessas pessoas.

Sobre as considerações do Betinho, também me parece necessária a punição dos que eram coordenadores dessas ações, das pessoas realmente graúdas, digamos. O problema é que temos um devido processo legal, em que se exigem provas. A situação é difícil, porque sabemos que eles tinham conhecimento do que acontecia, mas às vezes não temos uma prova documental ou testemunha que o confirme e

ainda não temos acesso aos arquivos para que isso fique claro. Esse me parece o maior problema. Mas, se surgirem provas de que as ordens partiram deles ou de que eles tinham consciência das ordens e nada fizeram, parece-me que é possível a responsabilização e que os que estão vivos devem ser responsabilizados no âmbito penal.

O Sr. Betinho Duarte - Deputado João Leite, hoje de manhã, citei uma passagem do livro de Elio Gaspari:

"- Pegaram alguns?, perguntou Geisel.

- Pegamos, pegamos. Foram pegos quatro argentinos e três chilenos, respondeu Pedrozo.

- E não liquidaram, não?

- Ah, já, há muito tempo. É o problema, não é? Tem elemento que não adianta deixar vivo, aprontando. Infelizmente, é o tipo da guerra suja em que, se não se lutar com as mesmas armas deles, se perde. Eles não têm o mínimo de escrúpulo.

- É, o que tem que fazer é que tem que nessa hora agir com muita inteligência, para não ficar vestígio nessa coisa, falou Geisel". Está aqui.

O Sr. Andrey Borges de Mendonça - O único problema em relação ao Geisel é que ele já morreu. Em relação aos demais, se houver provas documentais, é possível e necessária essa punição.

O Sr. Edson Luís de Almeida Teles - Começaria pela questão em debate, a dos bagrinhos e bagrões, de quem poderia ser processado. Está havendo em São Paulo um evento sobre os 30 anos da anistia, no qual o Sr. Peter Kornbluh, um norte-americano estudioso dos arquivos da CIA, nos Estados Unidos, mostrou uma carta do governo brasileiro que passou pela Operação Condor, dos países da América do Sul, de repressão aos opositores. A carta é do começo dos anos 70 e se refere a uma reunião entre Médici, Orlando Geisel, Gal. Bandeira e outro oficial de cujo nome não me recordo, na qual decidem que, a partir de então, não podia mais haver mortos, só desaparecidos. Isso está em um documento encontrado em Washington, nos arquivos da CIA. Ou seja, vergonhosamente, o Brasil não está tomando nenhuma atitude para punir os de Belo Horizonte, muito menos os que coordenaram essas ações.

Retomando a primeira questão, que chegou por "e-mail", além dessas iniciativas do Ministério Público, há algumas que partem das famílias, que são as ações civis declaratórias, que pedem a declaração de responsabilidade do Estado pelos crimes. A primeira ação desse tipo ocorreu durante a ditadura, da Clarice Herzog, sobre o assassinato de Vladimir Herzog, por cujo crime o Estado foi declarado responsável.

Como parte da família Almeida Teles, entramos com um processo que exigia a declaração do Estado brasileiro, por parte da Justiça, de ter sido o Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, Comandante do DOI-Codi de São Paulo, o torturador da família no começo dos anos 70. Foi a primeira ação que pedia não a responsabilização do Estado, mas a responsabilização de um sujeito. Alguém manda as pessoas torturarem, alguém faz essa tortura. Entramos com essa ação em 2005, ela foi aceita pelo Tribunal de Justiça em 2006, e, em 2007, saiu a sentença final, que condenou o Cel. Ustra como torturador da família nos anos 70. Uma das suas alegações para que o processo não prosseguisse foi não em relação à acusação em si, mas de que estava apenas recebendo ordens. De certa forma, na própria defesa ele já assume a responsabilidade. Ele não disse "eu não fiz isso", ainda que tenha alegado isso na mídia várias vezes. Na alegação judicial, ele apelou ao ordenamento jurídico que diz que ele era um militar e estava preso a uma hierarquia e que só recebeu e cumpriu ordens.

Se começarmos a pegar esses que torturaram em Belo Horizonte, um Curió, não só para ouvi-lo, mas para processá-lo, chegaremos aos Generais que deram essas ordens. Mais do que isso: se o Brasil não tiver vergonha na cara e não fizer isso, eles podem ser presos em viagens ao exterior. Assim aconteceu com Pinochet e com Fujimori. Aposto que senhores como Curió morrem de medo de sair do Brasil, porque este é o país da impunidade, mas outros países não lhes garantem isso.

Também gostaria de lembrar-lhes e lhes pediria a maior atenção a uma questão. Nos meses e dias seguintes a esta comemoração, aparecerá na imprensa o caso do Araguaia. Em 1982, os familiares dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, que ocorreu entre 1972 e 1974, no Sul do Pará, na região do Rio Araguaia, entraram com um processo exigindo da Justiça a verdade sobre as circunstâncias da morte e desaparecimento dos seus familiares e a localização dos restos mortais. A Justiça brasileira já é lenta. Nos casos de direito à verdade sobre os crimes da ditadura, é muito lenta, como eu já disse sobre a transição brasileira. A sentença final sobre esse caso saiu só em julho de 2007, sem possibilidade de recursos. Foi dado à União o prazo de 120 dias para a execução da sentença. Até o começo de 2008, era para esses familiares estarem com a verdade histórica sobre os fatos e os restos mortais dos seus parentes. Isso não é nada impossível, porque já viraram corpos sem vida, pois algum militar os matou. O próprio Curió já confessou que matavam e decapitavam essas pessoas, e que elas foram jogadas em alguns lugares específicos na época da guerrilha. Depois, houve uma operação-limpeza que retirou esses corpos e os levou para outros lugares, para que, em democracia, não se soubesse o que o Exército brasileiro tinha feito no Sul do Pará.

A operação-limpeza desses crimes foi cometida por mãos humanas. Essas pessoas eram Soldados, Oficiais de baixa e média patente. Eles têm idade suficiente para hoje estarem aqui como qualquer um de nós, falando e gozando de boa saúde; bastaria a Justiça brasileira convocá-los. Essas foram ações coordenadas pelo Exército brasileiro, portanto todas estão documentadas, e é possível exigir essa localização.

Estamos em 2009, e, até abril deste ano, nada havia sido feito para a execução dessa sentença. Acontece que os familiares, autores dessa ação, recorreram à OEA, da qual o Brasil faz parte e é signatário dos seus tratados. A mesma Organização, que derrubou a Lei da Anistia no Peru e colocou limites à Lei de Autoanistia no Chile, acatou o pedido dos familiares para que esse caso fosse julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA, porque o Estado brasileiro não cumpria o que havia sido determinado por seus tribunais. Ou seja, nacionalmente, quando se esgotam as possibilidades, pode-se recorrer a uma corte internacional, e foi isso que esses familiares fizeram.

O Brasil virou réu. Ele é réu nesse caso de graves violações aos direitos humanos. Isso aconteceu em março deste ano. Não por coincidência, mas por motivos óbvios - pela abertura desse processo na OEA -, o Estado brasileiro resolveu executar a sentença de 2007, que era para ter sido cumprida até o começo de 2008, só um mês depois de aberto o processo na OEA. Montaram uma comissão do Poder Executivo para fazer as buscas na região do Araguaia.

E, vocês, pasmem! A quem eles entregaram a coordenação dessa comissão? Vocês imaginam? Entregaram-na a um General do Exército brasileiro, exatamente àquela parte que entra como réu no processo, ou seja, que é diretamente interessada nos resultados dessas buscas. Não estou dizendo aqui que os militares não poderiam participar disso. Mais que isso, eles deveriam pedir desculpas pelo que fizeram, e colocar toda a sua infraestrutura para achar esses corpos, mesmo porque são eles que têm esses arquivos. Na medida em que as Forças Armadas brasileiras nunca pediram desculpas, ao contrário, é recorrente o seu discurso de que o que fizeram foi muito benfeito e que repetiriam, sem problemas, se preciso fosse. É um absurdo total que seja entregue a um General o comando dessas buscas. Diga-se de passagem, esse General, quando tomou posse na 23ª Brigada, que comanda e que é sediada em Marabá, local da guerrilha do Araguaia, quartel que comandou a repressão à referida guerrilha, este mesmo General, no ano passado - não foi em 1960, 1970, 1980 -, rasgou elogios à ditadura militar e à ação dos militares de caçar, matar e prender subversivos, segundo ele. Portanto é a esse General que o Estado brasileiro entregou as buscas

da verdade sobre o caso. O problema do Estado brasileiro é que esse caso está na OEA, e, se o Brasil for condenado, provavelmente a primeira sentença de condenação será: a sua lei de anistia, Brasil, não vale; os seus torturadores devem ser julgados e, se não o fizerem, serão considerados criminosos em qualquer parte do mundo. Mais que isso, qualquer intenção do Estado brasileiro de entrar, por exemplo, no Grupo dos 20, no Grupo dos 10, ou qualquer um desses grupos internacionais, ou no Conselho de Segurança da ONU, pode ser barrada, se o Brasil for condenado por graves violações aos direitos humanos.

Em minha primeira fala, referia-me àquela herança que recebemos da ditadura. Vejam que ela se mantém até quando se mascara uma tentativa, uma possibilidade de execução do direito à verdade. Não poderia deixar de citar o porquê de tudo isso. Por que esse Estado Democrático, governado pela esquerda brasileira, aquela que era a nossa esperança de se obter essa verdade histórica, parte para esse tipo de ação? Há um evento ocorrido há 30 anos, e que se repete hoje, o qual marca muito essa herança. Como eram esses atos institucionais? Como eram os atos da ditadura? Uma de suas características era ser secreto. Criavam artigos para a lei brasileira que eram secretos, tão secretos quanto o foram os atos secretos do Presidente do Senado. E quem era o Presidente do partido do governo quando foi votada essa Lei da Anistia, proposta pelo Gen. Figueiredo? José Sarney; o mesmo responsável pelos atos secretos de hoje, no Senado brasileiro. Ou seja, não basta o direito à verdade, e é a isso que precisamos chegar: não basta. E é o que a OEA mostrará ao Estado brasileiro, caso não faça nada. Nós precisamos punir os responsáveis por esses crimes e necessitamos reformar as nossas instituições.

A Sra. Coordenadora - Lerei mais duas perguntas. A primeira é do Ricardo Henrique para o Andrey: "Tive um irmão que foi preso por desacato a autoridade em agosto de 1980, e até hoje não reapareceu. Com certeza foi morto. Esse crime já prescreveu?". A segunda pergunta é da Vanda, dirigida à Mesa: "Atualmente, até que ponto os militares, especificamente, exercem censura aos familiares e vítimas da ditadura? É de maneira incisiva, direta?".

O Sr. Andrey Borges de Mendonça - Meus pêsames ao Ricardo Henrique, pelo irmão. Certamente o crime de desaparecimento do seu irmão não está prescrito, Ricardo, porque essa decisão do Supremo, que mencionei, foi tomada há menos de um mês. E diz-se que nessas hipóteses em que há desaparecimento, enquanto o corpo não reaparecer, não se inicia a contagem do prazo prescricional para o crime. Só quando o corpo aparece é que começa a contar o prazo prescricional, que, no caso do homicídio, são 20 anos, e há também a conduta do sequestro. Então, a conduta do desaparecimento do seu irmão não está prescrita. Nesse caso, como é posterior à Lei de Anistia, não há que se falar em aplicação dessa lei, embora o Superior Tribunal Militar a tenha aplicado de maneira totalmente equivocada. Eles aplicaram a Lei da Anistia para fatos que ocorreram após essa lei, como no caso do Riocentro, o que era totalmente equivocado. Vê-se aí como há uma distorção dessa lei. Aliás, em relação à extradição do Maj. Cordeiro para a Argentina, que expus para vocês, um dos Ministros do Supremo negou a extradição sob o argumento de que aquele fato praticado na Argentina teria sido abarcado pela Lei de Anistia. Vejam o absurdo: além de aplicarem a Lei de Anistia no Brasil, queriam aplicar também extraterritorialmente, assegurando assim a impunidade em todo o mundo. Aí se vê como a Lei de Anistia é deturpada. Certamente os interesses que estão por trás é que levam a esse tipo de interpretação equivocada.

Então, Ricardo, o que sugiro em relação ao seu irmão - não sei se há uma apuração - é que você faça uma representação. Todo cidadão tem direito de fazer representação aos órgãos públicos. O Ministério Público Federal pode receber essa representação e tomar as providências cabíveis, caso entenda dessa forma. A competência é federal, pois, nesse caso, a atuação era do Exército, que coordenava essa atuação repressiva. Em razão disso, o nosso entendimento é que a competência seja federal. Sugiro, então, não apenas ao Ricardo, mas a todos aqueles que têm algum parente desaparecido ou provas relacionadas à época da ditadura, que são testemunhas, que tiverem interesse, que compareçam ao Ministério Público ou poderão entrar em contato pelo "e-mail" andreyborges@yahoo.com.br, que darei maiores esclarecimentos.

Os interessados também podem procurar o Ministério Público Federal da sua cidade. Posso fazer esse encaminhamento formal.

Em relação à pergunta sobre a força que os militares exercem sobre as famílias, o Edson tem mais gabarito para respondê-la, mas posso afirmar que, ao contrário do que muitos pensam, os militares têm muita força. Alguns pensam até que não teriam força para tomar o poder. O Edson mencionou muito bem o artigo da Constituição que dá uma margem. Se levantarmos a cabeça para a América Central, identificaremos o que está acontecendo em Honduras, país que passou por um regime ditatorial e sofreu um golpe.

Uma das medidas da transição é justamente evitar a repetição. Por isso, é importante que as pessoas não estejam na ativa. Os militares devem ser expurgados dos órgãos públicos.

Estamos falando das vítimas. De modo geral, os militares ainda têm poder nos bastidores. Tanto é verdade que há uma convenção da OEA que trata dos desaparecidos forçados e diz expressamente que, nesses casos, o crime é imprescritível, o que significa que a prescrição só começa a contar quando o corpo aparece. O ordenamento nacional estabelece isso, e o Supremo decidiu nesse sentido. Mas havia certa divergência quanto a essa decisão, justamente por pressão dos militares. Não sou eu quem diz isso, mas o Belisário dos Santos Júnior, ex-Secretário do governo de São Paulo. Ele diz que esse tratado de desaparecimento dos forçados não foi incorporado até hoje, embora o Brasil o tenha assinado em âmbito internacional, em virtude da pressão dos militares.

O Sr. Edson Luís de Almeida Teles - De certa forma, já falei sobre esse excessivo poder que os militares ainda detêm sob a democracia. Parece que a pergunta se relaciona também à censura.

Retomaria uma outra questão porque é muito importante que fique clara: uma das maiores censuras dos militares à democracia brasileira é a não abertura dos seus arquivos. Alguns arquivos de Dops estaduais foram abertos, com deferências, pois, às vezes, apenas os familiares, as pessoas diretamente citadas ou os pesquisadores tiveram acesso às informações. Recentemente, o arquivo do CNI foi entregue à Biblioteca Nacional, salvo engano, do Rio de Janeiro. Um Ministro citou que, a partir de então, os arquivos da ditadura haviam sido abertos. Essa não é a absoluta verdade. Ainda não foram abertos os arquivos das Forças Armadas. Há alegações na mídia de que não existem arquivos, que os militares não anotaram as ações criminosas e de guerra, como no Araguaia, ou simplesmente eliminaram, queimaram os arquivos. Isso parece uma grande falsidade, assim como querem falsear a história do Brasil.

Imaginem uma instituição tão hierarquizada como a militar, na qual você não tem como passar uma ordem de um segmento a outro se não for por escrito, se não estiver registrada, se não houver um modo claro, ainda que codificado por militares, de transmissão dessas ordens. Então esses arquivos existem. Foram queimados na transição, assim como podem ter limpo o Araguaia em relação aos restos mortais? Pode ser, porém a Constituição Brasileira diz que, além desses arquivos terem de ser públicos, aquele que por algum motivo provocar danos a eles estará incorrendo em crime. Então, se algum militar está assumindo que queimou arquivos, cabe ao Ministério Público, ao próprio Estado brasileiro processá-lo, porque é crime queimar arquivos do Estado. De qualquer forma, não acredito nessa versão. Vemos o Curio aparecendo com vários arquivos militares da época da guerrilha. Esses arquivos estão aí. Podem não estar mais naquele arquivo metálico, dentro do quartel, na salinha do Comandante, mas eles existem, e essa é a maior censura que os militares ainda fazem à sociedade brasileira.

A Sra. Coordenadora - Agora vou abrir a palavra às perguntas orais das três últimas participações que temos aqui. Primeiro, o Deputado Carlin Moura, depois, o Francisco e o Leonardo Pérciles.

O Deputado Carlin Moura - Primeiramente gostaria de destacar que a composição da Mesa hoje, especialmente dos dois debatedores, o Dr. Andrey e o Sr. Edson, é a junção de um movimento de mão dupla, convencer o mundo jurídico de alguns princípios e a própria sociedade. É

fundamental deixar claro, e de forma pedagógica, que a anistia é para a pessoa que cometeu crime político, e não para o agente público do Estado que praticou ato que lesa direito humano, que tortura. A tortura não é crime político, é crime contra a humanidade. É muito importante que a sociedade, como um todo, compreenda isso. Só assim vamos consolidar uma visão no mundo jurídico. Todos os tratados internacionais que dizem respeito à anistia - a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o Tratado de Nuremberg, o de Roma - sempre tiveram essa visão. O Brasil criou essa questão da alta anistia.

Uma segunda coisa é o direito à memória, o direito à verdade, fundamental para se consolidar a democracia. O Brasil está vivendo sua redemocratização, o maior período ininterrupto de vida democrática. Temos 21 anos de redemocratização, o que ainda é recente. Então é preciso garantir que o direito à verdade e o direito à memória sejam exercidos, porque sem isso não se constrói uma democracia. Não se pode trabalhar democracia com tabus. A democracia não admite tabus. Imaginem vocês, seus familiares, os militantes de partidos políticos... Sou militante de um partido político, com muita honra, sou militante do PCdoB. Tenho como referência essa juventude que um dia largou tudo para lutar no Araguaia. Tenho o direito de saber o que levou ao assassinato, à tortura, à barbárie contra esses jovens, contra essas pessoas que acreditaram num país melhor, que lutaram contra um regime opressor. É fundamental que a sociedade brasileira compreenda isso, pois só assim teremos o mundo jurídico assimilando essa visão.

Quero direcionar minha pergunta ao Dr. Andrey, com o objetivo de apertar um pouco mais as instituições Ministério Público Federal e Procuradoria da República. Sei que o senhor não está aqui para representar essa instituição, mas, ao ouvir a fala do Edson, percebemos muito claramente que hoje a sociedade civil está um passo à frente do ponto de vista da defesa desses direitos. Temos a atuação da comissão dos familiares. Parece que deram um passo bem mais à frente. Quero referir-me a dois aspectos emergenciais, mas não menos importantes. O primeiro diz respeito à abertura dos arquivos, e o segundo ao direito de encontrar os corpos, especialmente no Araguaia, onde acredito haver maior número de pessoas não identificadas. O que a Procuradoria da República tem feito em relação a esse aspecto? Sei que o Dr. Andrey é um estudioso do assunto, mas gostaria de saber essas informações do ponto de vista institucional. No mais, quero dizer que esse seminário realizado pela Comissão de Direitos Humanos é fundamental, pois dá uma grande contribuição à nossa verdadeira democracia, que só será consolidada com o amplo direito à verdade, à memória e ao combate aos tabus estabelecidos nos últimos anos.

O Sr. Francisco de Assis Alves - Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado João Leite. Tinha muitas coisas a falar, mas já fui muito contemplado aqui hoje. Sou anistiado. Fui preso político de 1969 a 1971. Estamos resgatando o que aconteceu com a nossa favela na Av. Raja Gabaglia, onde está o quartel do Exército, o Departamento de Polícia Federal e o Clube do Exército. Tudo ocorreu ali. Sairá um pouquinho dessa história no jornal de esquerda "A Verdade". Sou militante de esquerda desde os 16 anos.

Gostaria de deixar um pedido aos Deputados Carlin Moura e João Leite. Precisaremos de pelo menos 200 exemplares desse jornal para levarmos para as famílias que viveram ali e que ainda têm alguns parentes vivos. O objetivo é que eles possam ler um pouquinho dessa história, que foi editada pela Fafich. Eles começaram em 1967, mas não puderam terminá-la. Essa história conta 99% do que passamos ali, cercados. Vivemos ali como num campo de concentração.

Deixo um pedido registrado: precisaremos de 200 exemplares a R\$1,00 cada. Como nós, anistiados, nunca temos emprego em Belo Horizonte, também não temos dinheiro para comprar esse jornal. Quero saber se posso voltar aqui no mês que vem, quando saírem os exemplares. Quando o Deputado João Leite foi candidato a Prefeito, tive o privilégio de ser candidato a Vereador. Pelo fato de ter sido um preso político, não pude concorrer à eleição. Ou seja, concorri "sub judice". Estou protestando aqui, mas isso já passou. Não fiz uma campanha, mas, ainda assim, tive 1.414 votos. Agradeço a todos a oportunidade.

O Sr. Leonardo Pérciles - Boa tarde a todos os componentes da Mesa e aos demais presentes. Já falei pela manhã. Sou Diretor da União Nacional dos Estudantes - UNE - e militante do Partido Comunista Revolucionário.

Saúdo os representantes da Mesa por suas exposições que serviram para elucidar vários fatos e pontos importantes para nós. Antes de fazer a pergunta, gostaria de fazer algumas considerações. A primeira diz respeito à importância de, ao falarmos em ditadura, ressaltarmos o motivo de ela ter surgido, pois há muitas pessoas que não sabem.

A ditadura veio para impedir o avanço dos movimentos sociais organizados, impedir que a luta revolucionária que estava em curso no nosso Brasil desde a década de 50 até início da década de 60 revertesse o rumo que o Brasil sempre teve nos 500 anos de exploração aqui. Ou seja, que o povo assumisse o poder. Efetivamente, foi para garantir que os grandes monopólios, que a grande burguesia, que os ricos deste país continuassem dominando e explorando, como fazem até hoje. É importante ressaltar isso. Houve ditadura por causa disso, ela foi articulada pelas grandes burguesias para impedir o avanço da luta do povo brasileiro.

A outra coisa é a importância de como ela foi derrotada. Isso também é fundamental. Efetivamente, sou capaz de questionar o que aconteceria se não tivesse havido a luta armada, tamanha a sua importância, pois os companheiros que participaram, que foram mostrados no vídeo, têm muito orgulho de falar sobre isso. Aliás, essa luta armada em que vários camaradas foram eliminados deu condições para mudança da correlação de forças. Então, a luta armada dos anos 60 e 70 foi determinante para que, no final dos anos 70, o povo começasse a se rearticular e conseguisse derrotar a ditadura nas ruas. Isso porque, embora o Geisel e outros falassem que haveria uma abertura gradual, quem derrotou a ditadura foi o povo, nas ruas. Foram milhões de pessoas, em manifestações, na luta, para poder derrubar a ditadura militar. A reconstrução da própria entidade de que participo tomou parte, com 10 mil estudantes, debaixo da ditadura militar, em Salvador, mesmo sem a ditadura permitir. Houve movimentos de várias entidades, greves dos trabalhadores. A ditadura não permitia, mas aconteceram movimentos, e a ditadura foi derrubada. Creio que também é importante ressaltar isso.

Outra coisa é quanto ao esquecimento, que foi apresentado. Acredito que o esquecimento não é natural. Ele é imposto, principalmente pelos grandes meios de comunicação. E sem maniqueísmo. Efetivamente isso acontece, é organizado para que as pessoas não tenham memória. Por que não se ensina quem foram esses grandes camaradas, apresentando-os nos "banners" nas escolas? Deveriam ensinar a história de cada um. Os estudantes deveriam ter acesso e saber quem foram essas pessoas. Todas as praças, ruas, em todos os lugares desse Brasil deveria haver fotos, imagens desses companheiros, para que ninguém esqueça isso que aconteceu em nosso país. Porém, isso é organizado para não acontecer. E ainda, em relação à memória, é importante ressaltar que a ditadura militar não foi só essa de 1964. Não, houve outras. Também o Estado Novo, recentemente. Em termos de história, houve o Estado Novo, houve tortura, houve prisão, houve perseguição ao movimento de esquerda e também ao povo brasileiro, efetivamente. Quando os companheiros falam sobre nome de ruas, vale lembrar nome de escolas, de torturador, o que é impressionante. Não só de torturadores da ditadura militar de 1964, mas também do Estado Novo. Lembro-me de que vi uma escola cujo nome era Filinto Müller, em São Paulo. Aliás, os estudantes estavam-se organizando para mudar o nome da escola. Não faz sentido uma escola, um espaço do saber, ter o nome de torturador, de ditador.

Para finalizar, em relação à memória, importante também é a questão da impunidade. Esse fator organizado fez com que a impunidade continuasse. Creio que essa impunidade no nosso país alimenta, dá as condições para que hoje continuemos tendo tortura, prisões e mortes de pessoas, organizadas pelo Estado brasileiro. E isso é, efetivamente, uma violência contra os pobres, contra os trabalhadores. Agora a minha pergunta à Mesa. Efetivamente o povo, por intermédio dessas mobilizações, conseguiu gerar as condições para que tivéssemos um Presidente operário, o Lula, e um governo aparentemente de esquerda. Pelo menos foi eleito com essa posição. Ficamos estarelecidos porque cada posição do governo é contrária, muitas vezes, ao que historicamente se defendeu. E nesse campo da ditadura é importante ressaltar que muito pouco foi feito para mudar. Queria que os companheiros comentassem qual a justificativa que o governo dá para não abrir os arquivos, porque, se os militares não querem abrir, o problema é deles, mas o Presidente da República, de um partido que pelo menos diz que é comprometido com os trabalhadores, tem a responsabilidade de resolver esse problema e não resolve. Peço aos companheiros que comentem um pouco sobre isso.

Muito obrigado.

A Sra. Coordenadora - Obrigada, Leonardo. Passaremos primeiro então para o Andrey, que responderá as perguntas para o Deputado Carlin Moura e para o Leonardo.

O Sr. Andrey Borges de Mendonça - Quero agradecer as perguntas. Em relação ao Deputado Carlin Moura, questiono também a participação do Ministério Público. Questiono e dou a mão à palmatória de que ainda muito pouco se fez. Estamos ainda engatinhando nesse processo, mas, como sou otimista por natureza, vejo o lado positivo: a atuação veio tarde, demorou, mas, junto às famílias e a comissão dos desaparecidos, teve um lado muito positivo, que foi trazer o debate e ajudar que ele seja trazido à tona. Por esse aspecto, parece-me que a atuação do Ministério Público foi importante. Mas sei que, para falar ao vento - já dizia o Pe. Vieira -, bastam palavras, mas, para falar ao coração, são necessárias obras. Concorde que temos de fazer muitas coisas e confesso que há pouco tempo entrei nessa luta. E entrei pela atuação de alguns colegas que me incentivaram, que me tocaram, e penso que o primeiro passo é instigar não só o Ministério Público e os outros colegas, mas também a sociedade sobre a importância do passado. Por isso, sempre começo dizendo que esse não é um assunto do passado e jamais será. Essa segmentação, essa discussão deve ser amadurecida. Estamos em um processo e - tenho convicção, já disse que sou otimista - chegaremos a um momento em que atuaremos.

De maneira mais pontual, o que poderia dizer em relação à abertura de arquivos é que o Procurador-Geral da República - e de certa forma toco aqui na questão do Leonardo - entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a Lei nº 11.111, salvo engano, que é a lei dos arquivos, a última do governo Lula, que prorroga indefinidamente os arquivos ultrassecretos e diz que uma comissão pode prorrogar por mais 30 anos, que depois pode prorrogar por mais 30 anos, e assim vai, ou seja, como eu disse, aquele horizonte que, quanto mais caminhamos, mais distante fica. Então, foi proposta uma Adin contra essa lei porque, além do argumento de fato, que também não me convence, de que foram destruídos, há o argumento de que esses arquivos seriam importantes para a segurança nacional e para a defesa da ordem jurídica. São argumentos tão genéricos quanto perigosos.

Em relação ao encontro de corpos, confesso que não sei se o Ministério Público atuou da Guerrilha do Araguaia. Nas buscas, creio que não houve participação. Mas, ao menos da vala de Perus, o Ministério Público teve uma participação: foi encontrado um cemitério clandestino em São Paulo há alguns anos e lá foram identificados os corpos de algumas pessoas. E até hoje estão tentando identificar, tanto que houve um espanhol identificado recentemente - o Edson certamente saberá dizer melhor. E por que cito esse espanhol? Para fazer um gancho com o que o Edson estava dizendo: que, se o Brasil negar-se, ao final, a apurar essa responsabilidade, temos a via da Justiça universal, que foi a mesma Justiça que apurou a conduta do Pinochet. Se o Brasil, eventualmente, não apurar, pelo menos podemos, especialmente com esse caso desse espanhol, levá-lo às cortes da Espanha e pedir que eles expeçam uma ordem de prisão contra os eventuais responsáveis, de forma que ao menos fiquem presos dentro de seu próprio país.

Com relação à pergunta do Sr. Leonardo, é difícil encontrar uma justificativa para o governo não ter feito mais, já que esperávamos mais. O governo fez um livro, que não sei se é conhecido por todos: "O Direito à Memória e à Verdade", da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Quem tiver interesse pode entrar no "site". Esse livro não é completo, mas conta a história e as circunstâncias da morte e do desaparecimento político de pessoas envolvidas. Esse passo foi importante, mas me parece que a atuação parou por aí. Voltamos a alguns fatores já levantados: a influência dos militares; o fato de talvez o poder público não querer se indispor com esses militares, que ainda têm muito poder; e o risco, talvez, da tese da via de mão dupla, que sempre é levantada. Falam sobre os argumentos dos torturadores. A Profa. Cláudia Perroni registra a tese dos dois demônios. Dizem que todos - os resistentes e os militares - estavam errados; ou não se pune ninguém ou, se for aplicada punição, que se punam os dois lados. Para mim, essa lógica é equivocada. Quem praticou crime contra a humanidade foram só os agentes públicos. Eles usaram o Estado para uma perseguição sistemática. Eventualmente, se houve abusos - não entrarei nesse mérito -, por parte de alguém da resistência, esse teria de ser punido, caso se caracterizasse o crime, embora o crime hoje já estivesse prescrito por não ter sido contra a humanidade. Não podem ser colocadas num mesmo patamar as pessoas que se encontravam resistentes ao sistema, que estavam lutando, a princípio, de maneira pacífica, tendo sido posteriormente levadas às armas, com aqueles que eram agentes do Estado e torturaram, mataram e desapareceram com pessoas. Eles não estão no mesmo patamar. Por que estou dizendo isso? Especialmente em razão da candidata ao Planalto para o próximo ano. É público que ela já participou de assaltos. Como ela participava dos movimentos, talvez o governo tenha medo dessa ideia de se punirem os dois lados, pois poderia haver desgaste. Não sei qual a impressão do Edson, mas me parece que essa é a justificativa - na verdade, nem há justificativa.

Tratarei de mais uma questão que não sei se foi proposta pelo Leonardo. Participei da reunião da manhã como ouvinte, quando foram expostas muitas questões importantes. Esqueci-me de falar sobre a necessidade de nos questionarmos sobre se a participação foi apenas militar. A ditadura foi somente militar? É muito cômodo para a sociedade civil, que aparentemente não se envolveu nos crimes, falar em ditadura militar e afirmar que não tem nada a ver com ela. Essa não é a verdade. Há provas de que empresas participavam ativamente do financiamento de atividades, especialmente à época da Operação Bandeirantes - Oban. A Ultragaz é uma dessas empresas, não a única. Muitos bancos financiavam operações da Oban. Alguns empresários sádicos até presenciavam torturas no DOI-Codi. Temos realmente de questionar se a ditadura foi apenas militar ou se foi civil e militar. Só os militares deveriam ser responsabilizados? As empresas não deveriam ser punidas, mesmo que apenas com a divulgação de seus nomes? Deveriam ser publicados os nomes das empresas que financiaram a tortura, para que a sociedade pudesse exercer seu legítimo direito de boicote, o que, no Brasil, é pouco utilizado. Sabendo que o banco tal financiou a ditadura, as pessoas conscientes estimulariam seu boicote. Esse instrumento infelizmente é pouco utilizado no País, embora seja muito útil. Esses empresários, que não são bobos, sabem da responsabilidade de sua participação e não têm interesse algum em que a verdade seja desvendada. Há interesses econômicos por trás disso. Muito obrigado.

O Sr. Betinho Duarte - Maressa, um aparte de meio segundo, apenas para reforçar uma questão que ele abordou.

Carlin, na verdade, quando você questiona sobre o que o Ministério Público fez, eu tenho um documento aqui, a "Revista da Anistia", que me foi entregue no Rio de Janeiro, sábado passado, quando lá estive. Aliás, trata-se de uma revista fantástica. Temos aqui uma solicitação do Ministério Público Federal, da Procuradoria da República em São Paulo, feita em 4/7/2008, ao Centro Internacional para a Justiça Transicional de um parecer técnico sobre a natureza dos crimes de lesa-humanidade, a imprescritibilidade de alguns delitos e a proibição de anistias. E o parecer é exatamente esse que estamos afirmando aqui agora. O crime de lesa-humanidade é imprescritível. Então existe uma iniciativa do Ministério Público e uma resposta oficial do Centro Internacional para a Justiça Transicional. Trata-se de um documento importantíssimo, muito valioso, para a gente punir os torturadores brasileiros. Muito obrigado.

O Sr. Edson Luís de Almeida Teles - Quanto à questão do Deputado Carlin, foram ditas algumas iniciativas do Ministério Público, mas, assim como funcionam as outras instituições - e a **Assembleia Legislativa** também provavelmente -, nós temos um sujeito que age dentro dela. Nós, familiares, temos presenciado, no Ministério Público, que há alguns Procuradores que estão, efetiva e honestamente, abertos à aplicação do direito à memória e à justiça. Não é apenas ao direito à memória, mas também ao direito à justiça. Eles têm trabalhado conosco nesse sentido e têm trabalhado também por conta própria. Nas vezes em que estivemos na região do Araguaia em busca de informações, nós, familiares, tivemos a companhia deles. Foram presenças fundamentais. Em 2001, quando estive lá, fomos ameaçados por ex-guias do Exército da época da guerrilha. Até aquele ano, o Exército brasileiro ainda pagava cesta básica mensal para essas pessoas. O Exército brasileiro tinha uma casa secreta, clandestina, paga com dinheiro público, onde eles faziam esses pagamentos de bolsa e conversavam com as pessoas. Enfim, era onde eles coordenavam essa pressão na região do Araguaia. Quem foi que entrou lá com aquilo que a lei lhe permite e desfez esse absurdo? O Ministério Público. Ao mesmo tempo que há esse tipo de iniciativa, também existem pessoas no Ministério Público - e penso que talvez seja a maioria ou uma parte considerável - que não querem mexer com isso. Acredito também que há Procuradores, como o Marlon e a Dra. Eugênia, que recebem pressão dessas pessoas. O Deputado, como político, sabe bem sobre isso, que se trata de uma relação política, eles estão no meio desse embate político. Especificamente quanto ao caso das buscas do Araguaia, nós, familiares, exigimos do Estado brasileiro

que, ao invés de colocar um General no comando dessas buscas, seja colocado o Ministério Público. Se tem alguma instituição na Constituição Brasileira que tenha autonomia garantida pelas leis e pelo Estado, essa é o Ministério Público. Ele tem um grande papel a exercer, se a sociedade brasileira montar no Brasil uma comissão de verdade. Eu acho que o Ministério deveria estar presente, porque ele tanto tem essa proteção da lei, como também tem o recurso do Estado e uma autonomia em relação a ele. Não é à toa que, pelo que me parece, a resposta do Estado brasileiro foi não colocar o Ministério Público nessa comissão de busca, porque eles têm um compromisso com a transparência muito maior. A pergunta que diz por que um governo de esquerda não abre arquivos e outras medidas mais é muito difícil de responder. Você, como militante de um partido, deveria jogar essa questão para o seu partido, para que ele nos ajude a encontrar uma resposta para isso. O Deputado Carlin Moura, que é de um partido de esquerda, também está ao lado deste governo federal e, ao lado de vocês, pode nos ajudar a dar essa resposta, que eu não tenho. O que tenho, como experiência de famílias de mortos e desaparecidos, é que, assim como no Ministério Público, há pessoas que estão engajadas nessa luta e há pessoas que não, sejam elas de esquerda ou não.

O Sr. Leonardo - Tenho uma opinião importante sobre o porquê de o governo não fazer. Ele não faz porque está comprometido mais com os interesses desses que até financiaram isso. Não é à toa que existem pessoas como o Sarney e outros que foram da ditadura e que são apoiados pelo governo. Além disso, o discurso do Presidente Lula, defendendo o Sr. Sarney, é ridículo.

A minha pergunta foi: qual a justificativa que hoje o governo dá a vocês para não abrir os arquivos? Digo isso porque, em cada lugar, eles falam uma coisa. Existem pessoas sérias e comprometidas no governo, que defendem e vêm fazendo um trabalho muito bom, como é o caso do Ministro Paulo Vanucci, com várias posturas importantes, mas também existem os outros. Fato é que em cada lugar eles dão uma justificativa. Há uma justificativa concreta que eles dão a vocês para não abrir os arquivos da ditadura? Essa é a pergunta.

O Sr. Edson Luís de Almeida Teles - Especificamente em relação aos arquivos, as justificativas não são dadas aos familiares. Na verdade, elas são dadas de um modo geral a toda a sociedade por via da mídia. Por vezes os familiares se encontram com representantes do Estado, mas a justificativa principal, quer dizer, aquela que vem como argumento nessas leis e decretos do Estado brasileiro, é a questão da segurança nacional. Há informações nesses arquivos que poderiam colocar em jogo a estabilidade da democracia. Parece-me que o que está em discussão e em debate e que deve ser levado à reflexão é sobre qual democracia estamos falando. Você, Leonardo, eu, Edson, e você, Estado brasileiro, Presidente, Ministros e todos nós. A sociedade brasileira precisa se debruçar sobre essa questão, porque se for uma democracia baseada em atos autoritários, de fato, desvendar os crimes da ditadura se torna perigoso, podendo causar uma instabilidade para o País. Entretanto, se for uma democracia que tenha por base valores éticos, de respeito aos direitos das pessoas, ao direito à verdade e à justiça, por exemplo, é fundamental que se abram esses arquivos. A justificativa que aparece na mídia é justamente essa questão da segurança nacional, mas ela está relacionada à qual democracia queremos para o nosso país?

Recentemente estive num debate com um membro do Centro de Justiça Transicional e o Marlon, Procurador da República, e um advogado levantou a questão de que, para se aplicar o direito à verdade e à justiça no Brasil, é preciso que a opinião pública e a mídia apoiem essas iniciativas. Assim, gostaria de alertá-los sobre esses valores éticos dos quais falei, que não estão em negociação. Você negocia os seus valores éticos, isto é, você barganha, diz ou pensa quando reflete sobre eles, nas vantagens que terá se agir contra ou de acordo com eles? Não se trata de saber qual é a vantagem que o Brasil tem em aplicar o direito à verdade. É um assunto que pode ser tratado; trouxe aqui uma questão. Vantagem não é só uma terapia para os familiares, é um aprofundamento do sistema democrático. Mas o direito à verdade e à justiça deve ser aplicado, independentemente de qualquer cálculo racional e matemático para as instituições políticas. É um direito de cada cidadão. E tem mais: tudo o que tem aparecido hoje, essa história toda de luta, o Instituto Helena Greco, todas essas pessoas envolvidas, como o Betinho e a Suzana, são conhecidas e estão na mídia hoje, mas, na maior parte do tempo, estiveram entre poucos e tomando iniciativas sem apoio algum da mídia, da opinião pública. Durante a ditadura, essas pessoas foram atrás de seus familiares desaparecidos, presos ou já mortos, com o Estado brasileiro ditatorial em cima delas. Quando se faz a opção por uma luta que tem valores éticos bem claros, não se faz a conta da vantagem, de quanto ganhamos com isso, de quantas vezes isso aparecerá no jornal amanhã; fazemos isso porque é justo. É preciso que esteja bem claro na cabeça de cada um de nós, é importante transmitirmos isso, porque não se trata de obter privilégios, ganhos, como, às vezes, aparece na mídia.

A Sra. Coordenadora - Obrigada. Essas foram as últimas participações da plateia. Gostaria de encerrar a minha participação, agradecendo aos nossos expositores, ao Edson, ao Andrey, ao Deputado João Leite, que preside esta Mesa, e a todos vocês. Para encerrar esse ciclo de debates, quero fazer um agradecimento especial à Bizoca e ao Deputado Durval Ângelo. De certa forma o Instituto Helena Greco, a Assembleia e o Escritório de Direitos Humanos iniciaram esse movimento para que acontecesse esse momento de reflexão dos 30 anos de Anistia, com a agregação de parceiros. Foi muito válido esse momento para refletirmos se realmente é essa a anistia que queremos - certamente que não -, se deixaremos dessa forma uma lei que não nos satisfaz ou que não nos satisfaz.

Deixo aqui uma reflexão do George Orwell, escritor inglês - certamente vários o conhecem. Em seu livro sobre o Grande Irmão, "1984", existe uma frase que ilustra bem esse debate que fizemos: "Quem controla o passado controla o presente e quem controla o presente controla o futuro". Se queremos realmente uma ruptura como a que foi feita no passado, precisamos tomar as rédeas a fim de construirmos outro futuro. Gostaria de encerrar agora. Passo a palavra ao Deputado João Leite. Muito obrigada a todos.

O Sr. Presidente - Obrigado. Quero agradecer muito à Maressa Miranda, que coordenou essa Mesa com tanta competência, dando-me a oportunidade de ouvir as apresentações, especialmente o que trouxe para nós o Procurador Andrey, a quem agradeço muito. Agradeço também pela oportunidade de ouvir o Edson Luís de Almeida Teles, que nos trouxe o sentimento das famílias, que é um sentimento importante, vivo, da perda, do desaparecimento. Essas coisas não têm como prescrever mesmo. A perda, o desaparecimento de alguém é algo que marca muito. Esse momento foi muito rico e mostrou-nos a nossa responsabilidade neste momento do nosso país. Agradeço muito a presença de todos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 31, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 66ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 8/9/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Indicações: Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o Cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG -; discurso do Deputado Weliton Prado; questão de ordem; chamada para a recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discursos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Paulo Guedes; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h2min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

O Sr. Presidente - A Presidência comunica ao Plenário que, no último dia 7, aniversariou o Deputado Pinduca Ferreira, nosso companheiro, completando 57 anos. Quem quiser, abraçe-o e deseje-lhe felicidades, pois ele é o aniversariante da semana.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Discussão e Votação de Indicações

O Sr. Presidente - Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o Cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Continua em discussão a indicação. Com a palavra, para discutir, o Deputado Weliton Prado

O Deputado Weliton Prado* - Cumprimento a todas e a todos. Fiz questão de acompanhar toda a tramitação do projeto que cria a agência de água e esgoto nesta Assembleia. Aliás, o Governador só enviou esse projeto a esta Casa porque conseguimos, em janeiro, uma liminar na Justiça impedindo o aumento do valor da tarifa de água. E para haver reajuste, deve existir uma agência que analise se o aumento é necessário ou não. Essa liminar suspendeu o aumento - que ficaria em torno de 9% - do valor da água da Copasa em Minas Gerais que aconteceria em 611 Municípios. A Copasa não ficou satisfeita e recorreu. Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça também proibiu o aumento da conta de água em Minas. O Presidente daquele órgão, que foi o relator, manteve a liminar do Tribunal mineiro que impede que a Copasa reajuste as tarifas. Esse reajuste só poderá ser concedido por agência reguladora, órgão que ainda não existe no Estado. Entramos na Justiça, com representação ao Ministério Público, e, no Tribunal de Justiça, conseguimos impedir o aumento no valor da conta de água. A Copasa tentou garantir esse aumento, recorrendo ao STJ. Lá a Copasa também perdeu, ficando suspenso o aumento do valor da conta de água em nosso Estado.

Sem ter saída, o governo enviou um projeto muito questionável para esta Casa. Houve várias modificações, pois havia vários equívocos no projeto. Indagamos aos sabatinados, como o Dr. Octávio Elísio, sobre a autonomia e a independência dessa agência. Perguntei isso porque o Presidente da Copasa foi à imprensa, antes mesmo da criação da agência, no primeiro semestre, antes de o projeto ser aprovado nesta Casa. Depois de ser aprovado, ele apresentou o percentual de aumento da conta de água em nosso Estado. Está aqui: "O reajuste da tarifa deverá ficar em torno do que já anunciamos". O Presidente da Copasa já anunciou qual o percentual de aumento da conta de água em nosso Estado. É uma questão totalmente ilegal, porque o Presidente da Copasa poderia enviar uma proposta de aumento, solicitando que a Copasa tivesse um reajuste em torno de 9%. Não como foi feito, pois, antes de analisar-se a planilha, antes de criar-se a agência e de os sabatinados serem aprovados e assumirem seus cargos, ele já anuncia o percentual de reajuste do valor da conta de água, contrariando a legislação. Ele poderia solicitar, mas não poderia afirmar o percentual de reajuste da tarifa de água e de esgoto no nosso Estado. Isso nos leva a crer que haverá falta de autonomia e de independência nessa agência. É a raposa tomando conta do galinheiro. A agência fará o que o Presidente da Copasa quer? Fará o que o Governador quer? Fará o que a Copasa quer? Sendo assim, será uma agência tarifária, e não de defesa dos interesses do povo e do consumidor; não existirá para analisar a planilha de custo e verificar se os dados estão errados, se os valores estão superfaturados, e isso está incorreto. Não se verifica a necessidade do aumento de 9% na tarifa da água. O valor da conta de água deveria cair, por exemplo, 15%. Isto aconteceu com a Cemig, no ano passado, quando ela solicitou em torno de 23% de aumento no valor da conta de luz. Realizamos grande mobilização, colhemos mais de 500 mil assinaturas. Provamos várias irregularidades na planilha de custo. A Cemig alegava que trocava um poste por ano, em cada três postes. Quer dizer que trocava três postes em três anos, isso não é verdade. A Cemig alegou que tinha em torno de 500 escritórios, mas verificamos que não tinha nem 180 escritórios. Hoje vários escritórios foram fechados. Os valores gastos com publicidade oficial, de acordo com o diário oficial de todos os dias do ano, não batem com os valores que a Cemig afirma ter gasto. Tudo isso possibilitou que, no ano passado, em vez de aumentar-se o valor da conta de luz em 23%, esta sofreu redução de seu valor em 17%, pela primeira vez na história, em 56 anos. Dessa maneira, neste ano, a Cemig queria 33% de aumento no valor da conta de luz. Fomos a Brasília, com o Deputado Federal Elismar Prado, na Aneel enfrentamos um batalhão de advogados da Cemig, e, ao invés do aumento de 33% reivindicado pela Cemig, a conta de luz aumentou 4% abaixo da inflação. Mas a tarifa de energia em nosso Estado continua sendo uma das mais caras do mundo. Imaginem se fosse aumentado o percentual que a Cemig queria? E se a agência não analisar a planilha, para verificar se é necessário ou não o aumento? Essa agência que está sendo criada agora, em nosso Estado, deve ter independência e autonomia; não pode aumentar o percentual de acordo com o que quer o Presidente da Copasa. Antes mesmo de a planilha chegar, o Presidente da Copasa afirmou que haveria aumento das tarifas de água e de esgoto. Isso ocorreu antes que os indicados, os Diretores da agência pudessem analisar os percentuais, colocando-os em consulta pública, como foi na Cemig. A população tem direito de opinar, colocar em discussão, em audiência pública. O cidadão tem o direito de conferir a planilha de custo, de fazer uma auditoria independente nas contas da Copasa, pois nunca houve uma auditoria nas contas da Copasa. O Presidente do STJ, na decisão em que impediu o aumento do valor da conta de água em nosso Estado, muito questionável, indagou por que em Minas Gerais nunca houve auditoria nas contas da Copasa. Então, é fundamental haver uma auditoria independente, ou seja, é necessário que se proceda a uma verdadeira devassa para que a população saiba como são aplicados os recursos advindos do suor do trabalhador mineiro, que paga uma conta de água muito cara, além de uma taxa de esgoto injusta. Já entramos com representações na Justiça, e tenho aqui uma lista de várias cidades. Em Montes Claros, por exemplo, a Justiça decidiu pela devolução dos valores pagos indevidamente, bem como pela redução em 12,5% dos valores, já que a população paga pelo tratamento de esgoto, mas o serviço não está sendo prestado efetivamente. Essa decisão da Justiça de Montes Claros é de primeira instância.

Respeitamos o Dr. Octávio Elísio Alves de Brito pela sua trajetória, mas deixamos nosso questionamento em relação à atuação dos indicados para compor a agência de água e esgoto. Aliás, na nossa avaliação, esse é outro equívoco, pois a agência deveria ser de saneamento, conforme previsto na Lei nº 11.445. Dessa forma, vai-se onerar ainda mais os Municípios, que depois vão ser obrigados a criar outras agências ou formar consórcios para discutirem a situação do setor.

Temos aqui várias matérias veiculadas nos jornais. É importante ressaltar que, quanto à planilha de custo, a Copasa mentiu. Quando a companhia recorreu ao STJ, alegou que, se não houvesse o aumento de 9%, iria quebrar, teria dificuldades financeiras. Depois de uma semana, saiu o balanço da Copasa registrando lucros recordes. Portanto, comparando-se este ao mesmo período do ano anterior, houve lucros recordes em relação à água e ao esgoto.

Os jornais veiculam várias matérias, conforme veremos: "Copasa cobra por serviços que não são executados. Montes Claros recorre à Justiça e consegue redução das tarifas". De 142 cidades apenas 63 têm estação de tratamento de esgoto, e a Copasa continua cobrando por esse serviço. Vejamos, aqui, a situação de Montes Claros: "Esgoto de Montes Claros não é tratado, mas é cobrado. Tribunal de Justiça considerou a cobrança indevida. Justiça proíbe Copasa de reajustar tarifas". Aliás, isso se deu em decorrência da ação, da representação que encaminhamos ao Ministério Público. Essa luta tem de continuar! Com todo o respeito que temos por todos os indicados, seremos uma pedra no sapato. Vamos acompanhar as ações e exigir auditoria nas contas da Copasa. Queremos audiência e consulta públicas, desejamos ter acesso às planilhas de todos os custos e gastos feitos pela Copasa.

Questão de Ordem

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, solicito a recomposição do quórum ou o encerramento, de plano, desta reunião, tendo em vista que não há quórum para a continuação dos trabalhos.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Hely Tarquínio) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 36 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Em discussão, a indicação. Com a palavra, para discutir, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana; Deputados e Deputadas; confesso a todos que não ocuparia a tribuna para discutir a proposta que estamos analisando, a indicação do Octávio Elísio. O orador que me antecedeu se manifestou durante 10 minutos, para nada falar sobre o nome indicado, preferindo abordar as questões da Copasa, as ações contra a Copasa, o mau funcionamento da empresa, o mesmo estilo que usou por ocasião da sabatina dos ilustres indicados para ocuparem os cargos de Diretores da agência reguladora. Quero deixar claro que não estamos discutindo as ações da Copasa. Isso ocorreu durante a tramitação do projeto aprovado por esta Casa e sancionado pelo Governador. Agora estamos discutindo e vamos aprovar os nomes de pessoas conceituadas, idôneas, indicadas pelo Governador para ocuparem os cargos de Diretores da agência reguladora. Neste momento, ao contrário do que fez o meu antecessor, quero encaminhar favoravelmente o nome do Dr. Octávio Elísio, ex-Secretário Adjunto de Ciência e Tecnologia, ex-Diretor da Fapemig, ex-Deputado Federal, pessoa do mais alto respeito e conhecedor da estrutura da ciência e da tecnologia.

O Dr. Octávio Elísio - é bom que se diga, para quem ainda não tem o prazer de conhecê-lo - vem, durante sua trajetória, sua vida política, prestando relevantes serviços ao Estado e, como já provou pelo seu conhecimento, pelo seu conteúdo como bom administrador, certamente corresponderá à confiança do nosso Governador, para ser Diretor da agência reguladora. Nas outras indicações, não debateremos e ouviremos a respeito de ações relativas à Copasa. Não estamos discutindo a gestão da Copasa, estamos discutindo nomes que comporão a diretoria da agência reguladora. Não podemos, em momento algum, fugir ao Regimento. Temos mais dois nomes, e já vou encaminhar favoravelmente ao Dr. Maurício Fortini, que esteve conosco sendo sabatinado, assim como o caríssimo amigo Dr. Teodoro Lamounier, ex-Presidente da Cohab, que tantos serviços prestou a Minas Gerais. Temos pressa para indicar os nomes. Particularmente, gostaria, com certeza, de que também neste momento, nesta noite, pudéssemos indicar o nome dos sabatinados, porque a agência reguladora tem pressa. Aprovamos um projeto de grande importância para todos, e certamente, após as sabinas, teremos as respectivas nomeações, para que os aprovados nesta noite possam cumprir sua missão, delegada pelos Deputados. Esperamos a inteligência, a responsabilidade, o conhecimento de causa. E tenho absoluta certeza de que tanto o Dr. Octávio Elísio quanto os outros sabatinados, sobre os quais também se discutirá aqui, merecerão de todos os parlamentares o voto de aprovação deste Parlamento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em discussão, a indicação. Com a palavra, para discutir, o Deputado Paulo Guedes.

O Deputado Paulo Guedes* - Primeiramente, Sr. Presidente, gostaria de afirmar aqui a posição da nossa Bancada. Conhecemos o histórico de alguns dos indicados pelo Governador, como o Dr. Octávio Elísio Alves de Brito, um homem com muita experiência na área, assim como o Dr. Teodoro Alves Lamounier. Esperamos que, de fato, esses indicados cumpram o papel de fazer com que essa agência venha defender os interesses da população, principalmente dos mais pobres, aqueles que necessitam de uma regulação melhor, de taxas menores; que não seja apenas mais uma agência como as tantas que foram criadas no governo Fernando Henrique Cardoso, que só se reúnem para aumentar as tarifas.

Esperamos que essa agência, cumpra seu papel na regulação e no gerenciamento, de forma justa e correta, e não seja apenas uma agência homologadora de pedidos de aumento de tarifa. Estamos, de certa forma, satisfeitos com os nomes indicados. Já conheço o Dr. Octávio e o Dr. Teodoro, pessoas com qualificação para exercer a função e que, com seus currículos, podem desempenhar um grande papel de defesa da sociedade no que se refere às inúmeras tarifas criadas. Esperamos que não aconteça com essa agência o mesmo que hoje acontece com os órgãos ambientais de Minas, que fazem uma discriminação terrível contra a região mais pobre do Estado, com multas abusivas no Norte de Minas. A Copasa, hoje, é responsável pela distribuição de água no Jaíba, e essa agência terá o papel importante de julgar a necessidade do aumento da tarifa de água. A maior tarifa é a da Copasa, e esperamos que essa agência faça um levantamento completo com o objetivo de verificar se estamos pagando um preço justo pela água, se podemos pedir redução de tarifa. Isso é o que temos a discutir e isso é o que esperamos. Não queremos uma agência homologatória de aumentos de tarifas, como tem acontecido com várias delas - por exemplo, a Anac, que fecha os olhos para os aumentos abusivos das passagens aéreas. Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, estamos pagando, dependendo do horário, R\$600,00...

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Deputado que se mantenha na discussão do assunto: a indicação do Sr. Octávio Elísio.

O Deputado Paulo Guedes* - Mas não estou saindo do tema. Estou falando das agências.

O Sr. Presidente - V. Exa. já está na aviação.

O Deputado Paulo Guedes* - Estou falando das agências de aviação para fazer um contraponto, mostrando o que acontece hoje com as tarifas de Montes Claros para Belo Horizonte. Hoje pagamos R\$59,00 para ir a São Paulo e R\$600,00 para ir a Montes Claros. Nesse ponto, temos que discutir o papel das agências, e esperamos que essa agência que regulará as tarifas de água e esgoto venha, de fato, defender o consumidor, e não puni-lo, como acontece atualmente com outras agências reguladoras criadas no Brasil.

Portanto, fica aqui essa expectativa, não é, Padre João? De certa forma, fomos a favor do projeto e estamos de acordo com os nomes indicados. Ainda não conheço o Dr. Antônio Maurício, não tenho informações sobre ele e, por isso, não tecerei comentários a seu respeito; mas gostaria de dizer que o que a sociedade espera é isso: chega de tarifaço. Foram criados tantos impostos, aplicadas tantas multas e efetuados tantos aumentos que a sociedade agora precisa de um alívio. E essa agência chega em um momento importante, quando discutimos o aumento das tarifas em Minas Gerais. A Aneel andou autorizando vários aumentos da conta da Cemig. Felizmente, no ano passado, pela primeira vez, ela mandou que a Cemig diminuísse sua conta. Esperamos, então, que essas agências olhem para o povo e não sejam agências de negócios, como acontece com várias delas, que vêm aumentar a burocracia e as despesas, punindo, de certa forma, o consumidor. A agência é criada com uma finalidade, e as pessoas, ao assumirem seus cargos, fazem o que mandam os governos, as companhias e o mercado, deixando de olhar para a sociedade, para as pessoas, que são o objetivo para o qual foram criadas.

Fica aqui, portanto, o nosso manifesto e o nosso apoio a esses nomes aqui apresentados; mas, a princípio, queremos ressaltar que esperamos deles uma postura diferenciada e correta, de homens de bem, de homens de sociedade, que façam a defesa das pessoas mais carentes e não apenas desempenhem o papel homologatório quando do aumento de tarifa, que é o que vem acontecendo com várias agências no Brasil. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, observando, de plano, a falta de quórum, gostaria de pedir o encerramento da reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 9, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 67ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/9/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Indicações: Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsa-MG -; discurso do Deputado Padre João; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Bráulio Braz - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Deiró Marra - Délio Malheiros - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Discussão e Votação de Indicações

O Sr. Presidente - Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsa-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Continua em discussão a indicação. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, mais uma vez discutimos essa indicação. Fizemos várias discussões, nas sabatinas da Comissão, em relação aos Diretores da Agência Reguladora. Pudemos perceber, na sabatina do Sr. Antônio Maurício Fortini, que, talvez, sua atuação e experiência na vida pública sejam nos bastidores. Ele não nos demonstrou atividade pública, relação com o povo, a comunidade. Esperamos dessa Agência interação permanente com os usuários das empresas que estiverem sujeitas a sua regulação.

Uma das empresas que prestam serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto é a Copasa. Conheço, há mais tempo, o Dr. Octávio Elísio, pessoa com vivência em atividades públicas, que sempre demonstrou competência e maior interação. Conheci-o cuidando do patrimônio histórico. Tive a oportunidade de dizer a ele da missão importante que passará a exercer: o zelo pelo patrimônio natural. Sentimos firmeza na competência do Octávio Elísio. Confiaremos a ele essa responsabilidade. Esperamos que essa Agência possa acompanhar de perto a qualidade do serviço de água, como também a do tratamento de esgoto. Disse ao Octávio Elísio que, se cuidaram do patrimônio histórico, devem cuidar também do nosso maior patrimônio, que são os mananciais. É inconcebível a Copasa, que é uma empresa também pública, lançar esgoto nos nossos rios. Ela não faz tratamento de esgoto. A Agência é responsável pela regulação de água e esgoto apenas, infelizmente.

Como membro da Bancada, acolhemos, com bons olhos, esse projeto do Governador, na esperança de transformar essa Agência, que era de água e esgoto, em uma agência de saneamento. Infelizmente, foram em vão nossos esforços e as emendas apresentadas para aprimorar o projeto. A Copasa está em dívida conosco. Confiamos nesses serviços. Por isso, dependemos da eficiência e da atuação do Octávio Elísio, da atuação do Teodoro Alves Lamounier, a quem conheço há mais tempo. Conheço seu trabalho no serviço público. Ele sempre demonstrou eficiência e competência. Ele é conhecedor de diversas áreas da administração pública, embora não tenha trabalhado nessa área específica de saneamento. Mas a pessoa, tendo bom senso e disponibilidade para ouvir a sociedade, sobretudo os usuários, com certeza poderá prestar um grande serviço.

O que esperamos dessas pessoas, embora sejam indicadas pelo Governador, é que possam atender à sociedade. Embora tenham filiação partidária, isso não é impedimento. Fiz questão de perguntar-lhes se eram dirigentes partidários. Não o são, mas são filiados. Isso não é impedimento. A filiação partidária é um direito do cidadão e uma forma de servir à sociedade. Entendo que o partido político é o instrumento mais eficiente para a pessoa dar sua contribuição na transformação da sociedade. Então, o que esperamos é que eles possam, de fato, fazer uma agência de Estado. Uma agência de Estado será um instrumento a serviço de todo o povo e, sobretudo, dará uma atenção especial aos usuários. Sabemos que qualquer outra empresa pode se submeter à regulamentação dessa Agência, mas quem já nasce sob essa regulação é a Copasa. Em muitos lugares, o serviço é caro, a qualidade do serviço de abastecimento é precária, e o tratamento do esgoto é inexistente. Saúdo o esforço do Gilmar e do Sirlei em Oliveira. Foram dois grandes batalhadores. Conhecedores do serviço da Copasa e do alto custo, eles fizeram um movimento para que ali o serviço continuasse em nível municipal. É uma grande vitória da comunidade, e esperamos que possam aprimorar o serviço em nível municipal, inclusive com o tratamento de esgoto. Se aprovadas as indicações de Octávio Elísio, que conheço há mais tempo, de Teodoro Lamounier e de Antônio Fortini, nosso desejo é que tenham um grande zelo pelos nossos mananciais. É uma vergonha uma empresa do porte da Copasa simplesmente jogar o esgoto nos rios. Neste final de semana, passei por mais de 12 Municípios, e é uma coisa triste a situação do próprio Lago de Furnas ou mesmo das cidades do entorno. Em Campos Gerais e em vários Municípios da região, o esgoto é lançado nos lagos. É algo realmente triste. É um grande crime e um péssimo exemplo de uma empresa pública.

Vamos votar e aprovar esses nomes, mas esperamos deles eficiência e, o mais importante, consciência para, como homens públicos, jamais se tornarem reféns da direção da Copasa nem do governo, que os indicou, e para estarem a serviço do Estado. E, assim sendo, a prioridade é a qualidade do serviço ao povo mineiro no que se refere ao abastecimento de água. É, principalmente, uma provocação às empresas para que recolham e tratem o esgoto.

É muito importante acompanharmos de perto e analisarmos o currículo de cada um, sobretudo para quem não teve oportunidade de participar da sabatina. Por essa razão, seria bom que houvesse mais parlamentares presentes em Plenário.

Questão de Ordem

O Deputado Padre João - O que observo é que não temos quórum sequer para dar continuação à reunião. Solicito, então, Sr. Presidente, o encerramento, de plano, dos nossos trabalhos.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Hely Tarquínio) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 12 Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de hoje, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de hoje, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 26/6/2008

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Eros Biondini e Carlin Moura, membros da Comissão de Participação Popular, e o Deputado Eros Biondini (substituindo o Deputado Juninho Araújo, por indicação da Liderança do BSD), membro da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlin Moura, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, questões relativas ao sistema de transporte de Belo Horizonte. Registra-se as presenças dos Deputados João Leite e Weliton Prado. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Mônica Siebler Gomes, técnica dos Sindicatos das Empresas de Transporte, representando Rubens Lessa Carvalho, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitanos; Célia Macieira, Assessora Técnica da Diretoria, representando Iraci de Assis Cunha, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte; e o Sr. Célio Freitas, Coordenador de Projetos Especiais, representando Ricardo Mendanha Ladeira, Diretor-Presidente da BHTRANS, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Carlin Moura passa a Presidência da Comissão ao Deputado Eros Biondini, que na oportunidade, como autor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião conjunta destas Comissões, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura

da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - Domingos Sávio - Gustavo Valadares - Rêmoló Aloise - Doutor Rinaldo - Neider Moreira - Antônio Carlos Arantes.

Ata da 19ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 25/8/2009

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Padre João, Ronaldo Magalhães e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sávio Souza Cruz. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Humberto Candeias Cavalcanti, Diretor-Geral do IEF, publicado no "Diário do Legislativo" de 20/8/2009. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.619, 3.628, 3.636, 3.640, 3.644 e 3.647/2009 (Deputado Sebastião Costa); 3.620, 3.621, 3.632, 3.635 e 3.639/2009 (Deputado Delvito Alves); 3.622, 3.623, 3.631, 3.642, 3.645 e 3.651/2009 (Deputado Gilberto Abramo); 3.624, 3.634, 3.638, 3.646 e 3.648/2009 (Deputado Padre João); 3.625, 3.627 e 3.641/2009 (Deputado Chico Uejo); 3.626, 3.633, 3.643, 3.650 e 3.652/2009 (Deputado Ronaldo Magalhães) e avoca a si a relatoria dos Projetos de Lei nºs 3.629, 3.630, 3.637, 3.649 e 3.653/2009. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 3.017 e 3.362/2009 são retirados de pauta, atendendo a requerimentos, respectivamente, dos Deputados Ronaldo Magalhães e Delvito Alves, aprovados pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.439 e 3.553/2009, ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 3.521 e 3.528/2009, este na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa); 3.542/2009 (relator: Deputado Delvito Alves); e 3.588/2009 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Gilberto Abramo). São convertidos em diligência à Corregedoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais o Projeto de Lei nº 3.510/2009 (relator: Deputado Sebastião Costa); à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag - os Projetos de Lei nºs 3.544, 3.547/2009 (relator: Deputado Sebastião Costa, o primeiro em virtude de redistribuição) e 3.591/2009 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); e à Seplag e ao Prefeito de Belo Horizonte o Projeto de Lei nº 3.540/2009 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.554/2009 (relator: Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 1.731/2007 com a Emenda nº 1, (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); 2.914/2008, 3.539/2009, este com Emenda nº 1, 3.572, 3.584 e 3.585/2009 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.261/2008, 3.419, 3.525, 3.552, 3.556, 3.577, 3.594, 3.596 e 3.612/2009 (relator: Deputado Delvito Alves); 2.668/2008, 3.524, 3.535, 3.561, 3.562, 3.570 e 3.574/2009 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em virtude de redistribuição); 3.560 e 3.589/2009, com a Emenda nº 1, e 3.534, 3.579 e 3.599/2009 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.977, 3.538 e 3.578/2009, com a Emenda nº 1, e 3.536, 3.568, 3.581 e 3.597/2009 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 3.601, 3.529 e 3.357, com a Emenda nº 1, e 3.357, 3.493, 3.526, 3.564, 3.580 e 3.598 (relator: Deputado Padre João); 3.618/2009 e 3.593, com a Emenda nº 1, e 3.478, 3.527, 3.565 e 3.603 (relator: Deputado Ronaldo Magalhães). Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.567/2009 (relator: Deputado Gilberto Abramo). O Projeto de Lei nº 3.606/2009 é retirado de pauta por falta de atendimento a pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência à Seplag os Projetos de Lei nºs 3.466, 3.559, 3.590 e 3.616/2009; ao autor os Projetos de Lei nºs 3.563, 3.576, 3.592, 3.602, 3.605 e 3.617/2009; ao DER - MG - os Projetos de Lei nºs 3.587 e 3.607/2009; e à Secretaria de Estado de Educação o Projeto de Lei nº 3.582/2009. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Gilberto Abramo em que solicita seja realizada audiência pública destinada a debater a autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Chico Uejo - Délio Malheiros - Padre João.

Ata da 17ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 26/8/2009

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elmiro Nascimento, Adelmo Carneiro Leão (substituindo a Deputada Cecília Ferramenta, por indicação da Liderança do PT) e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Walter Tosta, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: convite do Cerimonial do Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego (14/8/2009). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.351/2009, em 2º turno, 3.506/2009, em 1º turno, 3.327, 3.343, 3.498, 3.512, 3.532, 3.541 e 3.543/2009, em turno único (Deputado Walter Tosta); 3.352/2009, em 2º turno, e 3.382/2009, em 1º turno (Deputada Rosângela Reis). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.352/2009 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão, em virtude de redistribuição); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 359/2007 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.336, 4.352, 4.363, 4.366 e 4.376/2009. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.207, 3.395 e 3.397/2009. Registra-se, neste momento, a presença do Deputado Ivair Nogueira. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a situação dos contratados da Fhemig; Délio Malheiros em que solicita seja realizada audiência pública para debater a recente contratação de cerca de 2.500 estagiários pela Caixa Econômica Federal, em detrimento da convocação dos concursados recentemente aprovados; Carlos Gomes em que solicita seja realizada audiência pública no Município de São Tomé das Letras para discutir a situação das mineradoras e cooperativas de produtores de pedras de quartzo no Sul de Minas, a atuação da Delegacia Regional do Trabalho no cumprimento de seus deveres, exigindo desse setor comportamento igual ao dos grandes conglomerados mineradores, e a inexistência de linhas de crédito para o desenvolvimento do referido setor; Rosângela Reis em que solicita seja realizado debate público para discutir com entidades do terceiro setor, governo e empresários questões relativas ao voluntariado como política social transformadora. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2009.

Rosângela Reis, Presidente - Ivair Nogueira - Elmiro Nascimento - Adeldo Carneiro Leão.

Ata da 7ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 1º/9/2009

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta e Fahim Sawan, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adeldo Carneiro Leão, Hely Tarquínio e Alencar da Silveira Jr. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o Projeto de Lei nº 3.035/2009, que dispõe sobre proibição de consumo de produtos derivados do tabaco em recintos coletivos e fechados e dá outras providências, e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 3.601/2009 em turno único (Deputado Carlos Pimenta). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Edilson Correia de Moura, médico pneumologista, clínico e sanitário e Coordenador do Programa de Pneumologia Sanitária da Secretaria de Saúde, representando o Sr. Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva, Secretário de Saúde; Adriana Gomes Carneiro, Presidente da Comissão de Controle do Tabagismo, Alcoolismo e Uso de Outras Drogas da Associação Médica de Minas Gerais; Tadahiro Tsubouchi, advogado e Assessor Jurídico do Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde de Minas Gerais; Murilo Cautiero Abi-Acl, assessor jurídico, representando o Sr. Paulo César Marcondes Pedrosa, Diretor-Presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de BH e Região Metropolitana; Aloísio Andrade, Presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude; Sras. Maria das Graças Rodrigues de Oliveira e Janaína Guimarães de Araújo, médicas e membro da Comissão de Controle do Tabagismo, Alcoolismo e Uso de Outras Drogas da Associação Médica de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A seguir, fazem uso da palavra os Deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta e Adeldo Carneiro Leão, coautores do requerimento que deu origem ao debate. Logo após, a Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 2009.

Carlos Mosconi, Presidente - Fahim Sawan - Doutor Rinaldo - Ruy Muniz - Alencar da Silveira Jr..

Ata da 1ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE AS INDICAÇÕES PARA OS CARGOS DE DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - ARSAE-MG -, em 1º/9/2009

Às 15h11min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fahim Sawan, Getúlio Neiva, Carlos Mosconi, Fábio Avelar e Padre João, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Ademir Lucas, Adeldo Carneiro Leão, Sebastião Costa, Dalmo Ribeiro Silva, Gustavo Valadares, Weliton Prado, Zé Maia e Lafayette de Andrada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fahim Sawan, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Getúlio Neiva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública dos indicados aos cargos de Diretor da Arsa-MG, que obedecerá à seguinte ordem: Srs. Antônio Maurício Fortini, Teodoro Alves Lamounier e Octávio Elísio Alves de Brito. Neste momento, registram-se as presenças dos Srs. Sebastião Navarro Vieira Filho, Presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - Cohab -, e Dilzon Melo, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana. O Presidente passa a palavra aos indicados, na ordem supracitada, os quais, cada um por sua vez, fazem suas considerações iniciais e são sabatinados pelos parlamentares. Encerrada a fase de arguição pública, o Presidente passa a palavra ao relator da Indicação nº 27/2009, Deputado Carlos Mosconi, o qual apresenta seu parecer, que conclui pela aptidão do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito. Após discussão e votação, o parecer é aprovado. Ato contínuo, a Presidência passa a palavra ao relator das Indicações nºs 28 e 29/2009, Deputado Fábio Avelar, o qual apresenta seus pareceres que concluem pela aptidão dos Srs. Antônio Maurício Fortini e Teodoro Alves Lamounier, respectivamente. Após discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2009.

Fahim Sawan, Presidente - Carlos Mosconi - Padre João - Getúlio Neiva - Fábio Avelar.

Ata da 1ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 19.230, em 2/9/2009

Às 9h36min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Lafayette de Andrada, Duarte Bechir (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD) e Inácio Franco (substituindo o Deputado Juarez Távora, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela manutenção do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.230/2009 (relator: Deputado Lafayette de Andrada). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 2009.

Lafayette de Andrada, Presidente - Duarte Bechir - Inácio Franco.

Ata da 20ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 2/9/2009

Às 9h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Doutor Rinaldo, Fahim Sawan e Alencar da Silveira Jr. (substituindo o Deputado Carlos Pimenta, por indicação da Liderança do PDT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fahim Sawan, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Participação Popular, encaminhando relatório da audiência pública de monitoramento do PPAG 2008 - 2011, exercício 2009, no período de janeiro a abril; e do Sr. Armando Fortunato Filho, encaminhando o relatório final da Comissão Especial de Inquérito - CEI -, referente à irregularidade na utilização de

recursos públicos destinados ao Hospital Regional do Sul de Minas, Varginha- HRSM. A Presidência solicita à Consultoria que analise os documentos. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.035/2009 (relator: Deputado Fahim Sawan). Nesse momento, registra-se a presença do Deputado Ruy Muniz. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, em turno único, os Projetos de Lei nºs 2.928/2008 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e 3.488/2009, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.375, 4.381, 4.412, 4.473/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. É recebido pela Presidência o requerimento do Deputado Délio Malheiros em que solicita seja realizada audiência pública para debater a suspensão de transplantes no Hospital das Clínicas da UFMG, devido a impasses dessa instituição com o SUS (anexado ao requerimento do Deputado Carlos Mosconi). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Mosconi em que solicita seja realizada audiência pública para debater a surdez em recém-nascidos e a possibilidade de se fazer a triagem auditiva neonatal para se identificar a surdez; Fahim Sawan em que solicita a realização de audiência pública para debater o avanço da gripe influenza A (H1N1) no Estado; Doutor Rinaldo em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a situação da anemia falciforme no Estado; Ruy Muniz em que solicita seja realizada visita ao Secretário de Estado de Saúde, para solicitar a continuação do tratamento de radioterapia dos pacientes com câncer, no Município de Governador Valadares; Délio Malheiros em que solicita seja realizada audiência pública para debater a Resolução nº 195/2009, da Agência Nacional de Saúde - ANS -, que, entre outras coisas, impede as associações sem fins lucrativos de intermediar planos de saúde coletivo; e Célio Moreira em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a possibilidade de redução da carga tributária de produtos e insumos que beneficiam pessoas portadoras de diabetes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2009.

Carlos Mosconi, Presidente - Fahim Sawan - Antônio Genaro.

Ata da 22ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 2/9/2009

Às 10h42min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Ruy Muniz, Deiró Marra e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ruy Muniz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Gláucia Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Retira-se da reunião o Deputado Deiró Marra. Registra-se a presença do Deputado Carlin Moura. Na fase de discussão do parecer da relatora, Deputada Gláucia Brandão, que opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.997/2009 na forma do Substitutivo nº 2, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Carlin Moura. O Projeto de Lei nº 3.202/2009 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento da Deputada Gláucia Brandão, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.429; 4.433; 4.450; 4.458 e 4.459/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2009.

Ruy Muniz, Presidente - Carlin Moura - Dalmo Ribeiro Silva.

Ata da 1ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 19.219, em 2/9/2009

Às 14h22min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Ana Maria Resende e Gláucia Brandão e o Deputado Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Ana Maria Resende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tenente Lúcio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 19.219, que institui a Política Estadual do Livro. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela manutenção, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.219 (relatora: Deputada Gláucia Brandão). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 2009.

Ana Maria Resende, Presidente - Gláucia Brandão - Tenente Lúcio.

Ata da 17ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 2/9/2009

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ronaldo Magalhães, Dimas Fabiano e Ademir Lucas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ronaldo Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.857/2007, 2.715/2008, 2.984, 3.423, 3.433 e 3.520/2009 (Deputado Dimas Fabiano); 3.444, 3.445, 3.448, 3.452, 3.465, e 3.519/2009 (Deputado Ademir Lucas). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.857/2007, 2.715/2008, 2.984 e 3.520/2009 (relator: Deputado Dimas Fabiano). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.423 e 3.433/2009 (relator: Deputado Dimas Fabiano); 3.444, 3.445, 3.448, 3.452, 3.465 e 3.519/2009 (relator: Deputado Ademir Lucas). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas - Ronaldo Magalhães.

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ademir Lucas, Wander Borges e Carlos Gomes (substituindo a Deputada Cecília Ferramenta, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Fábio Avelar e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ademir Lucas, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, acusa o recebimento dos Projetos de Lei nºs 2.668/2008 e 3.562/2009, para os quais designou como relatora a Deputada Cecília Ferramenta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.425 a 4.428, 4.449 e 4.466/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Padre João em que solicita seja realizada reunião de audiência pública destinada a debater as obras e a atuação da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG - no Município de Ribeirão das Neves, em especial, no Bairro Veneza; Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a liberação de linha de crédito oferecida pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG - em favor dos Municípios mineiros, autorizada pelo Conselho Monetário Nacional mediante utilização de recursos do Programa Estadual Novo Somma; Cecília Ferramenta em que solicita a participação desta Comissão na caminhada do Movimento pela Duplicação da BR-381, no próximo dia 14/9, saindo da Assembleia Legislativa até a sede do DNIT-MG, com o objetivo de acelerar o processo de duplicação da referida rodovia; Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Pedro Leopoldo com a finalidade de debater a extração da pedra lagoa santa, o destino dos resíduos a serem retirados do dique da Lagoa do Sumidouro, bem como o preço pago pela desapropriação dos terrenos, em virtude do decreto de preservação do Parque do Sumidouro; e Carlos Gomes em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 4.413/2008, de autoria do Poder Executivo Federal. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2009.

Cecília Ferramenta, Presidente - Padre João - Wander Borges.

Ata da 18ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 2/9/2009

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Domingos Sávio e Sávio Souza Cruz (substituindo o Deputado Getúlio Neiva, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.603/2009 (Deputado Getúlio Neiva); 3.478/2009 (Deputado Paulo Guedes); 3.525/2009 (Deputada Gláucia Brandão); 3.534/2009 (Deputado Vanderlei Miranda) e 3.539/2009 (Deputado Juninho Araújo), em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.432 e 4.437/2009. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.859/2008; 3.266, 3.410, 3.428, 3.458 e 3.469/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Domingos Sávio em que solicita seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado de Cultura, sugerindo a criação de um programa de incentivo e apoio aos grupos de Reinado, Gongado e Folia de Reis em Minas Gerais, a exemplo do programa Bandas de Minas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2009.

Gláucia Brandão, Presidente - Carlos Gomes - Getúlio Neiva - Juninho Araújo.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eros Biondini, Antônio Carlos Arantes, Carlos Gomes e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/9/2009, às 10 horas, na Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Passa Quatro, com sede no Município de Passa Quatro, com a finalidade de debater, em audiência pública, as questões relacionadas à implementação do turismo local e regional, com vistas à implementação de ações por parte do governo estadual; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2009.

Tenente Lúcio, Presidente.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a OAB - Seção Minas Gerais pela comemoração do Dia do Advogado (Requerimento nº 4.336/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Cemig pela abertura da 3ª Semana de Tecnologia e Inovação (Requerimento nº 4.349/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Secretaria de Desenvolvimento Social e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte - CDL - BH - pela parceria que vai oferecer cursos gratuitos de qualificação (Requerimento nº 4.352/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Núcleo de Trabalho e Integração Social - Nutris - pelo 25º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 4.363/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Eduardo Machado de Faria Tavares por sua posse como Ouvidor Ambiental da Ouvidoria Geral do Estado (Requerimento nº 4.364/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Conselho dos Profissionais de Conservação e Limpeza de Minas Gerais - Compromig - pelo 3º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 4.366/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Associação dos Artesãos da Praça Santa Rita de Sabará pelo 15º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 4.367/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Lyra Vicentina Aterradense pelo 90º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 4.368/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Fiat Automóveis S.A. por ter sido agraciada com os prêmios de melhor empresa do setor de veículos e de responsabilidade social e meio ambiente (Requerimento nº 4.374/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Hospital da Baleia pelo transcurso de seu 65º aniversário de fundação (Requerimento nº 4.375/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais pela comemoração do Dia do Psicólogo, no dia 27 de agosto (Requerimento nº 4.381/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso à comunidade de Passa-Tempo pelos 98 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.394/2009, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso ao Sr. Márcio Ferreira e aos demais membros do Conselho de Administração da Associação Comercial da Ceasa de Minas Gerais - ACCEASA - por sua posse nesse Conselho, tendo o primeiro como Presidente (Requerimento nº 4.409/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de aplauso ao Sr. Caio Dias Gomide e aos demais membros da diretoria da Associação Comercial da Ceasa de Minas Gerais - ACCEASA - por sua posse nessa diretoria, tendo o primeiro como Presidente (Requerimento nº 4.410/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de congratulações com a Fundação Hemominas por ser considerada referência nacional e internacional em gestão de política de sangue (Requerimento nº 4.412/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. Apolo Heringer Lisboa, coordenador do Projeto Manuelzão, pela proposta de mobilização da população e de lideranças políticas e empresariais pela revitalização da região da Bacia do Rio das Velhas (Requerimento nº 4.415/2009, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com a comunidade de Manga pelos 86 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.425/2009, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Caxambu pelos 108 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.426/2009, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de São Romão pelos 86 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.427/2009, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Francisco Sá pelos 86 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.428/2009, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a Escola Estadual Doutor Luiz Pinto de Almeida por ter-se classificado em 6º lugar, no País, e em 1º, no Estado, no programa de qualidade Renageste (Requerimento nº 4.429/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Superior Tribunal de Justiça por seus 20 anos de fundação (Requerimento nº 4.431/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Rádio Comunitária de Curvelo pela aprovação de sua proposta no projeto Pontos de Cultura, bem como por sua classificação entre os 10 melhores (Requerimento nº 4.432/2009, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à Escola de Minas de Ouro Preto pelos seus 133 anos de fundação (Requerimento nº 4.433/2009, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à V & M Florestal - VMFL - pelos seus 40 anos de fundação (Requerimento nº 4.434/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais pelo lançamento da terceira edição da revista "Elas por Elas" (Requerimento nº 4.436/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Orquestra Sinfônica da PMMG pelo seu 60º aniversário de criação (Requerimento nº 4.437/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Copasa-MG por ter sido eleita a Empresa de Valor 2009, premiação concedida à melhor empresa brasileira do ano

pelo jornal "Valor Econômico" (Requerimento nº 4.439/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a comunidade do Município de Espinosa pelo 86º aniversário de sua emancipação política (Requerimento nº 4.449/2009, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a Universidade Federal de Viçosa pelos 83 anos de sua fundação (Requerimento nº 4.450/2009, do Deputado Chico Uejo);

de congratulações com o Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais pelo 26º aniversário de sua criação (Requerimento nº 4.451/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, Vice-Governador do Estado, por ter sido agraciado com a medalha de mérito Desembargador Ruy Gouthier de Vilhena, concedida pela Corregedoria-Geral de Justiça do Estado (Requerimento nº 4.452/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. Carlos Alberto Simões de Tomaz por sua posse como Juiz Federal Substituto do TRE (Requerimento nº 4.453/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. José Altivo Brandão Teixeira por sua posse como Desembargador Substituto do TRE (Requerimento nº 4.454/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. Ricardo Machado Rabelo por sua posse como membro efetivo do TRE (Requerimento nº 4.455/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. José Tarcízio de Almeida Melo por ter sido agraciado com a medalha de mérito Desembargador Ruy Gouthier de Vilhena, concedida pela Corregedoria-Geral de Justiça do Estado (Requerimento nº 4.456/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. José Tarcízio de Almeida Melo por ter sido agraciado com a Medalha Victor de Andrade Brito, concedida pela Ceasa-MG (Requerimento nº 4.457/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o estudante Vinícius Freitas Barbosa, da Escola Municipal Iracema de Melo Moreira, de Cachoeira da Prata, por ter-se destacado entre os alunos desse educandário, recebendo o Certificado de Mérito, alusivo a essa conquista (Requerimento nº 4.458/2009, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a Escola Municipal Emília de Lima, de Nova Lima, por seu centenário de fundação (Requerimento nº 4.459/2009, do Deputado Jayro Lessa);

de aplauso à Associação Mineira de Fisioterapeutas pelos 40 anos da profissão no Brasil (Requerimento nº 4.473/2009, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à Fábrica de Doces Nilcéa pelos 40 anos de sua fundação (Requerimento nº 4.474/2009, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso ao Cb. Luciano Marcos Fernandes por ter-se classificado em 2º lugar no 6º Festival Intercontinental de Tae-kwon-do, disputado no Recife, e para disputar o Campeonato Brasileiro, em Fortaleza (Requerimento nº 4.496/2009, da Comissão de Educação).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 2/9/2009

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, colegas Deputados, subo à tribuna hoje para alertar esta Assembleia Legislativa e o Estado de Minas Gerais a respeito de um plano patrocinado pela poderosa Federação Nacional de Seguradoras - Fenaseg. O Denatran, órgão do governo federal, cujos objetivos desconhecemos, está pressionando o Detran-MG para que, a partir desta semana, entregue a aproximadamente 16 empresas privadas a vistoria de veículos que são submetidos a transferências naquele órgão. São realizadas 1.000 transferências por dia em Belo Horizonte, 1.500 em todo Estado, e em cada uma o Detran arrecada uma taxa, criada por esta Casa, de R\$99,71. O Denatran está pressionando o Detran a transferir esse serviço para a iniciativa privada, sem lei, sem que essas taxas sejam estabelecidas e sem licitação, como lembra o Deputado Wander Borges. A iniciativa privada irá abocanhar R\$25.000.000,00 ao ano apenas em Belo Horizonte. São 16 empresas credenciadas.

Qual a razão disso? Por que está em curso a transferência da vistoria? A relação com a Fenaseg é um sistema promíscuo neste Estado e em outros da Federação. Não podemos aceitar que isso ocorra em Minas Gerais, pois o cidadão mineiro terá que pagar mais R\$90,00 para a transferência do veículo. O Detran já faz a vistoria e a transferência do veículo pelo custo total de R\$90,00. O Dr. Santiago Oliveira tem resistido bravamente a essa incursão da Fenaseg novamente no Estado de Minas Gerais. Esta Casa precisa dar o apoio de que o Detran de Minas precisa. Ontem, em reunião com a Secretária Renata Vilhena, alertei-a sobre essa situação em Minas Gerais, e ela ficou de nos ajudar nessa luta. O Ministério Público está ajudando-nos nesta luta, por intermédio do Promotor Leonardo Barbabela. E o Detran de Minas Gerais está lá, resistindo bravamente - Dr. Santiago Oliveira está sozinho -, para não entregar à iniciativa privada a vistoria dos veículos. Não podemos aceitar que essas relações promíscuas da Fenaseg com o poder público cheguem novamente a Minas Gerais. Sabemos que o sistema de reboque, em nosso Estado, foi transferido à iniciativa privada. Enquanto o custo médio de um reboque nas oficinas de Belo Horizonte é R\$60,00, a empresa que faz o reboque em Minas Gerais cobra R\$152,00. Se essa vistoria sair do Detran, for transferida nesta semana para a iniciativa privada, sem licitação, sem lei estadual, sem autorização, como eu disse, R\$25.000.000,00 irão para os cofres da iniciativa privada, e esse dinheiro sairá do bolso do consumidor. O Detran cobra R\$90,00 para fazer a vistoria no veículo e para processar a documentação. Nesse caso, ele continuará cobrando os R\$90,00 da documentação, e o consumidor terá que pagar outros R\$89,90 para a empresa privada que fará a vistoria. Que empresas são essas? Quem são os donos ocultos dessas empresas? Quem irá receber R\$25.000.000,00 dos consumidores mineiros destinados a essas poucas empresas? Não podemos permitir que isso ocorra.

Hoje apresentei um projeto de lei que pode até gerar polêmica, já que, segundo a proposição, o órgão executor da política nacional de trânsito em Minas Gerais não transferirá e não delegará a empresas privadas esse serviço que ele já faz, e muito bem; esses R\$25.000.000,00 ficarão

com o Detran. Se forem transferidos para a iniciativa privada, sabe-se lá para quais oficinas esses recursos irão. Ontem a Secretária Renata Vilhena me disse que conseguiu a permissão do Detran de Salvador para que o Detran de Minas use o "software", uma caneta eletrônica que faz a leitura ótica do chassi e do motor. Assim, o Detran poderá operar gratuitamente o sistema operado em Salvador. Que razão há para se proceder a essa transferência? Qual a razão de se entregar ao controle da poderosa Fenaseg mais esse serviço? A Fenaseg já administra várias empresas ocultas neste país, inclusive a Líder Seguros, que arrecada R\$5.000.000.000,00 do DPVAT, sem licitação. A empresa que controla o registro da alienação fiduciária dos veículos em todo o Brasil também pertence ao grupo da Fenaseg. A empresa que fará a leitura ótica do número dos chassis e do motor, cobrando R\$90,00, é, mais uma vez, ligada ao grupo Fenaseg - a poderosa Fenaseg. Peça a ajuda dos Srs. Deputados para que não deixem o Dr. Oliveira Santiago sozinho, porque ele está lutando bravamente contra essa transferência absurda e promíscua que acontece em outros Estados da Federação. Portanto, Srs. Deputados, fica aqui o alerta de que, se esta Casa não ajudar a controlar o dinheiro arrecadado hoje pelo Estado, irá vigorar o contrato com essas empresas privadas, que entrarão ontem com o mandado de segurança no Tribunal de Justiça e divulgam para a mídia uma informação falsa de que conseguiram ter o direito de fazer essa vistoria. O Tribunal entendeu que a empresa é credenciada. Transferir-lhe o serviço que é feito pelo Detran é outra história, que dependerá da conveniência da administração pública. Neste momento, não convém à administração pública essa transferência, pois assim o cidadão mineiro não terá de desembolsar mais R\$90,00 para pagar uma vistoria que está sendo muito bem feita pelo Detran e por seus abnegados servidores.

Srs. Deputados, utilizei um pouco do tempo, em razão do compromisso com o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que não sei se ainda se encontra no Plenário. Não estando aqui o Deputado, gostaria de complementar essa informação dizendo aos senhores que continuaremos bravamente contestando essas relações entre órgãos públicos e a Federação Nacional das Empresas de Seguros, que, como eu disse, é um poder paralelo neste país. É uma organização que comanda campanhas políticas em Brasília e detém o controle sobre os que são nomeados no Detran, no Denatran. Aliás, não no Detran-MG, mas no Denatran, no Contran e na Susep. Fazem deste país o que bem querem no que diz respeito ao Seguro Obrigatório. Quanto à vistoria de veículo em Minas Gerais, temos a obrigação de preservar os interesses dos consumidores mineiros, do erário estadual e ainda os interesses maiores, o que diz a Constituição no seu art. 37 quanto à moralidade pública e administrativa e não permitir que essa Fenaseg, por meio dessas empresas terceirizadas, tome conta do Detran-MG. Era o que tinha a dizer a V. Exas.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Deputado Délio Malheiros, sempre combativo e atento a essa questão da defesa dos consumidores do Estado, quero cumprimentá-lo. V. Exa. não estará sozinho. O Dr. Oliveira Santiago poderá contar conosco nessa defesa dos interesses do Estado. Nas suas últimas palavras, V. Exa. usou uma que determina tudo na administração pública: o interesse. No campo do direito administrativo, V. Exa. sabe tanto quanto os demais Deputados desta Casa que o interesse público deve prevalecer nas ações do interesse coletivo e da administração pública. Portanto, passar essa vistoria para o setor privado e empresas que vivem e exploram muito bem esse tipo de serviço do poder público não é o melhor para Minas Gerais nem representa a supremacia do interesse público.

Estaremos juntos com V. Exa., impedindo, fazendo pressão política e obviamente cobrando do Governador do Estado, que tem responsabilidade sobre essa matéria. A decisão final cabe a ele. Temos de demonstrar ao governo do Estado que isso é ruim para o contribuinte, que não aguenta mais pagar tanta taxa. Quando o cidadão adquire um veículo, já paga IPI, ICMS, IPVA e, além do Seguro Obrigatório, taxa de licenciamento e de emplacamento. Então, não aguenta mais pagar uma nova taxa incidindo sobre a regularização do seu veículo. Portanto, conte conosco nessa luta. Realmente V. Exa. está de parabéns por levantar um tema tão sério e necessário para a defesa do contribuinte e do consumidor em Minas Gerais.

O Deputado Délio Malheiros - Muito obrigado, Deputado Sargento Rodrigues. Gostaria de concluir, Sr. Presidente, dizendo que, se preciso for, ingressaremos na Justiça com quantas ações civis públicas forem necessárias para suspender eventual acordo entre o Detran e essas empresas privadas para o processo de vistoria. Não podemos deixar que o dinheiro do contribuinte e do consumidor vaze pelo ralo e seja carreado e utilizado para drenar o caixa dessas empresas que têm a complacência da Fenaseg. Infelizmente, em Brasília, nada é feito no Denatran para pôr fim a essa relação promíscua entre a Fenaseg e órgãos e Detrans de todo o País. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Gomes* - Sr. Presidente, Deputados e mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia, o Estado de Minas Gerais foi palco de importantes eventos neste mês de agosto, e, entre eles, quero destacar os 83 anos da Universidade Federal de Viçosa - UFV -, completados no dia 28 de agosto deste ano. Originária da antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária - Esav -, a UFV foi inaugurada em 28/8/26 pelo então Presidente da República Arthur Bernardes, sendo considerada uma das melhores universidades no campo científico brasileiro, com excelência em vários campos do conhecimento. Além das ciências agrárias, destaca-se também nas ciências exatas, biológicas e humanas. Graças à sua sólida base e a seu bem-estruturado desenvolvimento, a Universidade adquiriu renome em todo o País, o que motivou o governo federal a federalizá-la em 15/7/1969, com o nome de Universidade Federal de Viçosa - UFV. Esta Universidade vem sendo avaliada como uma das melhores de Minas Gerais e do Brasil e tem o reconhecimento do seu importante papel para o desenvolvimento do País com sua destacada participação, principalmente no desenvolvimento do agronegócio e da agricultura familiar, mantendo-se em quatro grandes centros de referência nacional: Centro de Ciências Humanas, Centro de Ciências Agrárias, Centro de Ciências Exatas e Centro de Ciências Biológicas da Saúde. Ressaltamos também a importante iniciativa pioneira da UFV, quando, no primeiro semestre deste ano, inaugurou a Casa dos Prefeitos, com o objetivo de dar apoio técnico aos gestores municipais na elaboração e na implantação de projetos de políticas públicas. A Casa dos Prefeitos tem recebido gestores de toda a Zona da Mata, como também de vários Estados e de diversas regiões. O Reitor Luiz Cláudio Costa e toda a equipe da Universidade não têm medido esforços para auxiliar na elaboração de projetos e na condução das políticas públicas dos Municípios - nota-se grande resultado em poucos meses de funcionamento. Para o Estado de Minas Gerais, essa bela iniciativa, que foi a inauguração da Casa dos Prefeitos na UFV, representa uma grande conquista da Universidade, da região e da Prefeitura. Portanto, só me resta parabenizar o Reitor Prof. Luiz Cláudio Costa, a Vice-Reitora Profa. Nilda de Fátima Soares, o Prof. Gumercindo de Souza Lima, Pró-Reitor de Extensão. Em nome dele, cumprimento todas as Pró-Reitorias da UFV, os professores, os colaboradores, os alunos e todas as pessoas que contribuíram com a belíssima história da UFV.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste momento gostaria de falar de um assunto que acredito ser da maior importância no contexto estadual e, até mesmo, nacional. Parabenizo a querida cidade de Contagem, que faz parte da nossa Região Metropolitana, bem como todos os seus moradores, pelos 98 anos completados no dia 30 de agosto. Cumprimento ainda os contagenses que ajudaram a construir a história dessa cidade que vibra com seu polo industrial de destaque em todo o País, que se emociona com a produção cultural e que é orgulho de todos os mineiros, pois luta, em pleno desenvolvimento, pela cidadania e inclusão social. Não poderia deixar de parabenizar também a competente Prefeita Marília Campos, que preparou uma festa para a cidade com ênfase nos processos coletivos. Destaco a entrega do Conjunto Habitacional Maria da Conceição e a inauguração do Túnel Ressaca-Água Branca, que faz uma integração do Município. Esse túnel é uma conquista para a região, e estima-se que a população esperava por ele há cerca de 40 anos. Agora, com sua inauguração, a questão urbana de toda a região irá melhorar. Meus sinceros parabéns à Prefeita Marília Campos, à sua equipe de governo e a todos os contagenses. Desejo a vocês muito sucesso e pleno êxito nessa nova fase que se inicia rumo ao seu centenário. Tive oportunidade de estar presente em algumas atividades do aniversário daquela cidade. Nos últimos anos, em momento algum presenciamos tanta alegria como na comemoração do aniversário de Contagem, com festas e abordagens culturais: o evento musical Minas ao Luar, na Praça da Glória, gincanas, bandas e tantos outros eventos. Pudemos constatar que Contagem viveu um momento diferente da sua história. Além do desenvolvimento socioeconômico, vimos que houve uma abrangência cultural em grande estilo. Os contagenses puderam encontrar ali a sua identidade, puderam manifestar a alegria de morar nessa cidade. Participei de várias etapas das festividades do Município. Parabéns, contagenses, parabéns, Contagem, segundo Município do Estado, com sua grandiosa população; parabéns, Prefeita Marília Campos, pelo grande trabalho que vem executando no Município. Tenho acompanhado também a implantação, nos últimos meses, do Orçamento Participativo nesse Município, uma conquista histórica de todos os seus moradores. O Orçamento Participativo é uma conquista de vários Municípios, mas só agora Contagem começa a conhecê-lo. Esse é um momento importante no mandato da Prefeita Marília Campos e toda a sua equipe. Parabéns, Contagem, pelos seus 98 anos, comemorados com alegria e muita satisfação por todos os contagenses, a todos os seus moradores, à brilhante administração de Marília Campos.

Participei dessa comemoração com uma grande festa durante a semana passada, terminando no dia 30 com a inauguração do Túnel da Ressaca, uma grande conquista aguardada durante 40 anos por aqueles moradores. Com certeza, será muito útil para todo o Município e toda a

região. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique; Srs. Deputados; Sras. Deputadas; telespectadores que acompanham a TV Assembleia. Quero abordar um assunto que é tema de polêmica há alguns dias nesta Casa: a situação ocorrida em Itaobim com a prisão de alguns policiais. Mas gostaria de retornar a esse tema sob outra lógica, numa outra perspectiva, mais vinculada à importância do trabalho social como fonte de garantia de direitos e de prevenção de qualquer tipo de criminalidade. Não entrarei no mérito da situação, da atitude do Juiz Neanderson, da Promotora Sumara, do comportamento dos policiais. Aliás, penso que o importante agora é que o Estado de Minas Gerais garanta em plenitude segurança pública para o cidadão de Itaobim. Acredito que, enquanto o processo corre, enquanto os órgãos responsáveis fazem a apuração disso, a população de Itaobim tem de ter a sua segurança pública garantida. Por isso não entrarei no mérito de quem está com a razão. Não cabe à Assembleia emitir esse juízo. Temos o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Corregedoria, temos os espaços apropriados para julgar o que efetivamente ocorreu.

No dia 20 de agosto, meu grande colega desta Assembleia Deputado Sargento Rodrigues fez menção relacionada a uma instituição que faz um bellissimo trabalho social em Itaobim, a Casa da Juventude. Senti-me na obrigação de vir a esta tribuna, porque conheço a Casa da Juventude, uma entidade que funciona desde 1997. No início da sua instalação, era uma entidade italiana, vinculada à associação Papa João XXIII, que trabalha com orientação e apoio sociofamiliar na cidade de Itaobim, atendendo hoje a 700 crianças e jovens, 350 famílias, e que tem entre seus quadros a nossa companheira e amiga Lia Queirós, pessoa séria e dedicada, assim como toda a sua equipe. É uma entidade que atende principalmente as famílias dos Bairros São Cristóvão e Esperança, que conheço na cidade de Itaobim. Os moradores são sérios e humildes, trabalhadores que lutam e batalham. Na oportunidade, o Deputado Sargento Rodrigues mencionou a entidade como se fosse uma espécie de refúgio para marginais e menores. Talvez essa não tenha sido a intenção do Deputado, mas o fato é que essa discussão da tribuna da Assembleia mexeu muito com os moradores de Itaobim, porque aquelas crianças e jovens que estão sendo atendidas por aquela entidade precisam de uma coisa: oportunidade na escola e no horário extraescolar, como ocorre hoje no atendimento da Casa da Juventude em atividades ligadas à profissionalização, à dança, ao teatro, à horta comunitária e à padaria, que gera renda às famílias, às oficinas lúdicas, pedagógicas e profissionalizantes. Digo tudo isso porque conheço a entidade. A Casa da Juventude é uma referência de trabalho sério para o movimento da área da criança e do adolescente no Médio Jequitinhonha. Esse trabalho se conjuga com o esforço empreendido pela Prefeitura de Itaobim, tão bem governada pelo nosso amigo João Pereira, companheiro de partido que tem uma equipe de trabalho competente, que foi precedido pelo nosso companheiro José Alves. Foram governos sérios do Partido dos Trabalhadores. Quero dar esse testemunho. Acredito que essa questão do adolescente que comete ato infracional precisa de uma abordagem mais qualificada. Ninguém quer passar a mão na cabeça de ninguém. O estatuto prevê medidas socioeducativas. O problema é que Minas Gerais não tem programas consistentes para que esse adolescente seja penalizado de acordo com a lei e depois, como egresso, tenha a oportunidade de trabalho, de escolaridade. No ano passado, a execução orçamentária para a construção de centros socioeducativos foi muito pequena, em que pese o esforço técnico do Subsecretário Ronaldo Pedron, que é uma pessoa séria e competente. Muitas vezes as obras agarram em outros espaços da administração pública. A Casa da Juventude trabalha com a promoção de direitos, com aquele jovem em situação de risco, que precisa de apoio socioeducativo e atividades de reforço escolar. É assim que enfrentamos a prevenção à criminalidade; é assim que promovemos direitos.

Faço esse depoimento porque entendo que, evidentemente, qualquer atitude contra o ser humano tem de ser punida. Se o adolescente comete um ato infracional, ele tem de ser penalizado de acordo com a lei. Precisamos de segurança pública de qualidade. Acho que a cidade de Itaobim merece isso, está à beira da BR-116. Infelizmente sabemos como o tráfico de drogas avança pelo País e pelo Estado de Minas Gerais. É lógico que uma cidade margeada pela BR-116, na ligação entre Minas e Bahia, também está sujeita à influência do tráfico. Por isso reitero aqui que o Estado deve promover todas as ações de proteção à população de Itaobim, seja em que momento for, mas temos que valorizar também a ação social. A ação social desenvolvida hoje tanto pela Prefeitura de Itaobim quanto pela Casa da Juventude deve merecer desta Assembleia o maior respeito possível, particularmente a desenvolvida junto à população dos Bairros São Cristóvão e Esperança, a qual é, como eu disse, composta de gente séria, de jovens que querem uma oportunidade, de jovens que querem ter uma educação de qualidade. O que temos de discutir é como apoiar mais esse trabalho, é como fortalecer mais as políticas públicas de desenvolvimento social no Vale do Jequitinhonha, é como estender e levar para Itaobim cursos da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, hoje sediada em Teófilo Otôni, para evitar que os jovens tenham que deslocar-se de Itaobim enfrentando estrada, horas de viagens para chegar a Teófilo Otôni. Temos de discutir como levar unidades da escola técnica que está sendo aberta em Araçuaí e em Almenara para Itaobim. Itaobim, Capital da manga, berço do Festival, que tem um trabalho exemplar na área da cultura, do esporte, do artesanato, da escola-família agrícola, do nosso PT e de outras pessoas sérias que podem não estar no nosso partido, mas que compartilham conosco dos mesmos ideais.

Quero aqui fazer um convite ao meu amigo Deputado Sargento Rodrigues: quando formos a Itaobim, vamos visitar juntos a Casa da Juventude. Se eventualmente um ou outro jovem frequenta as atividades e ainda não descobriu o caminho correto da escola, da profissionalização, do primeiro emprego, é exatamente com esse jovem que temos de renovar nosso trabalho, despertá-lo para uma vida mais digna. Temos de despertar esse jovem lutando contra o tráfico, aprovando bons projetos sociais, apresentando oficinas de capoeira, de música, de dança, com a profissionalização, com a inclusão digital que existe hoje na Casa da Juventude.

Falo com certa emoção porque conheço esse trabalho e tenho a certeza de que não foi intenção do Deputado Sargento Rodrigues. Mas o fato, Deputado Sargento Rodrigues, é que aquelas pessoas dos Bairros São Cristóvão e Esperança se sentiram um pouco atingidas com essa afirmação, porque lá dentro há 700 crianças e jovens, famílias de gente séria. Tenho a certeza de que essa também é a posição do Prefeito João Pereira, que quer uma segurança pública de qualidade, que respeita nossa Polícia Militar. Minas Gerais tem a melhor Polícia Militar do País. Todo lugar a que vamos reconhece o trabalho sério da Polícia Militar, mas, assim como o Prefeito João Pereira, eu e esta Casa também reconhecemos o trabalho sério das entidades sociais.

Então, queria deixar claro para todos: não vamos entrar nesta polêmica: se o Juiz exorbitou, se a polícia exorbitou. Não sou Juiz dessa questão, mas, como assistente social, Deputado do PT mais votado em Itaobim, militante da área da criança, coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, posso dizer que a Casa da Juventude não é refúgio de marginais, é espaço da vida e da esperança.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Quero novamente cumprimentar V. Exa., como o fiz pela manhã. V. Exa. é sempre coerente, e foram essas as palavras que usei na parte da manhã. Quero dizer a V. Exa. que não discordamos, mas, pelo contrário, convergimos. Se V. Exa. tiver oportunidade de ler um pouco da minha biografia, talvez aqueles que não são aristocratas, não têm "pedigree", que é meu caso, porque sou filho de vaqueiro, verá um pouco da minha trajetória. Morei na Cabana do Pai Tomás, uma favela que está na região Oeste de Belo Horizonte, fui criança e adolescente morando numa favela, num grande aglomerado, e tenho muito orgulho de ter tido algumas oportunidades na vida.

Fui vigilante mirim do Cesam. Também exerci várias atividades que uma criança pobre realiza, até por sobrevivência, como é natural.

Não discordamos de V. Exa. Temos inúmeros trabalhos realizados. O que V. Exa. diz neste momento diz respeito a atuar no campo da prevenção social, e isso é atuar preventivamente na questão da violência e da criminalidade, especialmente no que diz respeito ao tráfico de drogas. Portanto, convergimos plenamente.

Também assinei e pertenco à frente parlamentar que V. Exa. preside de maneira muito satisfatória. Estaremos sempre caminhando na mesma direção, quando o assunto for esse. Apenas pinçamos, num outro pronunciamento que fiz, algumas questões sobre o maior bem jurídico, que

continua sendo a vida. Enquanto for Deputado nesta Casa, não vou deixar que ninguém distorça isso ou que faça inversão de valores, porque o criminoso que matou, ainda que menor, tem de receber também uma punição exemplar. Ninguém pode aqui chegar e dizer que ele não pode receber uma punição exemplar, pois ele tirou a vida de outra pessoa. Se V. Exa. pesquisar na internet, verá lá, recentemente, um texto publicado pelo Ministro do TST Ives Gandra, que diz que não há falar em outros direitos de segunda, de terceira geração ou da própria integridade física sem a vida. Apenas fizemos esse reparo. Mas quero dizer-lhe que esta Casa deve continuar esse belo trabalho. Para recuperar, é preciso atuar firmemente no campo da prevenção social. É o que o Fica Vivo faz aqui no Estado. Já cheguei a parabenizar o Governador várias vezes, porque foi o primeiro na história de Minas Gerais que atuou de forma consciente e inteligente no campo da prevenção social com programas como o Fica Vivo, o Poupança Jovem e tantos outros. Portanto, pode ter a certeza de que, mais uma vez, estaremos partilhando a mesma posição, sem nenhum problema. O Prefeito está de parabéns. Que continue atuando dessa forma. A própria Polícia Militar desenvolve programas também nesse campo, como o Proerd. Obrigado.

O Deputado André Quintão* - Muito obrigado, Deputado Sargento Rodrigues.

Sr. Presidente, concluindo, deixo aqui esta palavra para a cidade de Itaobim, o nosso compromisso com a localidade. Queremos mais segurança, combater o tráfico de drogas com muita força, com muita determinação e, ao mesmo tempo, valorizar o ser humano, o trabalho social da Prefeitura, de nosso Prefeito, João Pereira, da Casa da Juventude, que tem à frente a Queiroz e toda a sua equipe. Deixamos também aqui a palavra de estímulo, de esperança aos moradores do Bairro São Cristóvão, do Bairro Esperança, que têm esperança até no nome. Apresentamos a nossa solidariedade ao Sr. Paulo José Francisco.

Concordo com o Deputado Sargento Rodrigues: todo aquele que comete um ato contra a vida precisa ser punido dentro da lei e do respeito humano, conforme preveem a ética e a nossa Constituição Federal.

Portanto, Sr. Presidente, deixo aqui essas palavras, sobretudo o nosso respeito, para que possamos da próxima vez discutir a universidade federal com cursos em Itaobim, a Escola Técnica Federal, os projetos sociais, o apoio à cultura, porque o povo de Itaobim merece e porque tem muita gente séria à frente das entidades sociais e da Prefeitura dessa querida cidade, Capital da manga e do médio Jequitinhonha. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, retorno hoje à tribuna. Ontem fiz um pronunciamento pelo art. 70 para iniciar alguns comentários e algumas ponderações a respeito do Plano de Metas e Resultados apresentado pelo Prefeito Márcio Lacerda na última semana na Prefeitura de Belo Horizonte. Foi uma solenidade muito prestigiada pelos governos federal e estadual. Todos os Vereadores da Capital estavam lá presentes, bem como todos os Secretários da Prefeitura de Belo Horizonte. Foi uma bela festa, mostrando, entre outras coisas, a união da nova equipe que está à frente da Prefeitura de Belo Horizonte, com o único objetivo de melhorar a vida do cidadão belo-horizontino.

Dizia aqui ontem, Sr. Presidente, que o meu objetivo principal em dar repercussão a esse Plano de Metas e Resultados do Prefeito Márcio Lacerda não é fazer oposição, até porque não faço oposição ao Prefeito, pelo contrário, torço - e tenho a certeza de que pelo menos 95%, 99% dos belo-horizontinos também torcem - para que ele tenha êxito em sua caminhada e administração, a fim de que a vida de toda a população melhore no decorrer destes seus quatro anos de mandato à frente da Prefeitura. Reconheço sua liderança, que foi outorgada pela população da cidade nas últimas eleições. Foram dois turnos, mas ele teve no segundo turno uma votação considerável e venceu bem. Portanto, não faço oposição apenas por considerar minha obrigação, por ser parlamentar e belo-horizontino e por ter participado e disputado o pleito municipal passado, quero discutir e dar sugestões a seu Plano de Metas e Resultados.

Ontem, tivemos a oportunidade - muito rapidamente, já que temos apenas 15 minutos para o pronunciamento - de falar sobre a educação, a segurança e a mobilidade urbana - que hoje, se não é a principal, é uma das principais preocupações da população - e tratamos muito da questão do metrô de nossa Capital. O Prefeito - não sei se em um ato equivocado ou se foi mal-assessorado -, na semana passada, quando do anúncio desse Plano de Metas, lavou as mãos e jogou toda a responsabilidade da conclusão e da extensão do metrô sobre os parlamentares estaduais, os federais e o governo federal. Dizia aqui que o Prefeito de uma metrópole como Belo Horizonte tem mais força política e respaldo popular que todos os Deputados Estaduais e Federais para ir ao governo federal e cobrar investimentos efetivos e diretos no metrô, para tirarmos esse projeto tão sonhado do papel e o transformarmos em realidade.

Durante a campanha do ano passado, discutimos uma proposta, e o Prefeito Márcio Lacerda também a conhece e lhe é simpática: a extensão das obras do metrô com a parceria da iniciativa privada. Entretanto, é preciso que o governo federal continue no projeto. Em primeiro lugar, ele tem que permitir tal parceria; em segundo, mesmo com essa parceria, ele tem que continuar colocando dinheiro. Em vez de investir cerca de R\$4.000.000,00, investirá um pouco mais que a metade disso, mas terá que colocar dinheiro para tirarmos do papel o tão sonhado metrô de Belo Horizonte. A meu ver, somente o metrô da nossa Capital amenizará o problema da mobilidade urbana. As faixas exclusivas que estão sendo criadas nos principais corredores da cidade para o transporte coletivo ajudam? Ajudam, e muito, mas são necessárias outras ações.

Tenho sempre dito, desde a semana passada, quando tomei conhecimento desse Plano de Metas e Resultados do Prefeito, que a parte da mobilidade desse Plano está incompleta, porque não prioriza a bicicleta como meio de transporte para pequenos deslocamentos. Não estamos citando a bicicleta como meio de transporte para grandes deslocamentos, mas para pequenos. Nem a Prefeitura nem qualquer um de nós pode cobrar da população a utilização desse veículo como meio de transporte, se a Prefeitura não colocar como prioridade no seu plano de mobilidade urbana, dentro desse programa de metas e resultados, a construção de ciclovias e ciclofaixas capazes de dar segurança ao ciclista em pequenos trajetos. Assim, em vez de usar o carro para ir até a escola ou até o trabalho perto de casa, o cidadão poderia usar a bicicleta.

Para mim, o Plano de Metas e Resultados está incompleto na parte da mobilidade urbana, quando não inclui a construção e a implementação de ciclovias e ciclofaixas em Belo Horizonte.

E, mais do que isso: Belo Horizonte já tem uma porcentagem de 2,4 habitantes para cada carro que transita na cidade. É uma das maiores proporções que há entre todas as grandes metrópoles do País. Precisamos incentivar o cidadão belo-horizontino a deixar o seu veículo em casa.

Que outras possibilidades existem? Na minha opinião, faltou ao Plano de Metas uma pitada de criatividade no ponto da mobilidade. Já disse aqui outras vezes e volto a repetir: deve haver incentivo por parte da Prefeitura para que se criem e se construam - assim como estão sendo construídas faixas exclusivas para o transporte coletivo - faixas exclusivas para veículos que transportem mais de três passageiros. Principalmente nos horários de pico, se nós, se cada uma das senhoras e dos senhores parlamentares desta Casa tiver a curiosidade de sair de carro e transitar por Belo Horizonte, irá comprovar que 90% dos veículos que transitam pelas ruas da cidade têm apenas um passageiro ou duas pessoas dentro dele, principalmente no horário de pico. Precisamos incentivar, a Prefeitura precisa incentivar o intercâmbio entre vizinhos, amigos e familiares para que haja uma troca de caronas. Assim, consequentemente, diminuirá o número de veículos que transitam diariamente pela cidade.

Então, na minha opinião, na parte da mobilidade urbana, Sr. Presidente, ficou incompleto o Plano de Metas e Resultados do Prefeito Márcio;

porém, existem outras situações na parte da mobilidade que poderiam ajudar. Faço votos de que o Prefeito incorpore as diversas sugestões aqui apresentadas e as que estão sendo apresentadas pelos quatro cantos de Belo Horizonte, por cidadãos belo-horizontinos, e que consiga, até 2012, que é a meta, cumprir os objetivos que foram elaborados. São diversas as obras que foram estipuladas pela PBH para serem construídas e inauguradas até 2012.

Vamos agora à área da saúde. O Prefeito de Belo Horizonte apresenta como principal prioridade, como ponto principal da saúde nesse programa de metas e resultados da Prefeitura, a construção de um hospital metropolitano em nosso Distrito, na região do Barreiro, aproximadamente com 240 leitos; desses 240 leitos, 20 CTIs. Resolve o problema? Não resolve o problema. Ameniza o problema? Ameniza o problema. Agora, na minha opinião - e tenho a certeza de que hoje, em Belo Horizonte, muitos dividem essa opinião comigo -, o segredo para amenizar o sofrimento de quem usa o serviço da saúde pública na cidade de Belo Horizonte passa pelo investimento em pessoas, em pessoal. É preciso valorizar mais o servidor da área da saúde em Belo Horizonte e dar a ele melhores condições para o primeiro atendimento. Os postos de saúde de Belo Horizonte encontram-se, quase que na sua maioria, na sua totalidade, em situação de calamidade. E por diversos problemas, seja na área da segurança, seja na área da infraestrutura desses postos, seja na área de medicamentos, seja na área de pessoal. E é no primeiro atendimento, é no pronto atendimento no posto de saúde que o cidadão chega, pela primeira vez, para receber o atendimento. Então, só vamos resolver o problema de saúde em Belo Horizonte, se valorizarmos os servidores públicos da saúde, se dermos a eles melhor treinamento, melhores condições de trabalho.

E quando falo em melhores condições de trabalho, falo de postos de saúde dignos para quem lá trabalha e para quem lá recebe atendimento. Então, o Hospital do Barreiro é fundamental? Sim. Será parte importante da rede de saúde pública de Belo Horizonte? Será, mas não é a solução. Precisamos fazer com que os postos de saúde de Belo Horizonte tenham boa condição para oferecermos bons serviços à população belo-horizontina que por lá passa.

Então, Sr. Presidente, já está terminando meu tempo, mas gostaria de dizer que são sugestões. Gostaria de parabenizar o Prefeito Márcio Lacerda, porque, pela primeira vez, um Prefeito da Capital teve a sensibilidade de reconhecer o planejamento urbano como parte primordial, insubstituível para o desenvolvimento da cidade. Ele precisa ser aplaudido pelo Plano de Metas e Resultados. As sugestões que trago colho nos quatro cantos de Belo Horizonte durante as minhas caminhadas, andanças que faço pela minha cidade. As minhas aflições são as mesmas de quase dois milhões e meio habitantes que vivem aqui, em Belo Horizonte, e de quase 5 milhões de habitantes que moram na Região Metropolitana de Belo Horizonte e querem ver sua Capital desenvolver-se, porque, conseqüentemente, a Região Metropolitana vai desenvolver-se também.

Então, não entendam as senhoras e os senhores parlamentares, as senhoras e os senhores que nos assistem das galerias desta Casa, que estou aqui para criticar o Plano de Metas do Prefeito Márcio Lacerda apenas por oposição. Não, até porque já bem disse, tanto no início do meu pronunciamento de hoje quanto no de ontem, que não faço oposição ao Prefeito Márcio Lacerda; muito pelo contrário, já disse a ele pessoalmente, mais de uma vez, na sede da Prefeitura Municipal, em seu gabinete, que o que ele precisar pode contar com este parlamentar, para desenvolvermos bons projetos, a fim de melhorarmos a qualidade de vida do cidadão belo-horizontino.

Continuarei vigilante, porque esta é a minha obrigação como parlamentar mineiro e como cidadão belo-horizontino. Sou companheiro do Prefeito Márcio Lacerda e acredito que ele é um homem de bem, capaz de transformar para melhor a nossa cidade de Belo Horizonte. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, saudações também aos que nos acompanham pelas galerias e pela TV Assembleia.

Sr. Presidente, quero tratar de um assunto que vem se arrastando desde 2007, por parte do governo do Estado e de alguns servidores, embora o empenho de alguns destes não corresponda ao das pessoas que dão a palavra final. Quero tratar da redução da taxa de tributação do ICMS da agricultura familiar. Faço essa retrospectiva, porque a Assembleia Legislativa não tem sido indiferente. Desde 2007, apresentamos várias solicitações, acolhendo vários agricultores, dialogando com eles, fazendo o confronto dessa ação do governo do Estado com a ação do próprio governo federal por meio de um programa que busca o fortalecimento da agricultura familiar desde o acesso à terra, ao crédito e, assim, à produção.

Há também o beneficiamento dos produtos. Vários recursos são a fundo perdido, com o fabuloso Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Doação Simultânea. Há casos de, para uma associação, serem depositados cerca de R\$700.000,00. A entrega tem de ser feita em forma de produto. São desbloqueados os valores, na medida em que eles vão entregando os produtos, que são destinados a creches, Apaes, Lares de Idosos, etc. Por isso são chamados de doação simultânea. O governo federal, por meio da Conab, adquire os produtos da agricultura familiar, os quais imediatamente são doados para as entidades.

Qual a discussão? A taxa de tributação para a maioria dos produtos é de 18%. Para uma parte, a taxa é de 12%. Para uma outra, menor, é de 7%. Fizemos reuniões, a exemplo da audiência pública que realizamos em 3/6/2008, na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, para discutir esse assunto. Contamos com a presença da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab -, da Emater, da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Conselho Estadual de Segurança Alimentar, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar e da Secretaria da Agricultura. A partir dessa audiência pública, constituímos um grupo de trabalho. No dia 16 de junho, foi realizada a primeira reunião desse grupo com representantes da Conab, da Emater, da Secretaria de Estado de Fazenda, da Secretaria de Estado de Agricultura, do Consea e da Fetraf. A proposta desse grupo de trabalho tinha em vista a incidência de uma só alíquota sobre todos os produtos cuja incidência hoje é de 18%, 12% ou 7%. Chegou-se ao entendimento de 3% para as operações de comercialização de produtos de agricultores familiares ou agroindustriais de caráter familiar, ainda com a novidade de inclusão de um crédito presumido de 7% de abatimento de ICMS para o estabelecimento comercial que adquirir esses produtos diretamente da agricultura familiar.

No dia 6/8/2008, foi publicado o Decreto nº 44.867, alterando a legislação do Decreto nº 43.080, de 2002, e reduzindo a tributação dos produtos oriundos da agricultura familiar para 3%. Ou seja, esse decreto foi publicado em 6/8/2008, e, a partir daí, vários encontros ocorreram. Quero reconhecer o trabalho do Lucas e da Igenes, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além do reconhecimento ao Consea e aos movimentos sociais.

Por parte do governo existe a preocupação. Eles também têm participado de vários eventos, de várias discussões sobre a alimentação escolar. Às vezes, seus funcionários ficam em situação de desconforto. Não gostaria de estar no lugar deles, porque, ao participarem dos eventos, são pressionados e só podem dizer: "Vai publicar, vai publicar". Agora, tudo depende de uma publicação, regulamentando esse decreto. Essa publicação está na Secretaria de Governo ou na Secretaria de Planejamento.

Há meses recebemos a informação de que isso será publicado na semana que vem. Assim, tenho de dirigir-me diretamente ao Governador para dizer-lhe: "Sr. Governador, isso não se faz com quem está no campo quase em regime de escravidão!". O trabalhador rural enfrenta dificuldades para permanecer no campo, visto que, além de não contar com uma série de serviços, a exemplo de energia elétrica e das estradas, o que produz é vendido com muito sacrifício. Portanto, colocar ICMS de 18% sobre os produtos é penalizar o trabalhador rural. Para

melhor entendimento, citarei um projeto feito pela Conab ou através dela. Às vezes, juntam-se 50 agricultores; se esse projeto, num todo, é de R\$100.000,00, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que tem à frente o companheiro Patrus Ananias, passa esse recurso, por meio da Conab, à associação. Ou seja, esse recurso é depositado na conta da associação. Quando a nota fiscal é emitida, 18% ficam para o Estado, isto é, 18% de R\$100.000,00 ficam com o Estado, o que é um absurdo.

Esta Casa, hoje, pela manhã, contribuiu para a redução de ICMS, quando votou um projeto que concede isenção às empresas que vão acolher os presos e ajudá-los na ressocialização. Citam-se, ainda, outras concessões, a exemplo das que se referem aos equipamentos de hidrelétricas, construção de barragens e equipamentos de informática. Quantos projetos já votamos aqui de redução de ICMS?

Na agricultura familiar, temos jovens trabalhadores e trabalhadoras que querem permanecer no campo, mas desejam obter uma renda. Ora, agora incide uma taxa de 18% sobre a produção desses pobres que lutam para manter o alimento na mesa não só dos mineiros, mas também de grande parte do povo brasileiro e, até mesmo, para garantir a exportação, caso em que se organizam em cooperativas. Nesse caso, há experiências na produção de café e na agricultura familiar. Essa morosidade do Estado é uma vergonha! Não dá para acreditar que isso seja incompetência! Onde está a eficiência da gestão? Que gestão pública é essa? Para quem está voltada essa eficiência? Quem está ganhando com isso? Isso é um absurdo!

Já há um entendimento na Secretaria de Estado de Fazenda e na Secretaria de Estado de Agricultura, que participaram do processo. Agora estão amarrando a publicação que regulamenta esse decreto. É só a forma! Que procedimentos o agricultor tem de realizar? É isso o que diz esse decreto, cuja regulamentação depende dessa publicação. Quem está sendo penalizado é o agricultor.

O governo federal, no mês de junho, determinou que no mínimo 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sejam destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar, estendendo-se a alimentação escolar para o ensino médio, o que amplia esse volume de recursos. Nesse caso, garante-se que a escola compre diretamente do agricultor familiar.

O Estado fica com 18% desses recursos. Ora, o Estado tem de ajudar, tem de contribuir para o processo, mas, infelizmente, está atrapalhando e retirando recursos do pobre. O governo federal envia o recurso para a agricultura, pois grande parte da população é pobre, porém quer viver com dignidade. Então, o Estado concede isenção às grandes indústrias siderúrgicas, enquanto o pequeno é esquecido.

Essa é a lógica perversa deste governo. É um absurdo, é inadmissível uma coisa como essa! Reconheço os cargos técnicos que vêm se empenhando e que se empenharam na construção, mas o povo foi enganado. Sempre realizamos audiências públicas para encontrar um entendimento, mas a discussão fica parada tanto na Secretaria de Agricultura quanto na de Fazenda. Isso é justo? Por que esse entendimento nunca sai?

Sr. Governador, não queremos para os agricultores brasileiros o que está ocorrendo com os agricultores de Minas Gerais. Não desejamos que essa prática se estenda para o Brasil inteiro. O povo mineiro que está consciente do que vem ocorrendo com os mais pobres também não quer que essa prática se estenda além das fronteiras de nosso Estado. Ainda bem que o povo mineiro está acordando e quer dar um basta a essa prática neoliberal, que só favorece os grandes. São os grandes empresários que recebem as benesses num Estado que funciona só para os ricos, só se lembra dos pequenos, quando é para aplicar-lhes multa e retirar-lhes recursos.

Governador, que V. Exa. tome conhecimento da morosidade do seu governo, que não tem nem nunca teve gestão eficiente. Uma gestão eficiente tem de ser favorável a todo o povo mineiro e tem de enxergar cada cidadão, sendo presença constante na vida de cada um, sobretudo dos agricultores familiares, visto que 70% dos produtos que chegam à mesa dos mineiros são produzidos pela agricultura familiar, que vem sendo penalizada por um alto imposto. O governo concede redução de impostos para tantos, menos para quem mais precisa, mais trabalha e mais contribui para o Estado e o País, que é o agricultor. Sem ele, não existiria vida. As pessoas podem ter dinheiro, mas, não tendo o que comer, o que seria delas?

É preciso voltar o nosso olhar para o campo, a fim garantir o que os homens, as mulheres e as crianças precisam para viver no campo com dignidade.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, há pouco comentava com o Deputado Carlin Moura que fico triste, ao abordar esse tema e ao gastar tanta energia com um assunto que poderia ser facilmente resolvido pelo Comando-Geral da Polícia Militar. Entretanto, dado o flagrante desrespeito a direitos e garantias fundamentais previstos em nossa Carta Maior, a Constituição da República, não há outro mecanismo, outra forma de me manifestar, senão usar esta tribuna para expor minha indignação diante dessa questão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estive com o Cel. Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da Polícia Militar, no dia 8 de maio, há cerca de quatro meses, e despachei com ele o Ofício nº 744/2009, de lavra de nosso gabinete. Na ocasião, solicitamos sua presença para fazer cessar, cassar definitivamente alguns memorandos que alguns Comandantes, Chefes e Diretores da Polícia Militar vêm fazendo pelo interior do Estado.

O assunto de hoje trata especificamente da questão do batalhão de Betim. Parece-me que o Ten.-Cel. Antônio Leandro Bettoni da Silva, mais conhecido como Ten.-Cel. Bettoni, Comandante do batalhão de Betim - devo até fazer uma pesquisa, Sr. Presidente -, deveria estar nessa relação, junto com Ulysses Guimarães, de legislador originário, o chamado legislador constituinte. Esse moço e alguns outros vêm legislando, vêm alterando a Constituição da República por memorando.

O que mais me entristece, Cel. Renato Vieira de Souza, digníssimo Comandante-Geral da Polícia Militar, é que o senhor leva muito tempo para tomar uma providência. Eu disse a V. Exa. na última reunião: "Não haverá outro mecanismo, Sr. Comandante, a ser utilizado senão o expediente da convocação na Comissão de Direitos Humanos". Pasmem, senhoras e senhores, cheguei a publicar no meu informativo, que é produzido pelo gabinete, que eles querem rasgar a Constituição da República. Mesmo assim, os Coronéis Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da Polícia Militar, e Gilberto Cabral, Chefe do Estado-Maior, continuaram inertes, sem tomar nenhuma providência em relação ao assunto. Nós, que estivemos lá de forma gentil, de forma propositiva, levando um problema para chegar a uma solução pacífica, tranquila, mediando conflitos que chegam ao nosso gabinete, não tivemos retorno nenhum do Sr. Comandante-Geral.

Pasmem: esse documento, esse ofício foi protocolado no dia 8 de maio. E qual foi o objeto, Deputado Weliton Prado, a presidir essa reunião? O Comandante do batalhão elaborou um memorando a respeito da licença-saúde dos policiais militares sob seu comando em Betim. Quando o policial adoece, quando está com um problema de saúde, ele vai ao médico, que o libera por três, quatro, cinco dias, como ocorre com qualquer trabalhador na face da Terra. O policial, então, é obrigado a levar à sua sede essa dispensa, esse atestado. O médico da unidade, o médico do chamado Serviço de Assistência à Saúde - SAS - da unidade homologa tal atestado, que dará ao policial o direito ao repouso em casa. Quando ele retorna à atividade normal, o Comando faz com que ele pague os dias em que ficou de repouso. Ele é obrigado a trabalhar os cinco dias em que estava repousando.

Pergunto às senhoras e aos senhores: ele não pode adoecer? Parece-me que o Ten.-Cel. Bettoni, Comandante do 33º Batalhão de Betim, está comandando "robocops". Homem de ferro não adocece, apenas faz algumas lubrificações, recarrega a bateria e continua trabalhando. Lá não se pode adoecer.

Está aqui, Sr. Presidente, a forma desrespeitosa, a forma que viola a dignidade da pessoa humana. Acho que esses Comandantes - tenho que consultar alguns Deputados Federais mais antigos - talvez estivessem lá, legislando como constituintes originários, e eu não tinha conhecimento disso. O cidadão quer alterar a Constituição da República, quer alterar cláusula pétrea por memorando e, o pior, quer alterar as normas que fundamentam, que antecedem os direitos e garantias fundamentais. Assim está descrito no art. 1º da Constituição da República: "Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa".

Mais adiante, Sr. Presidente, o § 1º do art. 5º estabelece que "as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata". E aí, Cel. Renato? Será que terei de pedir ao senhor, mais uma vez, que não permita que seus Comandantes no interior continuem rasgando a Constituição da República por meio de memorandos? Não vou ter de pedir isso, Sr. Presidente, porque direitos e garantias fundamentais nenhum cidadão pede a nenhuma autoridade, mas exige; exige que sejam cumpridos, porque assim define a Constituição da República quando diz que são direitos de aplicação imediata.

Mas onde está a dignidade da pessoa humana, se o cidadão não pode adoecer? Partem eles do pressuposto equivocado de que todos estão ludibriando, de que os policiais estão usando de má-fé, pois não estão doentes, mas simulando doenças. Assim, criam memorandos ridículos, que desrespeitam e violam a dignidade da pessoa humana.

Esse não é um assunto que eu gostaria de tratar aqui, porque é muito pequeno para ser tratado desta tribuna, em que se quer um trabalho melhor. Mas, por outro lado, temos de observar que, muitas vezes, é por isso que o policial acaba trabalhando mal nas ruas, exorbitando em suas ações e fazendo o que não deve. Por quê? Porque é desrespeitado dentro do quartel, já que não pode ficar doente. Se ele tirar uma licença de saúde por cinco dias e repousar em casa, é obrigado a repor esses dias na sua folga; ou seja, não pode adoecer. Assim, mesmo que se recupere fisicamente, psicologicamente fica arrasado, porque isso é uma violência contra a dignidade de pais de família.

Tenho em mão, Sr. Presidente, o controle de licenças médicas e reposição de serviço documentando a relação de policiais que tiraram licença de saúde - por determinação médica, não por sua livre e espontânea vontade - e, após cumprirem a licença, ao voltarem ao quartel, foram obrigados a trabalhar em seus dias de folga para repor cada dia dessa licença. Está tudo aqui, documentado. Estive com o Cel. Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da Polícia Militar, despachando pessoalmente, entreguei o documento e falei da violação, mas quatro meses se passaram e até hoje o Cel. Renato não tomou providência. Está aqui uma escala de serviço em que eles, mais uma vez, tentam maquiagem o ato, desrespeitando a Constituição da República: na escala prevista para o mês de agosto, lê-se o nome do policial, seguido da letra "d", indicativa de que ele estaria de descanso. Mas, por baixo do pano, escondida na gaveta, está a escala do dia em que o policial vai pagar por aquela licença de saúde a que fez jus exatamente por estar com problema de saúde. Ele é obrigado a isso.

Alguém tem de dizer a esses Comandantes o que se diz em nossa Constituição. Ora, seu art. 37 é muito claro, é cristalino, e nele são previstos alguns princípios sobre os quais não cabe aos Comandantes achar alguma coisa ou ter alguma intuição, mas apenas cumpri-los. Quais são esses princípios? Legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. Outros grandes administrativistas vão além e incluem: eficiência e razoabilidade. Ora, é razoável um policial ir ao médico, receber uma licença de saúde e repousar em sua casa, para se recompor e restabelecer o seu quadro clínico, e ter de pagar esses dias ao chegar no quartel? Além de ser uma violência contra a dignidade da pessoa humana, um desrespeito ao pai de família, isso implica dano moral.

Então, Sr. Comandante de Betim, a cada policial que bater na porta de nosso gabinete, o senhor responderá, na forma do art. 186 do Código Civil, pelo dano moral causado a esse servidor. A lei é muito clara, e vamos acioná-lo judicialmente. Cada policial militar do Município de Betim que bater à porta do gabinete promoverá uma ação de reparação de danos morais causados pelo Ten.-Cel. Bettoni.

Cel. Renato Vieira de Souza, amanhã vamos discutir, por iniciativa deste Deputado, uma convocação que fizemos do Tenente-Coronel de Itabira e do Tenente Comandante do Pelotão de Ferros. São outros dois "legisladores", que proibiram o policial militar de sair do Município no dia de folga. O direito de ir e vir, previsto na Constituição da República, não vale para policial militar do interior. Lá, o Comandante é legislador constituinte, altera a Constituição da República por memorando. Amanhã receberemos o Prof. José Luiz Quadros de Magalhães, constitucionalista, que detalhará sobre direitos e garantias fundamentais na Comissão de Direitos Humanos, às 9 horas.

Não aceitarei e informo ao Cel. Renato Vieira de Souza e ao Cel. Gilberto Cabral que estarei sempre disposto a ir ao Comando despachar e buscar uma solução. Mas, passados quatro meses, o abuso de autoridade continua, portanto não restou opção. Amanhã, apresentaremos requerimento na Comissão de Direitos Humanos convocando o Comandante do batalhão de Betim para explicar por que criou um memorando para obrigar os policiais a repor os dias de licença-saúde, nos quais repousaram para restabelecer sua saúde.

Cel. Renato, não posso ficar aqui aguardando mais de quatro meses. Amanhã, convocaremos o Comandante de Betim. Quem sabe assim o senhor tenha um pouco mais de agilidade para despachar os atos de V. Sa. Obrigado.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, gostaríamos de nos manifestar quanto à indicação feita pelo Governador do Estado do nome do Dr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais.

Ao longo dos últimos meses, temos acompanhado essa discussão acalorada na Assembleia. O próprio Deputado Weliton Prado, que está conduzindo esta reunião, tem insistentemente manifestado a sua opinião, que, em grande medida, representa a opinião da Bancada do PT e da Minoria com relação à importância e ao quanto é delicada essa nova institucionalidade para todo o Estado de Minas Gerais. Se, de um lado, temos certeza de que é fundamental a regulação e o controle desses serviços, por outro lado, pela novidade, por não haver ainda uma prática sistematizada e pelo grau de experimentação que pode ainda estar presente no início da implementação da Agência, temos clareza de que as agências reguladoras, em todas as instâncias onde já foram instituídas e implantadas, são uma grande conquista para a sociedade.

O que é talvez discutível e que mereça atenção é o aspecto do controle social, porque, nesses espaços de regulação e de controle, é fundamental pensar como a sociedade poderá influenciar, acompanhar e monitorar todo esse processo que afeta diretamente a vida de todos nós.

Quando se fala sobre abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, verificamos que são serviços que têm impacto direto na qualidade de vida das pessoas. Esse é um dos importantes componentes, centrais mesmo, quando se trata de avaliar o IDH das comunidades. Nesse aspecto sanitário, impacta, direta e profundamente, a qualidade de vida das pessoas.

Portanto a indicação do Dr. Octávio Elísio parece-nos muito acertada. Há muitos anos, nós o conhecemos, sabemos da sua atuação importante

e reconhecida na área da educação, como Subsecretário, como Secretário de Ciência e Tecnologia, além de muitas outras atribuições que lhe foram confiadas ao longo dos anos. Temos só boas referências do Dr. Octávio Elísio. Todavia sabemos que alguém capacitado, qualificado e com muitas boas referências, por si só, não garante o bom funcionamento do sistema. Na verdade, precisamos acompanhar de perto como essa Agência será permeável ao sentimento e à visão da sociedade, assim como todas as demais agências de regulação. Não podemos permitir que se transforme numa agência que encaminhará, pura e simplesmente, os interesses dos que são os operadores e concessionários dos sistemas e daquelas empresas que trabalham executando o serviço regulamentado e regulado.

Sr. Presidente, gostaríamos de trazer aqui um relato. Na sexta-feira da semana passada, participamos de um evento na minha querida cidade de Paracatu, que tem relação direta com essa discussão. Na manhã da sexta-feira, participamos na Sub-bacia do Ribeirão do Espalha, um dos principais afluentes do Córrego Rico, principalmente antes de esse córrego alcançar a cidade de Paracatu. Córrego Rico é um afluente do Rio Paracatu, que consequentemente é afluente do Rio São Francisco. Portanto estamos falando da Bacia do Rio São Francisco, que é alvo hoje do Programa Nacional de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, o maior programa de revitalização conhecido no Brasil, bastante ousado nas suas metas e nos seus objetivos. Muitas ações desse programa vêm sendo questionadas exatamente porque um volume imenso de recursos tem sido utilizado na área de saneamento básico, principalmente na implantação de redes de coleta de esgoto e na implantação de ETES. Concordamos que essa intervenção no âmbito de um programa de revitalização como o do Rio São Francisco é uma ação fundamental.

Portanto não há questionamento em relação a isso. Todavia, quanto à participação da sociedade civil no monitoramento e na definição dessas ações, entendemos que não temos hoje mecanismo eficaz algum, a não ser os comitês de bacia. Infelizmente, apesar de muitos já estarem organizados em Minas Gerais, a sociedade civil ainda está muito distante de ter oportunidade efetiva de participação nos comitês. Isso talvez em razão de desconhecimento e falta de informação ou de ser um tema que ainda não mobilize o suficiente a sociedade e a comunidade.

Certo é que as ações do Programa Nacional de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco ainda carecem desta participação que dê não só mais legitimidade ao conjunto de intervenções em curso, mas também permita o envolvimento, a participação efetiva e o comprometimento. Talvez nisto resida a questão mais importante: o comprometimento das diversas comunidades ao longo de todas as bacias e de todos os cursos da Bacia do Rio São Francisco no que diz respeito às ações efetivas de revitalização. Se a sociedade não se envolve, não se sente participante e não se compromete, dificilmente ações como essas, de cunho ambiental tão amplo e tão complexo, ganham dimensão necessária para que a ação pretendida, como a revitalização do Rio São Francisco e de todos os seus afluentes, seja alcançada.

Sr. Presidente, fiz um comentário sobre o evento de que participei na Bacia do Ribeirão do Espalha, próximo a Paracatu. Trata-se de uma ação engenhosa, que envolve as noções de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, primeiramente em função dos diversos atores presentes na iniciativa, que é também uma iniciativa de revitalização e está fora do âmbito público imediato. Não é uma ação exclusivamente da Prefeitura nem de algum órgão público, não há recursos públicos diretamente envolvidos, mas é uma ação financiada por uma mineradora de ouro, a Rio Paracatu Mineração, do Grupo Kinross, que tentava responder aos reclamos da sociedade desse Município por ações efetivas na área ambiental. Trata-se da implantação de um amplo projeto de barraginhas em toda a Bacia do Ribeirão do Espalha. As águas ganharão volumes consideráveis e ampliarão a quantidade; o volume de água alcançará o Córrego Rico, quando ele começa a atravessar Paracatu. Portanto, vai melhorar a qualidade e a quantidade da água do Córrego Rico, que atravessa essa cidade. É certo que essa iniciativa será um sucesso, pois um dos componentes fundamentais para propostas dessa natureza, Sr. Presidente, é exatamente uma comunidade mobilizada, sensibilizada, organizada e participativa. Temos a Associação dos Produtores e Agricultores Familiares da Bacia do Espalha, que é a principal interveniente desse projeto. São 14 produtores - conhecemos todos eles -, sensíveis e conscientes, que tiveram a iniciativa do projeto. Tentamos, muitas vezes, encontrar fontes de financiamento para implantar o projeto das barraginhas na Bacia do Espalha, mas não tivemos sucesso. No entanto agora, com o financiamento da RPM, o projeto se iniciará. É outro parceiro importante nessa iniciativa, para garantir também o acompanhamento efetivo e para mensurar os impactos. Afinal, a literatura específica sobre o assunto dos impactos efetivos das barraginhas é muito escassa, para não dizer rara. São raríssimas as pesquisas e as publicações de caráter acadêmico e científico para atestar, de forma científica, o impacto positivo das barraginhas.

A Faculdade Integrada do Noroeste de Minas - Finom - é uma das parceiras dessa iniciativa. Por meio de um trabalho de extensão, de acompanhamento e monitoramento, com os alunos dos cursos de meio ambiente, ela vai avaliar e mensurar com muita precisão os impactos positivos disso. A maioria das ações nas barraginhas País afora têm sido avaliadas positivamente, mas de forma empírica. Sabe-se que dá certo, que é uma boa iniciativa, que a tecnologia social das barraginhas é muito boa, que funciona, mas de forma empírica, e tão somente que esse conhecimento vem sendo acumulado. Também temos a participação da Universidade de Brasília - UnB -, uma das maiores universidades do Brasil, que ajudará a monitorar a implantação das barraginhas da bacia do Espalha, do IEF, da Emater-MG, das Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente de Paracatu, com financiamento, como já disse, da Rio Paracatu Mineração, da Kinross.

Entendemos que esse trabalho, muito importante sob o ponto de vista ambiental, precisa ter alguns complementos, apesar de ser uma iniciativa louvável e engenhosa, por envolver a participação de órgãos públicos, acompanhamento de Secretarias Municipais, Prefeitura e setor acadêmico, com a sociedade civil responsável conduzindo e executando o projeto. É preciso garantir que, com essas águas que chegarão em maior quantidade e melhor qualidade ao Córrego Rico, que atravessa a cidade de Paracatu, haja uma ação adicional.

Ali mesmo no evento, ao fazer uso da palavra, lançamos um desafio a todos os presentes. O Prefeito Municipal Vasquinho e alguns Vereadores, além de várias lideranças, estavam presentes. Esse desafio envolve também a mim, Deputado da cidade, que tenho compromisso com a comunidade e com o meio ambiente. É isso que gostaria de abordar agora, porque tem razão direta com a indicação do Dr. Octávio Elísio para a Agência Reguladora do Serviço de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais.

Trata-se, Deputado Domingos Sávio, da ação da Copasa no Município de Paracatu. Em Paracatu, felizmente, há todo um sistema de coleta de esgoto, alcançando praticamente toda a zona urbana. Essa foi uma ação que cresceu muito quando fui Prefeito, e os Prefeitos que me sucederam também trabalharam nesse fim, em conjunto com a Copasa. Essa foi uma iniciativa que também se iniciou em nosso mandato. A obra iniciou-se quando eu ainda era Prefeito de Paracatu, com a construção dos emissários de esgotos ao longo do Córrego Rico, com mais algumas elevações, bombeamento de esgoto para concentrá-lo num ponto e poder iniciar a estação de tratamento de esgoto da cidade. Essa estação já está pronta, com o funcionamento dos emissários, coleta e esgoto, mas ainda temos no Córrego Rico uma série de lançamentos clandestinos de esgoto.

Não é possível, depois de investimentos fabulosos realizados no sistema de esgotamento sanitário de Paracatu, tanto para coleta quanto para bombeamento e tratamento de esgoto, ainda convivermos, não se sabe até quando, com volumes consideráveis de esgoto sendo lançados de forma clandestina no ribeirão que corta a cidade.

Uma série de ações estão sendo planejadas e discutidas com a comunidade, definidas pela mineradora, com o intuito de se promover a revitalização do Córrego Rico. Agora, há mais essa iniciativa do Ribeirão do Espalha, que vai aumentar a vazão do Córrego Rico de forma sistemática. Tenho a certeza disso, porque as tecnologias sociais, conhecidas como barraginhas, funcionam muito bem, apesar do nosso conhecimento empírico. Mas sabemos que o sucesso ocorreu de forma explícita, imediata, nos locais onde foram implantadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o desafio é exatamente este: como o poder público, a Copasa, a sociedade civil organizada, as faculdades locais, as organizações não governamentais, ambientalistas ou não, os órgãos do Estado, o Igam e a agência de regulação de água e esgoto podem atuar? Lanço esse desafio também a mim. Ainda hoje protocolaremos um requerimento à Mesa da Assembleia solicitando à Copasa uma ação específica, uma atenção especial com esse caso, no qual o Ministério Público também tem interesse. Temos uma promotoria especializada para atender as questões dos Rios Paracatu e Uruçuaia, no âmbito da Promotoria de Justiça de Defesa da Bacia do Rio São Francisco. Portanto,

há muitos interessados.

Temas como esse também devem ser objeto de trabalho do Octávio Elísio, indicado pelo Governador para dirigir a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Inicialmente, agradeço ao prezado colega Deputado Almir Paraca e, ao mesmo tempo, cumprimento-o pelo pronunciamento. V. Exa. sempre teve uma postura extremamente competente e representa, com muita dignidade, não somente a grande Paracatu, mas também toda Minas Gerais. É justamente essa a nossa visão.

A Assembleia deu grande contribuição ao povo mineiro ao aprovar a criação dessa agência reguladora dos serviços de abastecimento de água e de saneamento. A grande tarefa será o acompanhamento de cada ação, para que ela funcione dentro dos princípios constitucionais. O próprio nome já diz que ela é reguladora, que cuida de assegurar ao cidadão uma condição adequada de atendimento no abastecimento da água tratada e também no serviço de tratamento do esgoto sanitário. Talvez seja esse o grande desafio deste século XXI. Aliás, é um desafio que o mundo inteiro tem de enfrentar. Minas Gerais não pode ficar para trás. Não podemos mais aceitar a poluição dos nossos córregos e rios; não podemos pensar na água enquanto a captamos e depois despejar lixo nos córregos.

A atividade dessa agência tem de visar à defesa dos interesses públicos em primeiro lugar, com ações muito firmes, para que tenhamos um planejamento. Isso não se resolve apenas com discursos ou intenções. É preciso haver planejamento, programação de investimentos, com execução, para que o atendimento seja adequado.

Neste aparte, gostaria realmente de me unir a V. Exa., de modo especial para manifestar minha alegria de ver o nome do ex-Deputado constituinte, parlamentar que muito contribuiu para a história recente da política mineira, Octávio Alves de Brito. Trata-se de uma figura que transita em todos os partidos políticos devido à sua história: ele só é intransigente na defesa dos valores éticos e morais. Possui uma vida pública baseada na prestação de serviço à comunidade. Ele sempre teve um bom diálogo, e sua história mostra isso.

Tenho certeza de que, para exercer um cargo como esse, obviamente é preciso ter uma boa formação, e ele é um professor altamente qualificado; é preciso ter também a habilidade de transitar por todos os segmentos e fazer disso um instrumento para se relacionar com a sociedade. Da mesma forma são qualificados os demais membros, o Dr. Antônio Maurício Fortini e o Teodoro Alves Lamounier, pessoa que considero praticamente um conterrâneo de Itapeçerica, com quem convivi muitos anos e que fez um trabalho brilhante, recentemente, na Cohab.

Permita-me apenas mais alguns segundos para associar a importância deste momento às ações e aos desafios que teremos. Na semana passada, fiz uma visita a Coronel Fabriciano e Timóteo, visita extremamente produtiva. Essa é a rotina de todos nós durante o fim de semana, porque, enquanto descansamos, carregamos pedra; mas ali, realmente, foi prazeroso. Tive a alegria de rever vários amigos e de encontrar muita gente, mas fui a trabalho. Na primeira reunião que tive no Sindicato dos Trabalhadores em Transportes, com o Celinho, Presidente do Sindicato, e com outras lideranças, um dos temas abordados foi a estação de tratamento de esgoto, hoje o grande desafio de cidades com mais de 100 mil habitantes, tema que tem de ser enfrentado com debates francos, verdadeiros, sem nenhuma nuance político-partidária, e que já foi inclusive objeto de audiência pública realizada lá. É preciso que tenhamos mecanismo como este da agência, que atue com imparcialidade por não ser o órgão executor do serviço, mas tenha o dever de verificar qual o melhor lugar para uma estação de tratamento de esgoto e como implantá-la. Percebi que lá existe consenso. Toda a comunidade compreende que tem de ser feita a estação de tratamento de esgoto; não há consenso é quanto ao local. Aí tem de prevalecer um estudo científico, uma análise bem segura em que o interesse público esteja acima de qualquer interesse social, partidário e - o pior - econômico. Então, vimos ali um problema grave, que acompanharemos. A agência reguladora deverá ser palco de debates como este.

Outro aspecto é a saúde pública, a escolha da região. Coronel Fabriciano, Deputado Almir Paraca, é a mãe do Vale do Aço. Dali nasceu Ipatinga, Timóteo, e está se tornando uma mãe pobre. Infelizmente, às vezes, essa é a realidade dura do processo de emancipação de alguns Municípios. Ipatinga é muito promissora, Timóteo também; já Coronel Fabriciano, com mais de 100 mil habitantes, não tem um pronto-socorro, não tem um lugar digno para atender os cidadãos. Há muito esgoto a céu aberto, muito sofrimento. Vimos que ali há muito o que fazer, tanto no saneamento quanto na saúde pública. Visitei o Hospital Siderúrgica, para o qual consegui recursos destinados à construção de uma UTI, que está pronta e começará a funcionar. Buscaremos recursos com o governo do Estado para ajudar no custeio e para se construir um pronto-socorro. Faremos isso de maneira suprapartidária. Reuni-me lá com o Prefeito Chico Simões, colega de partido de V. Exa., nosso ex-colega aqui, e falamos a mesma língua: temos de nos unir para construir e garantir o dinheiro para funcionar. É claro que seremos parceiros para a construção e para o funcionamento. Então, é nessa linha que quero me unir a V. Exa. Aprovaremos, creio eu, pelo menos essa é minha vontade, porque vejo, nos nomes aqui apresentados, pessoas altamente qualificadas. Mais do que aprovar os nomes que vão dirigir a agência reguladora do serviço de água e esgoto, acompanharemos e faremos desse órgão um instrumento para se encontrar solução para o tratamento de esgoto de diversas cidades que já têm água tratada, mas não têm esgoto. Asseguraremos a elaboração de um planejamento na área de água e de esgoto. Estamos preocupados. Existem cidades que correm o risco de não terem água para beber. Verificaremos também a aplicação de recursos nas nascentes, na conservação das matas ciliares. V. Exa., como ninguém, defende esta bandeira nesta Casa, por isso termino agradecendo-lhe a oportunidade e parabenizando-o pela forma eficiente com que tem desempenhado seu papel nesta Casa Legislativa. Muito obrigado.

O Deputado Almir Paraca* - Agradeço as palavras do Deputado Domingos Sávio. Compartilhamos dessa preocupação de realmente traduzir para o conjunto da sociedade a eficácia desses instrumentos, que são instituídos exatamente para proteger a noção do que é público, proteger os direitos e uma condição de vida efetivamente boa para o conjunto dos cidadãos.

Continuando, compartilhamos também a avaliação - e já havíamos feito isso anteriormente - que o Deputado Domingos Sávio faz da indicação do Dr. Octávio Elísio, principalmente, para ser um dos Diretores da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais. Situações como essa de Paracatu, das Bacias do Rio Espalha e do Córrego Rico e de toda a comunidade local ocuparão, certamente, os nossos debates. Já estamos aqui, em primeira mão, introduzindo o assunto, porque vamos levá-lo à Copasa. Faça questão de, assim que o Dr. Octávio Elísio e os demais tiverem assento na direção dessa Agência, fazermos uma visita a ela. Aproveito para convidar o Deputado Weliton Prado - imaginando que tudo vai correr bem e que os nomes apresentados aqui serão avaliados e apreciados por esta Casa - e o Deputado Domingos Sávio para fazermos uma visita a essa diretoria, a fim de termos já uma primeira conversa e sinalizarmos algumas questões que estão sempre presentes e candentes nesta Casa. Temos de, efetivamente, conseguir trazer essa dimensão ambiental para o cotidiano das pessoas. Este é o espaço da discussão, da construção da consciência política e cidadã e, certamente, da consciência ecológica do povo de Minas Gerais.

Nós, que somos das Bacias do Rio São Francisco e dos Rios Paracatu e Uruçuaia, tributários de primeira grandeza daquele rio de integração nacional, temo-nos preocupado, imensamente, Sr. Presidente, com o volume de agressões que tem alcançado a sua bacia.

Retomando o caso particular de Paracatu, entendemos que, diante de tanto investimento feito na comunidade, seja para construir a rede de coleta de esgoto, que é imensa, seja para implantar as diversas estações de bombeamento de esgoto, seja para construir os emissários que acolhem de um lado e de outro do Córrego Rico o esgoto lançado, seja para construir a estação de tratamento de esgoto de Paracatu, não podemos admitir que, depois de tanto investimento, a Copasa, que gere todo o sistema, que é a concessionária responsável pelo serviço de água e esgoto de Paracatu, permita, junto com a Prefeitura Municipal, que muitas ligações clandestinas de esgoto ainda alcancem o Córrego

Rico.

Neste momento em que Paracatu se reúne para discutir o seu futuro, fazendo projeções para daqui a 30, 40, 50 anos, quando se prevê o término da exploração do minério de ouro no Município, que hoje significa 30% da nossa economia, neste momento em que a nossa comunidade toda se prepara para planejar e estruturar um plano de desenvolvimento sustentável para Paracatu, é inadmissível que ainda convivamos com situações como essa em que um volume de esgoto é lançado no Córrego Rico.

Portanto, Sr. Presidente, convidamos o Deputado Weliton Prado, que carrega essa bandeira de defesa do consumidor, do cidadão, a auxiliá-nos e a abraçar conosco essa causa em Paracatu. Convido-o a fazer conosco essa visita à Diretoria da Copasa e também, uma vez aprovados e empossados, aos Diretores da agência reguladora, a fim de fazermos essa discussão e transformarmos Paracatu num modelo. Neste momento, tem-se que fazer muito pouco investimento para garantir que nem um pingo de esgoto alcance o Córrego Rico. Assim, poderemos ter esse exemplo a estimular todo esforço de sensibilização, mobilização e organização para promover o desenvolvimento sustentável de Paracatu.

Sr. Presidente, a Agência de Desenvolvimento Sustentável de Paracatu, uma organização da sociedade civil que agrega diversas organizações, empresas e lideranças, está capitaneando no momento a discussão. Teremos um seminário a ser realizado muito brevemente na cidade e, na ocasião, esperamos ter toda a comunidade legitimamente representada para que cada um assuma sua responsabilidade nessa tarefa, que é de nossa geração, mas também de outras. Esperamos que inúmeras gerações futuras possam desfrutar de uma condição que hoje não existe mais, mas que tive a oportunidade de experimentar - nadei no Córrego Rico. Esperamos que possam aproveitar essa riqueza natural que a cidade perdeu ao longo dos últimos anos e que estamos empenhados em recuperar. Queremos devolver à cidade o Córrego Rico limpo, saudável e, se Deus quiser, piscoso, cheio de peixes, para se transformar em um espaço de convívio e lazer, propício para bons momentos de contato com a natureza.

Sr. Presidente, lembrando que nossa região e quase toda a Bacia do Rio São Francisco está no bioma do cerrado, registro que, na semana que vem, teremos em Brasília o Encontro dos Povos do Cerrado. Já na sua sexta edição, esse encontro pretende reunir novamente mais de mil lideranças de todas as regiões do País onde se encontra o bioma para trocar experiências e promover o intercâmbio relativo às ações das diversas ONGs que estão atuando nessa área. Das comunidades tradicionais de Minas Gerais, estarão presentes os quilombolas, os vazanteiros, os geraiseiros e indígenas de várias regiões. Do Vale do Paracatu e do Vale do Uruçuia, sairemos em caravana. Estou indicado pela Mesa da Assembleia para representá-la no Encontro dos Povos do Cerrado e espero trazer relatos muito positivos desse evento. Esperamos que sejam relatos de avanços, capazes de estimular a ação de muitas organizações e comunidades que estão tentando sobreviver e lutando para manter o cerrado em pé, a fim de garantir a produção de água e o abastecimento de nascentes, córregos, rios até chegar ao São Francisco, como é o caso da bacia desse rio e de muitas outras, e também a fim de utilizá-lo como fonte de renda, por meio do extrativismo, que muitas comunidades hoje estão adotando como oportunidade para não ficarem à margem do sistema ou absolutamente excluídas dele. O cerrado, já tão atingido e agredido, continua apontando para outras possibilidades além do agronegócio, que hoje está instalado e é importante fonte de produção e renda para estratos substantivos da população, seja de Minas, seja de outros Estados, isto é, muitas comunidades tradicionais e também agricultores familiares encontram oportunidade de ampliar e diversificar sua renda por meio desse extrativismo consciente e organizado.

Agradecemos, Sr. Presidente, a oportunidade. E esperamos contar com o nobre Deputado Weliton Prado nessa questão específica em Paracatu, junto à Copasa, e também para fazermos - sei que essa é uma determinação do Deputado - um acompanhamento principalmente das primeiras iniciativas, das primeiras ações da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais. Dessa forma, poderemos ajudar a criar um método de ação e influenciar no início das atividades dessa instituição, que tem, necessariamente, de estar efetivamente a serviço do povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Weliton Prado) - Parabenizo o Deputado Almir Paraca; e quero dizer-lhe que pode, realmente, contar com o nosso apoio. Tive a grata satisfação de estar na cidade de Paracatu há duas semanas, e realmente esse assunto foi muito abordado nas ruas, na feira, na porta do local onde foi feita a exposição. Portanto, pode ter a certeza de que vamos desenvolver esse trabalho em conjunto nessa cidade.

* - Sem revisão do orador.

77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 3/9/2009

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço a deferência do Deputado Irani Barbosa, sua gentileza em adiar a recomposição de quórum. Do fundo do meu coração, agradeço sua compreensão, Deputado Irani.

Gostaria de trazer um tema de fundamental importância, principalmente para a Região Norte do Estado, o Projeto Jaíba. O governo de Minas, em nenhum momento, tem dificultado o trabalho dos empreendimentos rurais instalados no Projeto Jaíba, o mais significativo programa de irrigação mineiro. Considerado um dos mais destacados empreendimentos de utilidade pública e interesse social do Estado, o Projeto Jaíba tem merecido, por parte do governo de Minas, em especial dos órgãos ambientais, reconhecimento, respeito e distinção pelas conquistas e avanços que representa para o conjunto da sociedade.

Localizado numa região cuja vegetação predominante é a mata seca, encontra-se sob proteção ambiental nos critérios estabelecidos na Lei Federal nº 11.428/2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.660/2008, a exemplo do que ocorre nas áreas de mata atlântica no País. A lei federal tem como principal objetivo preservar os remanescentes desse bioma no País e criar meios para a sua recuperação.

Dentro do Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, agora assim denominado, o IEF sempre concedeu Autorizações para Exploração Florestal - Apef - aos produtores rurais do Projeto Jaíba, com base nos inventários florestais - técnica usada para se fazer a estimativa do volume de madeira e lenha para controle de produção florestal - por eles apresentados. Em 2007, após constatadas irregularidades no resultado de inventários, o IEF passou a controlar rigorosamente as Apefs, e, durante a operação de fiscalização realizada no ano passado, foi detectado grande número de irregularidades referentes à documentação de acobertamento de carvão e lenha. Nessa oportunidade, o IEF fez 73 autuações, o carvão e lenha encontrados foram apreendidos, e as atividades de exploração florestal embargadas. No entanto, o IEF não embargou a produção agrícola na região, apenas o aproveitamento do carvão e da lenha cuja nota de origem não foi apresentada. É importante ressaltar que os produtores rurais que estão em situação regular continuam recebendo as autorizações do IEF, sem prejuízo ao desenvolvimento econômico da região. Aqueles que não foram alvo da fiscalização também continuam trabalhando. Nesse sentido o IEF reafirma junto à sociedade mineira sua missão e seus compromissos em defesa do interesse coletivo e reitera seu apoio integral e seu reconhecimento aos produtores do Projeto Jaíba. O IEF também ressalta que, em consequência das irregularidades apuradas na Operação S.O.S. Cerrado, realizada pelo Ministério Público Estadual, está redobrando seus esforços no incremento à fiscalização para combater o desmatamento e o consumo ilegal de carvão de origem nativa em nosso Estado.

Para coibir a prática de crimes ambientais na exploração de produtos florestais, inclusive desmatamentos ilegais e comercialização fraudulenta de produtos florestais, indicativos observados na Etapa II do Jaíba, o governo de Minas criou e encaminhou a esta Casa lei florestal com

mecanismos ainda mais rigorosos para coibir a prática de crimes ambientais na exploração de produtos florestais, até mesmo desmatamentos ilegais e comercialização fraudulenta desses produtos. A partir da nova lei, Minas terá um novo sistema eletrônico de rastreamento do transporte de produtos e subprodutos florestais no Estado, permitindo o controle eficiente dos pontos de carga e descarga em Minas Gerais. Todos os Deputados participaram efetivamente dessa nova lei florestal, encaminhada de maneira ousada pelo Governador a esta Casa, com longos meses de debate. Essa lei foi encaminhada pelo governo em meados do ano passado, e tivemos aqui audiências públicas, várias reuniões com os diversos segmentos representativos da sociedade.

Ressalto a participação das Secretarias de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente e de todas as suas unidades, das instituições não governamentais, da Amda, da Fetaemg, da Faemg, da Associação Mineira de Silvicultura - AMS - e de um grande número de Deputados desta Casa, em especial dos que fazem parte da Frente Parlamentar da Silvicultura. Na oportunidade, várias sugestões apresentadas foram acolhidas. O ilustre Deputado Domingos Sávio - bem como os Deputados Doutor Viana e João Leite e demais pessoas que nos brindaram com suas valiosas contribuições - teve participação importante nesse projeto. A partir disso, esta Casa aprovou esse importantíssimo projeto, que certamente dará garantias às nossas matas e florestas nativas e possibilitará, de maneira mais transparente, a aplicação da legislação em nosso Estado. Então, com satisfação, participamos desse processo como relator do projeto, que foi sancionado pelo Governador e publicado ontem no "Diário Oficial" do Estado.

Farei referência ainda ao licenciamento ambiental, assunto que também tem sido recorrente nesta Casa. Evidentemente podemos enfrentar algum tipo de problema durante essa fase. O Deputado Domingos Sávio apresentou um requerimento com o objetivo de aprofundarmos mais essa questão, nesse processo. É importante salientar que em Minas Gerais os prazos de licenciamento ambiental são os mais curtos do Brasil, sem qualquer perda de qualidade dos estudos e das avaliações. Aliás, gostaria de registrar isso aqui em respeito ao Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais - Sisema. As Autorizações Ambientais de Funcionamentos - AAFs - para pequenos empreendimentos levam, em média, três dias para serem emitidas; para empreendimentos de porte médio, que compreendem aqueles das classes 3 e 4, são necessários, aproximadamente, 90 dias; para os de grande porte, que são enquadrados nas classes 5 e 6, o prazo gira em torno de 120 dias. Tais prazos vêm sendo cumpridos rigorosamente pelo Sisema. É importante salientarmos isso aqui, até porque entraremos agora num processo de aperfeiçoamento, tendo em vista as reuniões que realizaremos nesta Casa.

Na sua grande maioria, os atrasos no processo de licenciamento, quando ocorrem, são motivados pela apresentação incompleta de documentos necessários e pela qualidade inadequada dos estudos exigidos pelas normas legais. Boa parte dos problemas e das dificuldades que afetam o licenciamento dos empreendimentos localizados no Projeto Jaíba se relacionam aos dispositivos do Decreto Federal nº 6.660, de 21/11/2008, que inclui toda a mata seca, nos limites da mata atlântica. Com esse decreto, a retirada de vegetação acima de 50ha em áreas na fase secundária, nos estágios médio e avançado de regeneração natural, passou, então, a depender da anuência do Ibama. Portanto essas são as considerações que queríamos fazer sobre o Ibama Federal.

Aproveitando os meus minutos finais, gostaria de fazer referência à importância do Projeto Jaíba para o nosso Estado. Todos os senhores têm conhecimento disso. Todavia é preciso ressaltar, mais uma vez, principalmente para os que nos acompanham por meio da TV Assembleia e das galerias, a importância desse projeto. Gostaria de falar sobre alguns dados dele.

Na Etapa 1, temos 1.816 lotes de 5ha para colonos; 325 lotes de 20ha a 50ha para produtores rurais; uma área plantada de 7.700ha; e uma área irrigável de 25.000ha. Área total: 42.000ha. Na Etapa 2, temos 684 lotes de 10ha a 90ha para produtores rurais e empresários; uma área plantada de 7.000ha; uma área irrigável de 19.000ha. Área total: cerca de 35.000ha.

Sistema de áreas protegidas do projeto: cerca de 431.000ha. Principais investimentos públicos já realizados no Jaíba: podemos citar o investimento pela Codevasf, do governo federal: US\$358.000.000,00; o investimento do governo estadual: US\$110.000.000,00 através de empréstimo junto ao JBIC; e também cerca de US\$52.000.000,00 em pavimentação de núcleos habitacionais, contratação de técnicos de defesa agropecuária; extensionistas rurais, obras de saneamento, reforma de escolas etc.

Outro aspecto interessante que deve ser ressaltado diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - na região, que apresentou uma evolução. Em 1991, tínhamos 0,52; em 2000, alcançamos 0,65. Percebe-se uma sensível melhora nesse índice. A arrecadação do ICMS e de outros tributos no Município de Jaíba em 2003 - vejam que dado importante - foi em torno de R\$950.000,00; em 2008, registramos R\$4.900.000,00. Ou seja, quase R\$5.000.000,00 por meio do ICMS. Através da Cemig tivemos a substituição dos equipamentos do sistema de irrigação de Jaíba e Mociminho, com um investimento da ordem de R\$15.000.000,00, o que beneficiou 89 famílias e 1.044 irrigantes. Assim, a tecnologia permitirá uma sensível economia de energia elétrica.

A segunda etapa de Jaíba compreende agora a participação da Copasa, que se iniciou em 2006, com um investimento de R\$6.000.000,00. A Copasa criou - e a lei foi aprovada nesta Casa - uma subsidiária para tratar exclusivamente do problema de Jaíba, garantindo, assim, condições para o desenvolvimento socioeconômico da região agroindustrial. Os investimentos foram aplicados em treinamento e capacitação de funcionários, manutenção elétrica, manutenção e recuperação de aproximadamente 80km de estradas, entre outras ações. Para 2009 é importante salientar que, além da operação direta do sistema de irrigação, está previsto um investimento de mais de R\$3.000.000,00.

São essas as ponderações que gostaria de fazer na tarde de hoje, Sr. Presidente. Presto este esclarecimento a todos os Srs. Deputados. Apesar de já terem conhecimento desse assunto, creio que seja importante ressaltar esses pontos, principalmente para dar maior conhecimento às pessoas que têm oportunidade de nos acompanhar pela TV Assembleia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Deputado Weliton Prado; Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, venho a esta tribuna fazer um relatório do trabalho que a Comissão de Segurança Pública vem realizando. Com planejamento, os Deputados que compõem essa Comissão farão um esforço para ir às 16 Regiões Integradas de Segurança Pública - Risp - , sistema organizado pelo Estado para integração das nossas polícias. Iniciamos esse esforço por Uberaba, onde realizamos uma grande reunião, a que V. Exa., Deputado Weliton Prado, também esteve presente, contribuindo com a discussão. Tivemos uma grande participação popular, com a presença dos Conselhos de Segurança Pública, da União dos Estudantes Secundaristas, de Vereadores da Risp. Tivemos oportunidade de ouvir muitas sugestões, aliás trouxemos uma delas, o pedido da comunidade para que a TV Assembleia divulgue o número 181, o Disque Denúncia, em que o cidadão faz a denúncia e tem seu nome mantido em sigilo. A TV Assembleia acatou essa solicitação dos movimentos populares que se reuniram com a Comissão de Segurança Pública em Uberaba. Contamos também com a participação da Associação Comercial do Distrito Industrial de Uberaba, que expôs uma preocupação: o roubo de trilhos e equipamentos, o material restante que fazia a ligação do distrito industrial para o escoamento da produção em Uberaba. Tomamos todas as providências em relação a essas denúncias. Encaminhamos isso por meio de requerimentos assinados pelos diversos Deputados que participaram da audiência. Estavam presentes a nossa Vice-Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, sempre atuante; os Deputados Tenente Lúcio, Rômulo Veneroso, Weliton Prado, Adelmo Carneiro Leão, Fahim Sawan, que deu uma grande contribuição; Vereadores de Uberaba; Lourival, Presidente da Câmara de Uberaba. Essa foi uma grande oportunidade. Com esse trabalho de integração das polícias, verificamos como Uberaba conseguiu diminuir os seus níveis de violência, especialmente a violência mais grave. Temos de ressaltar o trabalho do jovem Ten.-Cel. Sidney, que comanda o batalhão de Uberaba, um trabalho ressaltado pelo coordenador da Risp, Cel. Aquino, representando a Polícia Militar. Também estava presente o Comandante da Polícia Civil, Delegado José Paulino. Nessa audiência, muito interessante também foi a presença da Superintendente de Educação, que levou a visão da educação sobre o fenômeno da violência em nossas cidades, nas escolas. Aliás, ela falou não só sobre isso, mas também sobre a importância da educação para termos dias melhores em relação à segurança pública. Para nós, da Comissão de Segurança Pública - sei que também para muitos Deputados -, a segurança não pode ser percebida só a partir da repressão. Temos instrumentos preventivos. Não há dúvida de que a educação, o esporte e a cultura são fundamentais para o enfrentamento da violência crescente. E isso não é fácil.

Sem dúvida, o governo de Minas tem investido muito nesse papel repressor da segurança pública, na questão social e nos esportes, haja vista que este ano houve um número histórico de Municípios inscritos em jogos escolares de Minas Gerais: 630. Se compararmos com os jogos do interior, onde ocorreram 150 inscrições, sem dúvida alguma perceberemos que o esporte na escola é um elemento importante na prevenção contra o aumento da violência. Nessa terça-feira, dia 1º, realizamos a segunda reunião no interior. Fomos a Montes Claros, na Risp, e ficamos muito impressionados e honrados com a presença de autoridades, como o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alceu Torres. O Ministério Público do Estado apoiou a Comissão de Segurança Pública, a própria Assembleia Legislativa nesse esforço que estamos fazendo ao visitar as 16 Risps de Minas Gerais. O Procurador discursou, colocou o Ministério Público à disposição. Contamos também com a presença do Ten.-Cel. Abreu, Chefe de Estado-Maior da Risp de Montes Claros, representando o Cel. Eli; do Ten.-Cel. Franklin, do batalhão de Montes Claros; e do Dr. José Messias, da Polícia Civil. Eles fizeram um relatório do trabalho que as Polícias Civil e Militar têm desenvolvido integradamente no Norte mineiro. Estavam presentes ainda o Chefe da Delegacia da Polícia Federal, Dr. Fernando, que tem todo interesse em trabalhar de forma integrada com a Polícia Civil no combate ao tráfico de drogas em Montes Claros e região. Quero lembrar uma palavra do Ten.-Cel. Franklin: "Não há mais volta nessa integração. Os policiais querem trabalhar juntos". Foi muito importante ouvir isso. O que mais nos impressionou, Srs. Deputados, foi a fala do Inspetor Antônio Fábio, representando a Polícia Rodoviária Federal, que tem apenas 31 patrulheiros para trabalhar. Ele relatou as dificuldades que enfrenta na região, especialmente em Montes Claros, cidade cortada por três rodovias federais. Praticamente 25% da malha rodoviária federal estão em Minas Gerais. E o nosso contingente de policiais rodoviários não dá conta de fazer a guarda das estradas. As rodovias federais que atravessam o nosso Estado estão entregues. No encontro, apresentamos um requerimento, que está sendo encaminhado ao Ministro da Justiça, solicitando mais homens para a região, de forma a garantir segurança à população de Montes Claros e região. É interessante, porque o Vereador Athos Mameluque, Presidente da Câmara de Montes Claros, nos trouxe um dado histórico: em 1997, quando da ligação da BR-251 com a BR-116, Rio-Bahia, houve um aumento extraordinário da violência no Norte de Minas. Pessoas de todo o Brasil começaram a ir para lá. E como não há número suficiente de policiais rodoviários federais, nossas estradas são porta de entrada para armas e drogas. Essa foi uma grande preocupação levantada aqui.

Como eu disse ao meu Líder, Deputado Domingos Sávio, não tomarei todo o tempo. Quero, neste final, dizer que nosso esforço continua. Dia 22 de setembro estaremos em Pouso Alegre, naquela grande Risp, ouvindo as demandas, tendo um contato com a população da região e com as autoridades para trazermos todos os dados que subsidiem a revisão do PPAG, o Orçamento do Estado. Esse é o papel que o Deputado Alberto Pinto Coelho tem cobrado de todos nós. Ele quer que a Assembleia Legislativa esteja em todos os lugares de Minas Gerais. Antontem estivemos em Montes Claros, em breve a Comissão de Segurança Pública estará em Pouso Alegre, lutando para que a nossa população tenha mais segurança. Muito obrigado, deixo o restante do meu tempo para meu Líder, Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio*- Sr. Presidente, colegas Deputados, cumprimento também a todos os que nos acompanham na Casa do povo mineiro e também telespectadores da TV Assembleia. Inicialmente, gostaria de cumprimentar esse grande parceiro, ele sim, líder de todos nós. O Deputado João Leite tem uma história exemplar. Dizia que, mesmo quando me contrariava fechando o gol contra o meu Cruzeiro, eu não conseguia deixar de ser fã dessa grande figura humana, desse grande ídolo de todos nós, hoje uma das maiores lideranças da vida pública de Minas Gerais pela sua postura sempre correta, firme e corajosa. Nessa mesma linha de trabalho em prol da segurança, Deputado João Leite, temos acompanhado e somado com V. Exa., com nosso Governador, para enfrentar esse grande desafio que, em alguns momentos, vira pesadelo. Nós, especificamente no Centro-Oeste, em Divinópolis, que temos um povo trabalhador, um povo ordeiro, uma cidade construída ao longo dos seus quase 100 anos por operários, infelizmente - V. Exa. melhor do que ninguém sabe que é verdade -, vive, como as demais cidades mineiras e do Brasil, o pesadelo do "crack", da droga, da criminalidade. Uma cidade que é predominantemente de gente trabalhadora, dinâmica, que revolucionou uma série de segmentos de produção ao longo desse último século, notadamente no setor siderúrgico, no setor de confecções e hoje com uma economia diversificada, vive esse pesadelo. E nós estamos ali firmes na luta para combater isso, unindo-nos com as pessoas de bem. É necessário que tenhamos investimentos públicos, e temos lutado para isso. Recentemente, em pouco menos de um mês, tivemos a presença do Secretário Maurício Campos por duas vezes, do Comandante-Geral da PMMG em Divinópolis e estivemos ao lado deles cobrando investimentos, que estão chegando. Mas, além dos investimentos, além das ações para ampliar a frota de veículos, o número de policiais, a estrutura das Polícias Civil e Militar, é preciso uma ação conjugada com a sociedade civil. Aproveito para dizer que acabei de receber um retorno do nosso Secretário Antidrogas, Cloves Benevides, grande parceiro, grande Secretário, dizendo que, atendendo a uma indicação nossa, está credenciando a Casa Dia, uma instituição fantástica de recuperação das pessoas que sofrem com o vício e, com elas, a família e toda a sociedade. Estamos trabalhando para esse credenciamento, para que tenhamos o financiamento público para garantir, por meio da Casa Dia, onde temos hoje praticamente uma situação de falta de vagas; temos a Clínica Bento Menni atendendo, assim como a Ampare já credenciada; mas a Casa Dia será mais uma instituição que receberá recursos do governo do Estado, para que possamos também recuperar o jovem, tirá-lo do vício, para que possamos combater não só os criminosos, mas recuperar vidas nessa ação pela segurança.

Querida, Sr. Presidente, fazer menção a um trabalho realizado por nós, nesta semana que concluímos. Refiro-me a uma visita fantástica que fiz a Coronel Fabriciano. Deixo aqui registrado o meu agradecimento a toda a população de Coronel Fabriciano e do Vale do Aço. Lá fui recebido pelos Drs. Marcus Vinícius, Ênio, Valmir, pela direção do Hospital Siderúrgica, pelos meus irmãos de loja maçônica, pelas diversas instituições da cidade, como o Rotary Club, pelo prezado irmão Antônio Eugênio, Vice-Prefeito. Estive também com o Prefeito Municipal, ex-Deputado Chico Simões. Fui a trabalho. É claro que temos a alegria de rever vários amigos. Acabamos aproveitando os fins de semana, os períodos em que há uma folga aqui, no Plenário, para ir ao interior, mas sempre a trabalho. Verificamos que está pronta a UTI à qual destinamos uma emenda parlamentar para ser construída no Hospital Siderúrgico. Deparamos com uma demanda maior ainda. Há a necessidade de se construir um pronto-socorro. O pronto-atendimento do hospital, que é o único de Coronel Fabriciano, uma cidade de mais de 100 mil habitantes, é extremamente acanhado, não é apropriado para uma população tão grande, e inclusive recebe cidadãos das cidades vizinhas. Fizemos já, na sequência dessa ida a Fabriciano, uma visita ao Secretário Marcus Pestana. Estamos trabalhando firme para que tenhamos o dinheiro para construir uma unidade de pronto-atendimento em Coronel Fabriciano e garantir o custeio dessa unidade. Aliás, é o problema que vive hoje a cidade de Timóteo. Estive lá com o Prefeito Geraldo Hilário, que está fazendo um trabalho belíssimo, um homem sério, um lutador, um médico abnegado e que construiu uma unidade de pronto-atendimento, mas está tendo dificuldades de custeio. Já trouxe também a reivindicação para que a Secretaria de Saúde seja parceira. É preciso a compreensão de que a saúde tem de ser feita em parceria entre os governos federal, estadual e municipal. Ainda na visita a Coronel Fabriciano, deparamos com outros problemas graves, como, por exemplo, a necessidade de debater melhor as questões da área ambiental na Copasa, bem como os critérios adotados para construção de uma estação de tratamento de esgoto, que está sendo objeto de muita polêmica, embora todos queiram. É claro, ninguém é contra tratar o esgoto numa cidade; isso é imprescindível, tem de ser feito, mas é preciso uma discussão científica muito segura para que as decisões sejam tomadas da maneira correta e não prejudiquem a população; pelo contrário, que a beneficiem.

Por fim, lá também vimos a necessidade de transformar a nossa companhia de polícia em independente, para depois termos ali um batalhão. Por que isso? Porque a cidade tem mais de 100 mil habitantes. Está aqui o Deputado Tenente Lúcio, profundo conhecedor da área de segurança pública, que sabe que, mais do que nunca, é preciso ter uma estrutura adequada para que a segurança pública funcione. Coronel Fabriciano nos deu essas tarefas, esse dever de casa. Já sou ali um soldado da comunidade, ajudando o Hospital Siderúrgica, e ajudei algumas escolas estaduais a conseguirem as suas reformas. Agora estaremos empenhados nessa missão de elevar a companhia de Coronel Fabriciano a companhia independente e de também construir um pronto-socorro adequado, digno, uma unidade de pronto-atendimento adequada na cidade. Aliás, falando sobre unidades de pronto-atendimento, reuni-me, nesta semana, com o Secretário Marcus Pestana, porque entendemos que é preciso que os investimentos em saúde pública construam uma rede descentralizada em Minas Gerais. Não podemos mais aceitar esse modelo ultrapassado, que coloca o cidadão na situação de quase mendigar pelo atendimento à saúde, tendo de vir todo mundo para Belo Horizonte ou para algumas poucas metrópoles.

Temos de estruturar a saúde pública no interior do Estado. É claro que ganha muito o cidadão do interior, mas ganha também o cidadão da Capital. Não tem cabimento ter de correr com o cidadão para a Capital em qualquer situação. Com essas UTIs que conseguimos para Coronel Fabriciano, evita-se a transferência, a toda hora, de pacientes para outras cidades.

Estamos agora trabalhando para conseguir o mesmo para Piumhi. Participei de uma reunião com o Secretário Marcus Pestana, e nós, que no passado ajudamos a santa casa de Piumhi a conseguir um tomógrafo, a se equipar melhor, estamos trabalhando para estruturar leitos de UTI

no hospital da cidade. Piumhi é uma grande cidade, atende as cidades vizinhas, tem um bom hospital, com mais de cem leitos, mas não tem UTI. Quando um caso se agrava, tem-se de correr com o paciente para Passos, procedimento que acaba sobrecarregando o hospital de Passos, além de trazer risco para o cidadão. Além disso, um hospital que não tem uma UTI não pode fazer uma cirurgia cardíaca, não pode fazer um tratamento de alta complexidade e acaba recebendo menos investimentos. Portanto é importante descentralizar. Da mesma maneira estamos lutando para ter uma UTI no hospital de Oliveira, para melhorar o atendimento em várias microrregiões do Estado.

Nessa mesma linha, na reunião com o Secretário demos sequência a um trabalho que estamos fazendo para fortalecer o atendimento de saúde no interior. Trata-se da implantação das Unidades de Pronto Atendimento - UPAs -, uma espécie de pronto-socorro, bem-estruturado, com sistema de plantão de algumas especialidades médicas, funcionando 24 horas. Construí um em Divinópolis, quando fui Prefeito, e sei o tanto que isso é necessário. Não dá para imaginar Divinópolis sem o pronto-socorro. Na verdade, ele hoje fica sobrecarregado, quase fazendo papel de hospital, em razão da falta de leitos, o que é errado. Ele deveria ficar por conta só do pronto atendimento daqueles casos que se resolvem ali. Para os casos que se complicam um pouquinho, deve haver leito, para que, em seguida, o paciente seja mandado para o hospital. Lá há 69 leitos, Deputado Tenente Lúcio, e às vezes um paciente permanece no pronto-socorro por 30 dias porque falta leito no hospital. Por isso estou lutando para construir um hospital público em Divinópolis.

Voltando ao raciocínio a respeito das UPAs, existe um programa do governo federal em parceria com o governo do Estado que já prevê isso. Atento, verifiquei que há, em São João del-Rei, por exemplo, uma UPA pronta, construída, porém parada, que não foi nem inaugurada. Por quê? Porque não há dinheiro para custeio. Por isso levei até o Secretário Marcus Pestana o apelo para, nesse programa, ao invés de só se construírem unidades novas, assumam-se o custeio numa parceria com o Estado. Levei essa ideia ao Secretário, há mais de um mês, e disse aqui, na Assembleia, que a estava levando. O Secretário teve uma audiência com o Ministro Temporão no final do mês de agosto e apresentou esta proposta: incorporar algumas unidades que já estão prontas, que não estão funcionando e que precisam da parceria. Há as unidades de São João del-Rei e de Passos, que estão prontas. Portanto apresentei essa ideia ao Secretário como sugestão. Para minha alegria, ontem ele me deu a notícia: "Pode anunciar, o Ministério aceitou a sua sugestão, Deputado Domingos Sávio, e nós também comungamos com ela". Quero agradecer ao Secretário Marcus Pestana e parabenizá-lo. Ele abraçou essa ideia, e teremos, em breve, a implantação de uma parceria do governo federal, do governo do Estado e dos Municípios para que a UPA de São João del-Rei seja preparada para entrar em funcionamento. Imaginem vocês, lá há uma obra maravilhosa, construída pelo governo Aécio Neves, em parceria com a Prefeitura, no mandato do Prefeito Cidinho, que foi nosso colega aqui. Quer dizer, a obra já está pronta há um ano, novinha, grande, ampla; a cidade vive um verdadeiro pesadelo na saúde pública, e a UPA está parada, não tem nada, porque não há dinheiro para o custeio.

Com essa nossa proposta, com a parceria dos governos federal, estadual e municipal, as UPAs de São João del-Rei e de Passos funcionarão. Aliás, registro que o Vereador Dentinho e outros Vereadores, o Zé Orlando, o Tuta, ex-Secretário de Saúde de Passos, foram comigo ao encontro com o Secretário de Estado para mostrar a urgência em fazer essa parceria. E, graças a Deus, ontem tive a boa notícia de que teremos essa nossa proposta acolhida, que essas unidades serão contempladas, além da criação, da construção de outras, como a de Coronel Fabriciano, outra unidade em Divinópolis, uma em Formiga.

Aproveito para registrar que, nesta semana, estive em Formiga, com o Vice-Governador Prof. Anastasia, e lá a comunidade nos fez um pedido que também fizemos ao Vice-Governador. Formiga é uma das maiores cidades do Centro-Oeste, não tem uma unidade de pronto-atendimento estruturada e paga aluguel em um lugar improvisado. Por isso estamos trabalhando para garantir também essa unidade de pronto-atendimento para Formiga.

Ao pousar com o Vice-Governador no Aeroporto de Formiga, tivemos a oportunidade de mostrar-lhe como esse aeroporto está em um local estratégico entre Formiga, Arcos, Pains, Córrego Fundo, uma região com vários Municípios que não têm aeroporto. Entretanto, esse aeroporto não tem pavimentação, e, na hora do pouso, sente-se o risco. Vocês, Sargento Rodrigues e Tenente Lúcio, homens da segurança, sabem disso. Fizemos ali o pouso, graças a Deus com segurança, mas, naquele momento, nós, que vivemos a vida pública, tivemos a experiência de sentir ali a dificuldade do povo de Formiga. O aeroporto precisa de pavimentação e iluminação para atrair mais investimentos, para que o turismo da região em torno do Lago de Furnas cresça, a exemplo do que o governo Aécio Neves tem feito em Piumhi. Ao lado das demais lideranças de Piumhi, lutamos e conseguimos com o Governador a iluminação e o balizamento do Aeroporto de Piumhi, assim como está sendo feito em Divinópolis e já foi feito em Oliveira.

Sr. Presidente, concluo dizendo que foi uma grande alegria, para mim, estar em Formiga com o Vice-Governador e trabalhar por essa cidade, reivindicando a UPA, a iluminação do aeroporto e melhorias na MG-050, por meio de um requerimento nosso em coautoria com os Deputados André Quintão, Rêmoló Aloise, Carlin Moura, que aqui está e também foi autor. Fomos coautores, porque estamos ali, no dia a dia, passando na MG-050 e vendo que precisamos rediscutir a relação pedágio-obras. Queremos que sejam agilizadas as obras de duplicação, de trincheiras e de viadutos para melhorar a MG-050, porque, na verdade, ninguém gosta de pagar pedágio, mas, já que estamos pagando, precisamos das obras para melhorar a rodovia e dar, portanto, mais segurança e melhor condição não apenas para quem trafega mas para quem vive nas margens dessa importante rodovia, que liga a Capital mineira a Divinópolis, a Formiga, a Piumhi, a Passos, enfim, a todo o Sudoeste do Estado e até ao Estado de São Paulo. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Gostaria de cumprimentar a todos e a todas e já bater na moleira, pois penso que o povo já não aguenta mais tanto tributo, tantas taxas. A população de Minas Gerais é muito penalizada. As microempresas e as pequenas empresas são muito prejudicadas, o que acaba por penalizar também o trabalhador, que paga, às vezes, tributos em duplicidade. O IPVA aqui é o mais caro do País. Se formos calcular o ICMS cobrado em Minas, veremos que é mais caro que em outros Estados. O ICMS do álcool é 25%, ao passo que, em São Paulo, é 12% e, em Goiás, é 15%. A tarifa do ICMS da energia elétrica para residência aqui, em Minas Gerais, chega a 42%. É o mais caro do Brasil também. Apesar de tudo isso, a Prefeitura de Belo Horizonte está querendo elevar para 76% sua arrecadação com o IPTU. Isso é uma grande injustiça com toda a população de Belo Horizonte. Pergunto se o salário dos servidores públicos aumentará 76% durante esse período, se o salário do trabalhador que pagará o IPTU aumentará 76%. Não sabemos. Pergunto ao Sargento Rodrigues se o salário do policial aumentará 76%. Não aumentará, então nada justifica o aumento de 76% do valor do IPTU.

Eis nosso questionamento, nossa indignação frente a esse anúncio que consideramos totalmente despropositado por parte do Prefeito de Belo Horizonte, cuja população não merece esse presente. Já estamos denunciando a BHTRANS. Entramos com representação para que a Prefeitura não dê poder de polícia à Guarda Municipal, que deve ter atuação preventiva. Ela deve cuidar da segurança nas portas de escolas e nas praças. Essa Guarda não pode deixar de cumprir seu papel para multar, principalmente porque já temos a BHTRANS, que multa muito. É aplicada uma multa por minuto. A cada minuto, em Belo Horizonte uma multa é aplicada. São 1.700 multas por dia. Nos últimos seis meses, foram arrecadados mais de R\$23.000.000,00 só com multas.

A população não aguenta mais tantos impostos, tantos encargos. O valor da tarifa de energia em Minas Gerais é um dos mais altos do Brasil e do mundo. A tarifa de água da Copasa é uma das mais altas do País. Vem aí mais um presente de grego. Foi feito o anúncio de 76% de aumento no IPTU de Belo Horizonte, percentual que questionamos. Tomaremos todas as providências cabíveis para impedir esse abuso para com o consumidor, para com o contribuinte, para com a população de Belo Horizonte.

Participamos da sabatina aos três indicados para fazerem parte da agência de água e de esgoto; fizemos vários questionamentos. Primeiramente, a sabatina aconteceu num único dia, ou seja, três indicados foram sabatinados num só dia. Deveria, a cada dia, um sabatinado ser ouvido pelos Deputados, para que tivéssemos condições de fazer as perguntas e nos aprofundarmos no debate. O ideal seria que todos os

indicados realmente apresentassem um bom perfil técnico, com conhecimento da área de saneamento, de água e de esgoto, o que não aconteceu. O Governador fez as indicações pessoais. Desejamos sucesso a todos os indicados, mas surge a nossa preocupação com aquilo que já denunciamos há tempos, isto é, a agência não ter autonomia e independência, tendo de fazer aquilo que o governo quer, aquilo que a Copasa quer.

Há provas disso. Estou aqui com jornais do final de semana, em que o próprio Presidente da Copasa cometeu uma irregularidade muito grave, um crime. Ele cometeu crime ao anunciar que vai haver aumento do valor da tarifa em torno de 9%. Ele não pode fazer esse anúncio. Está aqui: "O reajuste da tarifa deverá ficar em torno do que já divulgamos". Essa notícia saiu neste final de semana, no "Estado de Minas". A Copasa, que não pode proceder dessa forma, deve encaminhar uma planilha de custos solicitando percentual à agência que está sendo criada. Essa agência é que analisará a necessidade do aumento. A Copasa pode, por exemplo, querer aproximadamente 10% de aumento. A agência analisará as planilhas para verificar se é ou não preciso haver o aumento.

Darei um exemplo quanto à Cemig, que, no ano passado, solicitou cerca de 23% de aumento. Conseguimos provar várias irregularidades. De cada três postes, ela alegava que trocava um por ano, o que significava dizer que, em três anos, todos os postes do Estado eram trocados. Isso não acontece. Fizemos levantamento do número de escritórios, quase 500, segundo planilha. Não havia nem 190 escritórios. Ela alegava que gastava com publicidade oficial um determinado valor. O valor gasto era outro. Isso tudo possibilitou a mobilização popular, a pressão, a audiência pública, a campanha contra a energia mais cara do Brasil. Assim, ao invés de haver o aumento de 23% desejado pela Cemig, a conta de luz foi reduzida em 17%.

O mesmo ocorreu este ano. A Cemig pediu aumento de 32%, o que não foi aprovado. A planilha foi para a agência, que a analisou. Eu e o Deputado Federal Elismar Prado brigamos, enfrentamos um batalhão de advogados da Cemig em Brasília. Conseguimos provar vários furos da planilha. Assim, a conta de luz aumentou menos que a inflação, menos de 4%. O aumento não será conforme a Copasa quer. Se ela solicitar aumento de 9%, a agência tem autonomia de analisar o percentual a ser reajustado.

O maior problema é que a Copasa já está afirmando o percentual de reajuste que será cobrado da conta de água, independentemente de a agência ter feito a análise ou não. Até agora, nada foi analisado. Antes de serem empossados os Diretores da agência, a Copasa já anuncia o percentual de reajuste. Como já falamos aqui, a agência só foi criada para aumentar o valor da tarifa de água e esgoto em nosso Estado. Trata-se de uma agência tarifária, ou seja, tem como objetivo tarifar o consumidor mineiro.

Por que o Governador enviou o projeto para criá-la? Desde 2007, estamos entrando com ações na Justiça contra as tarifas abusivas e ilegais da Copasa. Em janeiro, conseguimos uma liminar, por meio de uma representação que encaminhamos ao Ministério Público, para impedir o aumento do valor da conta de água da Copasa, que seria em torno de 9%. Conseguimos impedir esse aumento em Minas Gerais, por meio de liminar do Tribunal de Justiça. A Copasa não ficou satisfeita com isso e apelou para o Superior Tribunal de Justiça, com o intuito de derrubar essa liminar e, assim, aumentar o valor da água. O que aconteceu? Podemos ler a seguinte manchete deste jornal: "Justiça proíbe Copasa de reajustar tarifa de água. Decisão do Superior Tribunal de Justiça endossa a liminar que impede aumento da conta sem auditoria independente". No caso, a Copasa não conseguiu provar que teria prejuízo; não tinha auditoria nem havia uma agência.

Para aumentar o valor da conta de água, era necessário haver uma agência, de acordo com o que determina a Lei 11.845, de 2007. O governo foi pressionado, não conseguiu aumentar o valor da conta de água e de esgoto do nosso Estado. Diante disso, enviou um projeto a esta Casa com o objetivo de criar a agência para regular o setor de água e esgoto, deixando de lado o de saneamento, o que configura outra irregularidade. O projeto foi aprovado pela maioria dos Deputados. Votamos contra, uma vez que já havíamos denunciado que essa agência tinha como objetivo prejudicar ainda mais a população de Minas, aumentando o valor das tarifas. Agora esperamos que a agência cumpra realmente o seu papel. Se não cumpri-lo, os senhores poderão ter a certeza absoluta de que seremos uma pedra no sapato dela. Com todo o respeito a todos os Diretores, cumpriremos o nosso papel de defender o povo, o consumidor de Minas Gerais. Queremos que haja uma auditoria independente nas contas da Copasa - aliás, nunca passaram por uma auditoria. A decisão do Presidente do Superior Tribunal de Justiça suscita a necessidade de haver uma auditoria nas contas da Copasa. Isso é fundamental. No caso, teremos os números e veremos se o aumento é necessário ou não. A Copasa alegou que ficaria prejudicada se não houvesse o aumento, mas, passadas algumas semanas, fechou o balanço com um recorde histórico de mais de R\$107.000.000,00. Mesmo sem o aumento, sua arrecadação já cresceu muito. Iremos fiscalizar. Estamos entrando com uma série de ações na Justiça, em todo o Estado de Minas Gerais. Em Nova Contagem, estamos entrando com uma ação em relação à estação de tratamento de esgoto, porque lá há um mau cheiro muito grande. O mesmo acontece no Retiro. O Deputado Carlin Moura, salvo melhor juízo, foi autor de um requerimento em que solicitou a realização de uma audiência em Nova Contagem, e a reunião foi realizada. Então, cobraremos isso da Copasa porque as pessoas não conseguem sequer se alimentar direito, por causa do mau cheiro. Em Montes Claros, a Justiça decidiu reduzir em um terço o valor das contas de água e determinou a devolução de todos os valores pagos indevidamente. A Copasa cobra pelo tratamento do esgoto em muitas cidades, mas não presta o serviço. Na cidade de Extrema, por exemplo, a população paga 50%, mas o esgoto é lançado diretamente no Rio Jaguarí. E a população paga pelo esgoto! Em Joá, a população paga 40% de taxa de esgoto, mas o esgoto é lançado diretamente nos córregos Giruzinho e Escadinha e no Rio São Miguel. Em Jacinto, a população paga 40%, e o esgoto é lançado no Rio Jequitinhonha. O contrato está sendo desrespeitado, e o esgoto corre a céu aberto. Outra ilegalidade é que o Município sancionou a lei que proíbe a cobrança da tarifa de esgoto pela Copasa, até a conclusão do sistema. Mesmo com a lei que proíbe a cobrança da taxa de esgoto, a Copasa continua cobrando-a.

São 11 anos de descaso, mas somente neste ano a população tomou conhecimento das primeiras obras, que ainda não foram concretizadas. Em Novo Cruzeiro, a população paga 40% de taxa de esgoto, e o esgoto é coletado e jogado no Rio Gravatá. São várias as irregularidades nessa cidade, como, por exemplo, a concessão da exploração. Em Coronel Murta, a população paga 50% de taxa de esgoto, e este é jogado no Rio Jequitinhonha. Em Vazante, a população está revoltadíssima com a péssima qualidade da água. Aliás, existem laudos da Associação Vazantina de Ecologia, segundo os quais a Copasa, no contrato de concessão, está obrigada a atender 100% da população com água tratada e a investir cerca de R\$2.700.000,00 na implementação do sistema produtor do Rio Carrancas no prazo de 24 meses, mas já se passaram mais de três anos e, até hoje, nada foi implementado. Além disso, a população de Vazante reclama que a água é calcária, pesada e de péssima qualidade e ainda tem de pagar 60% de taxa de esgoto. Alega que as obras deveriam estar prontas há mais de três anos, mas nada foi feito. Itapeverica cobra 50% de taxa de esgoto, e o esgoto é lançado diretamente no Rio Vermelho. A população de Itabirinha, há 5 anos, também paga 50%, e não há nenhum metro de obra de estação de tratamento de esgoto. O mesmo ocorre em Congonhas, onde a população paga 50% de taxa de esgoto, sendo ele coletado e lançado no Rio Maranhão. No Jequitinhonha, a população paga 40% de taxa de esgoto, mas este é totalmente lançado no Rio Jequitinhonha. A população de Brumadinho também paga 40%, e o esgoto sanitário é lançado diretamente nos Rios Paraopeba, Águas Claras, Manso e em outros cursos d'água. Existem várias e várias outras cidades na mesma situação. Em Itaobim, a população paga 40%, e o esgoto é lançado diretamente no Rio Jequitinhonha. Nessa cidade também existem vários problemas em relação ao abastecimento de água: falta reservatório, é necessária uma ampliação da ETE e não há sistema de coleta de esgoto. Em Jaíba, o esgoto é despejado no Rio Grande, ocasionando a morte de muitos peixes. Fica aqui o nosso questionamento. A caravana vai continuar percorrendo todo o Estado de Minas Gerais, lutando contra as altas tarifas da Cemig e da Copasa, questionando as multas da BHTRANS e as tristezas e dificuldades por que passam os servidores do Estado de Minas Gerais, que recebem um dos piores salários entre todos os servidores do País. Enquanto isso, o governo está construindo um palácio, o chamado Centro Administrativo, gastando milhões só com móveis, precisamente mais de R\$100.000.000,00, o que corresponde a cinco prêmios da Mega-Sena acumulados, para comprar cadeiras, divisórias e mesas.

Vamos continuar ingressando com ações na Justiça e no Ministério Público. Em Uberaba, ajuizamos uma ação devido a um decreto totalmente ilegal do Prefeito, que aumentou em cerca de 20% o valor da conta de água da cidade, que não possui agência para regular o setor. Fica aqui a nossa indignação. A luta continua com muita força.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo* - Srs. Deputados, assessores, cidadãos, cidadãs, imprensa, telespectadores da TV Assmbleia. Dois assuntos me trazem, hoje, a esta tribuna. O primeiro é para fazer um registro, porque, no dia de ontem, a Prefeita Marília Campos recebeu um prêmio em Brasília. No final, a disputa ficou entre Contagem, que ficou com o 1º lugar, e a Prefeitura de Natal, no Rio Grande do Norte. Esse prêmio, concedido na manhã do dia 2, é uma iniciativa da Câmara dos Deputados, por meio da sua Comissão de Desenvolvimento Urbano, e tem como objetivo laurear e destacar cidades que tenham implementado políticas públicas de mobilidade urbana sustentável e inclusiva. É dividido em duas categorias: cidades com menos de 100 mil habitantes e cidades com mais de 100 mil habitantes. A Prefeitura de Contagem disputou na segunda categoria.

O interessante é que conhecemos o Programa Sem Limite, que foi inscrito pela Prefeitura de Contagem. Ele garante locomoção, por meio de um transporte feito por 25 "vans", a portadores de deficiências com dificuldades de mobilidade. As "vans" vão de porta a porta, permitindo que 340 cidadãs e cidadãos contagenses com essa limitação tenham acesso à educação e à saúde. O Programa é intersetorial, daí a sua importância: envolveu tanto as Secretarias de Educação, de Desenvolvimento Social e de Saúde quanto a empresa municipal de trânsito, a Transcom.

Queremos fazer esse registro porque o Programa foi construído com participação significativa da sociedade. O seu comitê gestor seleciona, com critérios bem objetivos, os interessados, os usuários desse sistema. Isso quer dizer que a dificuldade de locomoção precisa ser bem evidente. As "vans" são adaptadas, algumas delas até com elevadores, para permitir o acesso dos contagenses a esse serviço. Ao mesmo tempo, além do critério médico, há um critério socioeconômico: a renda "per capita" familiar não pode ser superior a um salário mínimo.

Fazemos esse destaque porque entendemos que o Programa coroa todo um projeto desenvolvido pela Prefeita Marília Campos, por todo o seu governo, de trabalhar com uma sociedade inclusiva, fazendo com que a questão da mobilidade urbana e o conceito de acessibilidade não sejam só teóricos ou apenas normas estabelecidas na lei. Já estamos com toda uma estrutura de atuação: prédios novos estão sendo construídos, escolas estão sendo adaptadas até com elevadores. Seguindo a norma constitucional, esse programa de inclusão social de pessoas com deficiência está permitindo que crianças e adolescentes se matriculem nas escolas regulares de ensino. Para nós, é importante este registro, este destaque, por entendermos que Contagem faz mais um gol de placa. É mais um programa importante pensando em uma sociedade melhor, em uma cidade que realmente seja para todos. Queremos registrar também que o custo do Programa é altíssimo: ele tem custado anualmente R\$2.594.664,00. E todo ele é arcado pelo Tesouro Municipal.

Isso é uma demonstração clara da necessidade que levantamos de que tanto o governo estadual quanto o governo federal contribuíssem para que o programa fosse ampliado. Mas, quando se trata de interesse de direitos humanos, direitos de acessibilidade e mobilidade, direitos realmente garantidos por lei, a Prefeitura de Contagem não tem medido esforços para que isso aconteça. Atualmente o grande destaque em Contagem é a educação. Não é à toa que a melhor média no Enem foi da rede de ensino médio do Município, em níveis de escolas privadas de Belo Horizonte de classes média e alta. É importante lembrar que hoje Contagem assume integralmente, com recursos do Tesouro Municipal, todos os custos do ensino médio no Município, pois o governo do Estado, pela Secretaria de Educação, negou-se a fazer convênio para partilhar recursos do Fundeb, o que tem inviabilizado o ensino médio nos Municípios. Vários deles praticamente já extinguíram sua rede de ensino médio, mas Contagem está tentando manter a excelência do ensino médio por meio da Fundação de Ensino de Contagem - Funec. Mais que isso, por mérito da atuação do Secretário Municipal de Educação, Lindomar Diamantino Segundo, teremos em Contagem uma das maiores escolas técnicas federais, um instituto de ensino federal, já no próximo ano - a licitação foi feita e a construção será iniciada. Ou seja, além de manter esse ensino médio de excelência, a Prefeitura vem promovendo essas parcerias.

Parabéns a Contagem por mais esse acerto, por mais uma política correta que garantiu o retorno à Prefeita Marília Campos em Contagem, com votação tão expressiva e apoio tão significativo - a maioria das lideranças e partidos políticos deram-lhe apoio no segundo turno, em função desse acerto. Temos certeza de que valem em Contagem os versos de Fernando Brant e Milton Nascimento: "se muito vale o já feito, mais vale o que será". A ampliação do programa Sem Limites, a construção da escola técnica federal em Contagem, a melhoria no ensino municipal de excelência são exemplos dos avanços que tem demonstrado nessa área a administração municipal e que levaríamos toda uma tarde para destacar.

Para terminar, quero registrar para toda a Casa a excepcional reunião realizada ontem na Comissão de Direitos Humanos, em que, a pedido do Colégio Dom Silvério, abordamos a questão da gripe influenza A, causada pelo vírus H1N1, e popularmente e de forma equivocada chamada de gripe suína. Foi um excepcional debate sobre a gripe e a questão do preconceito, que - apesar de ser um chavão muito batido - muitas vezes acaba matando mais que as doenças. Como disse, há registro da humanidade em relação a doenças cujas causas não eram explicadas e que eram atribuídas a um ente divino ou à ideia do pecado, mas sempre a algo externo. Isso é muito antigo na humanidade, até pelo preconceito e pela ignorância. Há 4 mil anos, tem-se registro da discriminação do portador de hanseníase. No próprio Levítico, um dos livros do Pentateuco, há normas - que tomaram conotação religiosa, mas que se referem à visão de saúde e higiene que se tinha na época - pelas quais um portador de hanseníase era proibido de entrar nas cidades. Ele deveria caminhar pelas estradas, tocando um sino para indicar que era portador de hanseníase. Além de todo o preconceito, qualquer contato com um doente era caracterizado como impureza. Durante a história da humanidade, muitas outras intolerâncias foram observadas, como a peste negra, no século XIV, que matou quase 30% da Europa, de causa ainda estranha, provavelmente oriunda de uma variação da peste bubônica. A intolerância foi grande, e os cristãos atribuíram aos judeus a responsabilidade desse contágio. Isso serviu de justificativa para um massacre enorme, um verdadeiro holocausto contra os judeus na Europa, apenas pelo fato de terem tido um índice ínfimo de contaminação. De alguma forma, os próprios critérios e as normas de pureza e impureza que têm como fundamento religioso garantir essa proteção, e o fato de estarem em quetos, chamados judiarias, já os isolavam desse contágio. Então não pode acontecer o mesmo aqui; o Colégio Dom Silvério trouxe tantos exemplos e está de parabéns pela atitude corajosa, pela postura de educação cidadã, educação comprometida com a vida e a justiça, tendo coragem de trazer a público esse debate na Assembleia. Por um lado, analisamos o caso do Colégio Dom Silvério, de classe média alta; por outro, uma situação deprimente: os congadeiros de Oliveira, há mais de 200 anos, realizam, nessa época, as festas de congado, relembrando toda a realeza e a dignidade que tinham na África; aqui, dentro do sincretismo de elementos cristãos, a figura de Nossa Senhora do Rosário e tantas outras. O Frei Chico disse que, em Lisboa, há registro da festa de congado desde o século XV, o qual está no dicionário "ABC da Religião", que publicará brevemente. Há registro em Oliveira, antes de ser cidade, desde 1813, da ocorrência dessa festa, e agora o Prefeito Municipal a proíbe. Uma festa cultural e religiosa, de matriz africana. Mas a religião dos brancos, que acontece em lugares fechados, onde o contágio poderia ser maior, as missas católicas e os cultos evangélicos continuam acontecendo normalmente. Queremos deixar bem claro que já se deslocou para Oliveira um Defensor Público que entrará com ação, ainda hoje, para conseguir uma liminar no juiz local para que a festa aconteça. E há o compromisso dos próprios congadeiros, que estão fazendo todo o planejamento de prevenção, conforme determinam as normas. Esperamos que o juiz local não seja intolerante como o Prefeito e libere essa festa. Independentemente disso, os negros, que sempre resistiram à escravidão, dizem que farão a festa mesmo assim. Estamos pedindo à polícia que não os reprima, estamos encaminhando requerimento para que a polícia lhes dê proteção e o direito da liberdade de culto, garantido pela Constituição. Ontem contamos com a presença do Frei Chico, do cantor Maurício Tizumba e da cantora Titane, que é de Oliveira e tem um belo trabalho de pesquisa cultural a respeito dos congadeiros. Eles vieram dar apoio e tentar garantir que essa festa aconteça. É o que esperamos, que o bom senso prevaleça no final. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 8/9/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs

5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Eros Biondini

exonerando, a partir de 14/9/09, Gisele de Oliveira Conde do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 14/9/09, Jocélia Maria de Castro Leão do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas;

exonerando, a partir de 14/9/09, Junio Marinho Rodrigues do cargo de Motorista, padrão VL-26, 4 horas;

nomeando Jocélia Maria de Castro Leão para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas;

nomeando Junio Marinho Rodrigues para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Renata Karen Gomes Oliveira Coutinho para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas.

Gabinete do Deputado Gilberto Abramo

exonerando Ana Rachel Lima Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Alan Salatiel Moura Felix para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas;

nomeando Ana Rachel Lima Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Digitécnica Equipamentos e Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de componentes defeituosos em aparelho de no-break. Objeto deste aditamento: 3ª prorrogação, com manutenção do preço, sem o reajuste previsto, e alteração da área responsável. Vigência: 12 meses a partir de 16/11/2009. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701.2009.339039.21.10.1.0.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Conservadora Campos e Serviços Gerais Ltda. Objeto: fornecimento de auxiliares de serviços gerais para carregamento de móveis, equipamentos, utensílios e materiais, bem como para recomposição de galões de água mineral e limpeza de veículos nas dependências da contratante. Objeto deste aditamento: revisão, conforme cláusula 8 do contrato. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90.37.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Município de Baldim. Objeto: doação de 4 microcomputadores e 2 impressoras. Licitação: dispensada (Lei nº 8.666, de 1993, art. 17, II, "a").